



# EU SOU



*Doutrina  
da Revelação  
Verbal*



VOLUME I

HEBER  
CAMPOS





# EU SOU



*Doutrina  
da Revelação  
Verbal*



VOLUME I

HEBER  
CAMPOS

 **FIEL**  
Editora

**EU SOU:**

**A Doutrina da Revelação Verbal de Deus (Vol 1)**

por Heber Carlos de Campos

Copyright © Heber Carlos de Campos 2017

■

Copyright © Fiel 2017

Primeira Edição em Português: 2017

Todos os direitos em língua portuguesa reservados por Editora Fiel da Missão Evangélica Literária

PROIBIDA A REPRODUÇÃO DESTE LIVRO POR QUAISQUER MEIOS, SEM A PERMISSÃO ESCRITA DOS EDITORES, SALVO EM BREVES CITAÇÕES, COM INDICAÇÃO DA FONTE.

■

Diretor: James Richard Denham III

Editor: Tiago J. Santos Filho

Revisão: Shirley Lima – Papiro Soluções Textuais

Diagramação: Rubner Durais

Capa: Rubner Durais

Ebook: Yuri Freire

ISBN: 978-85-8132-401-2

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

---

C198e Campos, Heber Carlos de

Eu sou : a doutrina da revelação verbal de Deus  
(vol 1) / Heber Carlos de Campos. – São José dos  
Campos, SP: Fiel, 2017.

2Mb – v. 1 ; ePUB

Inclui referências bibliográficas

ISBN 978-85-8132-401-2

1. Palavra de Deus (Teologia cristã). 2. Bíblia.  
I. Título.

CDD: 220.13

---



Caixa Postal, 1601  
CEP 12230-971  
São José dos Campos-SP  
PABX.: (12) 3919-9999  
[www.editorafiel.com.br](http://www.editorafiel.com.br)

## DEDICATÓRIA

Aos irmãos da Igreja Presbiteriana Paulistana, que, toda terça-feira, têm participado comigo dos estudos teológicos feitos em nossa casa e que se têm alegrado neles, dedico este livro, na esperança de que venham a amar mais ainda a verdade normativa de Deus, a qual está registrada nas Escrituras Sagradas do Antigo e do Novo Testamentos.

# SUMÁRIO

Apresentação

Introdução

## PARTE 1

### A REVELAÇÃO VERBAL E AS OUTRAS PARTES DOS PROLEGÔMENOS

Capítulo 1. Os prolegômenos à Teologia

Capítulo 2. Noções gerais sobre epistemologia cristã

Capítulo 3. Noções gerais da Teologia como ciência

Capítulo 4. A revelação verbal e a Teologia Sistemática

Capítulo 5. A tarefa da Teologia Sistemática

## PARTE 2

### A REVELAÇÃO VERBAL COMO VERDADE DE DEUS

Capítulo 6. A revelação verbal sistematizada

Capítulo 7. O trajeto da revelação verbal

## PARTE 3

### A DOCTRINA DA REVELAÇÃO VERBAL

Capítulo 8. Verdades gerais sobre a revelação verbal

Capítulo 9. A necessidade da revelação verbal

Capítulo 10. A revelação verbal é exclusiva do cristianismo?

Capítulo 11. O registro da revelação verbal

## PARTE 4

## **A DOCTRINA DA INSPIRAÇÃO DA REVELAÇÃO VERBAL**

Capítulo 12. Definição teológica de inspiração

Capítulo 13. O significado da inspiração verbal

Capítulo 14. Verdades sobre a inspiração

Capítulo 15. Extensão da inspiração

Capítulo 16. A doutrina da inspiração no protestantismo

Capítulo 17. As teorias da inspiração da Bíblia

### **PARTE 5**

## **A DOCTRINA DA INERRÂNCIA DAS ESCRITURAS**

Capítulo 18. Sinônimos usados para inerrância

Capítulo 19. Níveis de inerrância

Capítulo 20. O fundamento bíblico da doutrina da inerrância

Capítulo 21. Enganos no que diz respeito à inerrância

### **PARTE 6**

## **A DOCTRINA DO CÂNON DAS ESCRITURAS**

Capítulo 22. O Cânon das Escrituras Sagradas

### **PARTE 7**

## **A DOCTRINA DO TESTEMUNHO INTERNO DO ESPÍRITO SANTO**

Capítulo 23. Testemunho interno do Espírito Santo

Pequena bibliografia recomendada

## APRESENTAÇÃO

# DEUS FALOU, OUÇAMOS POIS A SUA VOZ

**N**o livro de Êxodo, capítulos 19 e 20, encontramos o registro de um dos eventos mais espetaculares da história da humanidade: A ocasião em que os Dez Mandamentos foram pronunciados por Deus ao povo de Israel. O texto bíblico descreve com riqueza de detalhes este evento histórico. Somos informados de como uma multidão do povo de Israel, liderada por Moisés, encontrava-se ao sul da península do Sinai, no Egito, ao pé do grande monte de mesmo nome, aguardando instruções de seu líder. O clima era de muita tensão, temor e expectativa. Sinais maravilhosos e espantosos eram vistos e percebidos por todos. As bases do monte tremiam, e raios, trovões e fumaça saíam do monte, evidenciando que o que estava por vir era algo da maior importância. Então, no capítulo 20 verso 1, chegamos ao clímax daqueles dias sensacionais, com a seguinte expressão “Então, falou Deus, estas palavras”.

A solenidade desta afirmação feita por Moisés não pode ser ignorada por nós. Deus falou.

É preciso considerar o peso que há nesta afirmação. O Deus criador de todas as coisas, aquele que é apresentado nas Escrituras como o que chamou do nada tudo o que há à existência, aquele que se revela como o ser Tri-pessoal, único, perfeito, todo-poderoso, Senhor e governador do cosmos e de tudo o que há, o Deus transcendente, aquele que habita em luz inacessível , o

*alpha* e o *ômega*, o Deus vivo *falou!* Deus quis se dar a conhecer, quis comunicar-se com o ser humano e condescendeu em falar com o homem em termos compreensíveis, verbalmente, em linguagem humana e também por meio de uma relação pessoal e pactual como a humanidade.

Isto se torna ainda mais impressionante quando consideramos a realidade registrada nas Escrituras de que, na Criação, a relação de amizade entre Deus e o ser humano era perfeita, havia comunicação e entendimento entre Deus e o homem, mas isto foi perdido por causa do pecado do homem e sua consequente queda, a qual enfeiou tudo, alienando a humanidade de Deus e rompendo esta relação de comunhão perfeita que havia entre eles. Deus, no entanto, tinha consigo mesmo o compromisso – evidência de sua bondade, graça e misericórdia – de redimir homens e mulheres e formar neles o seu próprio caráter, resgatando neles seu propósito de glorificar e adorar a Deus e a Deus somente.

Então, neste registro do Êxodo, temos Deus, o redentor, falando com o homem. Ele disse a Moisés: “EU SOU o Senhor teu Deus”, e com isso, em sua revelação, ele mais uma vez estabeleceu uma relação pessoal com a humanidade, uma relação que encontra sua máxima expressão na encarnação do Verbo, de Jesus Cristo, que compartilhou (e compartilha) nossa natureza e ofereceu-se como sacrifício expiatório para nossa propiciação diante de Deus, para que pudéssemos chamá-lo de nosso Deus. O Deus que nos redime – que tirou o povo da terra do Egito – que livrou o povo da morte e da destruição é o Deus que nos salvou em Cristo Jesus.

Assim, é preciso compreender que todo o conteúdo da fé judaico-cristã, toda a forma do cristianismo se apoiam na realidade da revelação verbal de Deus e sua comunhão com a humanidade por meio de Jesus Cristo, conforme ensinam as Escrituras.

Este livro fala disto. Fala-nos da doutrina da revelação verbal de Deus. Aqui, Dr. Heber Carlos de Campos introduz o leitor à realidade de que Deus falou aos homens, e oferece diretrizes que o ajudarão a guiar seus estudos

neste importante tema. Ele dá início a esta série de publicações introduzindo o leitor aos prolegômenos da teologia, os quais tratam de temas fundamentais como os pressupostos da teologia, epistemologia, o papel da teologia sistemática, entre outras coisas, e, mais adiante, desenvolve temas tais como a doutrina da inspiração verbal, a formação do cânon, a inerrância, a iluminação do Espírito Santo. Dr. Heber demonstra que a revelação de Deus à humanidade é assunto que diz respeito ao todo da nossa vida e que tudo quanto somos e seremos é cortado pela realidade de que Deus falou aos homens. Ele diz:

A revelação divina traz a verdade de Deus sobre nossa vida e morte, bem como de nossas condutas sociais, psicológicas e espirituais. A revelação diz respeito à nossa natureza pecaminosa e ao recurso divino para a solução relativo ao problema do pecado, apontando para a vida e a salvação que estão em Cristo Jesus. A revelação também diz respeito aos eventos da história do mundo. De modo final, a revelação culmina com os eventos escatológicos, em que Deus dará a plena revelação de seu propósito redentor e propósito de justiça. A revelação parte de Deus e atinge os pecadores.

Somos ainda lembrados pelo autor que a teologia e seu estudo são matérias de fé e que “sem a fé, é impossível fazer Teologia”, sendo, portanto, necessário um espírito humilde e dependente de Deus no estudo da teologia e na busca da compreensão da revelação verbal de Deus nas Escrituras. Ele diz:

A Teologia, portanto, é simplesmente uma obra de homens porque é o entendimento que eles têm acerca da revelação divina. Esse deve ser o ponto de partida dos teólogos. Uma Teologia que não tem como ponto de partida a revelação verbal de Deus não é Teologia no verdadeiro sentido da palavra, porque seu ponto de partida estará sempre no próprio homem.

Assim, para que formulemos uma Teologia no verdadeiro sentido da palavra, é necessário termos um padrão seguro de informação a ser seguido. O teólogo sempre deve começar pela revelação. Em sentido bem estrito, sem a revelação verbal, não há possibilidade de se elaborar uma boa Teologia.

O espírito destas afirmações se percebe em todo livro e este tipo ensino confere enorme importância à coleção de cinco livros sobre a “Revelação Verbal” que este volume inaugura. Pouca gente em nosso Brasil tem a largueza teológica e o coração pastoral que se percebem no Dr. Heber Carlos de Campos. Suas credenciais acadêmicas, experiência ministerial e anos dedicados à pesquisa, ampla produção literária e docência teológica evidenciam o rico cabedal de dons e talentos que Deus lhe conferiu, os quais ele tem colocado à serviço do Reino de Deus com dedicação incansável, mesmo, às vezes, às custas de sua saúde.

Sinto-me honrado em contribuir com a produção deste trabalho monumental de Dr. Heber como editor das obras. Como seu aluno de teologia sistemática no curso de mestrado em teologia, quando leio essas páginas consigo “ouvir” sua voz ecoando na sala de aula, território de seu domínio, transmitindo com zelo, precisão e submissão às Escrituras o ensino de que Deus falou aos homens.

Este é o testemunho da fé cristã: Deus falou! Sua palavra foi registrada para nosso conhecimento e nossa comunhão com ele. E nós temos a obrigação de *ouvir, lembrar, afirmar, confiar e obedecer* as palavras de Deus.

Deus falou. Ouçamos pois a Deus.

**TIAGO J. SANTOS FILHO**

É editor-chefe na Editora Fiel;

diretor pastoral e professor no seminário Martin Bucer e  
presbítero na Igreja Batista da Graça em São José dos Campos, SP.

# INTRODUÇÃO

**E**ste é o primeiro livro de outra série à qual dei início, tentando preencher uma lacuna na literatura evangélica brasileira. É verdade que tem havido publicação de alguns livros sob o nome de Revelação,<sup>1</sup> mas todos tratam pouco dela, em si mesma. Este primeiro livro é o único em que abordo algumas partes dos prolegômenos à Teologia, juntamente com a doutrina da revelação. Nos livros seguintes, trato unicamente da revelação verbal, em uma tentativa de trazer alguma luz sobre essa matéria tão fundamental e basilar, com vistas a melhor compreender o conjunto de doutrinas que estudamos nos currículos teológicos de qualquer escola.

Eu abordo alguns dos prolegômenos à Teologia porque a revelação verbal é, em si mesma, parte desses prolegômenos. Certamente, a revelação verbal é a parte mais importante dos Prolegômenos à Teologia porque as outras partes não fazem sentido sem a revelação verbal. Minha intenção, portanto, não é tratar a revelação verbal à parte dos outros aspectos introdutórios à Teologia.

Cada uma das sete partes deste livro aborda um aspecto dos prolegômenos à Teologia, que, por sua vez, se divide em capítulos que contêm alguns detalhes importantes. As sete partes são as seguintes:

- A revelação verbal e as outras partes dos prolegômenos
- A revelação verbal como verdade de Deus
- A doutrina da revelação verbal
- A doutrina da inspiração verbal

- A doutrina da inerrância das Escrituras
- A doutrina do cânon das Escrituras
- A doutrina do testemunho interno do Espírito Santo

Este é o primeiro livro de uma série que trata, do volume 2 ao volume 4, exclusivamente da revelação verbal. Se o tempo e as condições permitirem, no volume 5 abordarei a revelação não verbal, que também é chamada de “Revelação Geral”.

Diferentemente deste primeiro livro, os livros subsequentes tratam, específica e unicamente, da Teologia da Revelação Verbal.

A doutrina da revelação divina foi atacada por vários flancos nos diversos períodos da história da Igreja. Já no período do Antigo Testamento, surgiram os falsos profetas, o que, igualmente, ocorreu logo no começo do Novo Testamento. Posteriormente, após a entrada do período moderno, surgiram alguns movimentos que negaram a revelação, enquanto outros vieram a falsificar o pensamento ortodoxo da revelação divina. Por causa desses ataques, resolvi dar uma pincelada um pouco mais detalhada da doutrina bíblica da revelação. Isso tem sido um esforço muito grande, mas contei com a ajuda de vários estudantes que fizeram pesquisas, liberando-me um pouco mais para escrever o texto.

O assunto desta série de livros tem sido estudado em uma disciplina denominada “A Teologia da Revelação”, que tenho ministrado no Centro Presbiteriano de Pós-Graduação Andrew Jumper. Tem sido um grande prazer para mim tratar de como Deus tem-se revelado a seu povo nos vários séculos da história da salvação. Essa matéria é muito importante porque é basilar para a compreensão do restante da Teologia.

Em outras palavras, posso dizer que a visão que um estudante tem da revelação verbal determinará aquilo em que ele vai crer em outros pontos consequentes. Se começarmos mal com a doutrina da Escritura (revelação), continuaremos mal em nossa caminhada teológica.

**HEBER CARLOS DE CAMPOS**

---

1. Um exemplo é o livro de Peter Jensen *A revelação de Deus* (Cultura Cristã, 2007), que trata, a fundo, da revelação verbal de Deus. O espaço dedicado a outros prolegômenos supera o espaço voltado à revelação.

## PARTE 1

# A REVELAÇÃO VERBAL E AS OUTRAS PARTES DOS PROLEGÔMENOS

**H**á uma relação intrínseca entre a doutrina da revelação verbal e outros aspectos daquilo que, em Teologia, conhecemos como Bibliologia ou até mesmo como Prolegômenos.

Há estreita interconexão entre todas as áreas dos prolegômenos que têm como produto final a revelação divina, como inspiração, inerrância, o cânon da Escritura, a iluminação, Teologia como ciência etc. Neste primeiro livro sobre a revelação verbal, faremos uma abordagem introdutória a esses aspectos que não podem estar ausentes numa série como esta. Não há como escapar das inter-relações entre a revelação verbal sem as outras partes dos prolegômenos, que estudaremos a seguir.

No Capítulo 1, portanto, estudaremos o aspecto apologético relacionado à doutrina da revelação.

## CAPÍTULO 1

# OS PROLEGÔMENOS À TEOLOGIA

### 1. O QUE SÃO OS PROLEGÔMENOS?

O termo “prolegômenos” deriva de um particípio grego que significa “*as coisas que são ditas antes*”. Os prolegômenos têm sido usados como introdução a um estudo mais específico de uma ciência. São uma espécie de estudo preparatório para que se possa compreender melhor o assunto em uma etapa posterior, de exploração mais profunda.

A finalidade dos prolegômenos não é chegar à conclusão de um assunto, mas determinar quais são os pressupostos básicos que vão determinar a conclusão de um estudo. Os prolegômenos não são, propriamente, o conteúdo da Teologia, mas podem influenciar profundamente esse mesmo conteúdo. Tudo depende do que o teólogo entende por Escritura e do que a Escritura significa para ele.

Os prolegômenos à Teologia Sistemática examinam as pressuposições que estão por trás da Teologia. Uma pergunta frequente quando se estuda Teologia é: “Quais são as condições filosóficas que tornam possível o estudo da Teologia?”.<sup>2</sup> A resposta a essa pergunta pode vir acompanhada de duas observações:

**a)** Precisamos conhecer os pressupostos filosóficos, a fim de reunir condições para entender e aceitar as conclusões teológicas. De alguma maneira, os pressupostos filosóficos influenciam (embora não determinem) as

conclusões da Teologia. Isso porque as conclusões da Teologia demonstram os fatos a respeito dos quais os teólogos concordam ou discordam. Neste ponto, é importante o estudo dos prolegômenos. É muito comum observarmos que as discordâncias teológicas se devem a pressupostos filosóficos distintos.

**b)** Precisamos aceitar o fato de que todos os teólogos (profissionais ou não) têm algum tipo de pressuposto filosófico. A história da igreja cristã tem mostrado que, por trás da Teologia, existe um pano de fundo filosófico. Seria presunçoso afirmar que alguém pode fazer Teologia sem qualquer pressuposto filosófico.

Vejam, por exemplo: a) As diferenças relativas à Eucaristia na Idade Média e na Reforma foram causadas por pressupostos distintos; b) As diferenças sobre a natureza de Cristo mostram como o docetismo e o ebionismo se digladiam por causa dos pressupostos filosóficos subjacentes; c) As diferenças entre o arminianismo e o calvinismo no século XVII também refletem pressuposições filosóficas; d) As diferenças na controvérsia moderna em Apologética (sobre a Teologia natural e a revelação natural) entre os tradicionalistas e os pressuposicionalistas também refletem pressupostos filosóficos.

A finalidade dos prolegômenos é descobrir os pressupostos filosóficos para entender e aceitar a verdade cristã. Corduan afirma que “um dos aspectos mais interessantes dos prolegômenos é a investigação dos conceitos filosóficos que subjazem à nossa apropriação da revelação especial. Os prolegômenos levam em conta o *background* filosófico para entender doutrinas particulares ensinadas pela revelação especial”.<sup>3</sup>

De forma consciente ou não, um teólogo sempre refletirá seus pressupostos filosóficos. É impossível ser um membro pensante da sociedade sem refletir, pelo menos em alguma medida, sobre os compromissos filosóficos de sua sociedade. Aqueles que condenam a filosofia por sua origem humana, portanto contraprodutiva para a Teologia cristã – a qual,

segundo eles, deve basear-se unicamente na revelação divina –, estão se portando de forma ingênua. É impossível evitar o uso da filosofia em nossas formulações teológicas. Quando o apóstolo Paulo adverte contra o uso da filosofia (Cl 2.8), está aludindo às filosofias que não estão sujeitas a Cristo. O próprio Paulo também refletia certos pressupostos filosóficos de seu tempo.

Importante, porém, atentar para o fato de que os prolegômenos não devem ser confundidos com o conteúdo da Teologia propriamente. Nos prolegômenos, podemos mostrar como os diferentes pressupostos filosóficos conduzem a diferentes teologias. As diferenças notórias entre os teólogos têm seu nascedouro nas diferentes origens filosóficas e, conseqüentemente, em suas hermenêuticas distintas.

## 2. O PONTO DE PARTIDA DOS PROLEGÔMENOS

Por “ponto de partida”, investigamos se os prolegômenos devem começar da mesma forma que a Teologia dogmática, que começa com a revelação “*from above*” (ou seja, uma revelação que vem de cima), ou se deve começar “*from bellow*”, uma revelação que vem de baixo, ou seja, se deve começar com o homem e a possibilidade de receber revelação. Em outras palavras, os prolegômenos devem ter tendência teocêntrica ou antropocêntrica? Eles devem vir de cima ou de baixo?

Vejamos o exemplo de dois expoentes de ambas as correntes do pensamento moderno que, por coincidência, são dois “Karls” de linha germânica, ainda que de origens teológicas distintas: Karl Barth (1886-1968), um protestante reformado da Suíça alemã, e Karl Rahner (1904-1984), um católico jesuíta da Alemanha.

### a) Prolegômenos “*from above*”

Em poucas palavras, podemos afirmar que os prolegômenos ensinados por Karl Barth procedem de cima, de Deus. Todavia, segundo o pensamento de Barth, os prolegômenos já integram a dogmática revelada, não sendo uma introdução a ela. Os prolegômenos não preparam o caminho para a Teologia,

mas são a primeira parte dela. Os prolegômenos descrevem o contato inicial de Deus com o homem.

Para Barth, a doutrina da revelação faz parte dos prolegômenos porque diz respeito à Palavra de Deus, mas a Escritura não é necessariamente o *locus* da revelação divina. Os prolegômenos tratam de como Deus se comunica com o homem em sua revelação presencial. Assim, o ponto de partida dos prolegômenos segundo o pensamento de Barth é idêntico ao seu ponto de partida para a Teologia, ou seja, Deus e sua revelação. Esses são os prolegômenos “*from above*”.

### **b) Prolegômenos “*from below*”**

O pensamento de Karl Rahner aparece de modo oposto ao de Barth. Em vez de a procedência dos prolegômenos ser de cima (*from above*), como Barth preceitua, para Rahner o ponto de partida dos prolegômenos é o recipiente da revelação — o homem, os prolegômenos que vêm de baixo (*from below*). Antes de iniciarmos o estudo da sistemática, é preciso olharmos para dentro daquele a quem a revelação é dada e que a assimila. A pergunta de Rahner seria: “Como é possível que um homem finito possa ouvir a palavra do Deus infinito?”

Esse posicionamento de Rahner não indica necessariamente que ele creia numa Teologia humanista. Ele, na verdade, pretende clarificar o *locus* diante do qual Deus e Cristo são revelados. A revelação não acontece no vácuo; há um Revelador e um recipiente da revelação. Sabendo-se que Deus revela a si mesmo, a questão básica se concentra na apropriação do homem em relação ao conteúdo da revelação. Assim, para Rahner, os prolegômenos começam com o homem.

Deve-se observar que a Teologia da Igreja Católica afirma a capacidade da razão mesmo depois da queda de Adão, crendo que a razão é capaz de entender corretamente a esfera do natural. Embora a Teologia católica reconheça que a razão foi afetada pelo pecado e enfraquecida pela queda,

perdendo o *donum superadditum*, ainda afirma que ela retém a capacidade natural de funcionar, de forma adequada, na esfera das coisas naturais.

Em geral, Roma sustenta que, por meio da razão direcionada para a esfera do natural, o homem é capaz de conhecer e provar a existência de Deus e outras verdades naturais sem o uso da fé e sem o apelo à Escritura ou à revelação sobrenatural. Ainda que a razão seja limitada às coisas do reino natural, Roma crê que é capaz de provar a existência do verdadeiro Deus, mas não pode provar que esse verdadeiro Deus seja triúno; é capaz de provar Deus como Criador, mas não como Redentor.

Os prolegômenos à Teologia no catolicismo provam ou demonstram, por meio da razão dirigida ao reino natural, aquilo que é anterior, básico e pressuposto pela Teologia Sistemática (ou seja, a Teologia sobrenatural que usa a fé na Escritura ou na revelação sobrenatural). Nesse sentido, portanto, todos os prolegômenos católicos são “*from below*”.

### **3. OS PROLEGÔMENOS REFORMADOS**

Há duas abordagens diferentes para os prolegômenos na Teologia Reformada. A primeira é representada pelos teólogos de Amsterdã. A segunda é representada pelos teólogos da antiga Princeton, tendo Benjamin B. Warfield como um de seus principais representantes. É curioso perceber que ambas as abordagens pretendem ter Calvino a seu lado.

#### **a) Os prolegômenos na Teologia de Amsterdã**

Representantes:

- Abraham Kuyper (1837-1920)
- Herman Bavinck (1854-1921)
- Louis Berkhof (1873-1956)
- Cornelius Van Til (1895-1987)

Eles começam a estudar Teologia com o reconhecimento (afirmado ou implícito) das pressuposições da fé cristã. Não tentam provar que Deus existe, para estudar sobre Deus, porque todos que estudam sobre Deus têm de pressupor que ele existe. De forma diferente, na abordagem de Warfield ou da antiga Princeton, eles começam mostrando as provas da existência de Deus.

Os teólogos da linha de Amsterdã reconhecem o ponto de partida da fé, e suas pressuposições básicas são:

- Que o Deus triúno existe;
- Que o Deus triúno revelou-se na criação (que também é chamada revelação geral), na história da redenção que está registrada na Escritura (que também é chamada de revelação especial) e por intermédio de Jesus Cristo, que é a Palavra Encarnada;
- Que o homem foi criado por Deus à sua própria imagem –santo, justo e capaz de conhecer a Deus através de sua revelação;
- Que o homem caído em sua rebelião e apostasia suprime a verdade da revelação de Deus e é tornado capaz de conhecer a Deus corretamente apenas quando o Espírito Santo restaura a visão pela qual ele pode propriamente saber algo de Deus e conhecê-lo, amá-lo e servi-lo mediante sua revelação.

Portanto, a primeira parte dos prolegômenos à Teologia trata principalmente das questões históricas e filosóficas, como, por exemplo, “O que é ciência?”, “É a Teologia uma ciência?” ou “Qual é a natureza da Teologia Sistemática?” etc. Todas essas perguntas são analisadas à luz da revelação total que Deus dá de si mesmo.

A segunda parte dos prolegômenos, ou “Introdução à Teologia”, aborda os assuntos especificamente teológicos, como, por exemplo, revelação especial, inspiração, iluminação, revelação geral etc.

Esses são os prolegômenos sugeridos nesta obra.

## b) Os prolegômenos na Teologia da Antiga Princeton

A abordagem dos prolegômenos na Teologia de Princeton é diferente da de Amsterdã. A Apologética faz parte dos prolegômenos, segundo B. B. Warfield:

A afirmação de que a Teologia é uma ciência pressupõe a afirmação de que Deus existe e de que tem relação com suas criaturas. Se Deus não existisse, não poderia haver nenhuma Teologia; nem poderia haver uma Teologia se, mesmo que ele existisse, fosse fora da relação com suas criaturas. Todo o corpo da Apologética filosófica está, portanto, pressuposta na e subjaz a estrutura da Teologia científica.<sup>4</sup>

A Apologética é a ciência introdutória da Teologia, com a tarefa de *estabelecer* (e não de defender ou vindicar) a realidade e a verdade das seguintes pressuposições:

- Que Deus existe;
- Que o homem tem uma natureza religiosa capaz de conhecer a Deus;
- Que Deus revelou-se ao homem.

Segundo Warfield, a Apologética é que lança todo o fundamento sobre o qual a Teologia é construída.

A função da Apologética é investigar, explicar e estabelecer as bases sobre as quais a Teologia — uma ciência, ou um conhecimento sistematizado de Deus — torna-se possível... É necessário que ela (Apologética) tome seu lugar como cabeça de todos os departamentos da ciência teológica e encontre sua tarefa no estabelecimento da validade do conhecimento de Deus que forma o sujeito-matéria desses departamentos, para que possamos proceder, então, aos departamentos seguintes da Teologia exegética, histórica, sistemática e prática, a fim de explicar, apreciar, sistematizar e propagá-la no mundo.<sup>5</sup>

Segundo Warfield, portanto, os estudos de Deus, da religião, revelação, do cristianismo e da Bíblia constituem tanto os ramos da Apologética como dos prolegômenos. Após a Apologética ter estabelecido essas pressuposições

como prolegômenos à Teologia, a ciência da Teologia em si começa — Teologia exegética para explicar; sistemática para sistematizar; histórica para apreciar; e prática para propagar. Todos os outros departamentos da Teologia estão vinculados e dependem da Apologética.

Na visão da antiga Princeton, a Apologética, portanto, é introdutória a toda a ciência da Teologia, e não apenas à sistemática.

Warfield divide a Apologética em algumas áreas:<sup>6</sup>

**Apologética filosófica** — Encarrega-se do estabelecimento do ser de Deus como espírito pessoal, como Criador, preservador e governador de todas as coisas. A ela, pertence o grande problema do teísmo, com todas as discussões envolvidas com as teorias antiteístas.

**Apologética psicológica** — Encarrega-se do estabelecimento da natureza religiosa do homem e da validade de seu senso religioso. Envolve, igualmente, a discussão da Psicologia, da Filosofia e da Fenomenologia da Religião e, portanto, inclui o que é chamado de “religiões comparadas” ou “história das religiões”.

**Apologética histórica** — Encarrega-se de estabelecer a origem divina do cristianismo como uma religião de revelação, no sentido especial daquela palavra. Discute todos os tópicos que, naturalmente, estão sob a legenda popular das “evidências do cristianismo”.

**Apologética bibliológica** — Encarrega-se de estabelecer a confiabilidade das Escrituras como o documento da revelação de Deus para a redenção dos pecadores. É ligada a tópicos como: a origem divina das Escrituras; os métodos da operação divina em sua origem; o lugar das Escrituras na série dos atos redentores de Deus e no processo da revelação; a natureza, o modo e os efeitos da inspiração, e outros temas afins.

Como teólogo reformado, Warfield reconhece os efeitos noéticos do pecado e a necessidade absoluta do Espírito Santo para regenerar o pecador, a fim de que ele seja trazido à fé em Cristo e em sua Palavra. Todavia,

Warfield sustenta que, na Apologética Cristã, os homens estabelecem as pressuposições sobre as quais sua Teologia repousa. Tais pressuposições são estabelecidas por meio da razão no uso dos argumentos, que, em natureza e intento, são similares à Teologia natural da Igreja Católica Romana.

## CONCLUSÃO

Neste livro sustentamos a concepção dos prolegômenos defendida pelos teólogos de Amsterdã, porque julgamos que eles fazem mais justiça aos ensinamentos da Bíblia sobre Deus, sobre o homem e sobre os efeitos noéticos do pecado. Assim, à luz de tudo que foi dito sobre os prolegômenos, podemos concluir:

**a)** Não procuraremos estabelecer a verdade daquilo que a Teologia deve explicar (Teologia Exegética), sistematizar (Teologia Sistemática), apreciar (Teologia Histórica) e propagar (Teologia Prática). Não procuraremos, por meio da razão, ou da base comum ou neutra, proporcionar a confiabilidade da existência de Deus, da natureza religiosa do homem e da confiabilidade da revelação. Somos conscientemente reformados e reconhecemos nossas pressuposições em fé. Além disso, somos gratos porque, pela graça de Deus, nossos olhos escurecidos têm sido abertos para crer na Palavra de Deus e, assim, conhecê-lo. Contudo, isso não significa que nossa fé seja irracional. A evidência da racionalidade da verdade é abundante na Escritura.

**b)** Na primeira parte dos prolegômenos, então, trataremos de questões de natureza filosófica e histórica através das quais explicaremos a tarefa da Teologia. Trataremos de questões como: O que é ciência? É a Teologia uma ciência? Qual é a natureza da Teologia como uma ciência? O que é Teologia Sistemática? Qual é sua relação com os outros departamentos da Teologia?, além de outras perguntas afins.

Após estudarmos essas questões de natureza filosófica e histórica, então passaremos a estudar a revelação, a inspiração e o cânon, a doutrina da

Escritura. Essa é a parte teológica dos prolegômenos. Alguns chamam essa parte dos prolegômenos de Bibliologia.

---

2. Winfried Corduan, *Handmaid to Theology* (Grand Rapids: Baker, 1981), p. 13.

3. *Ibid.*, *op. cit.*, p. 17.

4. B. B. Warfield, “The Idea of Systematic Theology”, *The Princeton Theology 1812-1921*, editado por Mark A. Noll (Baker, 1983), p. 245 (itálicos acrescidos).

5. B. B. Warfield, “Apologetics”, *Studies in Theology* (New York: Oxford University Press, 1932), pp. 4-5 (grifo meu).

6. B. B. Warfield, “Apologetics”, *Studies in Theology* (New York: Oxford University Press, 1932), p. 13.

## CAPÍTULO 2

# NOÇÕES GERAIS SOBRE EPISTEMOLOGIA CRISTÃ

Quando falamos de epistemologia cristã, estamos tratando da tese a respeito da racionalidade da crença religiosa. Ao longo da história da Teologia, a razão humana não tem ocupado lugar de grande destaque nas tradições teológicas, especialmente nas de origem evangélica (protestante), variando em graus de importância nas diferentes épocas.

### 1. O LUGAR DA RAZÃO NA TEOLOGIA

Em geral, há duas posições extremadas e antagônicas sobre o lugar e o papel da razão na Teologia cristã.

Alguns teólogos que ficaram do lado da ortodoxia da Reforma, no decorrer da história, tiveram grande temor da razão. Lutero é um deles. Ele era um grande opositor da razão, em virtude dos malefícios que havia percebido na doutrina católica da Idade Média. Ele disse que “a razão é a criada [serva] dos demônios e não faz nada exceto blasfemar e desonrar tudo o que Deus diz ou faz”.<sup>7</sup>

Certamente, após ponderar sobre essa posição, Lutero fez outra avaliação sobre a razão. É bem provável que ele tenha mudado de perspectiva ao tratar desse assunto. Um articulista contemporâneo, Becker, citou Lutero da seguinte maneira: “A razão é o dom maior e mais importante de Deus ao

homem, de inestimável beleza e excelência, uma luz gloriosa, uma serva muito útil em Teologia, algo divino”.<sup>8</sup>

Como Lutero não era um teólogo de conhecida consistência sistemática, citou muitas coisas e, depois, mudou de pensamento. Não podemos ver uma linha de raciocínio linear e consistente de Lutero quanto a esse pensamento sobre a razão. O fato é que ele abominava a razão quando cheirava à antiga Teologia de Roma. Ele manifestava ojeriza à “Frau Hulda” (razão)<sup>9</sup> quando era chamada de “razão natural”, no que ele está certo. Somente a razão com a ação divina pode ser considerada em alta conta, como se observa na citação anterior feita por Becker.<sup>10</sup>

Posteriormente, dentro dos círculos protestantes, outros manifestavam temor de que o apreço pela razão chegasse às raias do racionalismo,<sup>11</sup> não dando, portanto, qualquer importância a ela. Outros, de modo contrário, viam na razão a única fonte confiável para o entendimento. Esse foi o tempo em que a razão tornou-se a medida de todas coisas na esfera da religião e da elaboração da Teologia, especialmente no protestantismo liberal.

Ainda hoje, quando falamos do papel da razão na elaboração teológica, alguns membros da ortodoxia cristã logo se reportam à ênfase demasiada dispensada à razão nos tempos da Idade Média; outros membros ainda da ortodoxia cristã logo pensam que estamos de volta ao movimento filosófico dos séculos XVIII e XIX, denominado “Racionalismo”, que tanto prejuízo trouxe à Teologia cristã.

Outros, também do protestantismo ortodoxo, temem que sua fé seja identificada com a da Teologia católica. O ensino padrão do catolicismo a respeito da razão é mais ou menos o exposto por Osterhaven: “A razão necessita da revelação para completá-la, mas, pelo mundo criado e por seu próprio poder, a razão pode antecipar e indicar a probabilidade das verdades reveladas”.<sup>12</sup> Alguns ortodoxos, especialmente os relacionados aos prolegômenos de Amsterdã, são mais suscetíveis a esse temor.

Não é salutar para o cristianismo dar à razão o poder que se lhe tem dado em alguns círculos, mas colocar a fé em oposição à razão é menos salutar ainda. Isso é ranço de irracionalismo e deixa o cristianismo sem elementos pensantes.

É importante reconhecermos que todos aqueles que creem na revelação divina, e somente eles, fazem Teologia em sentido mais estrito. Logo, temos de concluir que a razão no crente não é a mesma que nos incrédulos, porque já foi parcialmente restaurada, embora não seja ainda como no tempo em que Deus criou o homem. Sendo renovada pelo Espírito Santo, ela pode começar a pensar segundo Deus, tomando por base de seus pensamentos a revelação verbal. Entretanto, não podemos esquecer-nos de que os efeitos noéticos<sup>13</sup> do pecado ainda persistem, mas não como antes da ação regeneradora e vivificadora de Deus.

Pessoalmente, creio que não devemos dar, como muitos teólogos reformados fizeram no passado, primazia à razão sobre as demais faculdades da alma. No entanto, temos de concordar que a razão desempenha importante papel na elaboração e na crítica dos conceitos teológicos.

A razão percebe, avalia, apreende e entende, formula e organiza o material que é apresentado a ela. Em tudo isso, contudo, reconhece-se que se trata de um instrumento que Deus usa para o benefício da personalidade total.<sup>14</sup>

E é isso exatamente o que a razão deve fazer na Teologia. Por esse motivo, não podemos corretamente excluir a razão quando elaboramos qualquer conceito teológico. Com base em 1 Coríntios 1.18-21, alguns cristãos negam que a razão humana tenha alguma participação na tarefa de fazer Teologia, no que erram. Barth costumava dizer que a lógica não deveria ser usada em Teologia,<sup>15</sup> embora muitos de seus conceitos teológicos sejam o uso extraordinário de seu inteligente raciocínio.

O uso da lógica na Teologia Sistemática não significa que ela esteja acima de Deus. Deus deu a seus filhos a faculdade da inteligência a fim de discernir

o certo do errado. As leis da lógica são a expressão da natureza racional que Deus lhes deu para que trabalhem devidamente com a verdade. Deus nos fez à sua própria imagem e semelhança, e nós devemos refletir aquilo que ele é.

Deus é um ser inteligente e lógico. Ele não se contradiz. Então, devemos trabalhar com a lógica de tal forma que a doutrina ensinada por ele não sofra as contradições da Escritura, tão frequentemente alegadas por alguns teólogos que não creem em sua confiabilidade.

Uma pergunta da qual não podemos fugir é a seguinte: *Existe ligação entre fé e razão?*

Barth negou por completo o equilíbrio entre fé e razão. Ele disse: “Em fé, e somente na fé, a ação humana está relacionada com a essência da igreja, com a ação reveladora e reconciliadora de Deus. Assim, a dogmática somente é possível como um ato de fé. Sem fé, ela perderia seu objeto e seu significado”.<sup>16</sup> Anteriormente, Barth havia declarado que o que é filosófico não é cristão e o que é cristão não é filosófico.

Estamos vivendo numa época em que o fideísmo campeia fortemente em nossos seminários, e não tem havido muito lugar para a razão em nossas formulações teológicas. Em muitos círculos teológicos, não se procura mais dar à fé uma defesa racional. Por essa razão, a capacidade de raciocínio lógico está perdendo seu lugar. Atualmente, poucos estudantes conseguem dar razão consistente às suas elaborações teológicas.

Calvino sustentou que o conhecimento de Deus está disponível a todos os homens por meio das obras da criação. Ele afirmou, de modo enfático, que Deus se mostra claramente na natureza. Para ele, Deus colocou as marcas de sua glória de modo inconfundível nas obras da natureza.<sup>17</sup> Para ele, há um *sensus divinitatis* presente em todas as pessoas<sup>18</sup> e o uso da razão ou de um entendimento racional de algumas verdades básicas. Para Calvino, o senso da unidade de Deus está gravado no coração de todos.<sup>19</sup> É óbvio que apenas o crente pode entender essas coisas à perfeição, através da fé na revelação especial.

Ao abordar a função da razão<sup>20</sup> em matérias de religião, Hodge ressalta alguns pontos importantes: (a) que a razão é uma ferramenta necessária para a recepção da revelação. “A revelação não pode ser dada a animais ou idiotas”.<sup>21</sup> Nesse ponto, não há problemas com Van Til; (b) Hodge diz que “a razão deve julgar da credibilidade da revelação”; (c) “A razão deve julgar das evidências da revelação”.<sup>22</sup> Mas Van Til crê que é “impossível apelar para a natureza moral e intelectual dos homens como *intérpretes dessa natureza*, e dizer que a razão deve julgar da credibilidade e evidência da revelação”.<sup>23</sup> Para Hodge, segundo o entendimento de Van Til, a “razão significa aquelas leis da crença que Deus implantou em nossa natureza”.<sup>24</sup> Entretanto, algumas grandes questões ainda persistem:

O incrédulo tem conhecimento real (factual) de Deus e de seus atributos por meio das obras da Criação? Qual é o papel da razão na formulação da Teologia natural? A Bíblia realmente ensina a respeito de uma Teologia natural?

A resposta a essas questões depende da ideia que o teólogo tem do papel da razão na interpretação da revelação geral ou da abordagem correta de Romanos 1-2. Às perguntas formuladas, os tradicionalistas diriam “sim”.

De Benjamin Warfield, surgiram os chamados tradicionalistas (ou evidencialistas), que têm como representantes modernos John Gerstner e R. C. Sproul.

### **Respostas dos evidencialistas ou tradicionalistas**

Os tradicionalistas, ou seja, aqueles que sustentam a defesa racional da fé cristã, afirmam que um homem pagão pode ignorar Moisés e Jesus, mas ele sabe e entende em seu coração que Deus existe. No que diz respeito à existência de Deus, o problema do paganismo não é filosófico, mas moral. O problema do pagão não é que ele não saiba o que ou quem Deus é, mas o fato de não gostar de Deus do jeito que é.

Dizer que o homem não tem capacidade racional de conhecer a Deus é uma acusação séria contra a integridade e a honestidade intelectual de

filósofos e pensadores eruditos, mas é isso que a Escritura diz em Romanos 1, o *locus classicus* de Paulo no ensinamento sobre a revelação geral.

O problema dos pagãos não é intelectual, mas moral. O problema não é que os pagãos não tenham evidências que os convençam racionalmente da existência de Deus, mas o fato de, volitivamente, detestarem o Deus da criação. Não há nada errado com um intelecto que pode, perfeitamente, esboçar uma Teologia natural; o problema é que eles não gostam do jeito que Deus é. Eles não aceitam a natureza do verdadeiro Deus.

Romanos 1.18 diz que “a ira de Deus se revela do céu contra toda impiedade e perversão dos homens que detêm a verdade pela injustiça”. Há uma razão para a ira de Deus mencionada nesse verso. Não se tratava de uma ira infundada: “Impiedade e perversão dos homens”, essa não era sua incapacidade de raciocínio. O problema não é intelectual, mas essencialmente moral.

Essa impiedade e essa perversão dos homens se manifestam da seguinte maneira: eles “detêm a verdade pela injustiça”. Há necessidade de se entender a expressão grega *τὴν ἀλήθειαν ἐν ἀδικίᾳ κατεχόντων*, que, em nossa língua, é traduzida como “*deter* a verdade pela injustiça”, mas que também pode ser traduzida como “*sustentam* a verdade pela injustiça” ou “*guardam* a verdade debaixo da injustiça”, ou melhor, “*suprimem* a verdade pela injustiça”.

Qual verdade está sendo suprimida ou guardada debaixo da injustiça? Paulo responde, no verso 19, que a verdade, ou o conhecimento de Deus, “porquanto o que de Deus se pode conhecer é manifesto entre eles, porque Deus lhes manifestou”. Os pagãos, voluntariamente, suprimiram ou detiveram a verdade de Deus pela perversão e a impiedade, mas não havia nada no intelecto deles que os impedisse de compreender perfeitamente quem Deus era. Foi sua inclinação pecaminosa que os levou a inverter a ordem de Deus. Deus se lhes havia manifestado claramente. Eles haviam visto a manifestação de Deus, mas, de forma pecaminosa, invertem ou suprimiram a verdade de Deus.

Qualquer pessoa no mundo, inclusive aquelas que vivem no mais puro paganismo, podem ver com clareza a revelação da natureza, porque Deus se revelou a todos. Todos têm olhos para ver a revelação divina. Não há defeito na revelação ou na pedagogia divina; o problema é que os alunos não querem saber da verdade. Por isso, tais homens “são indesculpáveis” (v. 20). Como os homens têm o conhecimento de Deus e rejeitam a ideia de Deus tal como revelada na criação, não têm desculpa. Em consequência, acabam adorando a natureza, e não o Criador. Portanto, a falha não está na revelação, nem na falta de conhecimento, tampouco na falta de capacidade para perceber a revelação da natureza, mas num problema *moral*. Os homens não são ignorantes acerca da revelação da natureza, mas são rejeitadores voluntários do Deus que se revela na natureza. Eles são culpáveis por rejeitarem a evidência que Deus claramente proporciona nas obras da criação.

Os homens podem rejeitar o modo como Deus é, sua natureza, mas o texto indica que é possível para os homens formularem uma Teologia natural que advém da observação das “coisas que foram criadas”. Mas nós vemos que a verdade da revelação natural é suprimida. Os homens se recusam a reconhecer aquilo que sabem ser verdadeiro, preferindo adorar as coisas da criação, e não o verdadeiro e único Criador. Aqui está a indesculpabilidade deles.

Não somente os homens podem saber da existência de Deus, com também de sua natureza e seus atributos, ou seja, eles sabem que Deus é eterno e poderoso (v. 20), e também justo (v. 32), pelo uso da razão, ao meditar sobre as coisas criadas. Dessa forma, o conteúdo da Teologia natural inclui, em algum sentido, o conhecimento do caráter moral de Deus.

A Teologia formulada é uma Teologia natural *mediata*, ou seja, uma Teologia que se refere ao conhecimento indireto de Deus, um conhecimento *a posteriori*, produto da observação das obras da natureza. É nesse sentido que a Igreja Católica Romana fala do conhecimento de Deus “pela luz natural da razão”.<sup>25</sup>

O pecado cria uma deficiência moral dentro dos homens que os torna moralmente culpáveis e que os indis põe contra a verdade de Deus. Não existe uma deficiência na composição natural da inteligência humana, mas sim um problema moral.

Mesmo a humanidade caída possui o equipamento cognitivo para conhecer quem Deus é. Esse problema moral torna-se um problema intelectual quando escurece o pensamento e distorce o julgamento. Mas tais trevas seguem a rejeição da revelação natural, e não são a causa delas.<sup>26</sup>

O verso 21 afirma, de modo inequívoco, que os pagãos conheciam a Deus. Eles não o honravam como Deus, mas o conheciam. Eles se recusaram a honrar aquilo que claramente reconheceram como sendo de Deus. O pagão nunca poderia apelar para a ignorância. O verso 21 ainda diz que os homens, ao rejeitarem a verdade de Deus, tiveram uma consequência terrível: “tornaram-se nulos em seus próprios raciocínios, obscurecendo-lhes o coração insensato”. “Se a razão tivesse reconhecido primeiro a presença clara da luz, o processo fatal desse raciocínio falaz nunca teria começado.”<sup>27</sup> Portanto, a negação ou a supressão da verdade é algo que aconteceu na mente dos homens. Eles, voluntariamente, suprimiram a verdade que estava patente a seus olhos como produto voluntário de sua pecaminosidade. Assim, de acordo com a opinião dos tradicionalistas, os pressuposicionalistas “apresentam as pessoas não regeneradas como incapazes de entender o que está autoevidente”.<sup>28</sup>

### **Avaliação e crítica a ambas as posições**

Sobre o “conhecimento” do incrédulo:

**a)** Similaridades epistemológicas entre as duas correntes da fé reformada

De muitos modos, o conhecimento do incrédulo é igual ao dos crentes. Portanto, há similaridades entre os evidencialistas e os pressuposicionalistas quanto ao papel da razão em suas formulações epistemológicas:

**i)** Para ambos os grupos, Deus é conhecível mas incompreensível.

**ii)** Ambos, crentes e incrédulos, sabem que Deus é poderoso e tem autoridade, e estão cientes de sua presença em toda parte. Ambos sabem que Deus é Senhor. “O incrédulo, como o crente, conhece a Deus somente por iniciativa do próprio Deus, embora se recuse a obedecer a ele. Esse não é somente um conhecimento *sobre* Deus, mas um conhecimento do próprio Deus (Rm 1.21).

b) Diferenças epistemológicas entre as duas correntes da fé reformada<sup>29</sup>

Entretanto, a despeito das semelhanças, existem algumas diferenças epistemológicas entre as duas correntes.

**i)** O incrédulo não recebe o impacto da revelação de Deus

Alguém poderia ser tentado a pensar que o “conhecimento” do incrédulo consiste simplesmente no fato de ser cercado (ou rodeado) pela revelação de Deus, embora essa revelação não cause impacto em sua consciência. O pecador é tão depravado que bane Deus de sua mente. A revelação de Deus não tem qualquer impacto sobre sua mente. Essa ideia, contudo, com nítidas feições de pressuposicionalismo, deve ser rejeitada pelas seguintes razões:

(1) De acordo com esse raciocínio, podemos falar em Deus revelando-se a seres caídos, mas certamente não poderíamos falar de seres caídos com o conhecimento de Deus. Mas a Escritura retrata os incrédulos como tendo o conhecimento de Deus. Se eles têm o conhecimento de Deus, é sinal de que a revelação os impacta.

(2) A Escritura apresenta incrédulos e demônios interagindo com a revelação de Deus. Deus não é somente revelado a eles, como também se revela em seus atributos, e seus atributos são “claramente vistos” (Rm 1.20). Eles “conhecem” a Deus (Rm 1.21) e “transformam a verdade em mentira” (Rm 1.23,25). Como podem fazer tal coisa se as verdades de Deus não penetraram em sua mente? Obviamente, recebem o impacto da revelação divina.

**ii)** O incrédulo deve conhecer a Deus, mas não o faz

O fato de o incrédulo dever conhecer Deus não implica que seja *capaz* de fazê-lo. Esse é o raciocínio pressuposicionalista. Isso indica que o conhecimento de Deus no incrédulo seria apenas potencial, mas não real. Embora o incrédulo deva conhecer a Deus, não tem essa capacidade. Entretanto, a Escritura diz que o incrédulo, de fato, conhece a Deus, embora não goste do que conheceu por causa de sua perversão ética.

**iii) O incrédulo “reprime psicologicamente” o conhecimento de Deus**

Alguns estudiosos da Apologética reformada têm insistido em que o incrédulo pode “reprimir” o conhecimento de Deus a tal ponto que esse conhecimento se torna subconsciente e até mesmo inconsciente. Isso se deve a uma total depravação, que é tão radical a ponto de banir da “consciência” o conhecimento de Deus.

O grande problema dessa explicação é que a Escritura fala de incrédulos – e mesmo de demônios – como plenamente conscientes da verdade, embora a rejeitem (Mt 23.3ss; Mc 1.24; Lc 4.34; 8.28; Jo 3.2; At 16.17; Tg 2.19).

**iv) O incrédulo conhece “intelectualmente”, mas não “eticamente”**

Neste ponto, percebemos a grande semelhança e a grande diferença entre os tradicionalistas e os pressuposicionalistas:

A *semelhança* é que ambos os grupos, como reformados que são, creem absolutamente na depravação total.

A *diferença* é que os tradicionalistas dizem que “não há diferença fundamental entre o raciocínio do cristão e o do não cristão. A diferença, diriam, é ética, e não epistemológica”.<sup>30</sup>

Os pressuposicionalistas diriam que há uma diferença básica de raciocínio entre ambos, incrédulo e crente. Eles têm epistemologias diferentes. “Há modos certos de pensar e de aprender. E, se a depravação é total, e se ela se estende a todas as áreas da vida, então o incrédulo é aquele que raciocina erroneamente. E, quando as pessoas pensam erroneamente, chegam a conclusões errôneas.”<sup>31</sup>

É verdade que os incrédulos são apresentados na Escritura como aqueles que sabem o que devem fazer, mas não fazem (Mt 23.2ss; Rm 1.18-21; 2Ts 1.8). No entanto, isso não nos dá o direito de estabelecer uma distinção aguda entre o ético e o epistemológico.

Frame espousa certo pressuposicionalismo, mas se posiciona de forma bastante equilibrada. Ele concorda com Gerstner, no sentido de que os incrédulos podem conhecer muitas proposições a respeito de Deus, mas também diz que os incrédulos advogam proposições que contradizem aquelas que eles mantêm.

A regra é que os incrédulos são inteligentes no sentido de fazerem uso sofisticado e engenhoso de seus poderes mentais, mas são estúpidos em rejeitar o que é óbvio e também em desobedecer a isso. O problema não está, necessariamente, no conhecimento, mas na indisposição do coração em aceitar a verdade sobre Deus. Isso, ao mesmo tempo, soa como falta de inteligência. Então, é possível dizer que os incrédulos conhecem, mas “falham em agir”, e parte dessa “falha em agir” representa uma falha em pensar do modo como Deus requer.<sup>32</sup> Essa é a razão para Paulo falar de se terem “tornado nulos em seu próprio raciocínio, obscurecendo-lhes o coração insensato” (Rm 1.21).

### **A formulação de John Frame<sup>33</sup>**

Não podemos esquecer de que Frame é um pressuposicionalista com afirmações moderadas e que não ignora alguns elementos nos quais os tradicionalistas insistem.

**a)** Todos os incrédulos conhecem verdades o bastante para serem considerados indesculpáveis diante de Deus.

**b)** Mas os incrédulos não obedecem e não andam em amizade com Deus, fatores essenciais ao “conhecimento”, no sentido bíblico do termo, que é o conhecimento que o crente tem. Deus é apenas um inimigo contra quem lutam.

**c)** A desobediência do incrédulo tem várias implicações intelectuais:

**i)** Em si mesma, a desobediência é uma resposta estúpida à revelação divina;

**ii)** A desobediência é uma espécie de mentira. Quando desobedecemos a Deus, testificamos aos outros e a nós mesmos que a Palavra de Deus não é verdadeira.

**iii)** A desobediência envolve luta contra a verdade, disseminação da mentira e oposição à sua aplicação à vida pessoal. Os pecadores lutam contra a verdade de muitos modos. Eles simplesmente a negam (Gn 3.4; Jo 5.38; At 19.9), ignoram-na (2Pe 3.5), reprimem-na psicologicamente, reconhecem-na com os lábios, mas a negam nos atos (Mt 23.2ss), colocando-a num contexto mal direcionado (Gn 3.5,12,13; Mt 4.6), usando-a para se opor a Deus. Entretanto, nem todos os pecadores recorrem à mesma estratégia. Nem sempre todos negam a verdade ou a reprimem em seu subconsciente.

**iv)** A mentira e a luta contra a verdade envolvem a afirmação de falsidades. Nem tudo o que eles dizem é falsidade, mas a desobediência sempre envolve a aceitação de algum tipo de ateísmo, teórico ou prático.

**v)** Essas falsidades afetam todas as áreas da vida, inclusive a epistemológica. Assim, o incrédulo tem noções falsas inclusive a respeito de como raciocinar — noções que podem conflitar com as crenças que ele próprio sustenta.

**vi)** O crente e o incrédulo diferem epistemologicamente porque, para o crente, a verdade é dominante sobre a mentira, enquanto, para o incrédulo, ocorre o oposto.

**vii)** A meta do incrédulo é impossível, ou seja, destruir a verdade por completo, substituindo Deus por uma deidade alternativa. Como a meta é impossível, sua tarefa é autofrustrante (Sl 5.10; Pv 18.7; Jr 2.19; Lc 19.22; Rm 8.28; 9.15ss).

Esse sumário é o mais adequado possível. Todavia, o assunto permanece misterioso. A Escritura diz que o incrédulo conhece e que não conhece. A Escritura não nos dá uma elucidação epistemológica. Assim, tal elucidação

deve ser sacada cuidadosamente do que a Escritura diz a respeito de outros assuntos.

Portanto, a questão do conhecimento de Deus por parte do incrédulo persiste, apresentando algumas dificuldades ainda não solucionadas. Temos de admitir que os incrédulos são um misto de verdade e erro.

### **Opinião pessoal**

Conscientemente, não posso negar que haja conhecimento de Deus por meio das obras da criação. Essas, inquestionavelmente, causam impacto na mente e no ser total do homem, como homem.

Creio que é possível formular conceitos sobre a divindade com base na observação das obras da criação. Nesse sentido, o ímpio é capaz de elaborar uma Teologia natural. Contudo, por causa da queda, a observação das obras da natureza não é absolutamente correta, razão pela qual a Teologia estabelecida pelos incrédulos não deve ser tomada como confiável.

A razão não ficou isenta dos efeitos do pecado. De algum modo, a queda afetou noeticamente o homem, porque a mente humana depende da condição do coração humano. Se o mais interior do homem é corrupto, e todas as faculdades humanas estão ligadas ao coração, que é a fonte de tudo o que procede dele, a mente não terá escapado dos efeitos da queda. Portanto, embora admitindo a possibilidade de formular conceitos sobre Deus, posso afirmar que uma Teologia natural é capaz de apresentar dados sobre Deus que talvez não correspondam à verdade. A inadequação não está nas obras da criação (revelação objetiva), mas em sua correta apropriação subjetiva. O mesmo ainda pode acontecer no que diz respeito à Teologia com base nas informações da revelação especial. O problema está no homem que formula a Teologia, e não na inadequação da revelação.

Os homens veem as obras da criação que revelam o poder e a divindade, mas apresentam algumas faculdades mentais que têm sido seriamente prejudicadas, de tal forma que não conseguem enxergar corretamente quem é o Criador. As obras da criação causam impacto sobre os homens, mas a

cegueira espiritual de seu coração não lhes permite divisar, de forma correta, o Criador por trás de suas obras. Deus se lhes manifestou e eles veem as coisas que o revelam, mas não conseguem *precisar* quem é o Criador.

As Escrituras são os óculos através dos quais podemos ver claramente quem está por trás das obras da criação. Todos podem ver as obras da criação, mas somente aqueles que têm a revelação verbal de Deus podem formular, com mais correção, uma Teologia com base nas coisas que conseguem ver.

Existem elementos de verdade na Teologia natural (não se esqueça dos filósofos do passado, que elaboraram concepções sofisticadas a respeito da divindade, mas isso não é comum nos homens comuns, ou seja, naqueles desprovidos de uma mente filosófica com argumentos sofisticados sobre a religião) no que se refere à observação da criação, mas os homens naturais têm dificuldade de divisar quem é o verdadeiro Criador, pois a mente deles ficou obscurecida. Por essa razão, muitos adoram criaturas, em vez de adorarem o Criador. É verdade que essa adoração da criatura pode ser realmente uma expressão da malignidade voluntária da criatura contra o Criador, que reverte a ordem de Deus e que, por isso, tem suas faculdades intelectuais prejudicadas (Ver Rm1).

O apóstolo Paulo fala dos homens como “tendo o conhecimento de Deus” (Rm 1.19-21), mas também diz que os homens “não o glorificaram como Deus, nem lhe deram graças”. O conhecimento de Deus no homem é inescapável! O homem não pode deixar de conhecer a Deus, mas pode “suprimir” o conhecimento de Deus.

Também é verdade que a mente do homem não tem a capacidade de interpretar corretamente as obras da criação por causa dos efeitos noéticos do pecado. Seus olhos físicos veem perfeitamente as obras da criação que lhe causam impacto, mas sua capacidade interpretativa é deficiente. Nenhum homem completamente alienado da civilização cristã (ou da revelação bíblica) pode formular uma Teologia absolutamente correta pela observação

das coisas que vê. Ele pode emitir conceitos sobre a divindade por causa do impacto das obras da criação, mas falhará em formular corretamente seus conceitos sobre o Criador. Essa falha na interpretação daquilo que o homem vê pode denotar algum problema em sua capacidade intelectual que foi afetada pelas condições de seu coração.

É importante que se tenha em mente uma verdade equilibrada acerca dessa avaliação, mas também é importante reconhecer que não se pode ser absolutamente dogmático nessa matéria em todos os detalhes. Nossa ortodoxia não deve ser medida pela exatidão teológica dessa matéria. No entanto, uma coisa é certa nessa matéria: não importa a epistemologia que alguém aceite; a vida humana sempre será uma *resposta* do caráter do homem à revelação geral de Deus.

Embora o homem não seja cômico dela, sua vida toda é uma resposta, inclusive aos mais profundos aspectos da sua religião. Essa religião não é um instinto automático que surge das profundezas do coração humano, mas, antes, constitui uma resposta depravada à revelação de Deus.<sup>34</sup>

O *tradicionalista* dirá que a resposta depravada à revelação de Deus é por causa da vontade depravada, mas não que a mente tenha deixado de captar todo o conteúdo da revelação divina. O problema não é de raciocínio; o problema é ético.

O *pressuposicionalista* dirá que a resposta depravada à revelação divina se deve à falha em raciocinar corretamente. O problema não é apenas ético; é epistemológico.

Este é o resumo da grande contenda entre os reformados, mas em vários pontos todos concordam:

**a)** Todos os homens têm algum tipo de conhecimento acerca da divindade, sejam filósofos ou não. Millard Erickson diz que a “revelação geral serve para explicar o fenômeno mundial da religião e das religiões. Todas as pessoas são religiosas porque todas têm um tipo de conhecimento de Deus”.<sup>35</sup>

**b)** Todos os homens sempre terão uma resposta defeituosa à revelação geral de Deus, por causa de sua pecaminosidade.

**c)** Todos são culpáveis diante de Deus, por não darem uma resposta positiva à revelação geral, adorando a criatura, e não o Criador. Calvino diz que o conhecimento de Deus através das obras da criação “serve somente para tornar os homens inescusáveis”.<sup>36</sup>

## **2. O PAPEL DA RAZÃO NA TEOLOGIA SISTEMÁTICA**

Por causa de seu sistema, a Teologia sistemática recorre bastante à razão (e, portanto, à lógica) para sistematizar os ensinamentos da Escritura. Kantzer afirma:

A razão é o instrumento pelo qual podemos julgar a credibilidade da fé. Aquilo que é verdadeiramente contraditório não pertence à fé. O Deus da Bíblia é um Deus consistente. Nós nos contradizemos, mas Deus não se contradiz. Infelizmente, a aceitação de um paradoxo é espalhada nos círculos evangélicos e em boa parte do pensamento moderno. Isso é um erro e nos conduz a aceitarmos não criticamente os significados da Escritura, e isso não é o que Deus deseja de nós. A Escritura adverte-nos enfaticamente a não aceitarmos como uma revelação de Deus aquilo que contradiz uma revelação prévia (...). Os paradoxos dentro da fé não devem ser abraçados e cridos pelo cristão fiel. A presença de um paradoxo adverte-me para o fato de que não possui a verdade naquele ponto.<sup>37</sup>

Se percebermos uma espécie de paradoxo na Escritura, devemos mover-nos para a exegese com muito critério. Então, devemos comparar aquela passagem com outras passagens que tratam do mesmo assunto. Se, mesmo assim, o paradoxo persistir, devemos concluir que não sabemos o bastante para afirmar, dogmaticamente, verdades sobre aquele assunto, ou seja, que somos ignorantes sobre o significado que o autor quis dar àquele texto.

A questão intimamente relacionada ao método é a do lugar e da função da razão na Teologia. Se o método empregado pela Teologia é o indutivo, segue-se que a razão humana será entendida como os não cristãos a

entendem, ou seja, a razão humana não seria considerada afetada pela queda. Não haveria nenhum reconhecimento dos efeitos noéticos do pecado no homem. A razão humana, portanto, estaria no mesmo patamar da razão divina. É importante, portanto, que se reconheça que há distinção entre a concepção do cristão e a do não cristão sobre o lugar e o papel da razão humana.

A fim de entendermos o lugar da razão nas formulações teológicas, temos, em primeiro lugar, de definir duas importantes questões: a do objeto do conhecimento e a do sujeito do conhecimento.

### **3. O OBJETO E O SUJEITO DE NOSSO CONHECIMENTO**

Há duas reações no que diz respeito à importância da razão para a Teologia no seio da igreja. Existem aqueles que se mostram absolutamente contrários ao uso da razão na formulação de conceitos, e há os que dão muito mais importância do que aquela que a Escritura autoriza à razão na elaboração de conceitos teológicos.

A razão, segundo os fideístas,<sup>38</sup> nunca pode ser o ponto de partida para as formulações teológicas. Para os evidencialistas,<sup>39</sup> contudo, a razão é capaz de formulações teológicas corretas no que diz respeito ao Criador, ou seja, é capaz de elaborar a Teologia natural.

#### **a) Quem é o objeto de nosso conhecimento?**

Segundo o entendimento de Van Til, um dos proponentes mais seguidos do pressuposicionalismo, pode-se dizer que, para a mente humana conhecer verdadeiramente qualquer fato, “deve primeiro pressupor a existência de Deus e seu plano para o universo”.<sup>40</sup> A pressuposição da existência de Deus é *conditio sine qua non* para o cristão. Não é necessário provar a existência de Deus por meio de argumentos racionais. Não podemos nem mesmo pensar na não existência de Deus. Se alguém deseja conhecer alguma coisa de Deus, é necessário pressupor que ele existe; e, se alguém deseja conhecer alguma coisa do universo, deve pressupor a existência de Deus. A existência de Deus

é a razão da existência de todas as outras coisas. Portanto, o conhecimento das coisas deve pressupor o conhecimento da existência de Deus. Essa é a grande pressuposição da mente humana: Deus existe. Sua existência não precisa ser provada.

Não é bem assim que os evidencialistas pensam. Eles admitem que o homem possa ter conhecimento das coisas deste universo, sem que, necessariamente, reflitam sobre a existência de Deus. A existência de Deus pode vir a ser seu objeto de estudo através da razão impactada pela observação das obras da criação. É a partir do conhecido, ou seja, daquilo que eles conseguem ver, que os homens podem vir a ter o conhecimento de Deus. Mas Deus seria, de fato, o objeto de nosso conhecimento?

### **b) Quem é o sujeito do conhecimento?**

Há diferenças entre a posição do cristão e a do não cristão no que diz respeito à validade do conhecimento humano, bem como sobre a concepção da razão humana:

**i)** A ciência moderna é regularmente agnóstica, enquanto o cristianismo é o reverso. O pensamento da ciência do não cristão crê que, porque o homem não pode compreender algo exhaustivamente em seu conhecimento, e porque seu conhecimento não é exaustivo, seu conhecimento não é verdadeiro. Os cristãos, por sua vez, nunca tiveram a pretensão de que seu conhecimento fosse exaustivo. Somente Deus compreende as coisas de modo exaustivo. Nosso conhecimento de Deus e das coisas que nos cercam é apenas parcial e, ainda que derivado, verdadeiro.

**ii)** Os cristãos creem que o homem é uma criatura de Deus, enquanto os não cristãos resistem a essa ideia. Os cristãos aceitam, mas os não cristãos rejeitam a ideia de que o homem deve ser um reintérprete da interpretação de Deus. Como cristãos, deveríamos crer que a mente humana, tal como existe hoje, não somente conhece derivativamente, como também deve ser tida como *eticamente depravada*. Em contraste, os não cristãos pensam que a mente humana é *eticamente normal*. Além disso, aqueles que não creem na

pecaminosidade da mente humana também não creem no fato de ela ter sido criada.<sup>41</sup>

### **c) A razão do homem antes da queda**

A razão de Adão, quando de sua criação, era certamente derivativa. Seu conhecimento sobre a natureza das coisas era verdadeiro, embora não exaustivo. Sua razão, antes da queda, estava na amizade com Deus, e não na rebeldia contra Deus. A razão de Adão reconhecia o fato de que deveria ser intérprete da revelação de Deus. No paraíso, Adão teve uma concepção verdadeira da relação entre o particular e o universal no que se refere ao universo criado. Ele deu nome aos animais “conforme a natureza deles”, ou seja, de acordo com o lugar em que Deus os havia colocado no universo. Então, Adão podia falar verdadeiramente a respeito do significado do universo em geral e também de sua própria vida, bem como de sua vida com Eva. Dessa forma, a relação sujeito-objeto e a relação sujeito-sujeito eram normais. No paraíso, o conhecimento do homem era autoconscientemente analógico. O homem queria conhecer os fatos do universo a fim de cumprir sua tarefa como guardador do pacto.

### **d) A razão do homem depois da queda**

Após a entrada do pecado no mundo, algo na mente foi seriamente afetado. É diferente a condição da razão humana quando o coração se torna “desesperadamente corrupto”. Hoje, o homem natural, separado de Deus, não pode mais observar o mundo que o rodeia exatamente do modo como Adão fazia antes da queda. Querendo ser como Deus, como Satanás havia sugerido, ele acabou perdendo algumas capacidades importantes.

O homem natural não conhece nada do modo como deveria conhecer, especialmente sobre Deus. Suas noções sobre Deus não correspondem exatamente à verdade, por causa dos efeitos noéticos do pecado. Por essa razão, ele não pode formular uma Teologia natural correta. Van Til vai ainda mais longe em sua concepção sobre a razão no homem natural. Ele diz que,

a menos que mantenhamos que o “homem natural” não conhece as flores verdadeiramente, não poderemos sustentar, de forma lógica, que ele não conhece Deus verdadeiramente. Todo conhecimento é inter-relacionado. O mundo criado é a expressão da natureza de Deus. Se alguém conhece a “natureza” verdadeiramente, esse alguém também conhece verdadeiramente a natureza de Deus. Então, também a mente do homem é uma unidade. Ela não pode conhecer uma coisa verdadeiramente sem conhecer todas as coisas verdadeiramente.<sup>42</sup>

Van Til é muito radical a respeito da negação do conhecimento das coisas em geral por parte dos ímpios. Se todo o conhecimento é inter-relacionado, como diz Van Til, o desconhecimento de Deus acarreta o desconhecimento de todas as coisas. Portanto, qualquer elaboração comprovadamente científica por parte dos ímpios não pode ser verdadeira.

Com essa afirmação, Van Til nega que qualquer conhecimento seja verdadeiro porque o ímpio, verdadeiramente, não conhece quem criou a natureza. Isso significa que o conhecimento verdadeiramente científico, laboratorialmente comprovado, não pode ser o conhecimento verdadeiro quando adquirido pelo ímpio.

A dificuldade no que diz respeito ao conhecimento do homem natural pode ser aliviada se nos lembrarmos de que há dois modos pelos quais podemos dizer que o homem conhece a Deus. O homem natural tem o conhecimento de Deus que vem pelas obras da criação e pela consciência, conforme o ensino de Romanos 1 e 2. Esse conhecimento de Deus é inescapável no homem. Não há como fugir dele. As marcas da presença e da existência da divindade estão indelevelmente presentes na consciência humana. O homem conhece a Deus, a si mesmo e o mundo como criação de Deus. Essa é a revelação objetiva de Deus a ele.

O grande problema da Teologia está relacionado com a resposta que o homem dá a essa revelação como um ser ético-moral que é. A Escritura diz que o homem natural tem conhecimento de Deus, mas o que o homem faz

com esse conhecimento de Deus? Ele tenta *suprimir* qualquer conhecimento que tenha de Deus por causa da depravação moral de sua natureza.

A situação atual do homem natural, portanto, é sempre um misto de verdade e erro. Sendo “sem Deus e sem esperança neste mundo”, o homem natural ainda conhece a Deus e, em algum grau, também o reconhece. Em virtude de serem criados à imagem de Deus, de terem o conhecimento inescapável da divindade dentro de si próprios, os que odeiam a Deus, em sentido estrito, ainda conhecem a Deus, e podem fazer o bem, com o auxílio da graça comum neles.

#### **e) A razão humana depois da regeneração**

A consciência regenerada é a consciência adâmica *restaurada e suplementada*.

**i)** A consciência adâmica é *restaurada*. É regenerada e reconhece seu caráter derivativo, sendo capaz de reconhecer isso porque Deus a regenerou, possibilitando-lhe confessar sua depravação ética. Deus a despertou e, então, o homem passou a ter a vida de Deus.

**ii)** A consciência regenerada é a consciência adâmica *suplementada*. Antes da queda, Adão estava no estado de *posse peccare*, enquanto a consciência restaurada o deixa, em tese, no estado de *posse non peccare* (1Jo 3.9).

**iii)** A consciência regenerada é restaurada no princípio, mas não em grau. A luta de Romanos 7 ainda está em vigor em cada cristão, até o tempo da morte (I Jo 1.8).

Assim, se guardarmos todas essas distinções entre as consciências adâmica, do não regenerado e do regenerado em nossa mente, poderemos abordar, de forma correta, a questão do lugar da razão na Teologia.

### **CONCLUSÃO**

É bom que não cheguemos ao exagero pressuposicionalista de que, antes da regeneração, nossa razão é incapaz de ter qualquer conhecimento de Deus ou

das coisas relacionadas à criação. É possível ao homem conhecer as coisas do universo sem ter o conhecimento de Deus.

O conhecimento de Deus nos ajuda, de forma significativa, no entendimento dos propósitos da existência do universo e de nós mesmos, mas não é essencial para que se conheça alguma coisa científica correta do universo pela observação da natureza e pelo uso da razão, ainda que arruinada pela queda.

Essas coisas podem ser provadas pelo desenvolvimento da ciência, que, em grande parte, se deve a cientistas que não têm noção de quem o Deus verdadeiro seja. A descoberta da Segunda Lei da Termodinâmica, que tem sido usada para dar evidência das coisas da criação, foi feita por Isaac Assimov, um cientista incrédulo. Entretanto, somente após a regeneração causada pelo Senhor é que o homem passa a ter uma noção correta de quem Deus é e vem a obter uma compreensão bem mais abrangente das próprias obras da criação.

As grandes perguntas, contudo, permanecem: “A razão humana muda em capacidade de conhecimento depois da regeneração? O homem passa a ter melhor raciocínio depois de ser regenerado?” A resposta a essas perguntas definirá se você está do lado dos evidencialistas ou dos pressuposicionalistas.

- 
7. Essa citação atribuída a Lutero pode ser lida no artigo “Reason is the Devil’s Handmaid” (<http://beggarsallreformation.blogspot.com.br/2010/08/luther-reason-is-devils-handmaid.html>). Lutero também a fez originalmente em sua obra *Against the Heavenly Prophets, on Images and the Sacraments*.
  8. Siegbert Becker, *The Foolishness of God* (Milwaukee: Northwestern Publishing House, 1999), p. 1.
  9. Explicando sobre Frau Hulda, Lutero diz: “Na mitologia germânica, Frau Hulda é o nome da líder de um grupo de criaturas míticas que eram vistas como instigadoras do bem e do mal entre os homens. Igual a elas, Frau Hulda tem a natureza cheia de caprichos, ora amável, ora hostil, especialmente nos tempos em que a desordem surge entre os homens. Ela pode, entretanto, ser considerada uma personificação da ordem e do raciocínio esperto. Contudo, em matéria de fé, Lutero olhou para a razão como sedutora, conseqüentemente como “a prostituta do demônio”. (Ver em <http://beggarsallreformation.blogspot.com.br/2010/08/luther-reason-is-devils-handmaid.html>).
  10. Se você quiser ver boa parte do pensamento de Lutero sobre essa matéria, leia *Luther’s Works* 40:174.
  11. “O racionalismo, teológico ou filosófico, foi uma tentativa de se obterem a verdade, a realidade, o essencial, procedentes da razão, considerada uma fonte original, em vez de chegar a essa verdade, à realidade ou ao essencial por outra fonte qualquer, como a Bíblia, por exemplo” (Eugene Osterhaven, “The Function of Reason in Reformed Dogmatics”, in *The Reformed Review*, v. 12, 1959, p. 1).
  12. Eugene Osterhaven, “The Function of Reason in Reformed Dogmatics” (*The Reformed Review*, v. 12, 1959), p. 4.
  13. Noético é relativo a nous (mente). Portanto, estamos falando dos efeitos do pecado sobre a mente.
  14. Osterhaven, op. cit., p. 8.
  15. Barth disse: “Não, eu uso a lógica sempre que ela me ajuda; mas, quando não me ajuda, eu a ignoro”. Citado num seminário em inglês na cidade de Basel, na Suíça, no inverno de 1955 (Kenneth S. Kantzer. “A Systematic Biblical Dogmatics: What is it e How is it to be done?”, *Doing Theology in Today’s World*, p. 490 ).
  16. Barth, *The Doctrine of the Word of God*, v. 1, parte 1, traduzido por G. T. Thomson (Edinburgh: T & T Clark, 1960), p. 18.
  17. Ver *Institutes*, I.5.1.
  18. *Ibid.* 1.3.1 e 1.4.1.
  19. *Ibid.* 1.10.3.
  20. (*The Defense of the Faith*, p. 81.). O conceito similar em Calvino é o do “sensus divinitatis”.
  21. *Systematic Theology*, I, 49.
  22. *Ibid.*, pp. 50-53.
  23. *The Defense of the Faith* (New Jersey: Presbyterian & Reformed Publishing Co., 1967), p. 81.

24. Idem, *ibid.*
25. R. C. Sproul, *Classical Apologetics* (Academie Books, Zondervan, 1984), p. 44.
26. *Ibid.*, p. 51.
27. *Ibid.*, p. 52.
28. Sproul, p. 218.
29. Ver Frame, *op. cit.*, pp. 50-61
30. Ver Sproul.
31. Frame, *op. cit.*, p. 57.
32. *Ibid.*, p. 58.
33. *Ibid.*, pp. 58-59.
34. Berkouwer, G. C. "General and Special Revelation", *Revelation and the Bible*, editado por Carl F. Henry, Baker, 1958, p. 17.
35. *Christian Theology*, Baker, 1985, p. 174.
36. *Commentary on the Book of Psalms* (Eerdmans, 1963), p. 317.
37. Kantzer, *op. cit.*, p. 475.
38. O fideísmo é uma teoria epistemológica que sustenta que a fé independe da razão, ou que a razão e a fé são hostis uma à outra e que a fé é superior na chegada a verdades particulares. A palavra fideísmo vem do latim Fides (fé) (<https://en.wikipedia.org/wiki/Fideism>).
39. O evidencialismo é uma teoria epistemológica que sustenta a necessidade de haver provas para mostrar a existência de Deus, tanto na esfera da Teologia natural (milagres, por exemplo) como na esfera dos argumentos filosóficos e científicos. O evidencialismo não despreza o conceito de Teologia natural, o qual está praticamente ausente no fideísmo.
40. C. Van Till, *An Introduction to Systematic Theology* (a syllabus intended just for class purposes, WTS, 1952), p. 22.
41. Van Til, *op. cit.*, p. 25.
42. Van Til, *op. cit.*, p. 27.

## CAPÍTULO 3

# NOÇÕES GERAIS DA TEOLOGIA COMO CIÊNCIA

**A**té a entrada da chamada era moderna, a Teologia era conhecida, em alguns círculos, como a rainha das ciências. Posteriormente, ficou relegada a segundo plano, sem a importância anterior. As Humanidades, as Ciências Exatas e as Ciências da Natureza passaram a dominar as universidades, e a Teologia ficou restrita aos redutos religiosos. Com isso, foi-se perdendo a noção de Teologia como ciência. Alguns até têm receio de colocá-la nessa categoria.

### O QUE É TEOLOGIA?

Muitos estudiosos têm concebido a Teologia como um estudo que trata de Deus e de suas relações com os homens, mas essa ideia carece de alguns esclarecimentos complementares.

Não existe inconveniente algum em dizer que a Teologia é uma ciência se fizermos algumas distinções importantes. Para falar de modo estrito, a Teologia não pode ser uma ciência se Deus é o objeto de estudo. Nesse caso, Deus estaria sob o crivo da pesquisa humana, sob o escrutínio humano. Ainda que o alvo final da Teologia seja o de conhecer a Deus, a Teologia trata do estudo de Deus mediante a revelação que ele faz de si mesmo. Nesse caso, o objeto de estudo é a revelação da natureza e a revelação verbal. Então, podemos dizer que a Teologia é uma ciência porque a Escritura pode ser

objeto de nossa pesquisa, mas Deus não. Passamos a conhecer a Deus pela pesquisa feita em sua revelação. Somente aqui, a Teologia pode (e deve!) ser entendida como uma ciência.

Todo o conhecimento que temos de Deus vem dele próprio, por meio de sua revelação. Quando estudamos sua Palavra, temos algum tipo de conhecimento objetivo a seu respeito. Somente nesse sentido podemos dizer que Deus é o objeto de nosso estudo.

O *Catecismo Maior de Westminster*, que favorece a definição de Herman Bavinck, no sentido de que a “dogmática é o sistema científico do conhecimento de Deus”, diz que as “Escrituras ensinam principalmente aquilo em que o homem deve crer a respeito de Deus, e qual dever Deus requer do homem”.

A Teologia é o produto final da obra dos teólogos ou da igreja em sua capacidade de ensino. A Teologia não é algo que recebemos de Deus. De Deus, recebemos a revelação. Contudo, para que conheçamos corretamente sua revelação, precisamos de sua graça iluminadora para fazer Teologia.

A Teologia, portanto, é simplesmente uma obra de homens porque é o entendimento que eles têm acerca da revelação divina. Esse deve ser o ponto de partida dos teólogos. Uma Teologia que não tem como ponto de partida a revelação verbal de Deus não é Teologia no verdadeiro sentido da palavra, porque seu ponto de partida estará sempre no próprio homem.

O estudo de Deus sempre deve ter como ponto de partida as informações que Deus dá de si mesmo. Quando se formula a Teologia sem essa característica, trata-se de uma forma de naturalismo, de ideias humanas a respeito de alguém que os teólogos desconhecem.

Portanto, para que formulemos uma Teologia no verdadeiro sentido da palavra, é necessário termos um padrão seguro de informação a ser seguido. O teólogo sempre deve começar pela revelação. Em sentido bem estrito, sem a revelação verbal, não há possibilidade de se elaborar uma boa Teologia. Ademais, o grande problema na formulação da Teologia é a concepção que o

estudante tem da Escritura. Há um tipo muito comum de esquizofrenia intelectual naqueles que aceitam a Escritura como revelação de Deus, mas não aceitam o que a Escritura diz de si mesma.

Assim, é importante que os teólogos aceitem o que a Bíblia testifica de si mesma,<sup>43</sup> para que possam ter um padrão confiável de informação para a elaboração da Teologia. Se a Bíblia não é aceita por seus estudiosos como a Palavra inspirada de Deus, estes não a aceitam de fato e de verdade, mas apenas a examinam com preconceito em mente, o que lhes dificulta o verdadeiro ensinamento dela.

Entretanto, temos de reconhecer que não é fácil compreender a doutrina da revelação e da inspiração da Escritura. Se não vemos a Escritura com as lentes corretas, teremos muito mais dificuldade na elaboração da doutrina da revelação. Existe a complexidade da sinergia entre Deus e os homens, especialmente no registro da revelação (que é a inspiração) e na própria revelação.

Sabemos que a revelação tem Deus como o grande autor, mas não podemos nos esquecer de que ele se serviu de homens para que sua revelação fosse registrada e proclamada. Há, portanto, a participação divina e humana na confecção da Escritura Sagrada, que cremos ser a revelação verbal de Deus. Além disso, precisamos entender que a Escritura não é um compêndio de Teologia sistemática que responde a todas as perguntas de forma direta e inequívoca.

A interpretação da Escritura é um processo complexo que deve ter início com um cuidadoso estudo do texto. A Teologia deve começar com a exegese, recorrendo ao método gramático-histórico de hermenêutica. Então, ao examinarmos um texto ou um livro particular da Escritura, chegamos às conclusões da chamada “Teologia Bíblica”. A Teologia Sistemática não vem à existência até que o teólogo tome a Teologia Bíblica e a examine como um todo na Escritura, vendo-a, inclusive, em seu contexto.

Um bom teólogo é aquele que trata cuidadosa e apropriadamente do texto. Ao mesmo tempo, devemos ter em mente que o teólogo, ainda que seja bom, é um ser humano falível, que sempre reproduzirá os pensamentos infinitos de Deus por meio de mentes e pensamentos finitos. Além disso, os que fazem Teologia são – e sempre serão – homens imperfeitos.

A verdade fundamental é que, para sempre, haveremos de ter uma revelação perfeita, mas nunca uma perfeita Teologia. Uma revelação absoluta, mas nunca uma Teologia absoluta. A Teologia trata de verdades absolutas registradas na Escritura, pois elas vêm da revelação de Deus, mas as conclusões da Teologia não são necessariamente absolutas.

O papel dos prolegômenos está entre a Teologia Bíblica e a Sistemática. Os prolegômenos investigam aqueles conceitos que o teólogo usa ao formular as verdades da revelação.

### **O QUE É CIÊNCIA?**

A ciência envolve um pensamento teórico e sua análise secundária. A ciência abarca alguns elementos indispensáveis: um pesquisador, uma pessoa humana dirigindo sua função analítica, ou seja, seu pensamento, sua reflexão, seus poderes de análise, para um aspecto da realidade que ele, em tese, abstraiu de uma realidade temporal em sua totalidade e unidade. Por meio de sua capacidade de pensamento, o cientista abstrai esse aspecto da totalidade em que ela é experimentada na vida de cada dia.

Uma ciência, contudo, diferentemente da experiência de cada dia, requer análise secundária, exame e escrutínio mais profundos. O pesquisador deve colocar debaixo de seu escrutínio o objeto de conhecimento para um exame acurado, tal como o cientista faz quando coloca as folhas de uma árvore num microscópio para obter todas as informações possíveis a seu respeito.

A pesquisa científica, como atividade erudita e disciplinada, requer uma análise secundária criteriosa, em que os elementos sejam estudados

microscópica e telescopicamente, dependendo do objeto a ser estudado. Expressa de maneira mais detalhada, uma ciência se caracteriza por:

- i) Um objeto real de estudo;
- ii) Os meios de estudo apropriados àquele objeto;
- iii) Um procedimento sistemático para levar a cabo aquele estudo;
- iv) A verdade como meta.<sup>44</sup>

Veamos uma rápida análise de cada um desses pontos que nos ajudará a entender o que é uma ciência:

**a) Na elaboração de uma ciência, precisamos ter um objeto real de estudo**

Por “*objeto real de estudo*”, deve-se entender “algo que existe numa realidade objetiva, fora do cientista e de sua subjetividade”.<sup>45</sup> Não é possível fazer um estudo sistemático de um objeto que não exista, ou que esteja fora das avaliações normais de uma ciência. As coisas que não podem ser mensuráveis, avaliáveis ou examináveis não podem ser objeto de estudo científico, no sentido técnico do termo. Nesse sentido, Deus não pode ser objeto de estudo, pois não se encaixa nos padrões técnicos de uma ciência.

**b) Na elaboração de uma ciência, precisamos dispor dos meios apropriados para o estudo do objeto**

Por “*meios apropriados para o estudo do objeto*”, entende-se que devemos usar as ferramentas próprias para cada objeto a ser estudado. Cada ciência dispõe dos meios apropriados para o objeto a ser estudado.

Cada ciência tem seus instrumentos (ou ferramentas) apropriados de estudo: a Astronomia moderna, por exemplo, exige, entre outros instrumentos, os grandes telescópios, com vistas a vasculhar as profundezas do universo; a Física, por sua vez, exige instrumentos precisos para averiguar as forças da natureza e como se sustentam no universo; a Biologia e a

Genética moderna exigem instrumentos apuradíssimos para averiguar as profundezas, especialmente dos micro-organismos e das menores partes dos organismos vivos; e assim por diante.

Não é diferente com a Teologia: ela também possui objetos de estudo apropriados. Nenhum teólogo decente dispensa Linguística, Hermenêutica e Análise Textual para interpretar corretamente a revelação verbal. A Escritura é o objeto de estudo, e os vários departamentos da Teologia a fustigam para arrancar dela as verdades de que necessitamos.

Não podemos recorrer aos mesmos instrumentos para todas as ciências, mas todas elas devem usar ferramentas básicas de averiguação, a fim de haver crédito naquilo que se estuda.

### **c) Na elaboração de uma ciência, precisamos ter um procedimento sistemático para o estudo do objeto**

Por “*procedimento sistemático*”, deve-se entender o método a que se recorre (e não somente as ferramentas) para estudar uma ciência. Todo conhecimento de determinado objeto deve ser sistemático, embora nem tudo que é apresentado sistematicamente e ordenadamente seja chamado de ciência. Não é a sistematização de um assunto que o torna científico, mas toda investigação científica é sistemática.

### **d) Na elaboração de uma ciência, precisamos ter a verdade como meta no estudo do objeto**

Por “*verdade como meta*”, deve-se entender que toda investigação científica conduz a um alvo que, em última análise, deve ser a descoberta da verdade. “Uma pesquisa que pretende provar uma ideia preconcebida não é científica *a menos* que o pesquisador esteja preparado para abandonar seus preconceitos, quando a evidência contra eles se acumular.”<sup>46</sup> Todos os conhecimentos científicos começaram com uma hipótese, até que foram testados e provados. A validade de um experimento científico está no teste. O cientista não deve impor suas pressuposições às conclusões, mas testá-las

devidamente e, então, analisá-las de acordo com os métodos de avaliação próprios, até que sejam provadas como verdadeiras, e a verdade venha à tona.

### **A TEOLOGIA É UMA CIÊNCIA?**

Via de regra, nas listas das ciências modernas, a Teologia não faz mais parte dos campos da ciência. Até a chegada dos tempos modernos, quando a cosmovisão estava mais próxima do cristianismo, a Teologia era considerada a rainha das ciências. Entretanto, nos tempos atuais, depois das revoluções industrial e filosófica, bem como do cientificismo, a Teologia ficou fora da lista.

As coisas da religião não entram nas coisas das ciências, porque Deus está fora da investigação científica, pois está na esfera daquilo que Kant chamou de mundo numênico, e não na esfera do mundo fenomênico. As coisas do mundo fenomênico são verificáveis, mas não as do mundo numênico. Logo, a Teologia não pode ser uma ciência. Essa visão, pois, permite o estudo da religiosidade, mas não de Deus.<sup>47</sup>

Entretanto, se tomarmos como verdadeira a ideia de ciência fornecida por Harold Brown, e rapidamente analisá-la, podemos ver a Teologia como uma ciência. Se a Teologia é uma ciência, teremos de aplicar os mesmos princípios adotados para a verificação de outras ciências a ela. Como ciência, portanto, apliquemos mais demoradamente à Teologia os mesmos quatro princípios já analisados brevemente:

#### **a) O objeto real de estudo da Teologia**

A Teologia é uma ciência somente se tiver um objeto real de estudo. Podemos saber muitas coisas a respeito de Zeus, a famosa divindade grega, porque os gregos creram nele. Ele existiu na mente e na subjetividade de muitos gregos, mas não pode ser objeto de investigação científica porque, na verdade, não existe como uma personalidade real, como um objeto concreto.

Se o objeto de estudo tem de ser algo real, disponível para ser fisicamente medido, alguma coisa que exista concretamente, algo que possa ser

pesquisado e objetivamente verificável, então Deus, o Deus verdadeiro, em si mesmo, também não pode ser objeto de investigação científica. Embora Deus esteja fora do pesquisador e de sua subjetividade, existindo de forma independente de seu pensamento, não pode ser verificável, observável, mensurável, como os outros objetos da investigação científica o são. Deus está além da verificação científica. Ele não pode ser provado, embora exista objetivamente, ou seja, existe fora da subjetividade do pesquisador. Mesmo que o pesquisador não creia nele, ele existe.

Deus só pode ser observável e conhecível *em seus próprios termos*, de acordo com suas próprias regras estabelecidas, mas ele, em si mesmo, não é objeto de estudo.

Qual é, então, o objeto da investigação científica na Teologia? Deus? Não! A definição mais comum de Teologia é “a ciência de Deus”. Muitas definições tendem a interpretar literalmente o termo “Teologia” e chegam à conclusão de que Deus deve ser *objeto* do estudo científico do homem. Essa ideia é, de fato, insatisfatória, porque Deus não é passível de investigação por um ser inferior, pois ele chamou à existência todas as coisas. Ele é a realidade última de tudo, e é aquele que põe em ordem e sistematiza todas as coisas.

Abraham Kuyper desafiou essa definição de Teologia como “o estudo de Deus”, argumentando que Deus não pode ficar debaixo de investigação, ou seja, debaixo de um microscópio,<sup>48</sup> como os outros campos da investigação ficam. Numa ciência, o pesquisador está sempre debruçado *sobre* o objeto investigado. Mas isso não acontece com Deus. Ele está *sobre* e *além* da capacidade do homem de investigá-lo. O homem não tem condições de investigar Deus porque ele está muito acima de seu alcance, pelo fato de sua natureza ser infinitamente superior e inatingível pelo homem.

Se é assim, como se pode saber alguma coisa sobre Deus? Por meio de sua autorrevelação. Deus é autoexistente, não verificável em si mesmo, mas é um ser pessoal que se comunica e se torna acessível, deixando marcas na história, sendo conhecível através de proposições revelacionais que estão registradas

na Escritura. Essa, sim, é o objeto da investigação do homem. O homem estuda Deus mediante aquilo que Deus revela de si mesmo. Portanto, a Teologia deve ser entendida como a “ciência da revelação” ou a “ciência da Escritura”.

De modo inverso, dentro do estudo científico da Teologia, o pesquisador está *debaixo* do “objeto” investigado, porque depende dele para obter as informações necessárias. Nas outras ciências, o pesquisador trabalha com elementos que não têm resposta voluntária, somente reagindo a estímulos que são governados pelas leis naturais. Mas não é assim na pesquisa científica da Teologia. Nela, o pesquisador não tem controle sobre o “objeto” pesquisado, como acontece nas outras ciências. Nesse sentido, a Teologia é uma ciência singular. O pesquisador tem de estar submisso às informações que Deus dá de si mesmo em sua revelação, ficando dependente e sob a autoridade das Escrituras.

A Teologia está muito preocupada com o “aspecto pístico”,<sup>49</sup> que, via de regra, deve estar vinculado à única fonte de revelação e autoridade, a qual, para os reformados, é a Escritura, conforme se afirma em seus símbolos confessionais.

### **b) O meio apropriado para o estudo da Teologia**

O estudo científico de qualquer matéria exige que se disponha dos meios adequados. Não se estuda cientificamente a Teologia como se estuda Física ou Química. Os meios devem estar em consonância com a *natureza* dos “objetos” estudados.

O Deus da Escritura Sagrada não é um ser impessoal, ou o “Primeiro Motor” ou a “Primeira Causa”, ou uma “Força Cósmica” para todas as coisas, como, em geral, as filosofias ensinam, mas é um Deus excelentemente pessoal.

Porque Deus é pessoal, devemos procurar conhecê-lo através de modos apropriados para pessoas. As coisas podem ser estudadas por observação, por medidas e por

computação. As pessoas podem ser conhecidas somente quando duas condições são preenchidas: primeiro, a pessoa deve comunicar-se, geralmente em linguagem *inteligível*, e, segundo, aquele que recebe a comunicação deve responder com uma medida de *confiança*. Neste ponto, é da maior importância enfatizar que a confiança não é um substituto para um conhecimento pessoal, embora tenhamos de confiar porque não conhecemos. Confiar é o *meio* apropriado para se obter conhecimento das pessoas; sem essa confiança, não podemos conhecer outra pessoa de modo íntimo, e sem o equivalente teológico, que usualmente chamamos fé — simplesmente outra palavra para a mesma coisa —, não podemos conhecer Deus.<sup>50</sup>

O elemento *pístico* (elemento de fé) é extremamente importante para o conhecimento de Deus. Não há possibilidade de se ter qualquer conhecimento real dele sem que se creia no que ele diz. Isso é assim em relação a todos os seres pessoais. Se não confiarmos no que as pessoas dizem, não saberemos nada a respeito delas ou da verdade. No estudo dos seres pessoais, tem de haver um elemento de comunicação e um elemento de confiança naquilo que é dito. Se não houver tal comunicação, não haverá conhecimento, e, se não houver um elemento de confiança naquilo que foi comunicado, o conhecimento não se subjetivará. E, quando não se subjetiva, não é conhecimento verdadeiro para quem pesquisa.

O elemento de confiança nas informações de um paciente no estudo da Psicologia, por exemplo, é fundamental. Então, podemos afirmar, com certeza, que o elemento confiança na comunicação é algo que deve ser considerado *científico*. Seria não científico desprezar esse tipo de conduta. Se isso é verdade no estudo das Ciências Humanas, também o é no estudo do Ser Divino da maneira como se revela e como reagimos em resposta à sua revelação.

O Deus que não é crido não é verdadeiramente conhecido. Os incrédulos podem conhecer coisas sobre Deus ao ouvirem falar dele, mas isso não implica que o conheçam verdadeiramente. O conhecimento real implica comunicação e fé reflexa. Brown diz:

Se um teólogo cientista não traz nenhuma confiança ou fé à sua obra, não está se comportando cientificamente, porque está privando a si mesmo do meio necessário e apropriado para se obter conhecimento, e por essa razão não tem nada a sistematizar.<sup>51</sup>

Portanto, só pode fazer Teologia cientificamente aquele que realmente confia na comunicação recebida. Isso quer dizer que um teólogo não apresentará uma pesquisa válida se não confiar pessoalmente em Cristo, que é o revelador de Deus. Este se comunica, como ser pessoal que é, e o teólogo científico trabalha, de forma confiante, com as informações recebidas, sistematizando-as.

Quando os pesquisadores não confiam na revelação divina, podemos dizer com certeza que seu conhecimento é falho, pois terá faltado o elemento pístico – fundamental para a ciência teológica.

### **c) O método da Teologia**

Não há como sistematizar se não houver dados para a sistematização. Em outras palavras, não podemos usar qualquer método para uma ciência se não tivermos o “objeto” a ser estudado, nem os meios apropriados para estudá-lo.

Se tivermos os dois primeiros critérios, poderemos começar a aplicar o terceiro, ou seja, a sistematização dos dados recebidos. Não existe ciência sem sistematização das informações. “Mas o *método* não produzirá os resultados que valham a pena, a menos que o *meio* esteja disponível e seja colocado em uso.”<sup>52</sup>

O pesquisador tem de usar todas as fontes de informação para a elaboração de seus conceitos. Em Teologia, isso não é muito diferente. O teólogo cientista tem de usar todos os recursos para a elaboração sistemática de seu trabalho.

### **d) A verdade como meta**

O objetivo de todo cientista é chegar a conclusões justas e verdadeiras. Mas, nessa busca da verdade, o cientista deve ser honesto e não permitir que

suas pressuposições controlem o resultado da pesquisa. Embora o teólogo cientista vá às fontes com pressuposições, porque é impossível ser cientista sem algum tipo de pressuposição, não deve permitir que a busca da verdade seja prejudicada por seus próprios sentimentos no que diz respeito ao “objeto” pesquisado. A meta de seu trabalho é o alcance da verdade. Nessa busca, ele deve contar com alguns elementos importantes e fundamentais: a revelação divina e a fé para trabalhar corretamente com as informações de que dispõe.

É ponto pacífico entre os cristãos evangélicos que a revelação divina é o ponto focal de estudo dos teólogos. Sem ela, não há qualquer material para o estudo de Teologia. Não há verdade, objetivamente falando, sem a autorrevelação de Deus. Contudo, não podemos olvidar que a Teologia é uma ciência e, como tal, tem de trabalhar cientificamente com dados.

A Teologia é uma disciplina intelectual, uma ciência, e deve, diferentemente das outras ciências, começar com a fé. Sem a fé, é impossível fazer Teologia.<sup>53</sup> Entendida desse modo, a *fé precede a Teologia*, porque a Teologia é elaborada com a fé nos dados que o cientista possui. A submissão em fé à revelação produz Teologia. Quanto mais fidelidade à revelação de Deus, mais próxima da verdade estará a Teologia. “Nesse sentido, um teólogo deve ser algo parecido com um cientista físico, um químico, um biólogo, porque cada um deles deve lidar com a realidade como é, e não como ele gostaria que fosse.”<sup>54</sup>

A busca da verdade deve ser o alvo final e principal do teólogo que trata cientificamente da revelação de Deus. E ele deve fazer isso crendo no que Deus diz de si mesmo, dos homens e de suas relações com o mundo, crendo em algo que, de fato, é digno de confiança.

### **O CARÁTER SINGULAR DA TEOLOGIA COMO CIÊNCIA**

Em seu caráter geral como ciência, a Teologia não é diferente das outras ciências. O que distingue a Teologia das outras ciências é, basicamente, seu

*campo* de pesquisa, porque ela é singular em sua investigação.

Quando se faz Teologia, o método científico adotado é o mesmo, embora seja diferente o *conteúdo* de pesquisa. Em Teologia, os laboratórios não são usados, nem os outros equipamentos científicos, mas o processo de pesquisa não difere muito. A análise secundária, também em Teologia,

deve ser microscópica em sua natureza e telescópica quando escrutinizada à luz da história. A natureza da Bíblia, as características da oração, as qualidades da confissão de uma igreja e o significado preciso de determinado texto são tópicos que podem ser objeto de investigação teológica. A Teologia, portanto, deve ser vista como uma ciência porque compartilha aquelas características gerais presentes em todas as ciências particulares ou específicas.<sup>55</sup>

Todo o campo de conhecimento da Teologia deve ser cuidadosa e cientificamente analisado para que seja possível fazer afirmações devidamente embasadas, tal como um trabalho verdadeiramente científico deve ser. A Teologia, portanto, deve ser, nesse sentido, considerada uma ciência porque conta com um pesquisador e algo a ser investigado.

#### **AS FONTES DE PESQUISA DA TEOLOGIA SISTEMÁTICA REFORMADA**

É importante que os estudiosos da Teologia como ciência tenham em mente que há três fontes de pesquisa que se mostram indispensáveis para o conhecimento da Teologia Sistemática reformada.

##### **a) A Teologia Reformada e a Escritura como fonte de pesquisa**

A Escritura deve sempre ter a primazia no estudo da Teologia. Essa é a única regra de fé e prática para o teólogo reformado. Ela é a fonte primária e final no julgamento da Teologia porque é a Palavra inspirada de Deus.

De acordo com a Teologia Reformada, o campo de pesquisa e a norma da Teologia, portanto, são, primordialmente, a Escritura (*Sola Scriptura*). Em outras tradições teológicas, a Escritura tem menor peso porque a fonte de pesquisa é compartilhada. No catolicismo romano, a fonte de pesquisa da

Teologia não é apenas a Escritura. A Igreja de Roma também usa a tradição, que, em alguns casos, é um fator teológico determinante. Na tradição da Teologia liberal e de ramos pentecostais, há mais um elemento de pesquisa com fundamental importância: a experiência religiosa.

Entretanto, numa Teologia sadia e segura, também devemos pesquisar a tradição e a experiência humana, e chegamos à conclusão de que ambas as fontes, embora não sendo cheias de autoridade, conduzem à prova de que a Escritura é verdadeira no que diz a respeito de Deus, dos homens e da redenção em Cristo.

Na Teologia Reformada, temos outro preceito tão importante quanto o da *Sola Scriptura*, o conceito da *Tota Scriptura*. O princípio da *Sola Scriptura* nos aponta para o fato de que não existe outra fonte de autoridade além da Escritura. Contudo, o conhecimento do princípio da *Tota Scriptura* nos aponta para o fato de que devemos conhecer o todo para entender o particular. A necessidade de se conhecer a totalidade nos ajuda muito no entendimento de cada parte. Para usar uma linguagem mais filosófica, podemos dizer que o conhecimento do universal nos ajuda a entender o particular.

#### **b) A Teologia reformada e a tradição como fonte de pesquisa**

O termo “tradição” não é muito bem-vindo entre os protestantes em geral, por causa do preconceito gerado por essa palavra nos círculos católicos. “Qualquer protestante evangélico que deseja defender a importância essencial da tradição se verá forçado a protestar contra o entendimento católico-romano de tradição.”<sup>56</sup> De fato, houve grande prejuízo para a Teologia cristã quando acrescentou ou distorceu a revelação de Deus ao colocar elementos novos que foram retirados do ambiente religioso-cultural ou da filosofia em vigor nos mais variados períodos da história da igreja.

Nesse sentido, a tradição foi prejudicial para o estudo da Teologia como ciência porque não chegou a conclusões verdadeiras sobre Deus. Devemos protestar contra a tradição no contexto católico quando passa a ser uma das

fontes de autoridade na igreja ou quando se diz que a igreja produziu a Escritura e que, portanto, a tradição tem autoridade sobre a Escritura. Porém, o termo *tradição* é muito mais abrangente do que o sentido que o catolicismo lhe empresta. Há outros sentidos positivos e úteis que podem ser aproveitados dentro do protestantismo evangélico em geral e, especificamente, dentro da fé reformada.

Pelo exposto, “não é científico nem possível ignorar a tradição”<sup>57</sup> e ainda querer entender a Teologia. “O papel da tradição da igreja é igual ao de um irmão mais velho na fé.”<sup>58</sup> Brown diz que a tradição

não somente nos ajuda na interpretação das passagens bíblicas, como também nos mostra como as Escrituras foram aplicadas às situações históricas e culturais do passado, de tal forma que o povo de Deus pode ser obediente a Deus em seus dias.<sup>59</sup>

Embora não sendo infalível, a tradição pode mostrar algumas maneiras como Deus guiou seu povo do passado à verdade.

Não podemos desprezar a tradição quando pensamos nela também como o meio pelo qual Deus preservou sua verdade através da transmissão dos escritos inspirados de geração em geração. As Escrituras foram manuseadas, ou seja, foram copiadas e, assim, preservadas pela instrumentalidade dos homens da igreja por muitos séculos. Nesse sentido,

a tradição é um conceito válido e importante, além de um meio necessário para ser consultado e empregado ao se fazer Teologia. A tradição deve ser ouvida e consultada como *contexto*, e não como *conteúdo*. Nenhum cristão individual jamais poderia viver somente do conteúdo da Escritura registrada ou de qualquer outro corpo de informação e instrução limitado e fixo.<sup>60</sup>

Com isso, Brown quer dizer que a revelação registrada na Escritura deve ser entendida à luz de um contexto histórico. O teólogo sistemático reformado deve conhecer as interpretações do texto bíblico nos mais variados períodos da história da Igreja. Os copistas não somente executaram sua tarefa

de copiar os textos, como também fizeram comentários e sugestões que podem trazer luz ao texto, pois viveram mais próximos do texto original. Nesse sentido, a tradição deve ser consultada pelos teólogos que fazem ciência.

O teólogo reformado também pode e deve conhecer a História da Igreja, a fim de investigar outras teologias e outros teólogos, analisando-os à luz do padrão único de autoridade que é a Palavra de Deus, como registrada nas Escrituras Sagradas. Ele analisa cientificamente não somente os teólogos, mas também as Confissões. Nesse sentido, é possível dizer que o teólogo reformado investiga cientificamente a “tradição”.

### **c) A Teologia Reformada e a experiência religiosa como fonte de pesquisa**

Seria justo dizer que somente a Teologia de Schleiermacher e a Teologia da neo-ortodoxia dão ênfase à experiência religiosa? É claro que não. A experiência religiosa de alguém, sendo boa ou má, genuína (como produto da graça divina) ou não, faz parte do ser humano e, portanto, desempenha importante papel na atividade teológica.

Neste ponto, quero enfatizar que “o teólogo reformado não é um pesquisador apenas da Escritura. Inevitavelmente, ele também está preocupado com as confissões, com as outras teologias (tradição) e com a experiência religiosa”.<sup>61</sup> Contudo, para o teólogo reformado, a Escritura não é a única fonte de autoridade; é a única regra *infallível* de fé e prática, enquanto as outras fontes de pesquisa servem como subsídios que o auxiliam no entendimento da Escritura Sagrada, como ferramentas de estudo que mostram a vida e a experiência dos cristãos do passado e do presente, que devem ser devidamente estudadas. Fred H. Klooster ainda diz que

os teólogos reformados reconhecem que estão sobre os ombros de gerações anteriores e que constroem sobre o fundamento anteriormente lançado. Ninguém pode fazer Teologia num *vacuum*. Um teólogo deve entender a história passada tanto

quanto a situação contemporânea. Alguém faz Teologia em comunhão com os teólogos de todas as épocas, incluindo aqueles de quem discorda.<sup>62</sup>

Todos os períodos da história da igreja, envolvendo os homens e seus pensamentos, são importantes para o teólogo reformado. A Teologia Reformada não ignora o que aconteceu no passado. Portanto, a pesquisa teológica deve abranger especialmente a Escritura, mas também a tradição e a experiência dos cristãos do passado e do presente.

### **EXISTE INVESTIGAÇÃO TEOLÓGICA SEM PRESSUPOSIÇÕES?**

Sempre houve defensores dessa possibilidade. Muitos, especialmente no velho Liberalismo, pretenderam fazer Teologia de forma objetiva, sem a influência de um pré-conhecimento. A Teologia deveria ser livre de pressuposições. O objetivo da ciência é conhecer sem pressuposição. Heinrich Scholz delineou um método científico (que Klooster chamou de “concepção positivista da história”),<sup>63</sup> segundo o qual julgava possível fazer ciência sem pressuposições.<sup>64</sup>

Podemos perceber claramente que, em todas as ciências, existem pressuposições básicas. Algumas nunca serão provadas pela pesquisa. Boa parte do que existe em algumas ciências é produto de pressuposições, e não resultado de pesquisas. É importante reconhecer que não existe nenhuma ciência sem pressuposição, mas não podemos admitir que simplesmente a pressuposição controle o resultado de nossa pesquisa.

É consenso entre os teólogos reformados que não é possível fazer Teologia sem pressuposições. Embora não fosse um reformado, muito menos um luterano conservador, Wolfhart Pannenberg considerava a concepção positivista da história, ou seja, aqueles que veem a possibilidade de se estudar história ou outra ciência qualquer sem pressuposições como algo impossível. “Ele reconhece que nenhum historiador é capaz de se comprometer numa pesquisa histórica sem pressuposições ou pré-entendimento.”<sup>65</sup> Pannenberg ainda considerava a pretensão de uma pesquisa sem pressuposição uma

espécie de pressuposição positivista que é antropocêntrica e humanista.<sup>66</sup> De forma bem criativa, Klooster disse que,

ao elaborarmos a Teologia, os laboratórios e o equipamento especializado não são comumente usados, mas a análise da matéria deveria ser microscópica em sua natureza e telescópica quando escrutinizada à luz da história. A natureza da Bíblia, as características da oração, as qualidades da confissão da igreja e o significado preciso de um texto específico são tópicos que podem ser objeto de investigação teológica.<sup>67</sup>

Em qualquer ciência, o investigador trabalha com algum tipo de pressuposição. A pretensa isenção de pressuposições por alguns é uma quimera, uma opinião sem fundamento. Na ciência teológica, o investigador trabalha com pressuposições religiosas relacionadas a Deus, à Bíblia, à que quais o teólogo trabalha podem ser cristãs ou algum tipo de pressuposição não cristã, como ocorre com algumas coisas que se encaixam no que se chama “tradição” dentro do catolicismo, por exemplo. A função do pesquisador reformado é averiguar a veracidade da pressuposição, ou seja, se passa pelo crivo da Escritura Sagrada.

---

43. Ver 2 Tm 3.16-17; 2 Pe 1.20-21.

44. H. O. J. Brown, "On Method and Means in Theology", *Doing Theology in Today's World*, editado por John Woodbridge (Zondervan, 1991), p. 154.

45. *Ibid.*, p. 154.

46. *Ibid.*, p. 155.

47. Nas universidades, em geral, há cursos de Ciências da Religião (que é o estudo do fenômeno da religião), mas não cursos de Teologia que estudem o Deus das Escrituras, porque ele não é cientificamente verificável e também porque as Escrituras, para a Academia, não são uma palavra confiável de Deus, mas tão somente palavras de homens.

48. Klooster, "How Reformed Theologians 'Do Theology' in Today's World", *op. cit.*, p. 238.

49. Relativo à fé. A palavra fé na língua grega é *pi/stij*.

50. H. J. Brown, *op. cit.*, p. 159.

51. *Ibid.*, p. 159.

52. *Ibid.*, p. 160.

53. Corretamente, Brown acrescenta: "Sabemos que é possível para aqueles sem fé em Cristo examinar, discutir e mesmo dissecar os testemunhos e registros da vida, ministério e sua mensagem, e escrever volumes a respeito dele... e a respeito da fé que os outros têm nele. De fato, fazendo assim, um número sem conta de 'teólogos' profissionais têm espalhado dúvida e confusão entre os cristãos. Dessa forma, eles se têm confirmado em descrença em sua recusa a crer no evangelho. Tal teologização profissional é um esforço essencialmente autoenganoso" (p. 151).

54. Brown, *op. cit.*, p. 149.

55. Fred Klooster, *op. cit.*, H. Klooster, "How Reformed Theologians 'Do Theology' in Today's World", *Doing Theology in Today's World*, editado por John D. Woodbridge e Thomas Edward McCormiskey (Grand Rapids: Zondervan, 1991), p. 236.

56. Brown, *op. cit.*, p. 167.

57. Brown, *op. cit.*, p. 167.

58. Ver Karl Barth, *Church Dogmatics*, I/2, pp. 603-660.

59. Kenneth S. Kantzer, "A Systematic Biblical Dogmatics: What is it and How is it to be done?", in *Doing Theology in Today's World*, editado por John D. Woodbridge, Zondervan, 1991, p. 466.

60. Brown, *op. cit.*, pp. 163-164.

61. F. H. Klooster, "Theology, Confession and the Church", a paper presented to the Reformed Ecumenical Synod, 1977, p. 27.

62. "How Reformed Theologians 'Do Theology' in Today's World", in *Doing Theology in Today's World* (Grand Rapids: Zondervan, 1991), p. 229.

63. Fred H. Klooster, “Historical Method and the Resurrection in Pannenberg’s Theology”, *Calvin Theological Journal*, v. 2, abril de 1976, p. 13.
64. Scholz menciona o “Postulado da Independência”, que requer que o cientista e a ciência estejam livres de “qualquer espécie de pressuposição” (*Ibid.*, pp. 13-14).
65. Fred H. Klooster, *op. cit.*, p.18
66. Fred H. Klooster, *op. cit.*, p. 19.
67. Fred H. Klooster, “How Reformed Theologians ‘Do Theology’ In Today’s World” em *Doing Theology in Today’s World*, editado por John D. Woodbridge (Grand Rapids: Zondervan, 1991), p. 236.

## CAPÍTULO 4

# A REVELAÇÃO VERBAL E A TEOLOGIA SISTEMÁTICA

Quando estudamos a revelação divina, não podemos nos esquecer de que precisamos aprender a sistematizar o que Deus nos deixou, a fim de termos uma visão global da verdade de Deus. A Bíblia não é um compêndio de Teologia, mas da revelação divina. A tarefa de fazer Teologia é nossa. Como a Teologia é uma ciência que pesquisa a revelação, tem de ser sistematizada. Se não houver a sistematização da revelação verbal de Deus, teremos uma concepção distorcida da verdade revelada.

### O QUE É TEOLOGIA SISTEMÁTICA

É uma *ciência cognitiva* que trata de Deus e de suas relações com o homem e o mundo, de forma analisada, testada e integrada, apresentando a verdade revelada num conjunto harmônico e topicamente estruturado. O alvo do teólogo sistemático é

usar sua mente para apreender e afirmar, tanto quanto possível, ordenadamente, todas as coisas que Deus ensina nas Escrituras, assim como ser capaz, então, de ir a Deus cognitivamente no exercício da fé e da oração, e para discernir sua vontade em cada situação, para a prática de uma obediência fiel.<sup>68</sup>

Assim, a Teologia Sistemática, mesmo sendo uma *ciência cognitiva*, é parte integrante da vida. Ela penetra a totalidade de nossa vida porque trata de

nossas relações com Deus, e isso deve estar relacionado com nossa vida na sociedade em que vivemos.

Temos de restaurar a importância da Teologia Sistemática para a vida da igreja. Mas, para isso, ela tem de se centrar na Escritura, ser teocêntrica e útil para este mundo em mudança. A Teologia Sistemática deve ser apresentada como uma resposta aos reclamos da presente geração, para que a presente geração se adapte ao evangelho de Jesus Cristo. A Sistemática não deve ser dissociada do mundo em que vive; deve ser uma apresentação das verdades reveladas de tal forma que a presente geração possa entendê-la e ser transformada pelos corretos conceitos por ela elaborados, através da aplicação do Espírito Santo.

A Sistemática é um departamento da Teologia que está intimamente ligado a outros departamentos, mas

não devemos nos esquecer de que a Teologia Sistemática é um arranjo debaixo de divisões apropriadas, do testemunho total da revelação das verdades no que diz respeito a Deus e às suas relações com os homens e o mundo. Visto que a Bíblia é a principal fonte de revelação e a Palavra de Deus, a Sistemática é a disciplina que, mais que outra qualquer, reivindica confrontar-nos, os homens, com o próprio testemunho de Deus, de tal modo em sua totalidade que ela pode causar impacto sobre nossos corações e mentes, através dos quais seremos conformados à sua imagem em conhecimento, justiça e santidade da verdade.<sup>69</sup>

### **A NECESSIDADE DA TEOLOGIA SISTEMÁTICA**

Alguém poderia perguntar: “Por que as verdades da revelação verbal da Escritura, como as temos, devem ser estudadas sistematicamente? Por que temos o trabalho de tentar relacioná-las e harmonizá-las?” Hodge<sup>70</sup> dá algumas respostas a essas perguntas:

1) Nenhuma área do conhecimento humano conta com homens que estejam satisfeitos com as verdades dos fatos sem que estejam relacionados e harmonizados.

A mente humana trabalha de tal forma que exige a concatenação dos fatos, e estes devem ser apresentados harmoniosa e sistematicamente, a fim de se obter melhor aprendizado. É por essa razão que a Escritura deve ser apresentada sistematicamente, para a melhor compreensão dela como um todo.

2) O mais alto grau de conhecimento não é obtido pelo simples acúmulo de fatos isolados.

Para que conheçamos o planeta terra, não basta conhecer os oceanos, os países, as ilhas, as montanhas etc. É necessário conhecer tudo em conjunto, suas causas, a “razão, o como e o porquê” da distribuição das terras e dos mares, da origem das montanhas, do clima, das raças, da vida animal e vegetal etc. Há necessidade de se ter uma ideia global das verdades harmonizadas para conhecermos uma ciência.

O que é verdadeiro nas outras ciências também o é na Teologia. Não podemos conhecer o que Deus tem revelado em sua Palavra a menos que entendamos, pelo menos em alguma medida, como as verdades separadas se relacionam entre si.

3) Não temos alternativa nesse assunto. Se somos defensores da verdade de Deus, temos de conhecê-la suficientemente bem para poder ensiná-la. E a única maneira de conhecê-la bem é sistematizando-a. Na Teologia Sistemática, podemos ter uma noção do conjunto da revelação divina.

4) Porque Deus quer que conheçamos sua verdade de maneira sistematizada. Deus não ensina aos homens Química ou Biologia, mas dá a eles os fatos, que são a matéria para se construírem as ciências. Deus não ensina Teologia aos homens. Ele dá o material para que façamos Teologia, que é a revelação verbal divina registrada na Escritura, a qual, adequadamente entendida e arranjada, constitui a ciência da Teologia.

Da mesma forma que os fatos da natureza estão todos ligados e determinados pelas leis físicas, os fatos da Bíblia estão todos ligados e determinados pela natureza de Deus e de suas criaturas. Apesar de as Escrituras não serem um compêndio de Teologia Sistemática como um todo, há algumas epístolas do NT que são, de algum modo, porções desse sistema que vieram às nossas mãos.

## **A NATUREZA DO “SISTEMA” NA TEOLOGIA SISTEMÁTICA REFORMADA<sup>71</sup>**

Há algumas verdades que não podemos negligenciar no estudo da Teologia Reformada como um sistema que tem como fundamento a Escritura e que deve ser seguido.

### **a) A Escritura é a autorrevelação especial de Deus e revela um sistema de verdade**

Os teólogos reformados sustentam a legitimidade da Teologia Sistemática porque creem que a Bíblia é verdadeiramente a Palavra de Deus e entendem que essa Escritura (a qual, em sua totalidade, é testemunha de Cristo) é composta de *palavras* e *atos* reveladores de Deus. Como tal, os atos e as palavras envolvem eventos relacionados e inter-relacionados, e a Escritura é um sistema ou um padrão de verdade.

Os eventos redentores explicados nas Escrituras não são fatos ou eventos isolados; estão todos inter-relacionados: criação, queda, protoevangelho, dilúvio, Babel, pacto com Abraão, Êxodo, encarnação de Jesus Cristo, seu ministério público, crucificação, ressurreição, ascensão, segunda vinda. Além disso, esses eventos inter-relacionados são interpretados pela Palavra reveladora de Deus. Assim, esses eventos relacionados entre si recebem sua própria interpretação das Palavras de Deus, formando um sistema de verdade. Esse padrão de verdade está centrado em Deus, o Pai, e em Cristo, em quem nossa redenção está centrada.

O alvo da Teologia Sistemática num seminário reformado consiste em demonstrar o ensino básico da Escritura de modo orgânico, unificado e sistemático. O teólogo sistemático procura crer e entender para reafirmar a Palavra de Deus em sua unidade, fazendo justiça aos vários detalhes e demonstrando isso em suas múltiplas inter-relações e unidade orgânica. Ao fazer isso, o teólogo sistemático procura sujeitar-se à Escritura como a verdadeira Palavra de Deus.

A Escritura é a fonte e a norma da Teologia. E, com Calvino, ele deve procurar “falar onde a Escritura fala e silenciar onde silencia”. Também os credos e as Confissões Reformadas refletem um sistema de verdades que está revelado na Escritura. Em essência, a Teologia Sistemática procura fazer o mesmo que nossos credos fazem na reafirmação da revelação de Deus em sua unidade e totalidade orgânicas. Mas o teólogo sistemático faz isso mais plena

e exaustivamente, o que não acontece com os credos e as confissões. O teólogo sistemático dialoga ou discute com pontos de vista teológicos divergentes, com aqueles que se desviam e também com os hereges, tanto os do passado quanto os do presente.

Demonstrando um sistema de verdades que a Escritura revela, o teólogo sistemático depende da exegese detalhada da Escritura tanto quanto da Teologia Bíblica, que estuda a história da revelação especial de Deus, demonstrada de acordo com as grandes épocas da revelação histórico-progressiva de Deus.

### **b) O sistema da Teologia Sistemática Reformada é racional, e não racionalista**

Um teólogo sistemático reformado deve fazer uso da razão na elaboração de sua Teologia, mas isso não significa que sua Teologia seja racionalista.

Aquele que estuda Teologia Bíblica também deve fazer uso da razão. Não poderia haver Teologia sem exegese, nem mesmo o uso correto da Escritura sem o uso da mente ou da razão. Mas, igualmente, o uso da razão com função analítica não deve envolver racionalismo.

Todas as reflexões sobre as verdades Escriturísticas devem ser colocadas à luz do Espírito Santo. Todos os exegetas e teólogos devem refletir sobre as verdades bíblicas, mas essa atitude sempre deve estar em consonância com a luz do Espírito de Deus. A *Confissão de Fé de Westminster* registra o que dissemos nos seguintes termos:

Todo o conselho concernente a todas as cousas necessárias para a sua própria glória e para a salvação, a fé e a vida do homem, ou está expressamente declarado na Escritura ou pode ser lógica e claramente deduzido dela. À Escritura, nada se acrescentará em tempo algum, nem por novas revelações do Espírito, nem por tradição dos homens (CFW I, vi).

Obviamente, é verdade que alguma espécie de dedução feita das afirmações claras da Escritura pode, em algum grau, chegar a ser um grande

risco de especulação e racionalismo. Esse risco pode ser não somente do teólogo sistemático, mas também do bíblico, do exegeta, do teólogo da história, da Apologética, da ética etc.

O racionalismo está presente quando os homens tornam a razão humana ou a experiência humana a fonte e a norma da verdade. Em essência, o racionalismo é a recusa do homem em sujeitar-se à Palavra normativa e cheia da autoridade de Deus. O racionalismo é uma forma de autonomia da razão humana segundo a qual o homem se recusa a estar sujeito a Deus, tornando-se lei para si mesmo. Tal racionalismo tem-se mostrado constante ameaça e perigo para toda a Teologia. Foi o racionalismo que deu origem à Teologia liberal. O racionalismo foi a sua raiz. E o racionalismo continua a se mostrar de modo mais sutil nas formulações da Teologia da neo-ortodoxia, a qual, muitas vezes, aparece na forma de Teologia Bíblica.

Observação: devemos admitir francamente que há tendências especulativas e racionalistas na Teologia Reformada. Por exemplo, a Teologia de Herman Hoeksema mostra essa tendência especulativa na maneira de fazer deduções acerca da soberania de Deus quando parece observar todos os textos da Bíblia em termos de eleição e reprovação. Tais tendências dentro da Teologia Reformada estão alienadas do espírito da Teologia Reformada e devem ser resistidas, assim como devem ser resistidas todas as deduções especulativas e racionalistas do amor de Deus, como o Velho Liberalismo teológico o fez ao dizer que Deus não era um Deus justo e irado contra o pecado e que não puniria eternamente o ímpio no inferno. Mas deve-se ressaltar que também as tendências não liberais são possíveis no que diz respeito ao amor de Deus dentro da Teologia Reformada, e devem ser, de igual modo, resistidas.

Devemos, contudo, admitir que o teólogo sistemático reformado executa sua tarefa com pressuposições reconhecidas. Entretanto, a questão importante não é se ele tem pressuposições, mas que tipo de pressuposições sustenta. Todos pensam de acordo com certa estrutura, e eles serão objetivos somente

até o ponto em que estiverem cômnicos de que suas pressuposições sempre estão debaixo do exame das Escrituras.

O teólogo reformado aborda sua tarefa em pleno comprometimento com a fé reformada, crendo que ela “concorda plenamente com a Palavra de Deus”. Todo teólogo reformado e ministro da Igreja Presbiteriana Reformada precisa ter essa convicção. Isso evita as pressuposições de um sistema de pensamento especulativo e racionalista.

Por outro lado, não devemos nos esquecer das influências que o teólogo sistemático pode receber da filosofia. Realmente nenhum homem inteligente é desprovido de algum tipo de comprometimento filosófico. Mas a questão importante, outra vez, é se a posição filosófica de alguém tem o suporte da Escritura.

Ninguém pode negar que as influências filosóficas não cristãs têm estado presentes no desenvolvimento da Teologia cristã. Houve influência do platonismo e do neoplatonismo especialmente na igreja antiga. Tomás de Aquino e muitos outros da Teologia medieval tentaram fazer, de forma consciente, uma síntese entre a filosofia aristotélica e o cristianismo. Na Teologia contemporânea, é grande a influência de Kant, Kierkegaard e Heidegger. Nem mesmo os teólogos reformados têm escapado da estranha influência de certas ênfases filosóficas.

No entanto, é importante notar que o teólogo reformado procura ser fiel à Escritura como revelação de Deus, tentando banir todo tipo de pensamento não bíblico de seu coração, e, assim, trazer todo o pensamento teológico cativo ao pensamento de Cristo. É claro que nem todos os teólogos reformados têm sido bem-sucedidos nessa tarefa. É extremamente necessário que a Filosofia Reformada e a Teologia Reformada andem lado a lado.

O teólogo sistemático reformado tenta demonstrar o sistema de verdades revelado na Escritura, o qual não é um sistema racionalista. O teólogo sistemático reformado procura reafirmar o pleno ensinamento bíblico. Ele

demonstra o paradoxo revelado na Palavra sem tentar harmonizar racionalmente a soberania divina e a responsabilidade humana, por exemplo.

### **c) O sistema da Teologia Sistemática Reformada não é fechado**

O catolicismo romano envolve um sistema fechado. Seus dogmas são irrevogáveis e irreformáveis. Isso foi reafirmado na Encíclica Papal *Ecclesiam Suam* de 1964. Mas o sistema reformado de doutrina não é assim. Ele não reivindica que algo seja terminado, fechado, completo, irrevogável ou irreformável.

A Teologia Sistemática Reformada não pode envolver um sistema fechado porque reconhece que está presa à revelação de Deus e reconhece que Deus não nos tem dado uma revelação exaustiva de si mesmo. A Teologia Reformada deve ser franca em reconhecer que não tem exaurido a revelação que Deus tem dado graciosamente aos homens. O estudo da Palavra e a reafirmação de seus ensinamentos na Teologia Sistemática não podem ser completados nesta vida, nem mesmo na história do mundo.

O sistema de Teologia não pode ser um sistema fechado por razões adicionais: a verdade da revelação de Deus sobrepassa a compreensão dos homens; Deus é incompreensível. Assim, podemos dizer que o sistema da dogmática reformada reproduz a verdade da Escritura, mas muita coisa dela vai além dos limites do entendimento finito do homem. Além disso, o pecado complica o entendimento do homem finito no que diz respeito à revelação divina. O homem está sujeito ao pecado e também ao erro na interpretação, mesmo quando regenerado pelo Espírito. A iluminação do Espírito deve ser constante na busca fiel de todo o empreendimento teológico.

Portanto, a Teologia Reformada, inclusive a Sistemática, não reivindica ser um sistema fechado de doutrinas. Todas as formulações dos homens reunidas não podem ser comparadas à infalibilidade das Escrituras. As Escrituras devem estar acima da Teologia como norma e padrão. Portanto, a Teologia Sistemática, assim como todos os outros departamentos da

Teologia, deve estar constantemente sendo avaliada e reexaminada à luz das Escrituras.<sup>72</sup>

O progresso que tem sido feito na Teologia Sistemática Reformada é abertamente reconhecido, e isso resulta do fato de ela estar sempre aberta à revisão. Os ministros e professores da *Christian Reformed Church* subscreveram uma fórmula que os tem ajudado na preservação da fidelidade doutrinária da denominação, que deveria ser assinada e seguida pelos ministros e professores de seminários vinculados à Igreja Presbiteriana do Brasil.

### FÓRMULA DE SUBSCRIÇÃO

Nós... fazendo isso agora, sinceramente e de boa consciência, declaramos, por esta nossa subscrição, que, de coração, cremos e estamos persuadidos de que todos os artigos e pontos de doutrina contidos na Confissão e no Catecismo das Igrejas Reformadas, junto com a explanação de alguns pontos da doutrina supracitada, feita pelo Sínodo de Dort (1618-19), concordam plenamente com a Palavra de Deus.

Prometemos, portanto, ensinar com diligência e defender fielmente a doutrina supracitada, sem contradizê-la direta ou indiretamente por nossa pregação pública ou escrita.

Declaramos, além disso, que não somente rejeitamos todos os erros que militam contra essa doutrina, especialmente aqueles que foram condenados pelo sínodo supracitado, mas que estamos dispostos a refutar e a contradizê-los, a fim de nos esforçarmos em guardar a Igreja livre de tais erros...

Se alguém não é capaz de fazer essa afirmação quando de sua ordenação ou quando se torna professor de um seminário, essa pessoa, obviamente, não pode fazer tal subscrição, nem exercer o ministério em sua denominação. Mas, se faz tal subscrição no tempo de sua ordenação, não está presa a ela para sempre. Se essa pessoa fosse convencida de que alguma coisa nessa confissão não está em harmonia com a suprema autoridade da Escritura, há um procedimento prescrito, o que não acontece dentro dos arraiais da Igreja Católica Romana.

E se, daqui em diante, quaisquer dificuldades ou sentimentos diferentes quanto à doutrina supracitada se levantarem em nossas mentes, prometemos não propor, nem pública ou particularmente ensiná-los ou defendê-los, quer pela pregação, quer pelos escritos, até que tenhamos primeiro revelado tais sentimentos ao Conselho, ou Sínodo, e que sejam examinados, estando prontos sempre e alegremente para sermos

submetidos a juízo do Conselho, ou Sínodo, debaixo de penalidade em caso de recusa, de sermos suspensos de nosso ofício.

As implicações disso são importantes. Em verdade, isso implica o direito do subscritor de ter suas dificuldades com a confissão examinadas à luz da Escritura. Se alguém apresenta uma dificuldade com a confissão substanciada pela referência da Escritura, exige-se da igreja o respectivo exame. Se alguém é julgado correto em sua interpretação da Escritura, a igreja deve revisar o credo.

Entretanto, há uma diretriz clara e um procedimento próprio a ser seguido. E qualquer subscritor que não cumpre sua promessa feita pela subscrição está agindo de forma irresponsável e antiética. Infelizmente, a igreja sempre tem enfrentado essa irresponsabilidade e essa atitude antiética dentro de suas portas. Por conseguinte, as dificuldades individuais dos ministros e professores não têm conseguido alcançar o nível dos concílios maiores.

Concluindo: as verdades apresentadas sistematicamente pelas Confissões de fé reformadas têm permanecido praticamente intactas, devido à coesão doutrinária oriunda da Palavra de Deus. No entanto, não são a verdade final, pois nosso sistema de doutrina não é um sistema fechado.

#### **d) O sistema da Teologia Sistemática Reformada também é um sistema estável**

A Teologia Sistemática de hoje deve procurar entender a Palavra de Deus com mais precisão, bem como reproduzi-la com mais fidelidade do que foi feito no passado. Deve-se rejeitar qualquer coisa que a Sistemática encontre no sistema de Teologia que esteja em conflito com a Palavra de Deus. Quanto a nós, devemos orar e trabalhar cuidadosamente para que possamos apresentar um entendimento melhor e mais pleno da Palavra de Deus do que foi feito antes e, assim, trabalhar para que uma Teologia Sistemática mais consistente e bíblica seja apresentada à igreja, mais do que aquela que foi conhecida no passado.

Se verdadeiramente cremos que nossos Credos Reformados “concordaram plenamente com a Palavra de Deus”, mesmo que os reconheçamos incompletos e, como toda obra humana, falível e sujeito a uma reafirmação, a uma melhora e até mesmo a uma reforma, dificilmente podemos esperar sua total rejeição em nome de uma melhora. Sempre deve haver uma reafirmação em termos inteligíveis para nossos dias, além de uma cuidadosa formulação, a fim de excluir até mesmo as formas mais sutis de incredulidade. Deve haver uma grande dose de estabilidade no sistema reformado de Teologia e, se alguém está convencido de que a Teologia Reformada tem sido fiel à Escritura, certamente pode esperar que o sistema de Teologia Reformada permanecerá basicamente um sistema estável.

Certamente, a verdade que nos foi dada pela Palavra de Deus é estável e imutável. E, no grau em que a Teologia Reformada acuradamente reflete e reafirma o sistema de doutrina ensinado na Escritura, esse sistema de Teologia também será estável. A relação de Agostinho a Calvino e de nós mesmos a Calvino é uma boa ilustração da evidente estabilidade da Teologia Reformada, ao mesmo tempo que reconhecemos uma melhora e uma reforma que devem ocorrer dentro de um sistema estável.

Enquanto cremos na possibilidade de uma significativa melhora ou de mudança nos detalhes, as linhas básicas do sistema de Teologia certamente permanecerão estáveis, visto que a Palavra de Deus não muda. Mas, quaisquer que sejam as mudanças requeridas à luz de um claro ensinamento da Palavra de Deus, devem ser feitas sem hesitação, porque a Teologia Reformada não envolve um sistema fechado.

---

68. Packer, *op. cit.*, p. 25.

69. John Murray, "Systematic Theology, II, Westminster Theological Journal, v. 26, 1963-64, p. 46.

70. Charles Hodge, *Systematic Theology*, v. 1.

71. Devo a argumentação desta parte do capítulo a meu caro professor de mestrado, Fred H. Klooster, que, na década de 1980, elaborou uma apostila (não publicada).

72. Ver Fred H. Klooster, *Introduction to Systematic Theology*, apostila não publicada, para uso dos alunos do Calvin Seminary em Grand Rapids, Michigan.

# AS TAREFAS DA TEOLOGIA SISTEMÁTICA

A Teologia Sistemática tem de trabalhar com os dados de que dispõe, que devem provir da revelação verbal que está incorporada na Santa Escritura. Os dados da revelação verbal não estão apresentados de forma sistemática na Escritura. A Bíblia não é um compêndio sistemático de doutrinas. Os dados têm de ser colocados sistematicamente para melhor entendimento dos cristãos. Essa é a tarefa da Sistemática, segundo o pensamento de John Murray:

A tarefa da Teologia Sistemática é apresentar, de maneira coerente e ordenada, as verdades a respeito de Deus e de suas relações com o homem e com o mundo. Essa verdade deriva dos dados da revelação, e a revelação abrange todos aqueles meios pelos quais Deus torna-se conhecido e faz sua vontade conhecida de nós, os homens.<sup>73</sup>

As Escrituras são a vontade de Deus revelada a nós em palavras e atos explicados em palavras e, nelas, Deus mostra seu conselho ao nos desvendar sua majestade incompreensível, os mistérios de seu conselho e a maravilha de sua graça. Nessa tarefa, podemos ver a importância da Sistemática. A Teologia Sistemática é,

de todas as ciências e disciplinas, vista como a mais nobre, não com uma reflexão desapassionada e fria, mas com uma reflexão que se agita numa maravilha de

adoração, reivindicando-se ser o exercício mais consagrado de todos os nossos poderes. Trata-se do mais nobre de todos os estudos porque sua província é o todo do Conselho e procura, como nenhuma outra disciplina, demonstrar as riquezas da revelação de maneira ordenada e abrangente, que são seu método e função peculiares. Todos os outros departamentos das disciplinas teológicas contribuem com seus achados para a Teologia Sistemática, e ela traz toda a riqueza do conhecimento derivado dessas disciplinas para sustentar a sistematização mais abrangente de que ela se ocupa.<sup>74</sup>

Segundo Fred Klooster, há algumas tarefas relacionadas à Teologia Sistemática que não podem ser esquecidas. Apesar das várias definições de Teologia pelos teólogos reformados, há unanimidade no que diz respeito à concepção da tarefa da Sistemática.

### **1. A TAREFA DE SER CONSTRUTIVA, DEMONSTRATIVA E CRÍTICA**

#### **a) A Teologia Sistemática tem uma tarefa construtiva**

A tarefa da Teologia Sistemática consiste em construir, de modo concatenado, um sistema de Teologia que se mostre consistente e condizente com o conteúdo geral das Escrituras. É verdade que nem toda Teologia Sistemática produz uma boa Teologia, mas a Teologia Sistemática dentro da Fé Reformada deve sempre primar pela construção de uma Teologia que reflita o pensamento da *Tota Scriptura*. Os credos e as Confissões da Igreja são uma boa tentativa de se construir uma Sistemática saudável, para o bem da igreja de Deus. Eles mostram uma inter-relação orgânica entre as várias doutrinas ensinadas na Escritura, de um modo organizado que facilita a compreensão por parte dos cristãos. Essas relações entre as doutrinas apontam para as conexões que tornam a Teologia cristã um enorme bloco de consistência doutrinária. A Teologia Sistemática tem o papel de construir um corpo de doutrinas que ajude os cristãos a entenderem as inter-relações entre Deus, homem, queda, redenção e consumação.

#### **b) A Teologia Sistemática tem uma tarefa demonstrativa e defensiva**

A sistematização da Teologia não é meramente uma descrição do pensamento cristão disposto de forma organizada. A Teologia Sistemática deve ser uma demonstração da verdade que está enraizada no texto da Escritura. Não se faz isso apenas por meio de textos-prova para demonstrar uma doutrina. Na verdade, o conteúdo da Teologia Sistemática deve originar-se do texto da Escritura, de modo que o estudante venha a perceber que, em sua totalidade, o texto da Escritura é harmônico quando devidamente entendido. A tarefa da Sistemática é, antes de tudo, mostrar como a doutrina está enraizada nas asseverações bíblicas. As verdades devem ser encontradas, sacadas e extraídas das Escrituras. Nesse sentido, não há diferença básica entre a Teologia Sistemática e a Teologia Bíblica junto com a Apologética.

### **c) A Teologia Sistemática tem uma tarefa crítica**

O teólogo sistemático tem o dever de perceber que a obra dos teólogos do passado, assim como a dos teólogos do presente, são obras de homens falíveis. A Teologia é uma construção humana que deve ter como fonte a revelação verbal de Deus.

Como se diz nos círculos teológicos, devemos crer que a Escritura é a *norma normans* (ou seja, a norma que normatiza), enquanto a Teologia é a *norma normata* (ou seja, a norma normatizada). A Escritura é normativa, e nossa Teologia deve ser constantemente julgada por aquela norma. Portanto, devemos ser críticos do passado à luz da Escritura. Devemos ser críticos de nossa própria obra teológica à luz da Palavra. Devemos ser críticos dos credos e dogmas da igreja, à luz da Escritura.

Esse era o espírito dos reformadores quando enfrentaram o erro na igreja. Assim deve ser nossa atitude hoje. Devemos evitar atitudes como: “O velho é mau porque é velho; ou o novo é necessariamente bom porque é novo”. Tudo deve ser revisto, em Teologia, à luz do todo da revelação de Deus na Escritura.

A Teologia cristã está relacionada em todas as suas disciplinas, de tal forma que há harmonia entre elas. A Teologia deve ser estudada em suas

inter-relações. Caso contrário, será apresentada de forma distorcida. Nenhuma disciplina de Teologia deve prescindir da outra.

## **2. A TAREFA DE SE RELACIONAR COM OUTRAS DISCIPLINAS DA TEOLOGIA**

A Teologia Sistemática não pode ficar apartada de outras disciplinas da Teologia cristã, pois com elas se relaciona de forma harmônica. Van Til apresenta, de forma sucinta, a relação entre a Sistemática e outras disciplinas da Teologia, com base na opinião de vários autores reformados:

A exegese toma as Escrituras e analisa cada parte em detalhes; a Teologia Bíblica toma os frutos da exegese e os organiza em várias unidades, traçando a revelação de Deus na Escritura em seu desenvolvimento histórico. Ela retira a Teologia de cada parte da Palavra de Deus como tem sido trazida para nós em diferentes estágios, por meio de vários autores. A Teologia Sistemática, então, usa os frutos dos labores das Teologias bíblica e exegética, trazendo-os juntos, num sistema concatenado. A Apologética procura defender esse sistema de verdade bíblica contra a filosofia falsa e a falsa ciência, enquanto a História da Igreja traça a recepção desse sistema de verdade no curso dos séculos.<sup>75</sup>

### **a) Relação entre Teologia Sistemática e Teologia Bíblica**

Vários teólogos e apologetas opinam sobre a relação entre Teologia Sistemática e Teologia Bíblica. O apologeta Van Til diz que

a tarefa da Teologia Bíblica é coordenar os resultados esparsos da exegese num todo concatenado, seja com referência a um livro isolado da Escritura, seja a um corpo de livros relacionados ou ao todo da Escritura.<sup>76</sup>

Não é equivocado dizer que a Teologia Bíblica é feita de maneira linear, seguindo o raciocínio de cada autor, obedecendo, primeiramente, ao pensamento de cada um deles e, no final, estabelecendo a respectiva comparação.

A Teologia Sistemática, quando devidamente elaborada, não deve ter uma resposta diferente da Teologia Bíblica quando esta é também devidamente formulada, porque, embora ambas as metodologias apresentem abordagens distintas, não são inimigas. Richard Lintz diz que

a Teologia Bíblica não é, portanto, uma rival da Sistemática, nem mesmo um produto paralelo do mesmo corpo de fatos proporcionados pela exegese; ela é a base e a fonte da Sistemática. A Teologia Sistemática não é uma concatenação de dados teológicos esparsos fornecidos pelo processo exegético, mas a combinação dos dados já concatenados dados a ela pela Teologia Bíblica.<sup>77</sup>

Conheci vários professores de Teologia Bíblica que têm muita reserva contra a Teologia Sistemática, como se a Sistemática fosse menos bíblica do que a chamada “Teologia Bíblica”. É bem verdade que houve alguns sistemáticos que, na elaboração de sua Teologia Sistemática, falaram mais da opinião dos homens e da filosofia do que propriamente da Escritura. No final das contas, a Sistemática era uma mera opinião de homens.

Assim, para justificar seu pensamento, colocavam os textos em nota de rodapé ou em outro lugar qualquer, sem fazer as devidas ligações do pensamento com o texto. Eles não retiravam sua Teologia do texto da Escritura. Por essa razão, muitos se tornaram adversários da Teologia Sistemática. Eu também acho impróprio fazer Teologia Sistemática dessa maneira. Por essa razão, na elaboração da Sistemática, os teólogos devem partir eminentemente da Escritura, usando os bons resultados da exegese e da Teologia Bíblica, a fim de produzir um bom material, que culmine em bom ensino e boa pregação para a igreja de Cristo.

A Teologia Bíblica trata com os dados da revelação especial do ponto de vista de sua história; a Teologia Sistemática trata com os mesmos dados, em sua totalidade, como um produto terminado. O método da Teologia Sistemática é lógico, enquanto o da Teologia Bíblica é histórico.<sup>78</sup>

Enquanto a chamada “Teologia Bíblica” lida com a revelação verbal de forma linear, no decorrer da história da revelação, a chamada “Teologia Sistemática”, tomando os resultados da exegese e da Teologia Bíblica, trabalha de forma espiral, analisando a totalidade da revelação verbal e olhando cada parte da Escritura à luz da totalidade da Escritura.

A Teologia Bíblica, propriamente concebida e desdobrada, deve seguir as linhas delineadas para nós nas Escrituras. Ao grau em que estas linhas são abandonadas ou reconstruídas, essa Teologia cessa de ser Teologia Bíblica.<sup>79</sup>

A Teologia Sistemática “é aquele departamento ou seção da ciência teológica que está preocupado com a demonstração sistemática do todo concatenado, daquilo que é conhecido a respeito de Deus”.<sup>80</sup> O teólogo sistemático está preocupado com a coleção de dados de acordo com uma estrutura de tópicos no ensino do cânon completo. A Teologia Sistemática não é uma estrutura artificial para se entender a Deus, mas, antes, a expressão das relações reais sustentadas entre as verdades reveladas a respeito de Deus. De maneira bem didática, Warfield sugeriu que a Teologia Bíblica

proporciona o solo no qual cresce a Teologia Sistemática. A exegese não é a mãe da Teologia Sistemática, mas sua avó. A Teologia Bíblica seria a verdadeira mãe. Os dados para a Teologia Sistemática não são os textos individuais ou os resultados individuais das exegeses de textos individuais, mas antes a concepção completa da verdade revelada e oferecida pela Teologia Bíblica.<sup>81</sup>

Lints ainda observa que

a ironia aqui é que a disciplina que estava para providenciar a base para a Teologia Sistemática ainda não existia para a maior parte da vida histórica da Teologia Sistemática. A filha era aparentemente muito mais velha do que o pai. A Teologia Sistemática (na visão de Warfield) era tão velha quanto a igreja cristã. No entanto, a Teologia Bíblica, sendo relativamente nova, estava de alguma forma destinada a

fornecer os dados dos quais iria surgir a Teologia Sistemática. Como era possível haver tal coisa como Teologia Sistemática sem uma anterior Teologia Bíblica?<sup>82</sup>

É curioso observar que a cadeira de Teologia Bíblica só entrou nos currículos no século XIX. Lints acrescenta que

é notável que a cadeira de Teologia Bíblica que Vos aceitou quando concordou em vir para o Seminário de Princeton, em 1893, era uma cadeira recém-criada. E é seguro dizer que Princeton estava relativamente à frente de seu tempo a respeito da criação desta cadeira, pelo menos entre os seminários teológicos conservadores.<sup>83</sup>

Gerhardus Vos “mostrou que sua preocupação central era argumentar para a complementaridade das Teologias Bíblica e Sistemática, mostrando-se contrário à ideia dominante de que ambas eram duas disciplinas em conflito”.<sup>84</sup> A Teologia Bíblica e a Sistemática são interdependentes. A Sistemática precisa dos resultados da Teologia Bíblica, assim como a Bíblica depende dos pressupostos da Sistemática. A Teologia Bíblica é amiga da Sistemática quando a primeira estuda “o processo da autorrevelação de Deus depositada na Bíblia”.<sup>85</sup>

Uma não é menos ou mais bíblica que a outra. A diferença entre ambas está apenas na organização do material e na metodologia de estudo. A Teologia Bíblica organiza o material em uma estrutura histórica, enquanto a Sistemática o organiza temática ou topicamente. A Teologia Bíblica desenha uma linha de desenvolvimento linear, enquanto a Teologia Sistemática desenha a Teologia de forma espiral ou circular. Ou seja, a Teologia Sistemática tenta apresentar uma Teologia olhando a revelação divina como um todo em todas as épocas, uma forma circular de ver a doutrina. Na Teologia Sistemática, por sua vez, a obra criadora original, a obra redentora de Deus que culmina na criação dos novos céus e da nova terra, é apresentada como um projeto completo. Lints diz que

a Teologia Bíblica como uma disciplina deve ser regulada em seu conteúdo e em sua estrutura pelo texto bíblico (...) o texto pode dar o ímpeto original para a Teologia Sistemática, mas a estrutura lógica pela qual a Sistemática organiza o material bíblico não é idêntica à estrutura do texto.<sup>86</sup>

### **b) Relação entre Teologia Sistemática e exegese**

Uma das grandes preocupações do teólogo sistemático reformado é apresentar uma doutrina coerente com o princípio da “*tota scriptura*” e, para isso, ele depende, de forma significativa, dos recursos fornecidos pela exegese. A exegese é uma forma científica de interpretar cuidadosa e disciplinadamente os textos da Escritura.<sup>87</sup>

Os reformadores, desde o começo, lutando contra a mentalidade católica, insistiram na *perspicuidade* da Escritura, ou seja, no fato de que é fácil entendê-la porque é clara. Contudo, os reformadores nunca dispensaram um estudo sério a esse respeito, por meio dos teólogos-exegetas bem treinados nas línguas originais. Eles reconheceram, com Pedro, que há certas partes difíceis na Escritura que exigem um estudo científico mais profundo.

A Teologia Sistemática deve usar todos os recursos da exegese para formular seus conceitos. Não é possível corrigir conceitos teológicos sem uma análise científica anterior dos textos da Escritura. Neste ponto, podemos perceber a importância da exegese para a Teologia Sistemática, que sintetiza o ensino da Escritura fornecido pelos dados da exegese.

A exposição da Escritura é básica para a Teologia Sistemática. Sua tarefa não é simplesmente a exposição de passagens particulares. Essa é a tarefa da exegese. A Sistemática deve coordenar o ensino das passagens particulares e sistematizar esse ensino debaixo de tópicos apropriados. Há, assim, uma síntese que pertence à Sistemática e que não pertence à exegese como tal.<sup>88</sup>

Murray diz, em citações subsequentes, que “a Teologia Sistemática tem sofrido gravemente ao desertar de sua vocação, quando se divorcia de uma

atenção meticulosa à exegese bíblica”.<sup>89</sup> A Sistemática fica sem vida quando se separa dos ensinamentos da Exegética. “A exegese guarda a Sistemática não somente em contato direto com a Palavra; ela sempre comunica à Sistemática o poder que deriva da Palavra.”<sup>90</sup> A Teologia Sistemática deve, portanto, estar amarrada à exegese porque coordena e sintetiza o testemunho global das Escrituras com o material fornecido pela exegese e pela Teologia Bíblica. É preciso dizer que a Teologia Sistemática não deve servir-se dos textos da Escritura como *textos-prova* para seus conceitos previamente elaborados, mas como *textos-fonte* dos quais os conceitos teológicos concatenados procedem.

O método exegético adotado pelos reformadores foi chamado de “método gramatical-histórico-teológico” de interpretação. Klooster observa que hoje devemos “acrescentar dois termos mais a esse rótulo e chamá-lo de ‘método gramatical-literário-histórico-teológico-canônico’ de exegese”.<sup>91</sup>

A Teologia Sistemática deve usar todos os recursos possíveis advindos desse método de exegese, pois a revelação divina é verbal e necessita ser devidamente interpretada. Se a Teologia Sistemática deve ser formulada com conceitos extraídos da Escritura, é necessário que se usem as ferramentas da exegese na formulação de seus conceitos.

A Teologia Sistemática não dispensa a análise redentiva dos atos de Deus na história, que são explicados por palavras que devem ser devidamente interpretadas no contexto histórico. Um correto entendimento dessas palavras demanda conhecimento do contexto histórico em que foram ditas. Portanto, a exegese histórica deve estar presente no estudo sério da Teologia Sistemática.

A Teologia Sistemática deve procurar entender o sentido “teológico” da Escritura. O cientista da Teologia Sistemática deve procurar entender o que está contido nas palavras usadas pelos escritores bíblicos, em sua totalidade. A Escritura não se contradiz. Esse é um pressuposto indispensável no estudo da Teologia Sistemática. Portanto, não se deve dispensar uma exegese teológico-canônica da Escritura na formulação dos conceitos da Teologia Sistemática Reformada.

Ao se proceder a um exame microscópico do texto, é importante fazer também um estudo telescópico, ou seja, uma análise do pensamento de interpretação da igreja durante os séculos da história da interpretação. O teólogo sistemático reformado deve ter uma boa noção da história da exegese e fazer um estudo comparativo entre o exame microscópico e o telescópico da doutrina em todas as tradições teológicas cristãs. Todos esses dados, ou seja, todos esses resultados da exegese dos textos, da Teologia Histórica, da análise gramatical e canônica, devem ser incorporados ao estudo da Teologia Sistemática.

### **c) Relação entre Teologia Sistemática e Teologia Histórica**

A Teologia Histórica é a amostra de como o pensamento da igreja se desenvolveu ao longo dos séculos. Ela evidencia o pensamento cristão em suas formas mais variadas e fornece material, de certa forma completo, para os outros departamentos da Teologia, pois trata do desenvolvimento da ética cristã, do culto cristão, da doutrina cristã, da eclesiologia cristã, da hermenêutica cristã, da exegética cristã e da apologética cristã.

A Teologia Sistemática também depende da Teologia Histórica e de outros departamentos, como já visto. Warfield diz que

a Teologia Sistemática não falha em encontrar suas raízes profundas na matéria fornecida pela Teologia Histórica; ela sabe como lucrar pela experiência de todas as gerações passadas em seus esforços para entender, definir, sistematizar e defender a verdade revelada (...). A Teologia Sistemática, alegremente, recorre a todo o material que a Teologia Histórica lhe traz, mas não o usa cruamente, ou de primeira mão; ela aceita a Teologia Histórica como investigada, explicada e tornada disponível pelas disciplinas irmãs da Teologia Histórica. A Teologia Sistemática não tem a Teologia Histórica como fonte primária, e sua relação com ela não é tão próxima quanto ocorre com a Teologia Exegética, que é sua ajudadora verdadeira e especial.<sup>92</sup>

A Teologia Histórica dá, em muitos aspectos, o suporte para a Teologia Sistemática. Esta é elaborada com as informações e as opiniões de homens que pensaram e refletiram seriamente sobre os conceitos da Palavra de Deus. Não se deve esquecer “que a Teologia Sistemática é um desenvolvimento que surgiu no curso da história dentro da esfera da igreja”, mas isso deveria chamar nossa atenção para a verdade de que ela “não deveria ser considerada o produto de um teólogo ou de uma série de teólogos”.<sup>93</sup> Teólogos como Agostinho, Atanásio e Calvino, por exemplo, deram sua contribuição para a Teologia,

mas nem estes homens nem sua obra podem ser entendidos ou avaliados à parte da história, no contexto em que viveram e foram forjados, especialmente na história da igreja. Não podemos estimar a influência exercida por esses homens sobre a história subsequente. Mas a história condicionou também a obra deles, e somente porque ocuparam determinado lugar na história é que foram capazes de contribuir de forma tão significativa para a superestrutura daquilo que conhecemos como Teologia.<sup>94</sup>

Uma Teologia Sistemática sem o auxílio da Teologia Histórica, ou seja, daquilo que os antigos ensinaram sobre a fé, é uma Teologia elaborada no vazio, uma Teologia construída sem elos com a própria revelação que foi historicamente demonstrada. Os teólogos do passado não podem ser omitidos em um estudo sério da Teologia Sistemática. O Espírito Santo também agiu em muitos deles para que pudessem formular conceitos corretos voltados à preservação da sã doutrina. Ele esteve presente através de toda a história, “guiando-os a toda a verdade”, de tal modo que entenderam corretamente a revelação na Escritura. A iluminação do Espírito para a compreensão da Escritura não é patrimônio de um só período da história da igreja. Sempre se fizeram boas coisas em Teologia em toda a história de vida da igreja.

A Teologia Histórica tem, portanto, muita importância para a Teologia Sistemática. Esta jamais poderia dispensar a grande ajuda daquela para a formulação e o estabelecimento da doutrina cristã. Uma Teologia Sistemática

sem o auxílio da Teologia Histórica é uma Teologia docética, como que dependurada no ar, sem raízes históricas. Uma Teologia que se esquece do que aconteceu na história se torna uma Teologia desprovida de contexto. Na elaboração da Teologia, não podemos ignorar o que os antepassados da fé disseram. Se os ignorarmos, nossa Teologia estará dependurada no nada, pois a própria revelação verbal foi feita no passado e não pode ser levada em conta justamente por estar no passado. Por essa razão,

uma Teologia que não constrói sobre o passado ignora nosso débito à história e, inocentemente, negligencia o fato de que o presente está condicionado pela história. Uma Teologia que não se fia no passado foge das exigências do presente.<sup>95</sup>

A ignorância do passado traz um docetismo totalmente indesejável para a Teologia cristã, que deve conter fortes tons históricos, sem os quais ficará pendurada num vácuo, sem qualquer base em que possamos confiar. Uma Teologia Sistemática deve estar ligada a ambos, tanto às exigências do tempo presente quanto às formulações do passado.

#### **d) Relação entre Teologia Sistemática e Teologia Prática**

A teoria nunca deve vir dissociada da prática. Ensina-se muita Teologia sem que tenha a ver com a vida da igreja. Dessa forma, a Teologia é totalmente destituída de seu verdadeiro papel. A Teologia Sistemática tem de dar suporte a todos os campos da Teologia prática. Assim, temos:

##### **i) Relação entre Sistemática e Homilética**

A Teologia Sistemática deve fornecer os *insights* para uma pregação correta, dentro dos padrões doutrinários da Escritura, como um todo. Hoje, o grande problema da pregação é que muitos ministros vão para o púlpito sem os pressupostos corretos da Sistemática, e o resultado é tristemente visto nos sermões destituídos de solidez doutrinária. São meros sermões pragmáticos, sem a base proveniente da profunda análise dos textos da Escritura.

##### **ii) Relação entre Sistemática e Poimênica**

A Teologia Sistemática deve fornecer subsídios para o aconselhamento cristão, oferecendo uma boa noção não somente de quem é Deus, mas especialmente da natureza humana e daquilo que o pecado causou nela. Isso acontecendo, o teólogo prático haverá de ser um bom conselheiro, pois conhece não apenas a condição do pecador com quem trata, como também o material precioso sobre a redenção trazida por Cristo Jesus. Um conselheiro cristão sem uma Antropologia e uma Soteriologia corretas estará em grande desvantagem e se mostrará ineficiente no exercício de sua função.

### **iii) Relação entre Sistemática e Educação cristã**

A Teologia Sistemática também deverá dar suporte ao conteúdo da Educação cristã. Sem esse suporte, a educação cristã não passará de uma ciência educacional, trabalhando apenas com a parte técnica dos currículos e de como aplicá-los às várias faixas etárias. Sem o conteúdo doutrinário fornecido pela Sistemática, qualquer currículo é esvaziado de sua verdadeira função.

### **iv) Relação entre Sistemática e Liturgia**

A Teologia Sistemática deve dar suporte ao problema litúrgico. A falta de uma boa Teologia Sistemática tem trazido sérias consequências para a liturgia nas igrejas cristãs. Sem uma Teologia do culto com sério fundamento na doutrina do *Ser* de Deus, não há possibilidade de uma verdadeira adoração.

### **v) Relação entre Sistemática e Pregação**

A finalidade última da Teologia Sistemática é proporcionar uma base consistente para uma pregação sadia. Nossos púlpitos contemporâneos não têm sido conhecidos por proclamar uma boa Teologia, pois muitos ministros desprezam a Teologia Sistemática, julgando que se trata apenas de um uso indevido da lógica. Esse engano tem sido muito prejudicial à igreja, pois a Sistemática, quando bem elaborada, fornece material importante para o crescimento espiritual dos cristãos, já que a boa Sistemática é a exposição do ensino total das Escrituras sobre cada tópico que um pregador pode imaginar pregar.

A Teologia Sistemática e a Teologia Prática têm de andar absolutamente juntas, pois eventual dissociação tem causado grande estrago para a vida de nossas igrejas. É por essa razão que temos de primar por um currículo integrado, e não compartimentalizado e estanque.

### **e) Relação entre Teologia Sistemática e Apologética**

Há um intenso debate no seio da Teologia Reformada sobre essa questão, em que duas grandes escolas (“Old Princeton”, com B. B. Warfield, e “Old Amsterdã”, com Abraham Kuyper) estão em oposição. O grande diferencial entre ambas está na natureza da Apologética.<sup>96</sup>

**i)** Segundo B. B. Warfield, “a Apologética faz parte dos Prolegômenos à Teologia e da ciência introdutória à Teologia”. “A Apologética tem a tarefa de estabelecer os princípios reguladores da Teologia como ciência. Ela lança os fundamentos sobre os quais o templo da Teologia deve ser construído.”<sup>97</sup> Segundo Warfield,

a Apologética trata de assuntos como: Deus, religião, revelação, cristianismo, Bíblia. Esses são elementos constitutivos da Apologética como Prolegômena à Teologia. Após a Apologética ter estabelecido essas pressuposições como uma prolegômena à Teologia, a ciência da Teologia propriamente dita começa — em exegese, para explicar, em Sistemática, para sistematizar, em História, para apreciar, e, em Prática, para propagar. A Apologética é, portanto, introdutória a toda a ciência da Teologia, e não à Sistemática somente.<sup>98</sup>

Warfield diz ainda que a “Apologética, como disciplina teológica, tem de estabelecer as pressuposições da Teologia Sistemática, tais como a existência de Deus, a natureza religiosa do homem e a verdade da revelação histórica de Deus que nos é dada nas Escrituras”.<sup>99</sup> E continua:

a Teologia Apologética prepara o caminho para toda a Teologia, por estabelecer suas pressuposições necessárias sem as quais nenhuma Teologia é possível — a existência e a natureza essencial de Deus, a natureza religiosa do homem, que o capacita a receber a revelação de Deus, a possibilidade de uma revelação e sua

realização real nas Escrituras. Assim, ela coloca as Escrituras em nossas mãos para investigação e estudo.<sup>100</sup>

Por essa razão, vários outros departamentos da Teologia dependem da Apologética, segundo o pensamento de B. B. Warfield. Sua concepção de Apologética controla todos os outros departamentos da Teologia. Como resultado óbvio de seu conceito de Apologética, ele diz que, entre outros departamentos, a “Teologia Exegética recebe esses escritos inspirados das mãos da Apologética, e investiga o significado deles”.<sup>101</sup> A Apologética, portanto, integra os prolegômenos da antiga escola de Princeton.

ii) Segundo o pensamento de Kuyper, entretanto, a Apologética deve procurar defender apenas aquilo que é dado a ela pela Sistemática. De acordo com esse pensamento kuyperiano, a Apologética é parte da Sistemática, que defende a fé, conforme o entendimento da antiga escola de Amsterdã, e não como parte dos Prolegômenos à Teologia. A função real da Apologética, portanto, é defender a fé dos ataques constantes dos movimentos heréticos que frequentemente invadem a vida da igreja.

#### **f) Relação entre Teologia Sistemática e Hermenêutica**

Hermenêutica é a ciência da interpretação, representando mais que simplesmente uma regra para a exegese. As questões hermenêuticas são bem mais profundas e complexas, tendo muito a ver com questões filosóficas e pressuposições dos estudiosos.

As diferenças entre os vários ramos da Teologia cristã não estão simplesmente na interpretação dos textos. As mais variadas interpretações têm por trás de si diferentes hermenêuticas envolvidas.

Os dois ramos tradicionais do protestantismo, o luterano e o reformado, têm interpretações bem distintas de um texto relativamente simples, que é o da Santa Ceia, por exemplo. O estudo do texto por essas duas grandes tradições teológicas ilustra as diferentes hermenêuticas, que, por sua vez, escondem diferentes pressupostos.

Os luteranos enfatizam o uso literal do “isso é o meu corpo”. A força está no verbo “ser”, que deve ser entendido literalmente, e não de modo figurado. Por trás dessa ênfase no literal, está a doutrina da ubiquidade<sup>102</sup> de Jesus, ensinada por Lutero.

Os reformados, por sua vez, enfatizam o aspecto figurado da expressão “isso é o meu corpo”. Por trás dessa interpretação, está o pressuposto de que Jesus não poderia estar no céu e seu corpo, ao mesmo tempo, presente na ceia, do modo como os luteranos a entendem. Percebe-se, com isso, que a elaboração dos conceitos da Sistemática está presa a pressupostos hermenêuticos que, de algum modo, controlam as conclusões doutrinárias.

Por essa razão, temos de afirmar a necessidade de haver uma relação saudável entre Teologia Sistemática e uma boa Hermenêutica. Se a Hermenêutica não for boa, certamente as falhas da Sistemática aparecerão de forma muito mais nítida.

### **g) Relação entre Teologia Sistemática e os Credos e Confissões**

A Teologia Sistemática deve lidar primariamente com os credos e as confissões da igreja? Dito de outra forma: a Teologia Sistemática deve lidar primariamente com os *dogmas* ou com as verdades da Escritura?

Em geral, os credos e as confissões são afirmações dogmáticas do pensamento da igreja. A grande questão consiste em definir o que significa “dogma”. Todos os teólogos reformados concordam que um dogma sempre deve derivar diretamente das Escrituras.

Os credos e as confissões devem ser sempre uma expressão sistemática da verdade da Escritura e oficialmente aceitos pelos concílios como padrões de fé da igreja. Van Til diz que,

uma vez que os padrões ou os dogmas da Igreja tenham sido aceitos, segue-se que, sem palavra alguma, o teólogo que escreve um trabalho em Sistemática escreverá de acordo com a interpretação dada naqueles padrões (...). Além disso, interpretar de acordo com os padrões não significa que alguém ignore as Escrituras. Sempre se deve mostrar que os padrões se baseiam nas Escrituras. Além disso, o teólogo

sistemático tem de ir além dos padrões para ver se pode encontrar uma formulação mais específica das verdades ainda não tratadas nos padrões, e se pode encontrar uma formulação das verdades da Escritura ainda não mencionadas nos padrões (...). Os credos devem ser revisados e suplementados de tempos em tempos. Mas isso não acontece até que a Teologia Sistemática tenha progredido além dos credos, e, então os credos devem ser revisados.<sup>103</sup>

A Teologia Sistemática Reformada deve dar grande importância às confissões e aos credos. Klooster diz que

o conhecimento inadequado de nossas confissões é a maior ameaça à igreja confessional hoje. Os teólogos poderiam ser de grande utilidade no despertar de um novo entusiasmo pelas riquezas confessionais.<sup>104</sup>

É necessário haver um reavivamento dos credos e confissões nas Igrejas Reformadas para que elas sejam fortes na doutrina, que é o real conhecimento da Palavra de Deus. Essa é uma tarefa especialmente da Teologia Sistemática nos seminários e simpósios teológicos da igreja.

### **O CONTEÚDO CENTRAL DA TEOLOGIA SISTEMÁTICA**

Ao estudarmos a revelação divina, não aprendemos coisas apenas sobre Deus, mas também sobre o homem, sua queda e sua redenção.

Embora a Escritura diga muitas coisas sobre o homem e sua salvação, e outras mais a respeito de nossa humanidade, não é correto dizer que o homem é o centro da Teologia. Ainda que a Escritura diga muitas coisas sobre Jesus Cristo e sua obra redentora, não podemos dizer que Cristo é o centro da Teologia.

Após a entrada do pecado no mundo, Jesus veio para tornar Deus conhecido dos homens. Ele não é somente aquele através de quem podemos conhecer a Deus, o Pai, mas é o único através de quem podemos vir ao Pai. Além disso, Cristo é Deus, e quem o conhece também conhece o Pai. E é importante lembrar que a obra de Jesus Cristo é um meio para um fim.

Embora Cristo seja a segunda pessoa da Trindade, temos de nos lembrar de que o objetivo final de sua obra é levar os homens ao conhecimento de Deus. Ele veio revelar quem seu Pai era.

Portanto, quem ocupa o lugar central no estudo da Teologia é o próprio Deus, a primeira pessoa da Trindade. A Teologia deve ser centralizada em Deus antes que em Cristo. No entanto, podemos dizer que a verdade central da Teologia pode ser sumarizada como a revelação da criação, da queda e da redenção. Essas coisas, em um sentido, estão em Cristo, em quem nossa redenção se centraliza. Ao mesmo tempo, podemos dizer com Calvino que “todo o conhecimento que possuímos, a verdadeira e sã sabedoria, consiste de duas partes: o conhecimento de Deus e de nós mesmos”.<sup>105</sup> Portanto, em todo o conteúdo da Teologia Sistemática, devemos seguir também o princípio de Calvino: “Falar onde a Escritura fala, e silenciar onde a Escritura silencia”.

### **AS DIVISÕES DA TEOLOGIA SISTEMÁTICA**

Há várias maneiras de se dividir o conteúdo da Teologia Sistemática, dependendo do método adotado:

#### **1) Método trinitário (em suas *Institutas*, Calvino usou o método trinitário)**

- I. O conhecimento de Deus, o Criador
- II. O conhecimento de Deus, o Redentor em Cristo
- III. O modo como recebemos a graça de Cristo: qual benefício nos advém dele e quais são os efeitos que se seguem
- IV. Os meios externos ou o modo pelo qual Deus nos ajuda a pertencer à Igreja e nos mantermos firmes nela

#### **2) Método analítico (cf. o luterano Calixtus (1614-56) em sua *Epitome Theologiae*)**

- I. O alvo — a imortalidade da alma, ressurreição, julgamento final (Escatologia)
- II. O sujeito — Deus, anjos, homem, pecado (Teontologia e Antropologia)
- III. Os meios — predestinação, encarnação, Cristo, justificação, Palavra e Sacramentos (Cristologia, Soteriologia e Eclesiologia)

### **3) Método do pacto (Cf. Coccejus, 1603-1669)**

- I. *Foedus Naturae et Operum* (Pacto da Natureza e das Obras)
- II. *Foedus Gratiae* (Pacto da Graça)
  - a) *Ante Legem* (Antes da Lei)
  - b) *Sub Lege* (Sob a Lei)
  - c) *Post Legem* (Depois da Lei)

### **4) Método cristológico (Cf. Hase, Thomasius, Schultz etc.)**

- I. Antecedentes da redenção — Deus, homem e pecado
- II. Redenção em si mesma — pessoa e obra de Cristo
- III. Consequências da redenção, reino da redenção (cf. com a abordagem cristológica de Karl Barth)

### **5) Método sintético (cf. Melancton, Berkhof, Bavinck)**

- Prolegômenos — Doutrina da revelação  
Teontologia — Doutrina do ser e das obras de Deus  
Antropologia — Doutrina do homem, pecado e pacto  
Cristologia — Doutrina da pessoa e obra de Cristo  
Soteriologia — Doutrina da aplicação pelo espírito da redenção  
Eclesiologia — Doutrina da igreja e dos meios de graça  
Escatologia — Doutrina das últimas coisas

Esse é o método a ser seguido em nosso estudo sistemático das doutrinas da Palavra de Deus.

### **INTER-RELAÇÃO ENTRE OS TÓPICOS DA TEOLOGIA SISTEMÁTICA**

Quando se estuda Teologia, é necessário primeiro estudar algo que ofereça material para o estudo da Teologia. Portanto, em **Prolegômenos**, estudamos a revelação divina, a inspiração da revelação verbal que vai fornecer material para o restante da Sistemática. Essa é a introdução à Teologia. Então, começamos a estudar **Teontologia**, que é o estudo do ser de Deus e de suas obras, como revelados na Escritura. Segue-se, então, a **Antropologia**, o estudo do homem, de sua criação, queda e suas relações com Deus. Depois vem a **Cristologia**, mostrando o que foi feito em favor do homem caído, aquilo que foi realizado *extra nos*, também chamada Soteriologia objetiva. Como resultado da obra objetiva, vem o estudo da **Soteriologia**, que é a aplicação da obra de Cristo, uma obra *intra nos*, também chamada de Soteriologia subjetiva. Em seguida, estuda-se a **Eclesiologia**, que é a doutrina da igreja com seus meios de graça. Por fim, a **Escatologia**, que é o estudo das coisas do fim que já foram inauguradas e das coisas do fim que ainda estão por acontecer.

- 
73. John Murray, "Systematic Theology", Westminster Theological Journal, 1962-63, v. 25, p. 133.
  74. John Murray, "Systematic Theology", Westminster Theological Journal, 1962-63, v. 25, p. 136.
  75. Cornelius Van Til, "An Introduction to Systematic Theology" (New Jersey: Presbyterian/Reformed Publishing Co., 1974), p. 2.
  76. Richard Lints, "Two theologies or one? Warfield and Vos on the Nature of Theology", Westminster Theological Journal, v. 54, 1992, p. 235.
  77. Warfield, "The Idea of Systematic Theology", Studies in Theology (New York: Oxford, 1932), pp. 66-67.
  78. John Murray, "Systematic Theology", Westminster Theological Journal, segundo artigo, v. 26, 1963-1964, p. 33.
  79. Ibid., 36.
  80. Warfield, "The Task and Method of Systematic Theology", Studies in Theology.
  81. Richard Lints, "Two Theologies or One? Warfield and Vos on the Nature of Theology", Westminster Theological Journal, v. 54, 1992, p. 235.
  82. Richard Lints, op. cit., pp. 235-238.
  83. Lints, p. 240.
  84. Idem, ibid.
  85. John Murray, "Systematic Theology", Westminster Theological Journal, segundo artigo, v. 26, 1963-64, p. 40.
  86. Lints, op. cit., p. 241.
  87. Idem, ibid.
  88. John Murray, "Systematic Theology", II, op. cit., p. 41.
  89. Ibid., p. 42.
  90. Ibid, p. 42
  91. Klooster, "How Reformed Theologians 'Do Theology' in Today's World", op. cit., p. 245.
  92. B. B. Warfield, "The Idea of Systematic Theology", *The Necessity of Systematic Theology* (Grand Rapids: Baker, 1980), p. 143.
  93. John Murray, "Systematic Theology", Westminster Theological Journal, v. 25 (1962-63), p. 138.
  94. John Murray, "Systematic Theology", Westminster Theological Journal, segundo artigo, v. 26 (1963-64), p. 40.
  95. John Murray, "Systematic Theology", Westminster Theological Journal, v. 25 (1962-63), p. 142.
  96. John Murray, "Systematic Theology", Westminster Theological Journal, 1962-63, v. 25, p. 138.

97. Citado por Fred H. Klooster, *Introduction to Systematic Theology*, an unpublished syllabus, Calvin Theological Seminary, Grand Rapids, MI, 1982, p. 31.
98. B. B. Warfield, "The Idea of Systematic Theology", *The Necessity of Systematic Theology*, editado por John Jefferson Davis. (Cf. Fred Klooster, *Introduction to Systematic Theology*, an unpublished syllabus, Calvin Theological Seminary, Grand Rapids, MI, 1982, p. 31.)
99. Van Till, "An Introduction to Systematic Theology", unpublished Syllabus for class purposes (WST, 1952), p. 2.
100. B. B. Warfield, "The Idea of Systematic Theology", *The Necessity of Systematic Theology*, editado por John Jefferson Davis (Grand Rapids: Backer, 1980), p. 142.
101. B. B. Warfield, "The Idea of Systematic Theology", *The Necessity of Systematic Theology*, editado por John Jefferson Davis (Grand Rapids: Backer, 1980), pp. 142-143.
102. A doutrina da ubiquidade ensina a onipresença ou a presença da natureza humana de Jesus em toda parte. É a doutrina da presença sobrenatural da natureza humana de Jesus advinda da doutrina da comunicação dos atributos (*communicatio idiomatum*) e da comunhão da natureza (*communio naturarum*) na pessoa de Cristo. Essa ubiquidade pertence não à natureza humana como tal, mas à natureza humana em sua união com a pessoa divina do logos. Com base nesse raciocínio, Lutero e seus seguidores determinaram sua visão sobrenatural da natureza humana de Jesus Cristo.
103. Van Till, *op. cit.*, p. 4.
104. Fred H. Klooster, em seu artigo "Theology, Confession and the Church", apresentado ao Booklet do Sínodo Ecumênico Reformado em 1977, p. 35.
105. *Institutas*, I, i, 1.

## PARTE 2

# A REVELAÇÃO VERBAL COMO VERDADE DE DEUS

**D**e todas as sete partes deste livro, esta é a menor delas. No entanto, não menos importante. Ela trata da necessidade e da importância de a revelação verbal ser sistematizada, porque não há boa compreensão de nenhuma ciência se não houver um estudo sistemático. A Teologia, que é uma ciência, não foge desse axioma.

Depois, com base num artigo muito bem escrito por Bob Burridge, trato do trajeto da revelação verbal desde que ela sai da boca de Deus até o momento em que chega aos ouvidos do crente. Então, de modo bastante conciso, aventuro-me a resumir os assuntos básicos no trajeto da história:

- Revelação verbal
- Inspiração do texto revelado
- Preservação do texto inspirado
- Tradução do texto revelado/inspirado
- Interpretação do texto revelado/inspirado

A compreensão desse trajeto da verdade de Deus até chegar a nós é muito importante para compreendermos a força que a revelação verbal divina tem

sobre aqueles que depositam sua confiança nela.

# A REVELAÇÃO VERBAL SISTEMATIZADA

Quando Deus nos fez, dotou-nos com o senso da verdade impresso em nossa alma e desejosos de tê-la. Esse senso de verdade foi desfigurado pela queda, porém é muito forte na mente daqueles que têm sido remidos por Deus.

No entanto, por causa de nossa finitude e da capacidade divina de permanecer escondido (*Deus Absconditus*), intocado e inacessível, e não podendo ser achado por suas criaturas, não podemos obter a verdade sobre ele a menos que ele mesmo se revele ou se deixe achar para que seja conhecido. Somente quando Deus se torna conhecido é que podemos conhecer a verdade, que está escondida em Deus, porque Deus é a verdade personificada e o revelador dela em palavras.

Como a verdade é um dos atributos de Deus, é importante que nos proponhamos a conhecê-la. Essa verdade está parcialmente revelada nas obras da criação, pois nós próprios e as coisas que nos cercam são feitura dele e refletem, em alguma medida, alguma verdade sobre ele. Todavia, eu sei dessas coisas porque leio na Escritura que somos feitura dele e criados em Cristo Jesus. Se Deus não houvesse revelado sua verdade, seja na criação, seja na revelação verbal, jamais teríamos acesso a ela.

A verdade está na mente de Deus e não pode ser buscada pelos homens por seus próprios recursos, ainda que estivessem em um estado de pré-queda.

Deus nos fez limitados e sem acesso à sua mente. A situação se torna ainda mais complicada quando olhamos o homem na condição de caído. Nesse caso, não somente o homem não pode conhecer Deus, como também não quer conhecer quem é o verdadeiro Deus, por causa de suas indisposições interiores contra Deus. Ele, inclusive, pode negar não apenas a possibilidade de a verdade ser conhecida, como também sua responsabilidade moral diante dela. Além disso, por causa de sua natureza caída, o homem ainda vem tentando criar um substituto para Deus e sua verdade.

Como já mencionamos, Deus é inacessível pela mente humana. Nesse sentido, os cristãos da ortodoxia reformada insistem em que a mente humana, por si só, não pode atingir nada de Deus, a menos que ele se deixe conhecer. Morris diz que “o homem, como homem, não tem acesso à vida interior de Deus, nenhum conhecimento do ser essencial de Deus. A Teologia não é um estudo de ‘Deus em si mesmo’, mas de “Deus como revelou a si mesmo””.<sup>106</sup>

Assim, quando fazemos Teologia, não a fazemos com base em “Deus em si mesmo”, mas naquilo que ele revelou de si mesmo. Os estudiosos de Teologia, portanto, não podem ter acesso a Deus, mas somente à sua revelação. Deus não pode ser descoberto nem pesquisado. Entretanto, podemos pesquisar sua revelação, seja a da natureza, seja a da Escritura. Por essa razão, não podemos crer numa Teologia que não leva em conta a revelação divina.

Todavia, todos esses cristãos creem (por causa da revelação que lhes foi internalizada pelo Espírito) que “todas as veredas do Senhor são misericórdia e verdade” (Sl 25.10) e que Jesus Cristo é a verdade (João 14.6). Toda verdade que Deus deu a conhecer aos homens estava oculta em sua mente e, então, ele nos tornou capazes de conhecer tudo o que ele deu a conhecer aos homens. Nesse sentido, segundo Burridge,

toda verdade que nós conhecemos é analógica; a saber, ela concorda com, corresponde a, mas não é completamente idêntica ao que está na mente perfeita de

Deus. Há uma “analogia” entre o que Deus fala às suas criaturas e o que ele conhece infinita e perfeitamente.<sup>107</sup>

### **1) A NECESSIDADE DE A VERDADE SER SISTEMATIZADA**

O sistema de verdade elaborado pelo cristianismo deve estar enraizado na natureza do Deus que se lhes revela. Para que nosso conhecimento seja mais bem-apreendido, é necessário organizá-lo e sistematizá-lo. Pela sistematização, aprendemos a relacionar as verdades que nos são dadas por Deus. Pela sistematização, aprendemos a associar ideias importantes em grupos, para que o material fique bem organizado e facilite para nossa mente finita o que é simples para a mente infinita. Se não houver a sistematização da verdade, as estruturas de nosso pensamento rapidamente ficam complicadas. Por isso, precisamos que as ideias sejam concatenadas de modo a facilitar nossa apreensão da verdade.

Deus, por causa de sua mente infinita, não precisa de um sistema organizado. Sua mente em si mesma tem o conhecimento de todas as coisas sem que precisem ser necessariamente organizadas como nós precisamos, devido à finitude de nossa mente. A sistematização das ideias é singular dos seres criados, e não do Criador.

O Criador tem uma mente unificada absoluta que nós tentamos entender por meio de sua revelação. Como Criador, ele nos designou para sermos capazes de conhecer exatamente o que ele quer que conheçamos... Ao grau em que usamos consistentemente os métodos de Deus, nosso estudo produzirá ideias consistentes com a verdade como ela existe de forma absoluta na mente de Deus.<sup>108</sup>

Somos ainda criaturas caídas e, para que obtenhamos ideias consistentes com a verdade de Deus, devemos também ter a operação divina em nós, capacitando-nos a ler corretamente a revelação que ele nos dá de si mesmo, que é verbal (revelação sobrenatural) e não verbal (revelação natural).

Essa é a única maneira que temos para, apreendendo corretamente a verdade de Deus, ensiná-la aos homens de modo eficaz e exato. Essa é uma tarefa apologética que pressupõe o conhecimento e a apreensão da verdade. Por essa razão, Paulo, escrevendo a Tito, disse que o presbítero deve ser “apegado à palavra fiel que é segundo a doutrina, de modo que tenha poder tanto para exortar pelo reto ensino como para convencer os que contradizem” (Tt 1.9).

## **2) A IMPORTÂNCIA DE A VERDADE SISTEMATIZADA SER CONFSSIONALMENTE ESCRITA**

Vivemos num tempo de ojeriza à confissões escritas. É um tempo de aversão aos dogmas afirmados. Alguns afirmam não precisar de um credo porque eles têm a Escritura, e esta lhes basta. Precisamos fazer todo o possível para que as pessoas tenham uma ideia correta do que são os credos e as confissões, e a importância que eles tiveram e têm para a preservação da verdade de modo sistematizado. As verdades distribuídas por toda a Escritura podem e devem ser colocadas topicamente para a melhor compreensão de nossa mente finita. Os credos e as confissões podem ajudar-nos a compreender melhor a verdade da mente de Deus que ele disponibilizou em sua revelação verbal. É uma ingenuidade teológica fincar pé na oposição à confessionalidade. Sem a sistematização das verdades de modo escrito, corremos o risco de ter o erro penetrando sorrateiramente na vida da igreja.

Se as crenças, ou credos, que governam nosso entendimento não são escritos, existem somente em nossas mentes e transitoriamente em palavras faladas. Isso torna difícil para nossas doutrinas serem examinadas à luz do padrão da Palavra de Deus.<sup>109</sup>

Queiramos ou não, todos nós fazemos Teologia quando interpretamos um texto da Escritura. Esse é o padrão de todas as épocas diante da revelação divina. Em um passado bem remoto, quando havia somente o Pentateuco

escrito (e alguns poucos escritos proféticos que circulavam no meio do povo), imediatamente após a volta do cativo da Babilônia, sabemos que Esdras leu as Escrituras (Pentateuco) assistido por alguns líderes do povo. Após terem lido o texto das Escrituras, é-nos dito que “davam explicações [‘do Livro da lei’] de maneira que entendessem o que se lia” (Ne 8.8). Eles fizeram “Teologia”, ou seja, interpretaram para o povo o sentido da lei de Deus.

Se nenhuma interpretação ou explicação da Escritura é permitida além de simplesmente citar os textos, isso tornaria a revelação indisponibilizada para a maioria das pessoas. Somente os eruditos linguistas poderiam ler ou entender a Bíblia em suas línguas originais. Nenhum comentário poderia ser feito a respeito do que a Bíblia diz além da simples leitura dos textos da Escritura.<sup>110</sup>

O que é extremamente curioso é que nosso dever de interpretar o texto para o povo de Deus tem fundamento na passagem citada de Neemias, que hoje, para nós, é normativa, pois é inspirada por Deus. O princípio é que todos nós devemos interpretar a Escritura, e isso ficou registrado no livro de Neemias. A Escritura nos ensina que devemos interpretá-la de acordo com ela própria, por intermédio de seus mestres. Isso significa que nossas crenças, ou credos, devem governar o que os mestres ensinam.

Se a formulação de nossos credos e confissões não é alguma coisa desejável, o que cremos não poderia ser examinado e corrigido por um padrão objetivo da revelação de Deus.

Todos os homens têm credos, escritos ou não. Se não são escritos, então é difícil examinar as crenças em conformidade com a Bíblia. Credos não escritos tendem a contribuir para confusão e heresia. Por deixarem as coisas claras, os limites, os credos e as confissões escritos ajudam a identificar as negações da autoridade bíblica e protegem contra a elevação das ideias humanas a uma posição como a da verdade revelada do Criador.<sup>111</sup>

Portanto, se não colocarmos no papel aquilo em que cremos, correremos o risco de perder esse conteúdo e dificultar o respectivo exame. Provavelmente essa seja a razão maior da rejeição à confessionalidade.

A prática da confessionalidade tem seu gérmen em um exemplo bíblico em que as decisões da igreja foram afirmadas por escrito e transmitidas a outros irmãos que não faziam parte do grupo da liderança. O exemplo está registrado em Atos 15.23-29, quando o Concílio de Jerusalém (composto de apóstolos e presbíteros) se reuniu para tratar das questões que estavam afetando toda a Igreja nascente. As resoluções foram colocadas por escrito e enviadas às igrejas para que corrigissem e instruissem seus membros. Foi a interpretação da verdade de Deus colocada de forma escrita que serviu de base para que a igreja afirmasse ali sua fé e sua conduta.

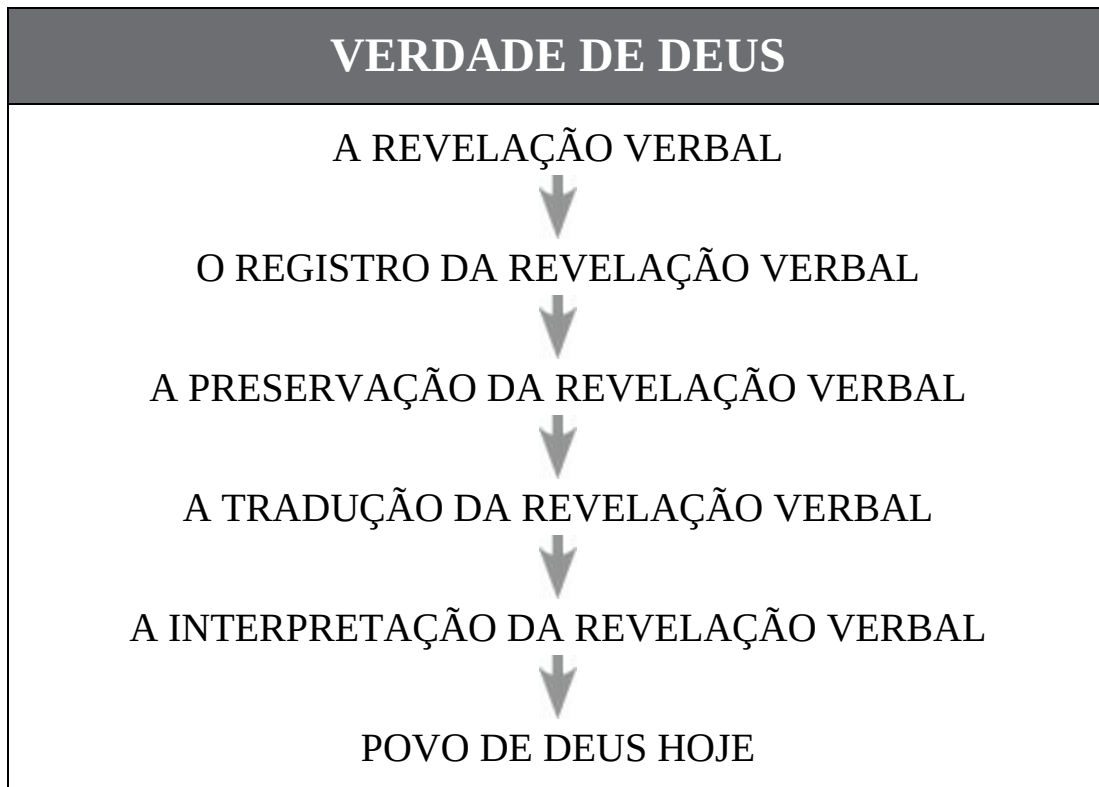
A prática de se escrever formalmente aquilo em que se crê, portanto, tem origem em tempos bem remotos. Desde os primórdios da Igreja Cristã, os homens registravam aquilo em que criam, que era produto da revelação divina, e também as interpretações que recebiam da revelação.

- 
106. Leon Morris, "I Believe in Revelation" (Grand Rapids: Eerdmans, 1977), p. 11.
107. Bob Burridge, "Knowing the Truth", <http://www.genevaninstitute.org/syllabus/unit-one-prolegomena/prolegomina-knowing-the-truth/> . Acessado em 2016
108. Bob Burridge, "Knowing the Truth", <http://www.genevaninstitute.org/syllabus/unit-one-prolegomena/prolegomina-knowing-the-truth/> . Acessado em 2016
109. Bob Burridge, "Knowing the Truth", <http://www.genevaninstitute.org/syllabus/unit-one-prolegomena/prolegomina-knowing-the-truth/> . Acessado em 2016
110. Burridge, "Knowing the Truth", <http://www.genevaninstitute.org/syllabus/unit-one-prolegomena/prolegomina-knowing-the-truth/> . Acessado em 2016
111. Burridge, "Knowing the Truth", <http://www.genevaninstitute.org/syllabus/unit-one-prolegomena/prolegomina-knowing-the-truth/> . Acessado em 2016

## CAPÍTULO 7

# O TRAJETO DA REVELAÇÃO VERBAL

**A**ntes de explicar cada estágio pelo qual a verdade de Deus nos atinge pessoalmente, passamos a mostrar uma espécie de diagrama que mostra a trajetória da verdade, desde a sua origem até o seu destino final, que é o crente comum. A verdade referida neste capítulo é chamada de *revelação especial* porque é uma revelação com tons fortemente soteriológicos e também porque é uma revelação dada em palavras (revelação verbal), distinta daquela em que Deus se dá a conhecer através das obras da criação e nos atos da história, que também é chamada de *revelação geral*. A revelação especial tem um trajeto até chegar aos leitores finais, que são os cristãos. Cada estágio mostra o trajeto que a verdade, inicialmente escondida em Deus, percorre, saindo dele e chegando até nós. Essa tentativa segue os moldes gerais encontrados nos vários prolegômenos à Teologia.



Colocando brilhantemente a sequência no trajeto da revelação verbal, podemos dizer com Burridge que,

se não houvesse REVELAÇÃO, não haveria nenhum fundamento para sabermos se é verdadeira qualquer coisa que cremos sobre Deus. Se não houvesse nenhuma INSPIRAÇÃO [OU REGISTRO], então a verdade de Deus teria sido perdida logo depois de os profetas terem recebido e pregado a verdade de Deus. Se não houvesse nenhuma PRESERVAÇÃO, então a Bíblia teria sido perdida quando os eventos e os processos naturais eliminassem os documentos originais. Se não houvesse nenhuma TRADUÇÃO da Bíblia, suas palavras seriam limitadas somente a poucos eruditos. Se não houvesse regras claras para governar a INTERPRETAÇÃO da Bíblia, então suas palavras permaneceriam desconectadas e seus ensinamentos incertos, as promessas de Deus não seriam conhecíveis e seus confortos seriam sem significado.<sup>112</sup>

Portanto, é importante compreendermos esses passos da trajetória da verdade de Deus que nos atinge pessoalmente! Foi por causa de todos esses passos superintendidos sobrenaturalmente por Deus que nos foi possível ter

confiança em sua verdade. Cremos que a Bíblia é a revelação registrada infalível de Deus, em que a verdade divina saiu de sua mente e chegou à nossa pela iluminação do Espírito. A seguir, encontram-se informações mais detalhadas de cada passo que a verdade de Deus segue até chegar a nós, devidamente interpretada e aplicada.

### **1. A REVELAÇÃO VERBAL**

A verdade de Deus, que esteve escondida em sua mente, desde a eternidade, precisava ser comunicada aos homens, a fim de que eles pudessem conhecer alguma coisa a seu respeito. Nesse processo histórico, a revelação foi o primeiro passo dado por Deus para que sua verdade chegasse a nós. Para que suas criaturas conhecessem a verdade de modo inteligível, era necessária a ação reveladora de Deus, em palavras.

### **2. A INSPIRAÇÃO DO TEXTO REVELADO**

O segundo passo do trajeto da revelação verbal é o da inspiração, ou seja, de seu registro. Se não tivesse havido a obra de escrever o que foi revelado, não conheceríamos muitas coisas que hoje conhecemos sobre Deus, sobre nós próprios, sobre o universo etc. O registro da revelação verbal foi absolutamente necessário e extremamente importante para que pudéssemos estudar, como fazemos agora, a verdade de Deus.

### **3. A PRESERVAÇÃO DO TEXTO INSPIRADO**

A preservação é o terceiro passo no trajeto da verdade de Deus até ela chegar a nós. Quando a verdade de Deus é registrada, Deus ainda continua a operar de maneira providencial para que ela não se corrompa no decorrer da história, mas que permaneça íntegra, do modo como foi desde o princípio. Os escritos originais não foram preservados, sejam os do Antigo, sejam os do Novo Testamento. Todavia, Deus trabalhou na história para que sua verdade fosse preservada na transmissão das cópias.

Jesus Cristo disse – ainda que não tenha sido de forma técnica – algo muito importante a respeito da preservação da verdade revelada e inspirada. Ele vaticinou que “os céus e a terra passarão, mas as minhas palavras não hão de passar” (Mc 13.31). Em outras palavras, o Redentor dos filhos de Deus disse que a Escritura seria preservada e que nada poderia destruí-la. Nenhuma coisa importante da Escritura deixaria de ser preservada. Para ser justo, nada da Escritura, por menor que fosse, seria deixado de lado (cf. Lc 16.17).

As descobertas dos Rolos do Mar Morto (1947) são uma demonstração da preservação da Escritura por muitos séculos. Até então, os manuscritos mais antigos do Antigo Testamento datavam do século IX d.C. Com as descobertas do Mar Morto, os manuscritos do Antigo Testamento são datados do segundo ou do terceiro século antes de Cristo. Isso significa que hoje temos manuscritos 11 ou 12 séculos mais antigos, o que nos traz uma confiança ainda maior nos manuscritos posteriores, que confirmam a veracidade dos textos mais antigos.

Um exame cuidadoso revela a preservação dos textos da Escritura sem qualquer alteração significativa. Deus se serve de homens e de atos da história que contribuem, de forma significativa, para a preservação de sua verdade.

Observa-se que nenhum livro escrito na história humana sobreviveu incólume como a Escritura, que sobreviveu a despeito dos imensos esforços no sentido de destruí-la. Apenas um exemplo desse esforço da rebeldia humana contra a verdade divina pode ser visto por volta de 175 a.C., quando o rei da Síria, Antíoco Epifânio, ordenou aos judeus, sob a dor da morte, que destruíssem as Escrituras deles e adorassem os deuses gregos. Mas Judas Macabeus salvou os livros e liderou uma revolta que resultou em independência para a nação judaica, ainda que temporariamente. Na atualidade, os judeus celebram esse evento no Hanukkah.

No entanto, não foram apenas os livros do Antigo Testamento que sofreram perseguição. Os do Novo Testamento também. O imperador romano

Diocleciano deu ordem para que os cristãos fossem mortos, e suas bíblias, queimadas. Todavia, algum tempo depois, por obra da Providência, o imperador que o sucedeu, Constantino, foi o instrumento divino para produzir cinquenta cópias escritas dos livros do Novo Testamento.<sup>113</sup>

Os cristãos podem e devem dar muitas graças a Deus pelo modo maravilhoso como ele preservou os escritos do Antigo Testamento para que chegassem até nós de maneira belamente preservada. As cópias do Novo Testamento também foram preservadas de forma graciosa por Deus. A Bíblia que possuímos hoje resulta do processo providencial de Deus para manter as cópias do texto sagrado fiéis aos escritos originais. Do ponto de vista técnico, esse processo é chamado “Preservação”.

A Igreja Cristã não possui nenhum documento original dos livros da Bíblia chamados *autógrafos*. Temos cópias que são chamadas *apógrafos*. Como todas as cópias são passíveis de conter erro, temos algumas variantes que chegaram até nós. A tarefa do estudioso de Teologia é tentar verificar (por meio do estudo das famílias de texto) qual é o melhor texto, o que reflete melhor os autógrafos. Portanto, a preservação nos aponta para o fato de que podemos confiar nas Escrituras porque não apenas Deus as revelou, como também agiu em sua inspiração e preservação. Ao longo da história, Deus tem superintendido a preservação de sua verdade no processo da transmissão do texto até ele chegar a nós.

#### **4. A TRADUÇÃO DO TEXTO REVELADO/INSPIRADO**

O quarto ponto da trajetória da verdade de Deus até ela chegar a nós não pode ser negligenciado. A preservação divina dos documentos nas línguas originais (hebraico e grego) foi mantida por muitos séculos. Todavia, com a expansão do cristianismo para terras gentílicas, houve necessidade de a verdade divina ser colocada nas línguas dos vários povos das terras aonde o cristianismo chegou.

Até a Reforma, somente tinham acesso à verdade de Deus aqueles que conheciam as línguas originais e o latim, que era a língua da igreja. Nenhum crente comum tinha o privilégio de ler a Escritura. Ele somente podia ouvir explicações do texto lido em uma língua que desconhecia. Foi então que alguns irmãos eruditos começaram a traduzir a Escritura para o vernáculo. Menciono apenas alguns exemplos de homens que se dedicaram ao bem de seus conterrâneos, traduzindo parte ou a totalidade da Bíblia para seus vernáculos:

- William Tyndale (1494-1536) traduziu o Novo Testamento para o inglês, em 1525; posteriormente, Miles Coverdale (1488-1568) produziu a primeira tradução e impressão da Bíblia completa em inglês, em 1535.
- Martinho Lutero (1483-1546) traduziu a Escritura para o alemão, concluindo sua obra em 1534, com a ajuda de outros reformadores.
- Casiodoro de Reina (1520-1594) liderou a primeira tradução da Bíblia completa para o espanhol, que foi impressa na Basileia, em 1569. Logo depois, Cipriano de Valera imprimiu em Londres (1596) uma versão que ficou conhecida como Reina-Valera na impressão de 1602, em Amsterdã.
- João Ferreira de Almeida (1628-1691) iniciou a primeira tradução da Bíblia para o português, que foi completada em 1753, décadas após a sua morte.

Graças aos gigantescos esforços de alguns irmãos, inspirados no movimento da Reforma Protestante, os crentes comuns podem ter acesso à verdade revelada, inspirada, preservada e traduzida.

A finalidade da tradução é que o povo comum entenda a verdade de Deus em cada nação e cultura. Não foi propósito de Deus que somente os eruditos linguistas ou estudantes da história antiga conhecessem sua revelação registrada. Aprouve a ele levantar muitas pessoas que colocassem sua

verdade nas mãos das pessoas a quem o cristianismo chega. Esse processo é chamado “Tradução”.

## 5. A INTERPRETAÇÃO DO TEXTO REVELADO/INSPIRADO

Este é o ponto final para que a verdade chegasse a nós pessoalmente. Uma vez que a verdade chegou a nós pelas mais variadas traduções dos textos bíblicos, o passo final em sua trajetória, para que seja assimilada pelo povo, é entender a revelação que está registrada, a qual foi preservada e, então, traduzida. Essa tarefa de interpretação pertence, primariamente, àqueles que são dotados por Deus dos dons relacionados à Palavra:

**Apóstolos** – Responsáveis pelo crescimento geográfico da igreja,<sup>114</sup> abrindo as picadas do evangelho em terras às quais a verdade de Deus ainda não havia chegado, eles interpretaram as verdades de Deus, conclamando os povos pagãos à vinda a Cristo Jesus.

**Profetas** – Responsáveis pela musculatura espiritual do povo de Deus, fazendo brilhar a Palavra revelada, interpretam a verdade revelada e registrada para que o povo de Deus trilhe os caminhos corretos. Os profetas sempre se preocupam com a vida ética do povo de Deus. Eles interpretam o texto da Escritura aplicando-o ao povo, norteando eticamente sua vida.

**Evangelistas** – Responsáveis pelo crescimento numérico das igrejas locais, expõem as grandes verdades da redenção, interpretando o texto das Escrituras aos homens, a fim de que entendam as razões, os “porquês” e os “comos” da história da redenção.

**Pastores** – Responsáveis pela nutrição espiritual das igrejas locais, interpretam a Escritura para a manutenção da saúde moral e espiritual da igreja. São os ovelheiros que aplicam a Escritura às vidas que estão em sofrimento, dores, aflições, consolando-as, porque possuem, em alta medida, o dom da exortação.

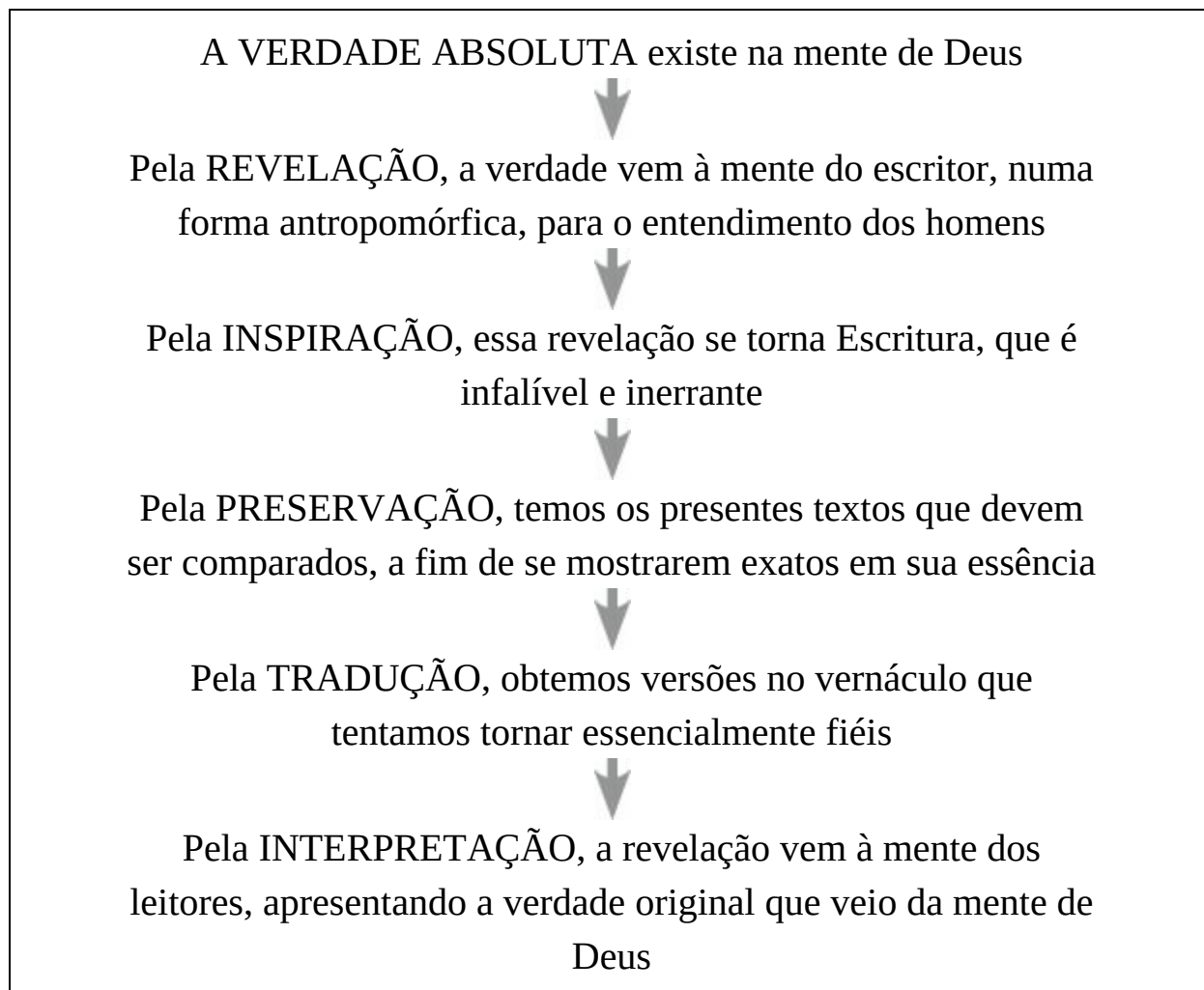
**Mestres** – Responsáveis pela educação teológica da igreja local, interpretam a verdade revelada e inspirada para o povo de Deus, a fim de que o povo conheça os detalhes do pensamento divino a respeito do próprio Deus, de Cristo, da criação e da queda do homem, da salvação por meio de Cristo, a respeito da igreja e das coisas que ainda estão por acontecer no último tempo.

Essa tarefa de interpretação, todavia, pertence também, ainda que secundariamente (mas não menos importante), ao crente comum, quando ele procura explicar aquilo que entende por meio da leitura da Palavra.

Todavia, para que entendamos a verdade, temos de usar regras hermenêuticas de modo consistente, a fim de que essa verdade seja entendida da maneira adequada. Mesmo nesse ponto, não podemos dispensar a ação divina do Espírito de Deus, que ilumina os que estudam sua verdade. Se não houver a interpretação da verdade revelada, as palavras da Escritura podem ficar sem sentido para as pessoas que a leem ou a ouvem. Esse processo é chamado “Interpretação”.

## **CONCLUSÃO**

Verificamos, neste capítulo, que a verdade de Deus chega até nós em cinco níveis:



É dever dos cristãos estudarem as Escrituras, que são a revelação verbal de Deus, para haver uma erudição respeitada pela seriedade com que devem tratá-la. Precisamos, à semelhança dos bereanos, “examinar as Escrituras todos os dias” (At 17.11), para termos cada vez mais uma ideia exata de seu significado. Além disso, o exame das Escrituras tem a ver com nossa vida eterna, porque elas testificam de Jesus Cristo (Jo 5.39).

Alguns dos passos aqui estudados (como os da tradução e da interpretação) não têm a conotação de infalibilidade. Sempre haverá discussões sobre a tradução e a interpretação, porque as hermenêuticas de abordagem variam, provocando divisões e debates na Igreja. Essas diferenças

talvez nunca sejam dirimidas, e o povo de Deus terá de conviver com elas até que o Senhor volte.

Todavia, os três primeiros passos (revelação, inspiração e preservação) devem ser mantidos como obra eminentemente divina, pois foi o que possibilitou que a verdade chegasse até nós, razão pela qual devem ser considerados importantes para a infalibilidade da Escritura.

A doutrina da revelação especial, obviamente, pode e deve ser identificada com o que cremos ser a Palavra de Deus. Essa expressão “Palavra de Deus” prevaleceu com muita força nos círculos protestantes desde a Reforma do século XVI. Essa era a maneira de os protestantes lutarem contra as outras fontes de autoridade usadas pela Igreja Católica Romana. Somente a Bíblia era a Palavra de Deus, a única fonte de fé e prática.

Era crença no tempo da Reforma que a Igreja nascia da Palavra, e não que a Palavra se tivesse originado na Igreja. Em 1520, Lutero escreveu que “a igreja é nascida através da fé na Palavra da promessa. Porque a Palavra de Deus está incomparavelmente acima da igreja”.<sup>115</sup> Nos círculos reformados, ainda se observa tal ênfase. Na disputa ocorrida em Berna, um grupo reformado suíço confrontou seus oponentes dizendo: “A Igreja foi nascida da Palavra de Deus, permanece nela e não ouve as vozes dos estranhos”.<sup>116</sup>

Na mente de todos os reformadores e herdeiros da Reforma, a frase *Verbum supra ecclesiam* tinha um significado absolutamente inequívoco. Nenhum deles duvidava de que *Ecclesia nata est ex Dei Verbo*. A superioridade e a indispensabilidade da Palavra de Deus estão claramente afirmadas nessas frases latinas. Alguns podem objetar que *Dei Verbo* aqui se refere à pessoa do Filho de Deus, que também é chamada de Palavra de Deus, mas o contexto em que Calvino escreve mostra que ele está falando da Escritura Sagrada, e não simplesmente da segunda Pessoa da Trindade.

Também estava claro na mente dos reformadores que a expressão *verbum Dei* equivale à Escritura Sagrada ou, no mínimo, aquela está contida nesta. Calvino ecoou essa verdade no Catecismo de Genebra de 1545, no qual ele

ensinava aos pequeninos a respeito da Palavra de Deus: “Onde devemos procurar esta Palavra?” A resposta é: “Nas Santas Escrituras, nas quais ela está contida”.<sup>117</sup>

Há, contudo, os que negam a verdadeira identidade entre a Palavra de Deus e a Bíblia. É o caso dos neo-ortodoxos. A neo-ortodoxia se recusa a identificar a Bíblia com a Palavra de Deus. Mesmo que afirmem que a Palavra de Deus pode ocorrer nas palavras da Bíblia, segundo eles as duas coisas são completamente diferentes, não havendo a possibilidade de identificação.

Segundo Barth, a igreja testemunha a respeito da revelação divina, e a Bíblia é o registro do que aconteceu no passado, quando Deus se revelou ao seu povo, mas a Bíblia, em si mesma, não é a revelação divina, porque esta está vinculada à presença de Deus e deve ser identificada com o próprio Deus. Para Barth, Deus e sua revelação são a mesma coisa, mas, na fé reformada, Deus e sua revelação são coisas distintas. A Bíblia não é Deus, mas revela quem Deus é.

- 
112. Burridge, “Knowing the Truth”, <http://www.genevaninstitute.org/syllabus/unit-one-prolegomena/prolegomena-knowing-the-truth/> . Acessado em 2016
113. Ver artigo “The Preservation of the Bible”, <https://answersingenesis.org/the-word-of-god/the-preservation-of-the-bible/>. Acessado em 2015
114. A referência não é aos apóstolos originais que receberam a revelação diretamente de Jesus Cristo. Os apóstolos que Paulo menciona em Coríntios e Éfeso são aqueles que possuem os dons apostólicos, que comumente são chamados de “missionários”, ou seja, aqueles que são responsáveis pela expansão da igreja no mundo, trabalhando em terras em que a semente ainda não foi lançada.
115. Martin Luther, “Babylonian Captivity of the Church”, section on Ordination: Werke, W. A. VI, 560; Works of Martin Luther.
116. Citado por John T. McNeill, “The Significance of the Word of God for Calvin”, em Church History, 1951, v. 8, p. 131.
117. In Scripturis sanctis, quibus continentur, “Geneva Catechism”, 1545, Corpus Reformatorum, Calvin, VI, 110, traduzido por K. S. Reid, Library of Christian Classics XXII, p. 130.

### PARTE 3

# A DOCTRINA DA REVELAÇÃO VERBAL

**E**sta terceira parte do livro é crucial porque as primeiras coisas específicas sobre a revelação verbal são estudadas aqui.

Começo esta terceira parte definindo a *iniciativa* da revelação, o *objeto* e seu *objetivo*. Em seguida, abordo as necessidades da revelação verbal: a revelação verbal é necessária porque Deus é um ser *absconditus*, enquanto os seres humanos são finitos; a revelação verbal é necessária pelo fato de Deus ser qualitativamente diferente de nós, e isso diz respeito aos atributos incomunicáveis de Deus; a revelação verbal é necessária pelo fato de Deus ser quantitativamente diferente de nós; a revelação verbal é necessária por causa da pecaminosidade humana; a revelação verbal é necessária porque o homem é incapaz de interpretar corretamente a revelação da natureza. Então, trato de um aspecto relativamente ignorado dentro da fé evangélica: a fé cristã não é a única que trata de revelação.

Depois de tratar mais diretamente da revelação verbal, entro no mérito do registro da revelação verbal, que tem a ver com as informações vindas da tradição oral e da escrita. Trata-se de um capítulo muito significativo, embora

pouco explorado, mesmo nas matérias introdutórias e exegéticas, especialmente do Antigo Testamento.

## CAPÍTULO 8

# VERDADES GERAIS SOBRE A REVELAÇÃO VERBAL

### 1. DEFINIÇÃO DE REVELAÇÃO VERBAL<sup>118</sup>

*Revelação* é um ato divino pelo qual Deus se dá a conhecer aos homens em palavras e atos explicados por palavras. A revelação especial diz respeito às várias formas que Deus usa para se dar a conhecer aos homens.

A revelação verbal divina nada tem a ver com alguma descoberta que o homem faz de Deus, seja por uma pesquisa diligente, seja por outra contingência causal; revelação tem a ver com “o conhecimento que vem até nós, procedente de fora de nós próprios, que está além de nossa capacidade de descobrir”.<sup>119</sup>

A verdade de Deus não é descoberta pelo homem, mas revelada por Deus. Millard Erickson define a revelação como “a manifestação que Deus dá de si mesmo de tal modo que o homem possa conhecê-lo e ter comunhão com ele”.<sup>120</sup> Shedd diz que, “em sua significação geral e ampla, ela [a revelação] é qualquer tipo de conhecimento do qual Deus é a fonte suprema e a causa”.<sup>121</sup>

### 2. O USO DA PALAVRA REVELAÇÃO NA ESCRITURA

Há duas palavras usadas na Escritura das quais podemos obter a palavra “revelação”: uma no Antigo Testamento e outra no Novo Testamento.

- A palavra hebraica para revelar é *gala*, que também pode ser traduzida como *descobrir*. Em verdade, deve-se entender que Deus é quem descobre a verdade a nós, a fim de que possamos conhecê-la. Se ele não a descobrisse aos nossos olhos, ela ficaria escondida de nós. A palavra hebraica *gala* aparece 23 vezes no Antigo Testamento, especialmente em Daniel.
- A palavra grega *apocalypsis*, que também significa revelação, aparece 44 vezes no Novo Testamento e, só no livro de Apocalipse, aparece 26 vezes.

Essas duas palavras mostram que Deus se dá a conhecer ou que revela alguma coisa de sua natureza, da natureza dos homens, de seus pecados, de sua condenação e de sua redenção. Nessa ação reveladora, ele remove aquilo que encobre o que está escondido; não somente revela o que está escondido, mas também abre os olhos para o que anteriormente não tínhamos a capacidade de ver, inclusive para as coisas misteriosas, tornando-as claras aos recipientes finais de sua revelação.

### 3. A INICIATIVA DA REVELAÇÃO

A *revelação* tem nascedouro em Deus. É a comunicação de suas verdades para os recipientes. Não há como fugir da ideia de que Deus

sempre toma a iniciativa de revelar a si mesmo ao homem. O conhecimento de Deus é crido não como o produto final de uma busca humana diligente, mas como uma manifestação da graça de Deus e de seu desejo de ser conhecido.<sup>122</sup>

Portanto, Deus é o autor e o iniciador da revelação. Em hipótese alguma a revelação tem a ver com alguma coisa que a mente do homem descobriu por si mesmo. Na verdade, o homem não é capaz de ver ou de perceber que a revelação divina (geral ou especial) é um dom de sua graça a menos que haja uma ação divina que lhe dê olhos para ver ou coração para perceber. A

revelação é divina em sua origem, e a absorção dela pelo homem também tem origem em Deus, por meio da abertura de coração para ver e perceber esse dom que vem de Deus. Shedd diz que

tudo que o homem conhece intuitivamente é revelado a ele; pois mesmo seu conhecimento axiomático não se origina dele de forma independente e à parte de seu Criador. Tudo que ele conhece dessa maneira, ele conhece através de seu intelecto, e esse intelecto é obra de Deus. O homem conhece de acordo com as leis da inteligência humana, e essas leis são estabelecidas por seu Criador.<sup>123</sup>

A iniciativa da revelação sempre vem do Alto e atinge aqueles para quem ela foi designada. O homem não sobe ao lugar de habitação de Deus para receber a revelação, mas é ela que vem de Deus para ser vista ou ouvida pelo homem.

#### **4. O OBJETO E O OBJETIVO DA REVELAÇÃO**

O objeto da revelação é o ser humano em geral quando pensamos na revelação natural (ou geral). Não há nenhum homem que não seja atingido por ela. Contudo, quando pensamos na revelação verbal (especial), Deus se dá a conhecer de um modo mais específico àqueles que estão prestes a se tornar membros de seu povo e àqueles que já são crentes. Por isso, dizemos que Deus se revela de um modo segundo o qual sua revelação se torna inteligível para os seres humanos quando são tornados espiritualmente vivos. Então, quando vivificados, eles creem no Deus que se revela.

O objetivo da revelação, por sua vez, é mostrar aos homens quem Deus é, sua natureza, seu caráter, sua vontade, sua criação e, por fim, a redenção de caídos que ele se propõe a remir e a restauração de todas as coisas que foram amaldiçoadas. Em resumo, o objetivo da revelação é conduzi-los para Deus, a fim de que tenham comunhão com Deus.

#### **5. O CONTEÚDO DA REVELAÇÃO**

A revelação originada em Deus é direta e primariamente a respeito de Deus. Nem toda revelação divina nos aponta Deus, mas nos dá informações a respeito da natureza e a respeito de nós próprios, de nossos pecados e de nossa redenção.

A revelação divina traz a verdade de Deus sobre nossa vida e morte, bem como de nossas condutas sociais, psicológicas e espirituais. A revelação diz respeito à nossa natureza pecaminosa e ao recurso divino para a solução relativo ao problema do pecado, apontando para a vida e a salvação que estão em Cristo Jesus. A revelação também diz respeito aos eventos da história do mundo. De modo final, a revelação culmina com os eventos escatológicos, em que Deus dará a plena revelação de seu propósito redentor e propósito de justiça. A revelação parte de Deus e atinge os pecadores. Mas há outros passos que ela dá até nos atingir pessoalmente.

---

118. A designação “revelação especial” serve para contrastar com “revelação geral”, que não será estudada neste volume.

119. Leon Morris, *I Believe in Revelation* (Grand Rapids: Eerdmans, 1976), p. 10.

120. Millard Erickson, “Christian Theology” (Grand Rapids: Baker, 1990), p. 153.

121. W. G. T. Shedd, “Dogmatic Theology”, v. I (Nashville, TN: Thomas Nelson Publishers, 1980), p. 62.

122. Leon Morris, “I Believe in Revelation”, p. 10.

123. Shedd, “Dogmatic Theology”, v. 1, p. 62.

## CAPÍTULO 9

# A NECESSIDADE DA REVELAÇÃO VERBAL

**N**este capítulo consideraremos como a revelação verbal de Deus é vital ao nosso conhecimento dele e de sua vontade para seu povo. Sem a revelação, não temos meios de conhecer Deus e sua vontade, pois, como vimos, há uma grande distância entre nós e Deus, entre nossa mente e a mente de Deus (Isaías 40.13,14,18,25), e essa distância é aumentada, ainda mais, pela realidade da Queda que obscurece o nosso entendimento, de modo que a revelação verbal se faz totalmente necessária.

### **1. A REVELAÇÃO VERBAL DE DEUS É NECESSÁRIA PORQUE DEUS É *ABSCONDITUS*, ENQUANTO O HOMEM É FINITO**

Quando estudamos a revelação especial, temos de levar em conta o homem como um ser finito. O ser humano precisava que Deus se lhe revelasse para que ele viesse a ter um conhecimento razoável de Deus. Se Deus não se revelasse, o homem ficaria sem o conhecimento de Deus, e Deus permaneceria para sempre como o *Deus absconditus*, ou escondido. Nenhum ser humano poderia encontrar alguma coisa de Deus se ele resolvesse não se revelar. É impossível para seres finitos ter qualquer conhecimento, por pesquisa, de um ser infinito, pela grande distinção entre a natureza de ambos.

Tudo o que podemos saber de Deus, portanto, tem de vir dele próprio. Ele precisa se dar a conhecer a fim de ser conhecido. As naturezas de Deus e dos homens são muitíssimo diferentes, a ponto de estes últimos não terem

qualquer acesso a ele, a menos que se revele. A questão da revelação é fundamental para nossa verdadeira noção acerca de Deus. Portanto, podemos dizer com Headlam que “a questão primeira na Teologia deve ser sobre ‘Qual é a fonte de nosso conhecimento de Deus?’”.<sup>124</sup> Deus é a própria fonte de nosso conhecimento dele. Só Deus pode tornar Deus conhecido.

Jamais qualquer homem teria algum conhecimento de Deus se este não se lhe revelasse. Deus é infinitamente superior ao homem, de tal modo que o homem não pode descobrir nada dele, a menos que ele se revele. Deus é um ser transcendente e não pode ser conhecido ou descoberto pelo simples uso da razão humana.

Dessa forma, a revelação divina é absolutamente necessária para que tenhamos uma ideia de sua existência e de quem Deus é e o que faz. Além disso, Deus nunca poderia ser objeto de estudo do homem, porque não pode estar debaixo do homem, como qualquer objeto está sob um pesquisador. Deus nunca será objeto de nossa pesquisa. Quando entendemos que Deus se revela verbalmente, então podemos estudar sua revelação. Portanto, em Teologia, não temos Deus como objeto de pesquisa, mas sua revelação verbal. Nós estudamos quem Deus é estudando a revelação que ele faz de si mesmo.

A finitude humana impede que se pesquise sobre Deus, mas, como Deus resolveu se revelar, então o homem finito pode estudar a revelação verbal que ele dá de si mesmo. Deus, em si mesmo, é ininteligível, mas sua palavra é inteligível. Por essa razão, mesmo com nossa finitude, podemos estudá-la, pois ela vem em linguagem humana.

## **2. A REVELAÇÃO VERBAL É NECESSÁRIA PORQUE DEUS É QUALITATIVAMENTE DIFERENTE DE NÓS**

Não preciso de revelação a respeito dos seres humanos porque posso conhecê-los em suas ideias básicas sem que digam coisas de si, simplesmente por ser semelhante a eles. Como vivo nas mesmas condições que eles e tenho as mesmas inclinações morais, sou capaz de entender muito do que eles são.

É verdade, contudo, que, sem a revelação da verdade de Deus sobre os seres humanos, não saberíamos muitas coisas morais a respeito de nós mesmos, porque nosso coração é enganoso. Precisamos da revelação divina sobre nós próprios para que as noções morais a nosso respeito sejam corretas.

As ciências humanas (como Filosofia, Psicologia, Sociologia, Antropologia Cultural etc.) não têm uma visão correta sobre muitos aspectos (especialmente morais!) dos seres humanos porque não conseguem sondar o interior do coração humano como Deus o faz. Por essa razão, as ciências humanas estão muito aquém da Escritura na avaliação dos seres humanos. Ainda que tenhamos todos a mesma essência, não conhecemos uns aos outros como Deus nos conhece. Logo, ninguém pode dizer nada mais exato sobre os seres humanos do que o próprio Deus.

No entanto, a despeito de sabermos que fomos feitos à imagem e à semelhança de Deus, tendo, portanto, algumas coisas de sua imagem que são refletidas em nós (naquilo que chamamos de “atributos comunicáveis”), há uma distância *qualitativa* e infinita entre Deus e os homens. É necessário que Deus se nos dê a conhecer para que a distância entre nós seja diminuída em termos de conhecimento dele.

Assim, mesmo que ele se revele verbalmente, não apreendemos com perfeição nosso conhecimento dos atributos comunicáveis de Deus. Ainda temos dificuldade para entender tudo o que Deus diz em sua palavra sobre seus atributos comunicáveis, como amor, graça, misericórdia, justiça, conhecimento, sabedoria etc., em virtude da distância de natureza entre ele e nós.

Se, por causa de nossa finitude e distinção qualitativa em relação a Deus, temos dificuldade de entender alguns atributos comunicáveis dele, o que podemos dizer dos atributos incomunicáveis que ele possui? Ele nos dá alguns vislumbres desses atributos, mas é praticamente impossível ter um bom conhecimento desses atributos, visto que não temos nenhuma semelhança em nós!

### **a) Deus é único**

Esse atributo de Deus significa que ele é singular em muitas coisas: a Teologia chama esse aspecto de Deus de *Unitas Singularitatis*.

Essa unidade diz respeito à singularidade de Deus, ou seja, ele é único, sem par. Ele é um – não há nenhum outro além dele. Todos os outros seres têm existência por causa dele, e nele.

Há muitos textos da Escritura que mostram esse aspecto singular ou da unicidade de Deus.<sup>125</sup> Se houvesse mais de um Deus, não haveria Deus de fato. O politeísmo nega o Absoluto, a Última Causa, a Independência de Deus, a Imutabilidade de Deus e a Eternidade de Deus. Por essa razão, a questão da unidade de Deus singulariza a religião cristã revelada. Nenhuma outra religião afirma categoricamente a unidade e a singularidade de seus deuses, somente a fé judaico-cristã.

### **b) Deus é independente<sup>126</sup>**

A independência de Deus é um atributo maravilhoso nele, exclusivo dele, que o torna absolutamente singular. O nome latino para esse atributo divino incomunicável é *aseitas*, que significa aquele que tem origem em si mesmo. Quando o Deus autoexistente é a razão da existência de todas as coisas, que, voluntariamente, entram em relação com o universo criado, então ele pode ser identificado com o Absoluto da filosofia. Mas a Escritura diz coisas muito mais importantes do que se diz do Absoluto da filosofia. Observe as várias facetas de sua independência:

#### **i) Deus é independente em sua existência**

Os seres humanos existem porque um dia foram trazidos à existência pela vontade de outros seres, mas não é assim com Deus. Ele *existe de necessidade*, não porque ele ou outros quiseram que ele viesse à existência. Não há nada ao redor de nós — nossa família, casa, árvores, montanhas e tudo o que se possa imaginar — que não tenha vindo à existência, mas Deus é distinto de tudo o que existe, que é produto de sua criação. Tudo neste mundo tem uma causa, exceto Deus. Ele não teve começo. Ele é o Criador

incriado. Ele não depende de nada fora de si mesmo. Em outras palavras: Deus é, enquanto sua criatura *veio à existência*.

A Escritura indica a independência e a autoexistência de Deus pelo menos em duas ocasiões: quando Moisés foi enviado a Faraó, foi o “Eu sou o que sou” que o enviou (Ex 3.13-15); ele é o Deus vivo que tem “vida em si mesmo”, e também diz que a pessoa do Filho também tem “vida em si mesmo” (Jo 5.26). Deus existe por si mesmo e, portanto, independe de tudo. Ele se basta. Ele existe pela necessidade de si próprio, ou seja, ele existe necessariamente. A natureza de Deus requer que ele exista, mesmo que nada mais existisse.

É esse atributo da independência que o torna conhecido, inclusive na filosofia humana, como a Primeira Causa de todas as outras coisas que vieram a existir. Ele é o originador (planejador) e o executor de tudo que há. Nada do que existe veio a existir sem ele, mas ele mesmo não depende de nada nem de ninguém. Os homens não gostam muito de falar desse atributo de Deus, pois a ideia da independência de Deus os humilha. Não há nada que deixe o homem mais aborrecido do que o fato de ser dependente. É aqui que está uma das infinitas diferenças entre o Criador independente e a criatura totalmente dependente. Deus não passou nada de independência ao homem. Por isso, esse atributo é chamado de incomunicável. Todavia, uma das coisas que mais encantam o homem é a ideia de ele ser independente de Deus. Talvez essa vontade pecaminosa advenha do fato de ele, desde o começo, querer ser igual a Deus. Mas essa é uma impossibilidade lógica, pois não pode haver dois infinitos ou independentes.

Outro aspecto da independência de seu ser é que ele não precisa de nada. Ele basta a si mesmo. Ele não precisa de nada que exista fora dele. Antes de todas as coisas existirem, ele já era e se bastava. Os deuses do panteão grego eram criados pela imaginação humana, sendo, por causa disso, deuses dependentes de seus criadores. Contrastando o verdadeiro Deus com esses deuses dependentes, Paulo diz que “ele não é servido por mãos humanas,

como se necessitasse de alguma coisa, pois ele mesmo é quem dá vida, respiração e tudo o mais a todos” (At 17.25).

Embora Deus tenha a base de sua existência em si próprio, não se pode dizer que ele é autocausado ou auto-originado, porque é eterno e não tem origem nem fim. A independência de Deus inclui mais do que a ideia de sua autoexistência. Sua independência caracteriza-se não somente em sua existência, mas em todo o seu ser e atributos, seus decretos e obras da criação, providência e redenção. Esse atributo distingue Deus de todas as criaturas. Por essência, Deus é diferente dos seres criados porque é autoexistente, independente, fonte e origem de todas as coisas. Ele é absolutamente autoexistente em seu ser e em suas obras.

*ii) Deus é independente em seu relacionamento*

Deus é absolutamente independente, não precisando relacionar-se com ninguém além de si próprio. Ele fez o mundo porque quis, mas o mundo não era necessário para sua existência. Deus sempre viveu relacionado consigo, mesmo antes de criar o mundo, porque se basta. Todavia, como ser de caráter pessoal que é, ele precisa de relacionamento, mas não precisa relacionar-se com ninguém fora de seu próprio ser. Ele é independente em seu relacionamento porque se basta em seu próprio ser. Ele sempre existiu em relacionamento porque existe tripessoalmente. Seu caráter tripessoal é autossuficiente. Observe a expressão do Filho encarnado, Jesus Cristo, conversando com o Pai sobre o “tempo” em que os dois se relacionavam antes de haver criação.

E agora, glorifica-me, ó Pai, contigo mesmo, com a glória que eu tive junto de ti, antes que houvesse mundo. (Jo 17.5)

Deus nunca precisou do mundo nem das pessoas do mundo para que pudesse, como ser pessoal que é, relacionar-se, porque sempre bastou-se nessa área, devido a seu caráter de subsistência tripessoal.

*iii) Deus é independente em seus pensamentos*

Por pensamentos, refiro-me à mente do Senhor. Ninguém se iguala ao Senhor no processo e no conteúdo de seu raciocínio. Simplesmente ele é ímpar. Essa foi a sensação que Paulo teve quando começou a tratar dos mistérios redentores de Deus:

Ó profundidade da riqueza, tanto da sabedoria como do conhecimento de Deus! Quão *insondáveis* são seus juízos e quão *inescrutáveis* seus caminhos! *Quem, pois, conheceu a mente do Senhor? Ou quem foi o seu conselheiro?* (Rm 11.33, 34).

Ao descrever os pensamentos redentores de Deus, Paulo fica extasiado! Eles demonstram uma sabedoria sem limite e sem paralelo. A obra redentora de Deus envolve uma inteligência que está além de nossa compreensão. Paulo usa duas palavras para descrever a inteligência dos planos de Deus: “insondáveis” e “inescrutáveis”. Essas duas palavras demonstram que a sabedoria da mente do Senhor não pode ser investigada pelos homens e, portanto, não pode ser compreendida por eles!

Com essas palavras sobre a inteligência de Deus e de seus planos redentores, Paulo não somente diz que esse assunto é difícil de compreender, como também afirma que é impossível compreendê-lo. É importante assinalar que Paulo não está falando aqui dos “mistérios escondidos” de Deus, mas daquilo que ele revelou sobre a salvação. Mesmo essas coisas reveladas mostram a infundável sabedoria de Deus, que excede toda a compreensão humana. São essas coisas que ele chama de “insondáveis” e “inescrutáveis”. Quais adjetivos, então, Paulo, usaria para tratar das coisas que são secretas de Deus?!

Não estamos dizendo, contudo, que as coisas que Deus revela sejam totalmente incompreensíveis. Podemos entender muitas delas, mas o que Paulo diz é que o modo como Deus opera a redenção dos pecadores é “insondável” e “inescrutável”. Não podemos compreender o processo de raciocínio de Deus porque a mente de Deus é infinita em seus recursos. É impossível captar o *modus operandi* da mente divina. No entanto, se o

homem quer conhecer alguma coisa do que Deus está fazendo, depende inteiramente de sua revelação. Ainda assim, após conhecer a revelação da redenção, Paulo se espanta com a grandiosidade insondável e inescrutável da mente divina. A revelação não implica necessariamente entendimento, mas certamente implica espanto e santa admiração! E isso foi exatamente o que Paulo percebeu quando escreveu essas palavras doxológicas de Romanos a respeito da mente de Deus, que é absolutamente independente:

Quem foi seu conselheiro? Ou quem conheceu a mente do Senhor? (v. 34)

Deus não depende de ninguém para conceber as coisas que concebe, nem para pensar o que pensa ou fazer o que faz. Ele é perfeitamente autopensante e livre de qualquer influência. Ele não precisa de instrução de quem quer que seja. O processo de seu pensamento é absolutamente suficiente em si mesmo, perfeitamente completo, concebendo e conhecendo, na íntegra, todas as coisas de maneira infinita.

A mente do Senhor não pode ser conhecida à parte de sua revelação porque ninguém conhece a mente do Senhor nem pode ser seu conselheiro. Ele não é devedor a ninguém daquilo que pensa. Por essa razão, não dá satisfação de suas ideias nem precisa justificá-las diante dos seres racionais.

A conclusão da doxologia de Paulo é a de que Deus é um Deus autoexistente e autossuficiente, independente em todos os seus pensamentos, detendo conhecimento e sabedoria infinitos de si mesmo e das coisas criadas.

*iv) Deus é independente na formulação de seus planos*

O Senhor frustra os desígnios das nações e anula os intentos dos povos. O conselho do Senhor dura para sempre e os desígnios de seu coração por todas as gerações (Sl 33.10-11).

Aliás, os desígnios dos homens são reputados em nada por Deus. Simplesmente Deus ignora os planos dos homens porque seus planos é que

prevalecem. Eles duram para sempre!

Quando o Senhor resolve fazer alguma coisa, não consulta os homens. Ele planeja todas as coisas como lhe agrada. Em seus conselhos, ele não se aconselha com ninguém, pois é suficiente em si mesmo em conhecimento e sabedoria. Por essa razão, o profeta diz em tons enfáticos:

Quem guiou o Espírito do Senhor? Ou, como seu conselheiro, lhe ensinou? Com quem tomou ele conselho, para que lhe desse compreensão? Quem o instruiu na vereda do juízo e lhe ensinou sabedoria e lhe mostrou o caminho do entendimento? (Is 40.13-14)

Toda a história humana é a realização dos desígnios do Senhor previamente traçados. Ninguém disse ao Senhor o que deveria fazer, pois todas as coisas estão perfeitamente claras na mente autossuficiente do Senhor. Deus é absolutamente independente na elaboração de seus projetos. Ninguém é semelhante a Deus também nesse aspecto. Por essa razão, o profeta pergunta aos homens: “Com quem comparareis a Deus? Ou que coisa semelhante confrontareis com ele?”, e o próprio Deus, de maneira direta, pergunta ao ser humano: “A que, pois, me comparareis para que eu lhe seja igual?” (Is 40.18, 25).

*v) Deus é independente na execução de sua vontade*

Deus não é somente autossuficiente na elaboração de seus planos, mas também em sua execução. Ele executa todas as coisas de acordo com o conselho de sua vontade (Ef 1.5, 11; Rm 9.19); nesse sentido, ele é também incomparável (Is 40.18) e totalmente independente de suas criaturas em tudo o que decide fazer. Ele não precisa da sugestão dos homens para realizar o que realiza. Ele não precisa do apoio dos homens ou da aprovação deles para o exercício de sua vontade.

A independência da vontade de Deus é ilustrada de maneira clara no Livro do Profeta Daniel. No Capítulo 4 de Daniel, há uma história que narra a honra e o louvor que o rei Nabucodonosor presta ao Senhor Deus em virtude

do exercício de sua vontade independente. O rei havia sido extremamente orgulhoso e arrogante enquanto dominou o povo cativo. Veio, então, a mão pesada de Deus sobre ele, fazendo-o viver como um animal sobre a terra (Dn 4.33). Em seguida, veio o tempo em que o rei foi restaurado à sua condição normal de homem, retomando o entendimento (Dn 4.34). Com o entendimento recobrado, o rei louvou ao Senhor e reconheceu a soberania de Deus sobre todos os reis da terra, bem como sobre toda a criação. Estas são suas palavras:

Todos os moradores da terra são por ele reputados em nada; e, segundo a sua vontade, ele opera com o exército do céu e os moradores da terra; não há quem lhe possa deter a mão, nem lhe dizer: Que fazes? (Dn 4.35)

Deus poderia destruir o desígnio das nações de modo imediato, a saber, sem o uso de meios, como fez com Nabucodonosor. Contudo, nem sempre ele age imediatamente. Aqui, o rei mostra que Deus pode usar meios para cumprir seus desígnios. O rei estava absolutamente certo quando disse que Deus usa instrumentos humanos para a consecução de sua vontade. No texto acima, ele diz que opera com o exército dos céus, provavelmente referindo-se a anjos, e com os moradores da terra, a saber, os exércitos dos homens, para cumprir seus desígnios de derrubar e abater as nações.

Nabucodonosor ainda diz que a vontade decretiva de Deus não pode ser contrariada ou impedida. “Não há quem lhe possa deter a mão, nem lhe dizer: Que fazes?” A vontade de Deus não está sujeita ao nosso escrutínio. Não podemos impedir que sua vontade seja feita. Isso porque Deus é independente na execução de sua vontade. Ele faz tudo conforme lhe apraz, e nada fora dele mesmo pode interferir na execução de seus planos. Foi exatamente nesse ponto que o rei, outrora orgulhoso, veio prestar respeito à vontade independente de Deus. Como produto de um amargo episódio, debaixo da mão poderosa de Deus, o rei da Babilônia confessou sua vontade infinitamente diminuída diante da vontade independente de Deus. Como

Deus poderia cumprir todos os seus desígnios usando os meios da própria criação para resistir à soberba dos homens? A resposta está no ponto seguinte.

*vi) Deus é independente em seu poder*

Deus é independente na execução de sua vontade porque é independente em seu poder. A execução de sua vontade requer um poder e um domínio absolutos. Por essa razão, o salmista diz: “No céu está o nosso Deus; e tudo faz como lhe agrada” (Sl 115.3).

Ele não precisa de ninguém para pôr em prática o que decretou. Seu poder é mostrado de maneira extraordinária nas Escrituras. Ele pode tudo, enquanto suas criaturas não podem nada sem ele.

Deus não é poderoso da forma como os homens dizem ser. Seu poder é incomparável. Os homens só podem fazer coisas (se assim lhes for permitido por Deus) com o material que possuem, mas Deus faz com que todas as coisas venham a existir quando não haviam existido ainda. Ele reivindica esse direito inalienável para si, quando trata das coisas visíveis e das invisíveis, das coisas da criação e da redenção:

Quem fez e executou tudo isso? Aquele que desde o princípio tem chamado as gerações à existência, eu, o Senhor, o primeiro, e com os últimos eu mesmo (Is 41.4).

Ninguém há como Deus em matéria de poder, porque seu poder lhe é inerente, enquanto o das criaturas é derivado. Seu poder é infinito, enquanto o das criaturas é finito. Ambos os poderes são absolutamente incomparáveis! Os homens, quando exercem seu poder e energia, se cansam, mas não o Senhor. Por isso ele disse:

Não sabes, não ouviste que o eterno Deus, o Senhor, o Criador dos fins da terra, nem se cansa nem se fatiga? Não se pode esquadriñar seu entendimento. Faz forte o cansado e multiplica as forças daquele que não tem nenhum vigor. (Is 40.28-29)

Esses versos mostram o poder independente de Deus e o poder dependente dos homens. Que distância enorme existe entre o Criador e a criatura!<sup>127</sup>

### **c) Deus é transcendente**

A doutrina da transcendência de Deus está presente em todas as religiões teístas. Essa noção está proeminente no judaísmo, no islamismo e, de modo especial, no cristianismo – em todas as suas facetas. É a doutrina que fala que Deus é elevado acima de tudo.

Sendo separado e independente de sua criação, Deus está além dela e sobre ela. A Escritura refere-se a Deus como o “Altíssimo”, como aquele que está sobre todas as coisas, “elevado”, o que indica sua superioridade sobre todas as coisas que vemos e das quais sabemos. Deus não está amarrado às mesmas categorias que os humanos, ou seja, tempo e espaço, por isso não deve ser medido por elas.

A Escritura tem algumas informações preciosas a respeito da transcendência de Deus. Se Deus não nos revelasse essas verdades a seu respeito, nossa mente jamais poderia ter qualquer noção sobre elas. Sua transcendência pode ser observada na grandeza de seus pensamentos, de seu poder e de seus conhecimentos.

Porque meus pensamentos não são vossos pensamentos, nem vossos caminhos meus caminhos, diz o Senhor, porque, assim como os céus são mais altos que a terra, assim são meus caminhos mais altos do que vossos caminhos, e meus pensamentos mais altos do que vossos pensamentos. (Is 55.8-9)

Esses versos nos dizem que o Senhor está acima de nosso conhecimento e de nossa capacidade de compreendê-lo, pois ele está acima de nossas relações e de nosso nível. Por essa razão, Zofar disse a Jó: “Porventura desvendará os arcanos de Deus ou penetrará até a perfeição do Todo-poderoso?” (Jó 11.7).

Deus é um ser absolutamente distinto de sua criação e de todas as outras pessoas. Deus é infinitamente superior em tudo a todas as coisas que possamos perceber ou imaginar. A. A. Hodge diz que, se

Deus não fosse extramundano, se não fosse uma pessoa transcendente separada revelando-se a si mesmo objetivamente, ordenando tudo de cima e trabalhando com suas criaturas de fora, seguir-se-ia que não poderia sustentar-se nas relações governamentais ou nas relações sociais conosco.<sup>128</sup>

A transcendência é uma necessidade absoluta em Deus. Negar essa transcendência implica retirar o que lhe é essencial, confundindo-o com sua criação e tornando-o semelhante a nós. Quem nega a transcendência em Deus humaniza-o. Por necessidade, ele tem de ser de fora, extramundano, a fim de entrar em relação com os deste mundo criado.

Karl Barth é o teólogo contemporâneo que mais enfatiza a transcendência de Deus. Em sua Teologia, Deus é o “totalmente outro”, o “desconhecido”, o “escondido”, e a separação entre ele e a criatura é expressa na *distinção qualitativa e infinita* entre ambos, um conceito que Barth<sup>129</sup> tomou emprestado da Teologia de Kierkegaard.

A ênfase na transcendência de Deus em Barth é uma reação ao liberalismo, no qual ele foi formado. Barth destacava um imanentismo perigoso de Deus, que se confundia com o processo natural das coisas, mas sem nenhuma manifestação sobrenatural dele. Para Barth, o “totalmente outro” invade o mundo sem, contudo, fazer parte dele. Barth levou a transcendência ao extremo, negando qualquer possibilidade de revelação natural, pois Deus não pode ser confundido com nada que não seja ele próprio. Nada revela Deus senão ele próprio, pensava Barth. Todavia, esse transcendentalismo exagerado de Barth pode levar a um caminho sem saída para a Teologia ou para a religião. Erickson disse que,

se, como Barth, fôssemos considerar o conceito de Kierkegaard da distinção qualitativa e infinita entre Deus e os homens como infinito em seu escopo, a religião e a Teologia seriam impossíveis. Porque, se a diferença entre Deus e o homem é infinita, se Deus é infinitamente diferente em natureza do homem, então nem mesmo Deus poderia cruzar o golfo entre ambos para alcançar o homem.<sup>130</sup>

Como haveríamos de estabelecer algum conceito sobre Alguém que é totalmente estranho e diferente de nós? A crítica que se faz ao transcendentalismo de Barth é: Se Deus é o “Totalmente Outro”, “o Desconhecido”, como Barth pode falar tanto dele?

Kierkegaard tem algumas ideias interessantes que nos ajudam a entender a transcendência de Deus. Para ele, a noção da

distinção qualitativa e infinita entre Deus e os homens é muito mais do que simplesmente diferença de grau. Deus não é simplesmente maior que o homem; eles são dois seres total e fundamentalmente diferentes. As qualidades que Deus tem não são meras qualidades do homem amplificadas. Sendo qualitativamente distinto, Deus não pode ser extrapolado das ideias que o homem tem, nem das qualidades da personalidade ou do caráter do homem (...). Não é o acúmulo de quantidade adicional que pode dar uma nova qualidade.<sup>131</sup>

Segundo o pensamento de Kierkegaard, Deus está dimensionalmente muito além de nós, não no sentido de outra medida espacial, mas além por causa da diferença qualitativa. Esse conceito de Deus ser dimensionalmente muito além de nós capacita-nos a pensar a transcendência e a imanência juntas. Deus está no mesmo lugar em que estamos, mas não é acessível a nós de um modo simples porque tem uma dimensão diferente. Ele está num nível diferente, mesmo estando junto de nós, de tal forma que não pode ser percebido, a menos que se faça percebido.

A transcendência de Deus tem muito a ver com sua natureza diferente, que o capacita a estar conosco, mas numa dimensão muitíssimo distinta e superior.<sup>132</sup> Portanto, a doutrina da transcendência de Deus torna necessária sua revelação. Se Deus permanecesse unicamente como transcendente, acima

e além de sua criação, jamais poderíamos ter qualquer noção da existência dele e de sua natureza.

#### **d) Deus é imutável<sup>133</sup>**

Esse atributo incomunicável de Deus é um corolário de sua independência (Ex 3.14). Somente aquele que é independente pode ser imutável ou constante. Um ser sujeito a mudanças é um ser dependente. Por isso, somente Deus pode ser independente.

Nada fora dele faz com que ele, seus decretos, promessas ou atributos sejam alterados. Se pudéssemos definir esse atributo, diríamos que a imutabilidade é aquela perfeição por meio da qual Deus se despoja de toda mudança não somente em seu Ser, mas também em seus decretos, promessas e atributos.

A imutabilidade de Deus deve ser estudada à luz da experiência da mutabilidade dos seres criados. O Salmo 102 é um exemplo vívido do homem, que passa, em contraste com Deus, que permanece. O v.12 diz: “Tu, porém, Senhor, permaneces para sempre, e a memória de teu nome de geração em geração”. É essa imutabilidade que faz com que Deus seja conhecido como aquele que é estável e, portanto, digno de confiança, sendo, por isso, absolutamente distinto de suas criaturas. É nesse contexto que podemos perceber a fraqueza, a dependência e a mutabilidade dos homens, em contraste com a força imutável e constante de Deus. Deus é a rocha que permanece para sempre, e nunca muda nem se altera.

#### ***i) Deus é imutável em seu ser***

Deus é perfeitamente completo em si mesmo. Em consequência, Deus não é passível de mudança. Seu ser é imutável porque ele não tem progresso nem retrocesso algum. Deus não pode ser aumentado nem diminuído em suas capacidades essenciais. De um modo simples, mas claro, o salmista diz:

Eles perecerão, mas tu permaneces; todos eles envelhecerão como um vestido, como roupa os mudarás e serão mudados. Tu, porém, és sempre o mesmo, e teus anos

jamais terão fim. (Sl 102.26-27)

O salmista está falando, nos versos anteriores (v. 24-25), da criação de Deus. Tudo em sua criação muda e tende a se deteriorar. Isso é explicado pela segunda lei da termodinâmica, que diz que tudo se deteriora. Não há nada que, por si só, permaneça para sempre. Contudo, o Criador não é como a criação. O primeiro permanece para sempre, imutável, havendo sempre uma constância em Deus, enquanto a última é mudada pelo envelhecimento. Deus permanece o mesmo, inalterável em seu ser. Isso o distingue sobremaneira de todos os seres criados!

A imutabilidade do ser divino está conectada com sua independência, eternidade e infinidade. Um atributo conduz a outros e está relacionado com eles. Deus não muda porque é invariável em sua natureza. É próprio das coisas finitas se alterarem, mas não daquele que é infinito. O homem caiu porque é possível a seres finitos caírem do estado em que foram criados, mas não se pode dizer o mesmo do Criador-Redentor. Por causa dessa imutabilidade, Deus, a despeito dos pecados de seu povo, não os leva à condenação. Ele é imutável em seu ser e naquilo que decide fazer.

Toda boa dádiva e todo dom perfeito vêm do Pai das Luzes, em quem *não pode existir variação ou sombra de mudança*. (Tg 1.17)

Essa é a imutabilidade de um Deus eterno e autossuficiente. Ele é sempre o mesmo, o que dá base para a crença de sua fidelidade às suas promessas e aos seus decretos. Tudo vem dele, “o Pai das luzes, em quem não há sombra, nem variação de mudança”. Ele não é devedor de ninguém; ele possui tudo. Todas as coisas que temos vêm dele e para ele tornam. Porque ele não depende das coisas criadas e sua essência é eterna, ele não muda. A Escritura apresenta Deus como existindo eternamente, mesmo quando nada existia, e isso o faz imutável em seu ser, de quem todas as coisas provêm. O que é criado não é eterno e, por isso, está sujeito a mudanças. Mas Deus é eterno,

imutável, e não tem as dificuldades da temporalidade ou da finitude. Por causa desse atributo, ele está livre de qualquer aumento, diminuição, crescimento ou decadência. É impossível para Deus mudar para melhor ou para pior, porque ele é autossuficiente em tudo. Suas prescrições e decretos jamais variam. Por essa razão, podemos confiar nele inteiramente. Ele não muda.

Se Deus não fosse imutável, não seria Deus. Qualquer coisa que muda deixa de ser o que é. Mas Deus não altera em nada seu ser. A razão nos ensina que nenhuma mudança pode ocorrer em Deus porque isso implicaria mudança para melhor ou para pior. Mas essas coisas são impossíveis em Deus porque ele é perfeito em tudo o que faz e é. Esse atributo também distingue Deus de todas as suas criaturas. O homem é mutável e tem dificuldade de compreender que Deus possa ser diferente dele. Mais uma vez, o Salmo 102 ilumina a questão:

Em tempos remotos, lançaste os fundamentos da terra; e os céus são obra de tuas mãos. Eles perecerão, *mas tu permaneces*; todos eles envelhecerão como um vestido, como roupa os mudarás, e serão mudados. *Tu, porém, és sempre o mesmo*, os teus anos jamais terão fim. (Sl 102.25-27 – Cf. Hb 1.12)

A frase de fundamental importância neste texto é : “Tu, porém, és sempre o mesmo”. Aqui, a imutabilidade de Deus está patentemente afirmada. Fala da singularidade da constância de Deus em contraste com as coisas da criação, que passam. É próprio das coisas finitas passarem, mas não do que é infinito e independente. A autoexistência de Deus faz com que ele seja imutável, constante, sem perecer nem mudar nunca

### *ii) Deus é imutável em seus decretos*

Os decretos são as resoluções que o Senhor Deus toma (na eternidade) a fim de que as coisas sejam cumpridas ou realizadas na história do mundo. Ele decreta todos os acontecimentos, grandes ou pequenos, estejam diretamente relacionados com a história da redenção ou não. Tudo o que acontece em

nosso mundo e em nossa vida pessoal é produto da vontade decretiva de Deus, que é imutável.

*Mas se ele resolveu alguma coisa, quem o pode dissuadir? O que ele deseja, isso ele fará. Pois ele cumprirá o que está ordenado a meu respeito, e muitas coisas como estas ainda tem consigo. (Jó 23.13-14)*

Ninguém dissuade Deus de fazer alguma coisa que ele *decide* fazer. Nem todos os homens do mundo podem fazer Deus mudar de opinião quando ele resolve fazer algo, mesmo que seja dolorido. O crente Jó tinha plena consciência de que o sofrimento pelo qual passava era produto dos decretos imutáveis de Deus. Tinha convicção de que todas as coisas que Deus havia ordenado a seu respeito haveriam de acontecer infalivelmente, porque ele sabia que Deus é imutável em suas decisões. Não há como mudar os planos de Deus.

Bem sei que tudo podes, e nenhum de teus planos pode ser frustrado. (Jó 42.-2)

O mesmo crente Jó tinha confiança absoluta no poder de Deus. Por isso, disse: “Bem sei que tudo podes”. Contudo, sua crença no poder de Deus não o levou a pedir a Deus que mudasse seus planos. Ao contrário, Jó também tinha plena confiança de que nada que Deus havia determinado fazer podia ser frustrado. Deus é absolutamente imutável para ter seus planos atrapalhados por quem quer que seja.

Muitos propósitos há no coração do homem, *mas o desígnio do Senhor permanecerá.* (Pv 19.21)

Os seres humanos podem fazer planos, e os fazem constantemente. Muitos hoje, quando consultados sobre a realização de seus planos, respondem: “Com certeza!”, sem levarem em conta a impotência que lhes é peculiar.

Deus, contudo, faz com que seus planos prevaleçam sobre os planos dos homens, porque somente seus planos são imutáveis. Todas as coisas que os homens planejam serão executadas conquanto estejam de acordo com os planos do Altíssimo. Os deste, sim, sempre haverão de ser realizados.

Jurou o Senhor dos Exércitos, dizendo: Como pensei, assim sucederá, e como determinei, assim se efetuará... Porque o Senhor dos Exércitos o *determinou; quem, pois, o invalidará?* Sua mão está estendida; *quem, pois, a fará voltar atrás?* (Is 14.24, 27)

Esse verso sugere, de forma inequívoca, um decreto imutável de Deus. Tudo na história é feito em cumprimento dos decretos divinos. Não há que faça o Senhor voltar atrás em seus propósitos. Quando ele *determina* fazer alguma coisa, não há retorno. Os homens são impotentes para reverter um decreto divino. Por essa razão, o profeta é contundente em sua apologia do decreto imutável de Deus!

Ainda antes que houvesse dia, eu era; e nenhum há que possa livrar alguém das minhas mãos: *agindo eu, quem impedirá?* (Is 43.13)

O profeta Isaías é pródigo nas afirmações da imutabilidade dos decretos divinos. Quando Deus resolve não salvar alguém, não há quem possa salvar, mas, quando Deus resolve salvar, não há quem arranque essa pessoa de seu grandioso amor. Isso também é verdade a respeito da condenação que Deus traz aos seres humanos. Quando Deus age poderosamente, quem o pode impedir? Essa é a pergunta inquietante para os ímpios e, ao mesmo tempo, consoladora para os cristãos que estão debaixo da ação divina! Como é bom saber que essa mesma ideia pode ser aplicada no plano soteriológico: quando Deus age salvadoramente em nós, quem nos separará de seu amor que está em Cristo Jesus? Quem impedirá Deus de agir redentoramente em nós? Nem mesmo Satanás!

Lembrai-vos das cousas passadas da antiguidade; porque eu sou Deus e não há outro, eu sou Deus, e não há outro semelhante a mim; que desde o princípio anuncio o que há de acontecer, e desde a antiguidade as cousas que ainda não sucederam; que digo, *o meu conselho permanecerá de pé, farei toda a minha vontade*; que chamo a ave de rapina desde o Oriente, e de uma terra longínqua o homem do meu conselho. *Eu o disse, eu também o cumprirei; tomei este propósito, também o executarei.* (Is 46.8-11)

O Deus e Pai de Jesus Cristo é ímpar naquilo que faz. Não há ninguém como ele, que, em sua imutabilidade, faz coisas antigas e que permanecem até hoje. Por que permanecem até hoje? Porque o seu “conselho permanecerá de pé”. Então, ele completa dizendo que a sua “vontade ele fará”. Ninguém impede Deus de cumprir seus desígnios, nem mesmo as orações sinceras de seus servos fiéis (Jeremias 11.14 e 15.1). Quando Deus “toma um propósito (decreto), ele o executa”. As determinações de Deus são infalíveis. Não há como escapar da vontade imutável de Deus.

Por isso Deus, quando quis mostrar mais *firmemente a imutabilidade do seu propósito*, se interpôs com o juramento. (Hb 6.17)

O autor da Carta aos Hebreus deixa claro que Deus faz juramentos (em geral, envolvendo seu próprio nome e sua própria santidade) para mostrar “firmemente a imutabilidade de seu propósito”. Deus faz aquilo que proíbe nos homens (juramentos) porque ele não falha naquilo que diz, porque ele é poderoso para cumprir sua palavra. Tudo isso para mostrar que ele não muda no que diz e decide fazer. Portanto, podemos concluir, nesse aspecto, que Deus nunca fez um “plano novo”. Deus nunca começou tudo “de novo”. Ele sempre teve uma vontade única e imutável.

Os homens mudam seus planos, mas Deus não. Há duas razões pelas quais os planos dos homens mudam: a falta de previsão para se antecipar aos acontecimentos e a falta de poder para levá-los a cabo. Mas essas coisas não

podem acontecer com Deus, de forma alguma. Ele é onisciente e onipotente. Não está, portanto, sujeito a mudanças (Sl 33.11). Essa é uma enorme diferença entre Deus e os homens, entre o infinito e os finitos; entre o Criador e as criaturas. É uma diferença qualitativa. Criação e mutabilidade são termos análogos, assim como Criador e imutabilidade.

*iii) Deus é imutável em suas promessas*

Quando Deus promete algo ao homem, nunca altera suas promessas. Deus não muda de opinião. Todos podem ter a absoluta certeza de que Deus vai agir segundo suas promessas porque essa é a expressão natural de sua natureza imutável. Porque ele é imutável em seu ser, também o é em suas promessas.

Se somos infiéis, ele permanece fiel, pois de maneira nenhuma pode negar-se a si mesmo. (2 Tm 2.13)

A fidelidade de Deus não deve ser entendida como fidelidade aos homens, mas a si próprio. Ele faz promessas e permanece fiel a elas. Sua fidelidade é um modo de nunca negar-se a si mesmo. Deus nunca pode mentir, ou seja, falar algo e depois dizer que não falou ou não cumprir o que disse. Ele tem o dever para consigo próprio de ser fiel naquilo que promete. Ele agiria contra si mesmo se não fosse fiel.

Veja uma promessa básica e fundamental de Deus: a de abençoar em Abraão todas as famílias da terra (Gn 12.1-3), cumprida em Gl 3.14-22. Observe todos os detalhes que Deus criou para tornar sua promessa imutável! Porque ele tem o controle sobre toda a história, é possível para ele ser imutável em suas promessas.

É tolice pensar na imutabilidade de Deus e, ao mesmo tempo, duvidar de suas promessas. A fidelidade de Deus se baseia em sua imutabilidade. Porque Deus é imutável, é fiel. O cumprimento de suas promessas está vinculado ao *poder* para cumpri-las. O homem, via de regra, não cumpre suas promessas

porque lhe falta um atributo chamado onipotência, mas esse atributo não pode ser negado em Deus.

*iv) Deus é imutável em seus atributos*

Deus é imutável na manifestação de seus atributos:

a) Ele é imutável em seu amor

Ele ama até o fim. O compromisso do amor de Deus é inviolável, pois é uma expressão singular de sua natureza, que, em hipótese alguma, pode mudar. Quando Deus põe seu coração numa pessoa, vai até o fim com esse amor. Deus não é como nós, que mudamos nosso relacionamento com as pessoas dependendo do que possam nos oferecer. O amor de Deus nunca termina porque está relacionado com seu atributo da imutabilidade, porque Deus ama, a despeito do que somos.

b) Ele é imutável em sua veracidade

O que foi verdade uma vez o será para sempre. A verdade de Deus não é algo subjetivo, dependendo dos sentimentos interiores das pessoas, mas sua verdade está afirmada objetivamente em suas leis, que são imutáveis. Deus não é como os homens, que fazem leis que são alteradas a cada análise pela qual passam; as leis de Deus permanecem para sempre. É por isso que o salmista fala que “sua verdade está firmada nos céus para sempre” (Sl 119.89), o que é sinônimo de perenidade.

A verdade de Deus que está afirmada nas Escrituras, e firmada para sempre nos céus, é imutável! Tudo se acaba, tudo se deteriora, mas não a verdade de Deus. Por essa razão, Jesus Cristo disse, de suas palavras, que “passarão o céu e a terra, porém as minhas palavras não passarão” (Lc 21.33). As palavras de Deus permanecem para sempre porque são imutáveis!

c) Ele é imutável em sua misericórdia

A razão de não sermos consumidos (Ml 3.6) é porque Deus permanece imutável em seus atributos. Porque Deus não muda é que permanecemos não somente vivos, mas sem a punição que nossos pecados merecem.

A misericórdia de Deus, por causa do que Cristo fez, é a não imposição da penalidade sobre nós. Não obstante a continuação de nossos atos pecaminosos, Deus nos trata misericordiosamente, ou seja, Deus mantém sua decisão de “não mais nos tratar segundo nossos pecados nem de nos retribuir consoante nossas iniquidades” (Sl 103.10).

De forma semelhante, Deus diz, por intermédio do profeta Isaías, que todas as coisas podem ser alteradas, mudadas ou removidas, “mas a minha misericórdia não se apartará de ti, e a aliança da minha paz não será removida” (Is 54.10). Essa misericórdia que nunca se aparta de nós está embasada na imutabilidade de Deus quanto à expressão de seus atributos bondosos.

O Salmo 100.5 diz-nos dessa misericórdia imutável de maneira bem popular, falando que nunca termina. Diz o verso que “sua misericórdia dura para sempre e, de geração em geração, sua fidelidade”. Por que é assim? Porque Deus é imutável na manifestação de seus atributos.<sup>134</sup>

#### **e) Deus é eterno**

A eternidade é atributo exclusivo da divindade.<sup>135</sup> A eternidade de Deus já era crida desde o começo de nossos pais na fé (Gn 21.33), em contraposição à transitoriedade dos deuses pagãos. Essa crença na eternidade cruzou a história através das Escrituras, tornando-se cada vez mais firme nos escritos apostólicos (Rm 16.26).

Esse é um dos atributos mais difíceis para o ser humano entender, pois o homem está preso a duas categorias das quais jamais pode fugir: tempo e espaço. Em tudo que fazemos, falamos ou imaginamos, obrigatoriamente, essas duas categorias aparecem. Nunca podemos escapar da ideia de presente, passado e futuro. A vida sempre será medida por unidades sequenciais de tempo. Todavia, quando falamos de Deus, não podemos enquadrá-lo nas mesmas medidas que as nossas. Ele não está sujeito a categorias espaciais e temporais. Assim, visando evitar maior confusão sobre essa matéria, vamos estudá-la sob dois aspectos: o popular e o filosófico.

### *i) O conceito popular de eternidade*

Esse conceito está vinculado a um tempo sem-fim. A Escritura usa esse conceito para explicar tal atributo em Deus. Essa é a linguagem mais simples de ser compreendida. O escritor do Salmo 90 aborda esse assunto de uma forma muito simples, que qualquer pessoa sem formação acadêmica pode entender. É o sentido popular de eternidade.

Senhor, tu tens sido nosso refúgio, *de geração em geração*. (Sl 90.1)

Como o salmista pode afirmar tão categoricamente que o Senhor é o refúgio dos crentes por gerações sem conta? Por causa de sua relação com o tempo, Deus não é afetado pela noção temporal, como nós. A expressão “de geração em geração” mostra o refúgio perene e duradouro que Deus é para seu povo, ao mesmo tempo que indica a transitoriedade dos seres humanos em contraposição à duração infinita de Deus descrita no verso seguinte. A razão dessa segurança perene do crente se baseia na eternidade de Deus:

Antes que os montes nascessem e se formassem a terra e o mundo, *de eternidade a eternidade* tu és Deus.<sup>136</sup> (Sl 90.2)

Aqui, o autor bíblico retrata Deus em contraste com a finitude temporal do homem. A expressão “de eternidade a eternidade” indica que Deus existe desde sempre e para todo o sempre. Ele não tem princípio de dias nem fim deles. É por essa razão que os crentes podem confiar nele, porque ele nunca deixa de ser o que sempre foi e é.

É bom lembrarmos que a noção de eternidade que a Escritura apresenta é o mais inteligível possível, em razão de nossa relação inescapável com a noção temporal. As gerações vêm e vão, mas Deus permanece o mesmo. Todavia, os seres humanos perecem a cada vez que Deus ordena:

Tu reduces o homem ao pó, e dizes: Tornai, filhos dos homens. Pois mil anos, aos teus olhos, são como o dia de ontem que se foi, e como a vigília da noite (Sl 90.3-4 – ver vv.5-6).

Os seres humanos são profundamente afetados pelos anos, mas isso não ocorre com Deus. Nesses versos 3 e 4, está afirmado o absoluto contraste entre a criatura e o Criador no que diz respeito ao tempo. As criaturas, embora não cessem de existir, sofrem o desgaste do tempo e, pela ordenação divina, morrem. Mas Deus não é afetado pelos anos porque, para ele, mil anos é a mesma coisa que o dia de ontem ou como a vigília da noite.

Para nós, um milênio é muito tempo. Para a raça humana, nesse período, impérios nascem e desaparecem, e muitos eventos caem no esquecimento. Todavia, esses anos não fazem nenhuma diferença para Deus. Ele existe desde sempre e para sempre. Mil anos equivalem a muitas gerações de seres humanos, mas isso não tem nenhuma importância para a existência de Deus. O Deus eterno, para quem não existem passado, presente ou futuro, é o Deus que criou o tempo e que, portanto, existe antes da existência do tempo e existirá mesmo que a noção temporal venha a desaparecer. É por essa razão que, para ele, mil anos não representam nada significativo!

O atributo da eternidade, quando relacionado ao tempo, não significa que ele vive por muito tempo e sempre viverá, mas que ele é o mesmo sempre. Os escritores da Bíblia sempre procuram uma maneira bem humana de descrever algo que é parte essencial e singular de Deus: a eternidade. Não é sem razão que a Escritura exalta esse único Deus, que é independente, imutável e eterno!

É costume, entre nós, afirmar que, se as eras do mundo fossem comparadas a Deus, não passariam de um segundo da idade de Deus. “Os minutos da criação podem ser medidos, mas os anos da duração de Deus, por serem infinitos, são imensuráveis”<sup>137</sup> (Jó 36.26).

Deus dura para sempre, sem começo e sem fim. Em Deus, não há declínio com o passar dos tempos. Ele não envelhece (Hb 1.12). Ele é antes de todas

as coisas, e o único que essencialmente dura para sempre. Ele sempre foi e sempre será o que é. Ele existe desde sempre e dura para sempre. O curioso é que os deuses dos pagãos não têm essa característica porque foram criados pela imaginação humana. E eternidade é algo que não faz parte da mente humana, porque pertence somente ao Deus eterno.

O existir das criaturas é sucessivo, mas o de Deus é permanente, e ele mantém imutável cada uma de suas perfeições, com uma duração infinita. Um homem não é o mesmo à noite que foi pela manhã: algo acaba e algo de novo é acrescentado; cada dia é uma mudança em sua vida, uma mudança em sua substância, uma mudança em seus acidentes. Deus, contudo, tem seu ser inteiro imutável, sem qualquer sombra ou variação de mudança. Deus é sempre o mesmo. Nada é acrescentado a ele em relação ao que era. É por isso que a doutrina da eternidade está intimamente ligada às da imutabilidade e da independência.

Deus é a própria eternidade. Ele não é eterno por concessão, mas por natureza ou essência. A eternidade de Deus não é nada mais que a duração de Deus, e a duração de Deus não é nada mais que sua existência sem-fim. Se a eternidade fosse qualquer coisa distinta de Deus, e não a essência de Deus, então haveria algo que não é Deus, necessário para aperfeiçoar Deus. Tal como a imortalidade é a grande perfeição das criaturas racionais, a eternidade é a perfeição de Deus, que dá lustro a todas as outras.<sup>138</sup>

Essa é a maneira mais fácil de entender a eternidade porque está atada a um sem-fim de dias e anos, atada a uma categoria conhecida nossa, que é o tempo. Nesse sentido, portanto, a eternidade não tem começo nem fim. Mas o tempo tem ambos.

Nesse sentido, somente Deus é eterno. Ele já existia quando o mundo foi criado. O mundo foi criado *cum tempore*, não *in tempore*, como se já existisse antes da formação do mundo. O tempo também é criação de Deus. Todas as coisas que são criadas com o tempo têm começo, desenvolvimento e

sucessão de partes. Mas a eternidade, em um conceito mais filosófico, não é assim.

*ii) O conceito filosófico de eternidade*

Devemos conceber eternidade como alguma coisa que faz contraste com o tempo e que existe independentemente dele. “A eternidade, em um sentido mais estrito da palavra, é atribuída ao que transcende todas as limitações temporais.”<sup>139</sup> Berkhof cita Dr. Orr:

O tempo tem relação estritamente com o mundo dos objetos que existem em sucessão. Deus enche o tempo, está em cada parte dele, mas sua eternidade, sem dúvida, não é este existir no tempo. A eternidade é, antes que isso, o que faz contraste com o tempo.<sup>140</sup>

Para Deus, não existe, como em nós, a noção de passado, presente e futuro, pois essas são categorias estranhas à ideia de eternidade. São categorias da criação.

Não há como fugir das categorias espacial e temporal quando falamos desses dois atributos incomunicáveis. Essa é a razão pela qual eles são chamados incomunicáveis.

Assim como o tempo consiste na sucessão de partes, de modo invertido, a eternidade é um estado que sobrepassa a ideia de tempo e é vista como duração infinita e imutável. Pode-se perceber que, mesmo de acordo com essa concepção de eternidade, a noção de “tempo” está presente, pois eu usei o termo “duração”. Para nós, é impossível tratar essa matéria sem usar as categorias que nos são próprias. A definição que Berkhof dá também não foge dessas categorias:

Sua eternidade pode definir-se como aquela perfeição divina por meio da qual ele se eleva sobre todas as limitações temporais, todas as sucessões de momentos, e goza da plenitude de sua existência num indivisível *presente*.<sup>141</sup>

Por isso, Berkhof diz que “a relação entre eternidade e tempo constitui um dos problemas mais difíceis da Filosofia e da Teologia, talvez mesmo de solução impossível em nossas condições presentes”.<sup>142</sup>

A eternidade de Deus, portanto, torna necessária sua revelação. Não poderíamos conhecer nada daquele que existe por si mesmo e que nunca veio a existir. Nunca poderíamos ter qualquer noção desse Deus eterno sem a revelação verbal, pois a eternidade não faz parte de nossa criação nem da criação do mundo. A fim de que tivéssemos algum conhecimento do eterno, ele teve de se revelar a nós.

#### **f) Deus é infinito**

##### *i) Deus não está sujeito ao espaço*

Deus é imenso.<sup>143</sup> Quando dizemos que Deus é imenso com relação ao espaço, significa que ele transcende o espaço criado. Deus está além do espaço e não se confunde com ele. Ele enche o céu e a terra, mas estes não podem contê-lo, porque ele está além e acima deles. A essência de Deus não se confunde com a de sua criação. Está presente integralmente nela, sem se misturar com ela. Como a luz do sol está presente no ar, mas não se mistura com ele, assim Deus está presente enchendo todas as coisas, mas sendo totalmente independente delas.

Deus está envolvido com suas obras, que são feitas no tempo e no espaço, mas está acima de toda a limitação espacial, embora a esfera espacial pareça infinita para nós. Assim como ele existe antes e acima do tempo, também está acima e além de todo o espaço. Se ele estivesse confinado ao espaço criado, não seria maior que sua criação. O universo não pode contê-lo porque é feito por ele. A criatura sempre é inferior ao Criador.

Mas, de fato, habitaria Deus na terra? Eis que os céus, e até o céu dos céus, não te podem conter, quanto menos esta casa que eu edifiquei. (1 Reis 8.27)

Nesse texto, Salomão se admira de construir um templo para abrigar Deus, quando esse Deus não pode ser contido pelo próprio universo espacial que criou. *Essa é a imensidão de Deus!*

Ao mesmo tempo, Salomão pasma-se de que um Deus tão grande possa habitar num espaço tão pequeno de um universo feito com suas próprias mãos, enchendo-o com toda a plenitude de seu ser, e pasma-se mais do fato de esse Deus habitar num espaço menor ainda, que é um templo de alguns poucos metros feito pelas mãos de homens, mas enchendo-o com a plenitude de seu ser! *Essa é a onipresença de Deus!*

Esse texto é a afirmação simultânea da transcendência e da imanência divinas! Um Deus tão grande, tão sublime, pede aos homens para fazerem uma casa na qual possa habitar entre eles! No Novo Testamento, o mesmo ocorre quando ele habita no santuário de nossas vidas, e em cada um de nós, individualmente, mas sem estar circunscrito a esse espaço.

Assim diz o Senhor: O céu é o meu trono, a terra, o estrado de meus pés; que casa me edificareis vós? E qual é o lugar do meu repouso? Porque a minha mão fez todas estas cousas, e todas vieram a existir (...). (Isaías 66.1-2)

Nesse texto, o escritor sacro mostra a imensidão de Deus. Deus é mostrado como alguém com formas humanas, para que fique acessível ao nosso entendimento. Diz-se que ele tem sua cabeça nos céus e os pés na terra, para mostrar quão imenso é, e que o espaço físico do universo não pode contê-lo. É pequeno demais para ele. Se o universo fosse milhões de vezes maior do que é, ainda assim seria pequeno para Deus, porque este está além e acima dos céus. Tudo veio das mãos dele, por isso ele é maior que sua própria criação.

Entretanto, não habita o Altíssimo em casas feitas por mãos humanas; como diz o profeta: o céu é o meu trono, e a terra o estrado dos meus pés; que casa me edificareis, diz o Senhor, ou qual é o lugar do meu repouso? Não foi, porventura, a minha mão que fez todas estas coisas? (Atos 7.48-50)

O Novo Testamento tem a mesma interpretação da imensidão de Deus ao reinterpretar o texto do Antigo Testamento.

Deus sempre está acima e independente de sua criação. Os espaços do universo não podem conter Deus, porque ele já era quando ainda não havia espaço. Uma essência infinita não pode estar circunscrita a um espaço finito. E esse atributo divino é *incomunicável* à criatura. A noção de imensidão escapa ao entendimento dos homens. Estamos limitados ao fator espaço, e é difícil pensarmos além dessa categoria.<sup>144</sup> Não podemos ter uma real noção de sua imensidão porque somos seres criados, limitados,<sup>145</sup> enquanto Deus é infinito!

#### **g) Deus é onipresente<sup>146</sup>**

O termo “onipresença” sempre é usado aqui para descrever a característica da infinitude de Deus, que faz com que ele tenha sua presença plena em cada parte do espaço.

Para onde me ausentarei do teu Espírito? Para onde fugirei da tua face? Se subo aos céus, lá estás; se faço minha cama no mais profundo abismo, lá estás também; se tomo as asas da alvorada, e me detenho nos confins dos mares: ainda lá me haverá de guiar a tua mão e a tua destra me susterá. (Salmo 139.7-10)

O salmista está dizendo aqui que Deus pode ser encontrado em toda parte sem que esteja parcialmente em cada uma delas. Ao contrário, essa sua capacidade de onipresença significa que Deus enche cada parte do espaço com a plenitude de sua presença. Não há como fugir da presença total dele. Ele é encontrado em toda parte sem que haja qualquer fracionamento de seu ser. Em cada parte de seu inteiro universo, Deus é encontrado em plenitude. É importante recordar que ele não é o universo, mas está totalmente em cada parte dele. Além disso, ele não está espalhado pelo universo, como se cada parte dele estivesse num lugar. Ele pode ser encontrado nas partes mais

profundas e também nas mais altas. Ninguém escapa de sua infinita presença. É esse o sentido que o salmista deu a esses versos.

Acaso sou Deus apenas de perto, diz o Senhor, e não também de longe? Ocultar-se-ia alguém em esconderijos, de modo que eu não o veja?, diz o Senhor; porventura não encho os céus e a terra?, diz o Senhor. (Jr 23.23-24)

Esses versos também mostram a inescapabilidade do homem diante da presença de Deus. Ninguém pode ocultar-se dele devido à sua onipresença. Ele é o Deus sempre-presente, um Deus de perto porque ninguém jamais pode ausentar-se dele. Nenhuma criatura pode fugir dos olhos daquele que vê todas as coisas. Isso é impossível justamente porque ele “enche os céus e a terra” com sua presença.

(...) para buscarem a Deus se, porventura, tateando o possam achar, bem que não está longe de cada um de nós. Pois nele vivemos, e nos movemos, e existimos (...). (At 17.27-28)

Deus não está longe de ninguém quando consideramos sua natureza presencial. Deus está essencialmente presente em toda a parte, no céu e na terra. Não há lugar onde ele não esteja. Ele não está ausente de lugar algum. Ele penetra até mesmo os lugares mais escondidos. A criatura não pode fugir de sua presença “porque nele vivemos, nos movemos e existimos” (At 17.28). Deus está presente em cada parte do universo com seu ser completo. Esse é o sentido de onipresença.

É impossível entender devidamente esses atributos incomunicáveis de Deus por causa da finitude de nossa mente e da distinção qualitativa entre Deus e nós. Ainda que tenhamos sido criados à sua imagem e semelhança (no que diz respeito a alguns atributos da divindade), ainda persiste uma enorme distância entre o Criador e a criatura.

Portanto, para que conheçamos um Deus com características de onipresença, é necessário que ele revele essa verdade a nós. Seria impossível termos qualquer noção de onipresença, porque nossa finitude nos torna localizados. A onipresença precisa ser descoberta *aos* nossos olhos (e não *pelos* nossos olhos!) pela ação reveladora de Deus. Do contrário, essa faceta maravilhosa de Deus continuaria plenamente escondida de nós!

### **3. A REVELAÇÃO VERBAL DE DEUS É NECESSÁRIA PORQUE DEUS É QUANTITATIVAMENTE DIFERENTE DE NÓS**

A Escritura apresenta algumas características que apontam para o fato de ele ser quantitativamente diferente de nós. Deus nunca poderia ser percebido por nós em virtude do que ele diz ser. Veja o que Deus revela de si mesmo na Escritura:

(...) a qual [manifestação de nosso Senhor Jesus Cristo] em suas épocas determinadas há de ser revelada pelo bendito e único Soberano, o Rei dos reis e Senhor dos senhores; o único que possui imortalidade, que habita em luz inacessível, a quem homem algum jamais viu, nem é capaz de ver. A ele, honra e poder eterno. Amém. (1Tm 6.15-16)

#### **a) Deus é absolutamente soberano**

*“único Soberano, o Rei dos reis e Senhor dos senhores”*

A soberania divina coloca Deus em um patamar quantitativamente muito mais elevado que o nosso. Ele não pode ser conhecido por nós porque está muito além de nossa percepção. Seu governo é tão imenso que não temos ideia do que significa a soberania de Deus.

Por causa de sua soberania, Deus está muito além de qualquer interferência de poderes desta terra, porque “ele é o único soberano, o Rei dos reis e Senhor dos senhores” (v. 15). Não podemos colocar Deus no nível dos seres humanos. Todavia, há aqueles que diminuem Deus. Em uma de suas cartas a Erasmo, Lutero disse: “Teus pensamentos sobre Deus são muito

humanos”. O que foi verdadeiro de Erasmo tem sido de muita gente neste presente tempo de dissolução. O deus de muitos não corresponde ao Deus apresentado pelas Escrituras. O deus deles é patético – sua vontade é resistida, seus desígnios são frustrados e seus propósitos são colocados em xeque. Seus desígnios não passam de meras expectativas que não se tornam realidade a não ser quando o homem dá seu aval às ações de Deus.

Esse tipo de Deus é apresentado na Teologia libertária. Um exemplo muito evidente, em nossa geração, é o aparecimento da Teologia do neoteísmo, em que Deus é pequeno, diminuto, um Deus que resolveu deixar de ser o que sempre foi para se amoldar à vontade livre de sua criatura.

No entanto, o Deus apresentado pelas Escrituras é o “único soberano, o Rei dos reis e o Senhor dos senhores”. Não somente Deus tem a sua vida nas mãos, como também a vida de todos os reis e senhores deste mundo. Se todos os habitantes deste mundo, e mesmo os habitantes do céu e do inferno, resolvessem unir-se para combater esse Deus, eles não teriam poder algum sobre ele.

Quando os homens se reúnem para uma proposta desse tipo, “ri-se aquele que habita nos céus; o Senhor zomba deles” (Sl 2.4). Não há ninguém individualmente (nem todos em conjunto) que possa fazer alguma coisa contra ele. Tudo o que ele decretou, ele mesmo realiza, “porque no céu está o nosso Deus e tudo faz como lhe agrada” (Sl 115.3).

O fato de Deus ser “soberano Senhor” faz nosso coração repousar. Nossa vida não é produto de um destino cego, nem de uma chance caprichosa. Cada detalhe de nossa vida foi ordenado pelo soberano Senhor desde a eternidade. Nenhum só fio de nossa cabeça é tocado sem a sua permissão. “O coração do homem traça seu caminho, mas o Senhor lhe dirige os passos” (Pv 16.9). Que conforto é saber que nosso Deus é tão poderosamente soberano! Eu também o exorto a que guarde seu mandamento imaculado.

#### **b) Deus é singularmente imortal**

*“o único que possui imortalidade”*

Deus é o único que não morre porque é um ser simples. Ele não morre literalmente porque não tem do que se separar. A morte não o atinge.

Na Teologia, diz-se que nós, seres humanos, somos imortais. Isso é verdade se considerarmos a imortalidade como a capacidade de não mais deixarmos de existir, uma vez que viemos à existência. Todavia, somente Deus não morre. “Ele é o único imortal!”

Deus não tem mutações. Nunca houve um tempo em que ele não tenha sido o que é. Nunca haverá um tempo em que ele cessará de ser o que é. Deus não se desenvolve, não cresce nem melhora. Tudo o que ele é hoje sempre foi, e sempre será. Ele não pode mudar para melhor porque já é perfeito e, sendo perfeito, não pode mudar para pior. Ele é totalmente inatingido por qualquer coisa que venha de fora dele próprio. Tanto a deterioração quanto a melhora são impossíveis em Deus! Ele diz: “Eu sou o que sou”. Nada aumenta e nada diminui em Deus.

A passagem do tempo não provoca nenhuma alteração em Deus. A segunda lei da Termodinâmica não afeta Deus porque ele é autoexistente e não precisa de nada de fora de si mesmo que o mantenha. Não há rugas nem cabelos brancos em Deus, ainda que ele seja chamado de “o Antigo de Dias”. Seu poder nunca pode diminuir, nem sua glória fenecer.

Nossa segurança está firmada num Deus de natureza inalterável. Nós mudamos, temos nosso humor variado, mas não Deus. Ele é sempre o mesmo. E este é um grande conforto para nós: saber que nosso Deus é sempre o mesmo, que ele não varia de humor no que diz respeito a nós, e que ele é sempre fiel às suas promessas. Deus é um ser estável. Pink disse que:

Se Deus variasse como nós, se ele desejasse uma coisa hoje e outra amanhã, se fôssemos controlados pelo capricho, quem poderia confiar nele? Mas todos louvem ao seu glorioso nome, pois ele é sempre o mesmo. Aqui temos uma rocha sobre a qual firmamos nossos pés, enquanto a torrente poderosa está varrendo tudo ao nosso redor.<sup>147</sup>

### **c) Deus é inacessível**

*“que habita em luz inacessível”*

Ele habita em luz inacessível. Ele está além do alcance de qualquer criatura, seja ela crente ou incrédula. Deus não pode ser alcançado por ninguém. É verdade que ele se revela, mas o que ele revela de si mesmo, embora corresponda à realidade, não é o que está em questão aqui. A revelação é de seu caráter, mas ninguém consegue contemplar Deus como ele é em sua essência.

A esfera da habitação de Deus é inacessível ao homem em virtude de sua glória. Não tenho muito a dizer a respeito desse assunto porque nenhum homem foi capaz de dizer nada do que essa glória de Deus significa. Ele mostrou vislumbres de sua glória quando manifestou vários de seus atributos.

Os discípulos de Jesus viram sua majestade, sua santidade, seu poder, sua justiça, sua graça, sua sabedoria. Somente isso já foi suficiente para fazê-los cair por terra. A mera manifestação de alguns de seus atributos já causou terror nos homens. Quanto mais se ele se apresentar com a plenitude de seu ser! Deus é inacessível porque habita numa luz que os homens não podem contemplar.

Veja que a irradiação dessa glória é suficiente para iluminar todo o nosso planeta. Podemos ver essa luz de longe, mas não podemos contemplá-la frente a frente. Deus é mais ou menos como o sol, cujos raios, embora você sinta, não pode contemplar, porque o sol é inacessível a nossos olhos. O que, então, poderemos dizer do Criador do sol, que é muitíssimo mais reluzente do que sua própria criação!

Deus habita em luz inacessível e, por causa disso, ninguém tem acesso a ele. Isso significa que ele é a fonte de santidade e do resplendor. Por isso, ninguém pode penetrar no mais profundo do ser divino!

#### **d) Deus é invisível**

*“a quem homem algum jamais viu, nem é capaz de ver”*

Como podemos conhecer Deus? Somente pelo que ele revelou de si mesmo. Essas revelações, embora não possam ser compreendidas em sua

plenitude, são verdadeiras. Assim, nosso conhecimento de Deus vem pelos profetas, apóstolos e, especialmente, pelo Filho encarnado, Jesus Cristo. Deus não permaneceu silencioso e *absconditus*, mas se revelou. Ele é solitário em sua majestade, singular em sua excelência e ímpar em suas perfeições. Ele sustenta tudo, mas ele próprio é independente de tudo.

Deus não pode ser encontrado através de pesquisa. Ele pode ser encontrado quando se deixa encontrar em sua revelação. Deus mesmo “resplandeceu em nosso coração, para a iluminação do conhecimento da glória de Deus, na face de Cristo” (2 Co 4.6).

Deus se revelou, mas jamais alguém viu a Deus porque ele é um ser eminentemente espiritual. Ele não tem forma como os homens. Nenhum olho humano tem acesso a Deus porque essa possibilidade não existe. Certa vez, Moisés tentou ver a glória de Deus, mas Deus disse que era impossível ao homem contemplá-lo por causa do esplendor de sua glória. Nenhum homem pode sobreviver a qualquer visão da glória divina.

A questão da revelação é fundamental para nossas noções de Deus. Portanto, podemos dizer com Headlam que “a questão primeira na Teologia deve ser sobre ‘Qual é a fonte de nosso conhecimento de Deus?’”.<sup>148</sup> Deus é a própria fonte de nosso conhecimento dele. Só Deus pode tornar Deus conhecido.

Jamais qualquer homem teria algum conhecimento de Deus se este não se lhe revelasse. Deus é infinitamente superior ao homem, de tal modo que o homem não pode descobrir nada dele, a menos que ele se revele. Deus é um ser transcendente e não pode ser conhecido ou descoberto pelo simples uso da razão humana. A revelação divina é absolutamente necessária para que tenhamos uma ideia de sua existência e de quem Deus é e o que ele faz.

Se Deus não se revelasse e permanecesse silencioso quanto ao tamanho de seu governo, de sua imortalidade, de sua inacessibilidade e invisibilidade, jamais poderíamos ter qualquer noção de sua realidade. Sua natureza quantitativamente maior do que a nossa torna necessária a revelação verbal.

#### **4. A REVELAÇÃO VERBAL DE DEUS É NECESSÁRIA POR CAUSA DA QUEDA DO HOMEM**

Essa justificativa deve ser levada em conta se pensarmos a revelação especial como tendo conotação soteriológica. Todavia, há uma revelação especial que não tem conotação soteriológica, se por revelação especial nos referirmos à revelação verbal. Esta aconteceu no Éden, antes da queda, e também é chamada por Gerhard Vos de revelação “pré-redentiva”.

Aqui, neste ponto do livro, podemos perguntar se a necessidade da revelação especial tem a ver com a finitude humana ou com sua pecaminosidade. A resposta a essa questão depende das pressuposições de quem a responde. Os reformados diriam que a revelação vem necessariamente das duas coisas. No entanto, é necessário afirmar que a necessidade da revelação especial tem a ver com “a condição do homem como pecador, e não dele simplesmente como finito”, porque, para os reformados, a revelação divina em palavras tem muito a ver com a necessidade de redenção, que só é conhecida pela revelação verbal. Todavia, a resposta à pergunta acima não é a mesma em outros círculos. Os teólogos arminianos, segundo Van Til,

não fazem justiça à distinção entre pecaminosidade e finitude do homem quando falam da revelação especial em distinção à revelação geral. Na discussão da revelação geral, eles não discutem a reação do próprio homem como parte dessa revelação. Eles tendem a pensar o homem como permanecendo originalmente num estado de equilíbrio diante da revelação de Deus que estava ao redor dele, e não dentro dele. Nessa posição, o homem poderia rejeitar a revelação de Deus sem pecar contra a sua natureza, arruinando-a. O homem teria alguma desculpa de que Deus possivelmente não existiria. Mesmo que a revelação ao redor dele tenha sido calculada para fazê-lo pensar que, com toda probabilidade, Deus existe, a intelectualidade de sua própria natureza com relação a si mesmo, à parte da ideia de revelação, logicamente lhe justificaria sustentar que Deus poderia não existir.<sup>149</sup>

A revelação geral não teria sido adequada a seus propósitos estabelecidos, segundo o pensamento arminiano. Deus não realizou de modo satisfatório sua obra e, em consequência, acabou por se sentir responsável e moralmente obrigado a dar a revelação salvadora de si mesmo. Com esse raciocínio em mente, os arminianos podem chegar à conclusão de que havia uma falta de clareza inerente e original no homem ou, como é comum pensar, qualquer falha ou insuficiência na revelação geral. Portanto, o problema está mais na finitude do homem que em sua pecaminosidade. Todavia, é necessário reagir a esse raciocínio. A necessidade de uma revelação especial (verbal) redentora repousa principalmente na rebelião interior do homem, que se manifestou em atos exteriores de desobediência.

Sem a revelação verbal com caráter redentor, jamais poderíamos conhecer o caráter de Deus com sua santidade, sua justiça e, também, sua misericórdia, graça, paciência e boa vontade para com os pecadores. A necessidade da revelação verbal redentora é necessária não apenas por causa da finitude, mas por causa do complicador da finitude, que é o pecado. Em sua finitude, o homem não consegue conhecer a Deus; em sua pecaminosidade, o homem não quer conhecer a Deus. Por essa razão, quando Deus define salvar uma pessoa, revela-se em palavras e as internaliza, a fim de que a revelação seja compreendida e a pessoa seja salva.<sup>150</sup>

##### **5. A REVELAÇÃO VERBAL É NECESSÁRIA PORQUE O HOMEM É INCAPAZ DE INTERPRETAR CORRETAMENTE A REVELAÇÃO DA NATUREZA**

Na revelação da natureza, Deus se deu a conhecer como Criador. Essa é a primeira revelação que atinge os seres humanos, pois eles são colocados diante da beleza da criação antes de serem, necessariamente, confrontados pela revelação verbal. No entanto, por causa dos efeitos noéticos do pecado e das indisposições do pecador contra Deus, o homem, que poderia ter conhecimento de Deus através das obras da criação, acaba por suprimir esse conhecimento ao trocar a verdade de Deus, estabelecida na natureza, por sua

própria mentira, e o resultado é que ele acaba “adorando a criatura no lugar do Criador”.

Com isso em mente, devemos lembrar que Deus resolveu revelar-se em palavras e, principalmente, com a conotação redentora, porque os homens já não mais apreendem o Criador pela revelação da natureza. A revelação continua a mesma, mas os homens não conseguem mais ver quem realmente é o Criador.

Calvino, tratando da “necessidade da Escritura, como guia e mestre”, reconhece que, por causa da incapacidade do homem de interpretar a revelação geral, Deus deu outra revelação. Diz ele:

O fulgor que é colocado sobre os olhos de todos os homens no céu e sobre a terra é mais do que suficiente para retirar todo o apoio da ingratidão dos homens — visto que Deus, para envolver a raça humana na mesma culpa, demonstra a todos sem exceção sua presença pintada em suas criaturas. A despeito disso, é necessário que outra e melhor ajuda seja acrescentada para nos dirigir corretamente ao verdadeiro Criador do universo. Então, não é em vão que ele tenha acrescentado a luz de sua Palavra pela qual ele torna conhecida a salvação; e ele considerou dignos desse privilégio aqueles a quem se agradou reunir mais próxima e intimamente de si.<sup>151</sup>

Então, Deus, de um modo maravilhoso, providencia que a revelação de si mesmo seja em palavras, uma revelação proposicional, uma revelação redentora que é acrescentada à revelação geral, que os homens não podem (por causa de sua natureza caída) compreender devidamente. Se os homens pudessem interpretar corretamente a revelação da natureza, não haveria adoração de muitos deuses na história da religião. Por causa das indisposições de seu coração e dos efeitos noéticos do pecado, os homens não conhecem corretamente quem é o Criador.

O homem, em seu estado de queda e por causa dele, não consegue interpretar corretamente “o livro da natureza” que Deus lhe deu. Ele até pode ter conhecimento real da divindade, mas, dentro dele, há certa indisposição contra a verdade de Deus e, então, ele se insurge contra a verdade do Criador,

apresentando a sua própria “verdade”. Por causa disso, sua mente fica obscurecida, e ele não consegue mais ver quem realmente é o Criador. Para que ele venha a conhecer corretamente quem é seu Criador, precisa dos “óculos da Escritura”. Por isso, sabemos pela revelação verbal das Escrituras quem é o Criador.

- 
124. Arthur C. Headlam, “Christian Theology” (Oxford: Clarendon, 1934), p. 7.
125. Ele é um e único: Dt 6.4; 32.39; 1 Rs 8.60. Portanto, só a ele devemos adoração (1 Rs 8.61); Is 37.16; 43.10-11; 44.6, 8; Mc 12.29-32; I Co 8.4, 6; Gl 3.20; Ef 4.6; 1Tm 2.5.
126. Muitos dados dessa parte do capítulo foram extraídos de meu livro “O ser de Deus e seus atributos”, 2ª. edição (São Paulo: Cultura Cristã, 2012), pp. 180-187.
127. Essas verdades estão em meu livro O ser de Deus e seus atributos (Cultura Cristã, 2012), pp. 182-186.
128. A. A. Hodge, “Evangelical Theology” (Banner of Truth, 1976), p. 17.
129. Karl Barth, em seu “Comentários aos Romanos”, versão original em alemão, p. 315.
130. Erickson, op. cit., p. 315.
131. Citado por Erickson, op. cit., p. 316.
132. Essas verdades sobre a descendência de Deus estão em meu livro O ser de Deus e seus atributos (Cultura Cristã, 2012), pp. 17-19.
133. Muitos dados dessa parte do capítulo foram retirados de meu livro “O ser de Deus e seus atributos”, 2ª. edição (São Paulo: Cultura Cristã, 2012), pp. 189-196.
134. O ensino é encontrado em meu livro “O ser de Deus e seus atributos”, 2ª. edição (Cultura Cristã, 2012), pp. 189-195.
135. Ibid., pp. 203-206.
136. (ver também Sl 102.12, 27; 93.2; 41.13; Pv 8.23; Ap 4.9-10)
137. Stephen Charnock, The Existence and Attributes of God (Grand Rapids, Baker, edição de 1990), v. 1, p. 286.
138. Ibid., op. cit., p. 285.
139. Berkhof, op. cit., p. 70.
140. Ibid.
141. Ibid.
142. Ibid.
143. Ibid., pp. 209-210.
144. Ler Sl 145.3; Jó 36.26.
145. Is 40.15, 17.
146. O ser de Deus e seus atributos, p. 211.
147. A. W. Pink, “The Attributes of God” (Baker Book House), p. 41.
148. Arthur C. Headlam, Christian Theology (Oxford: Clarendon, 1934), p. 7.
149. Cornelius Van Til, “An Introduction to Systematic Theology”, apostila usada no Westminster

Theological Seminary, 1951, p. 114.

150. Esse assunto sobre a internalização da revelação aparecerá no próximo livro, que aborda as características da revelação divina.

151. João Calvino, “Institutes of Christian Religion”, I. 6. 1 (tradução e grifos meus).

# A REVELAÇÃO VERBAL É EXCLUSIVA DO CRISTIANISMO?

**E**m alguns setores da igreja evangélica, tem-se assumido a ideia de que a fé cristã é a única no mundo a possuir uma revelação especial/verbal. Até se ouve dizer que o cristianismo é a única religião revelada. No entanto, essas ideias não são a expressão real da verdade. Eu não vou questionar, em hipótese alguma, que existe um único Deus verdadeiro, um único e poderoso redentor, um único consolador e uma só divindade subsistindo trinitariamente. Essa crença é eminente e particularmente cristã.

Todavia, tenho de questionar a ideia de que outras religiões mundiais não assumam, para si mesmas, a ideia de tratarem com uma revelação que vem da divindade deles.

É controverso e variado o pensamento entre cristãos sobre a admissão da revelação em outras religiões. Alguns ramos do cristianismo estabelecem algumas distinções. O católico Avery Dulles afirma:

Alguns dizem que, sem a revelação bíblica, uma pessoa pode ter a revelação natural, antes que a sobrenatural, ou a revelação geral, antes que a especial, ou a revelação cósmica, antes que a histórica, ou a revelação histórica geral, antes que a revelação histórica especial.<sup>152</sup>

Muitas outras distinções poderiam ser feitas e nunca apareceria qualquer opinião que reunisse todas as correntes num só lado. Avery Dulles,<sup>153</sup> um católico não conservador, fornece alguns pensamentos diferentes que pululam nos círculos cristãos. Ele afirma, em outras palavras, que:

- *Alguns sustentam que as revelações encontradas em outras religiões são “preparatórias para o cristianismo”.* Trata-se de uma espécie de “desenvolvimento do pensamento” dentro dessas religiões. À medida que o tempo passar, eles vão adquirir uma mensagem que se iguala ao cristianismo. Por enquanto, o que elas oferecem em termos de revelação serve para uma iniciação na doutrina cristã. No entanto, não existe qualquer sugestão de que o homem vai crescendo de uma religião para outras, uma espécie de desenvolvimento em direção a uma religião superior.
- *Outros pensam que ela pode ser somente uma participação fraca do que é dado mais plenamente na revelação cristã.* Essa opinião é parecida com a primeira, mas não se trata de uma diferença de conceito que vai evoluindo, mas somente de uma diferença de quantidade de revelação. Chegará o tempo em que a revelação que eles possuem se igualará quantitativamente à revelação encontrada no cristianismo.
- *Outros ainda sustentam que a revelação em outras religiões é diferente da do cristianismo, mas é complementar ao que é encontrado na religião bíblica.* Em outras palavras, essas religiões oferecem uma parte que é escondida do cristianismo. Elas completam o que o cristianismo não concede ao homem. Se, no cristianismo, alguma coisa está faltando, as outras religiões completam.

É triste pensar que essas ideias se encontram em alguns setores liberais da igreja protestante, causando enfraquecimento da autoridade única e definitiva da Escritura Sagrada. Se essas teorias tivessem um fundo razoável de

verdade, “o cristianismo poderia aprender a verdade revelada das outras religiões. Talvez nenhuma delas devesse reivindicar ser essencialmente superior às demais”.<sup>154</sup> Em geral, os que sustentam essas opiniões anteriormente apresentadas estão entre aqueles que têm um pensamento inclusivista e universalista dentro da igreja cristã e que vivem em choque com aqueles que são mais exclusivistas e particularistas, em termos soteriológicos.

Não vou tratar, neste capítulo do livro, da suposta veracidade da revelação em outras religiões, mas do fato de ela ser reivindicada em outras grandes religiões.

No estudo das religiões, o termo “revelação divina” é usualmente usado para indicar a origem sobrenatural de um conjunto de crenças ou textos sagrados. É nesse sentido que as religiões clássicas que se originaram no Oriente Médio têm sido consideradas “religiões reveladas”.<sup>155</sup>

Todas as grandes religiões mundiais apelam para uma revelação na qual baseiam seu ensino. Vejamos, em resumo, o que elas ensinam sobre essa matéria:

### **Revelação no budismo?**

Parece haver uma exceção no que diz respeito a uma espécie de “revelação divina” dentro do budismo, uma grande religião oriental. No entanto, ao que parece, seu fundador nunca alegou qualquer origem divina em sua mensagem. Veja o que um estudioso do budismo diz:

Os budistas têm geralmente alegado que o budismo não deve sua origem a qualquer revelação divina. Ao Buda histórico, credita-se a descoberta das “verdades” relativas ao universo e à condição humana que ele proclamava, exatamente como Einstein pode ser creditado com a descoberta de certas “verdades” no que diz respeito ao espaço, ao tempo e à matéria. Em ambos os casos, a validade de suas respectivas alegações depende da evidência empírica, experimental e experiencial que há para dar suporte a elas. O Buda, em particular, não apelou para qualquer autoridade

divina para validar o que ele estava dizendo, e, na verdade, ele convidou pessoas a testarem suas afirmações por si mesmas.<sup>156</sup>

No caso do budismo, seu expoente maior, Buda, toma as rédeas das “verdades” e as assume como suas chamando o povo a testá-las.

O Buda e a tradição budista geralmente têm sido céticos daqueles que alegam que a revelação seja verdadeira, que pregam uma doutrina baseada em revelação, com suporte naquilo que tem sido trazido do passado, com base na autoridade das escrituras (M.I,520).<sup>157</sup>

Em geral, os budistas pensam que a revelação não é algo confiável por algumas razões:

A pessoa que recebeu a revelação pode não tê-la ouvido de modo adequado e, mesmo que a tenha ouvido bem, pode não se lembrar dela de modo apropriado, e, mesmo que se lembre bem, pode não tê-la transmitido de modo acurado durante os séculos intervenientes.<sup>158</sup>

De qualquer forma, o budismo tenta anular qualquer possibilidade de haver uma revelação divina que deva ser recebida como fonte de autoridade. Buda tem algumas palavras que são impactantes, especialmente para aqueles que vivem no presente século, o qual se tem mostrado avesso a qualquer coisa que tenha conotação antiga e seja considerada inquestionável. Aos que buscam a verdade, Buda diz:

Não aceite qualquer coisa pelo mero “ouvir dizer” (...); não aceite qualquer coisa por mera tradição (...); não aceite qualquer coisa por causa de meros rumores (...); não aceite qualquer coisa apenas porque ela está de acordo com as suas escrituras (...); não aceite qualquer coisa por meras suposições (...); não aceite qualquer coisa por mera inferência (...); não aceite qualquer coisa por meramente considerar as razões (...); não aceite qualquer coisa meramente porque ela concorda com suas noções preconcebidas (...); não aceite qualquer coisa meramente porque ela parece aceitável (...); não aceite qualquer pensamento do ascético que é respeitado por nós (...).<sup>159</sup>

Buda incentiva as pessoas a verificarem, por si mesmas, a veracidade de seu ensino. Ele diz:

Mas, quando você conhece por si mesmo – que estas coisas são imorais, estas coisas são censuráveis, que estas coisas são censuradas pelos sábios, estas coisas, quando desempenhadas e empreendidas, conduzem à ruína e à tristeza –, então, de fato, deve rejeitá-las.<sup>160</sup>

Segundo o pensamento de Buda, o juiz final de tudo o que acontece é o juízo humano, e não os ensinamentos em si mesmos. Então, de forma inversa, ele diz:

Mas, quando você conhece por si mesmo – que estas coisas são morais, são irrepreensíveis, são louvadas pelos sábios, estas coisas, quando desempenhadas e empreendidas, conduzem ao bem-estar e à alegria –, então você vive adequadamente.<sup>161</sup>

Nesse sentido, o budismo, a despeito de perspicaz em seu raciocínio, pode ser nocivo para a pessoa que lê seus preceitos, porque é a própria pessoa o juiz das coisas que lê. Além disso, segundo o pensamento budista, o raciocínio é razoavelmente lógico quando faz críticas às religiões reveladas. Se levarmos em conta a multiplicidade de religiões, todas alegando ser a verdade, o argumento dele é forte:

Como todas elas não podem ser verdadeiras, como vamos decidir qual é e qual não é? Além disso, mesmo dentro de uma única religião, frequentemente há ampla diferença contraditória sobre como as Escrituras devem ser interpretadas. Como vamos saber qual interpretação da revelação é correta e qual não é? Com essas bases, o budismo diz que as religiões baseadas nas Escrituras reveladas são insatisfatórias, embora não necessariamente falsas.<sup>162</sup>

Essa é uma constatação séria dos budistas que não pode ser logicamente contestada. Portanto, a existência de revelação divina, profetas, lugares sagrados etc. não torna nada verdade. A verdade, temos de admitir, nem sempre toma a forma da objetividade, mas vem carregada de fortes tons de subjetividade. A grande diferença entre as grandes religiões está na concepção entre o Deus verdadeiro e os falsos. Entretanto, até mesmo isso pode ser subjetivo na avaliação daqueles que estão do outro lado.

Assim mesmo, devemos insistir no fato de o cristianismo ser uma religião revelada, crendo em Cristo redentor como o próprio Deus, feito carne, e como seu profeta maior. No entanto, os opositores vão alegar coisas semelhantes, mas com personagens diferentes. Não há nada absolutamente objetivo que faça os homens crerem na Bíblia judaico-cristã como revelação de Deus. Essa é uma matéria de fé, que resulta daquilo que Calvino chamou de Testemunho Interno do Espírito Santo.

### **Revelação no islamismo?**

De acordo com o *Corão*, uma característica essencial é que o islamismo proclama uma divindade viva que ouve as orações dos fiéis e que fala a seus servos. O islamismo tem muito claramente essas duas características essenciais a uma verdadeira religião. Há alguns textos que eles usam para ilustrar essas duas características.

Abraão disse a seu pai adorador de ídolos:

Por que tu adoras uma coisa que não ouve, não vê e não ajuda nem um pouquinho?  
(19.42)

Numa referência aos falsos deuses, o *Corão* diz:

Aqueles a quem esses povos invocam, exceto Deus, eles não respondem, de forma alguma. (13:14)

No entendimento dos islâmicos, Allah ouve a oração de seus servos. Portanto, a religião deles é afirmada como verdadeira. Um deus de pau ou de pedra não é verdadeiro porque não ouve seus adoradores. Nesse sentido, não há diferença de crença na divindade entre o cristianismo e o islamismo. Além disso, os islâmicos afirmam uma revelação que vem de Allah, que, frequentemente, fala a seus servos em sonhos verdadeiros:

A revelação ao Santo Profeta começou, primeiro de tudo, com verdadeiros sonhos (Bukhari, Livro 1).

O *Corão* diz muito claramente:

Não é concedido a um mortal que Deus lhe deva falar exceto por revelação (*wahy*), ou por detrás de um véu, ou por enviar um mensageiro (42.51).

A revelação divina pode ser a infusão de uma ideia na mente do profeta, que é chamado de *wahy*. O “santo profeta” descreveu esse modo de revelação da seguinte forma: “O Espírito Santo tem colocado isso em meu coração”. A expressão “por trás do véu” inclui a ideia de sonhos, visões, ouvindo palavras de inspiração. Por “enviar um mensageiro”, devemos entender o envio do anjo Gabriel, que é visto e cuja palavra é ouvida pelo homem recebendo a revelação.<sup>163</sup>

Há muitas semelhanças na ideia de revelação entre a tradição judaico-cristã e o islamismo, pois ambas vieram de raízes semelhantes, que é a de Abraão. Portanto, em sã consciência, temos de admitir que os islâmicos creem numa espécie de revelação divina. Dizer que somente o cristianismo é uma religião revelada é pura infantilidade.

### **1. TODAS AS RELIGIÕES ALEGAM TER A VERDADE**

Porque todas as religiões reveladas são antigas, elas dão grande valor ao elemento “verdade”. Se todas as religiões mundiais aceitam a ideia de

revelação como regra, todos os seguidores dessas religiões, em alguma medida, pautam sua vida pela “verdade” que elas pregam.

Via de regra, a verdade dessas religiões sempre é atribuída à sua origem divina. Mesmo que essas religiões possuam profetas, praticamente nenhuma delas os identifica como originadores da verdade. Esta sempre vem de uma divindade da qual o profeta é o porta-voz.

## **2. TODAS AS RELIGIÕES POSSUEM PROFETAS**

Desde tempos muito antigos, mais antigos que o próprio cristianismo, algumas religiões alegam possuir profetas que falam em nome da divindade. Normalmente, essas religiões reveladas nascidas no Oriente Médio possuem profetas que são considerados “profetas escolhidos por Deus para agir como seus porta-vozes em sua comunicação com os seres humanos (como é o caso de Maomé no Islã), ou como o próprio Deus em algum disfarce (como Jesus no cristianismo)”.<sup>164</sup>

A exceção, novamente, parece existir no budismo. Como não há um revelador divino das “verdades” budistas, não existe ênfase dentro do budismo a respeito de Buda como profeta. Para existir profeta, ele tem de ser um divulgador das “verdades” de alguém que lhe deu revelação. Se não há revelador, então não pode haver profeta. Em alguns casos, Buda é visto como o próprio deus, e não como um porta-voz dele.

### **a) Os muçulmanos possuem profetas**

Os profetas são pessoas designadas por Deus para comunicar a verdade ao povo. Isso é verdadeiro em qualquer religião que alega ser revelada.

Há cerca de 25 profetas mencionados pelo nome no Corão. Alguns são: Adão, Noé, Abraão, Moisés, Jesus e Maomé. A todos eles, Deus falou diretamente (*Corão* 4:164).

Todos os profetas que vieram antes de Maomé foram enviados por seu povo e nação, e a totalidade das mensagens que eles pregaram foi dirigida apenas ao tempo deles.<sup>165</sup> Somente Maomé se dirige à totalidade da

humanidade e, portanto, sua palavra tem um valor muito maior que a dos profetas anteriores.

Visto que o profeta Maomé foi o último e o mensageiro final de Allah, ele não foi enviado somente para muçulmanos, ou para os árabes, mas para a totalidade da raça humana. Isso está mencionado no Corão: “Não enviamos a vocês, mas o enviamos como misericórdia para todas as criaturas” (Corão 21:107).<sup>166</sup>

O *Corão* ainda diz a respeito de Maomé, o profeta: “Não o temos enviado a vocês, mas como um [mensageiro] universal para os homens, dando-lhes alegres notícias e advertindo-os [contra o pecado], mas a maioria dos homens não entende” (Corão 34:28).<sup>167</sup> Por essa razão, por excelência, Maomé “é o mensageiro de Allah, e o selo dos profetas, e Allah tem pleno conhecimento de todas as coisas (Corão 33:40)”.<sup>168</sup>

Os profetas de Allah precisam ter fortes tons missionários no sentido de espalhar a mensagem de Allah, pois o Corão diz:

Porque certamente enviamos entre todos os povos um mensageiro com a ordem “Servi a Allah e evitai o mal”: do povo, alguns foram os que Allah guiou, e alguns em quem o erro se tornou inevitavelmente estabelecido. Assim, viajai por toda a terra, e vede qual foi o fim daqueles que negaram [a verdade] (Corão 16:36).<sup>169</sup>

### **b) Os hindus possuem profetas**

Curiosamente, os chamados hindus comuns creem numa espécie de “teofania” e de Avatar. A palavra *avatar* “significa aquele que desce”. O significado de avatar, na mitologia hindy, é uma divindade que desce à terra em forma corporal. Segundo os hindus comuns, avatar significa o todo-poderoso deus vindo à terra em forma corporal, para proteger a religião, para estabelecer exemplo ou regras para os seres humanos.<sup>170</sup>

Existe referência a avatares em alguns livros sagrados do hinduísmo, como as Puranas,<sup>171</sup> as Itihasas e, principalmente, o Bhagavad Geeta (cap. 3, versos 7-8),<sup>172</sup> que é o mais popular dos livros sagrados do hinduísmo.<sup>173</sup>

No entanto, nos Vedas, a mais sagrada das escrituras hindus, não existe nenhuma referência a avatares.

Alguns eruditos afirmam que o Avatar de deus indica um caso possessivo e realmente significa a vinda de um homem “que está em relacionamento especial com Deus”. Há menção de tais homens escolhidos de Deus em diversos lugares em todos os quatro Vedas. Assim, se tivermos de reconciliar Bhagavad Gita e Purana com a maioria das escrituras normativas, os Vedas, temos de concordar que o Bhagavad Gita e os Puranas, quando falam a respeito de avatares, estão se referindo a homens escolhidos de Deus.<sup>174</sup>

Diferentemente dos hindus, o Islã não crê em teofanias, ou seja, não crê que o Deus Todo-Poderoso assuma formas humanas. Em vez de tomar formas humanas, ele escolhe homens para trazer sua mensagem à raça humana, comunicando-se com eles por intermédio desses profetas ou mensageiros de Deus. O Islã chama os avatares dos hindus de profetas. Obviamente, segundo o entendimento cristão clássico, esses avatares não são profetas porque são a própria divindade vinda aos homens. São uma espécie de “teofania” dentro do hinduísmo.

No entanto, entre os livros sagrados chamados Puranas, há um livro conhecido como Bhavishya Purana, que contém profecias de eventos futuros. Esse livro é considerado palavra da divindade e, nele, o alegado autor é uma divindade. Provavelmente, esse livro é considerado sagrado porque foi dado por um Avatar, ou mesmo um homem que era profeta.<sup>175</sup>

### **c) Os mórmons possuem profetas**

Obviamente, os mórmons não são considerados uma religião mundial, mas eles crescem e têm atingido boa parte do mundo ocidental, encaminhando-se para os países do Oriente. De forma semelhante ao Islã e ao cristianismo, eles possuem profetas no sentido clássico, os quais recebem as mensagens de Deus e são seus transmissores aos homens.

Os profetas mórmons são escolhidos diretamente por Jesus Cristo, o cabeça da igreja mórmon. Os fundadores dos mórmons são considerados profetas, assim como todos os subsequentes presidentes da Igreja Mórmon. “Cada presidente da igreja escolhe conselheiros entre os homens dignos e capazes. Em conjunto, esses homens formam a Primeira Presidência da Igreja. Isso significa, para os mórmons, que a igreja sempre possui profetas e nunca fica desamparada. Uma voz de Deus sempre traz sua mensagem ao povo. Juntamente com os Doze Apóstolos, eles dão diretrizes à Igreja.”<sup>176</sup>

É interessante notar que, segundo tal visão ou entendimento, o presidente da igreja seria escolhido por Deus da mesma forma que antigamente, e que (juntamente com seus conselheiros) tem a mesma autoridade dos primeiros apóstolos do cristianismo (como Pedro, Tiago e João).<sup>177</sup>

### **3. TODAS AS RELIGIÕES POSSUEM SEUS LIVROS SAGRADOS**

Não existe religião sem livro sagrado. Todas possuem um documento escrito em que se baseiam, porque um documento escrito perpetua por gerações a herança religiosa de um ou mais povos. Via de regra, os livros sagrados de todas as religiões foram escritos ou mediados por seus profetas.

#### **a) Os muçulmanos possuem um livro sagrado**

Allah diz que enviou revelação em todas as épocas. O Corão diz que, “para cada período, existe um livro revelado”<sup>178</sup> que serve para guiar os seres humanos em suas respectivas épocas. Existem quatro revelações mencionadas no livro sagrado dos muçulmanos: Torah, Zabur, Injeel e Corão:

- A *Torah* é o *Wahi*,<sup>179</sup> a revelação que foi dada ao profeta Moisés;
- *Zabur* é o *Wahi*, a revelação que foi dada ao profeta Davi;
- *Injeel* é o *Wahi*, a revelação que foi dada ao profeta Jesus;
- *Corão* é o *Wahi* final e definitivo, a revelação suprema, que foi dada ao profeta final, Maomé.<sup>180</sup>

No entanto, dessas quatro revelações, três foram para grupos particulares de pessoas num período específico da história. Entretanto, de todas elas, somente o Corão foi designado para a totalidade da humanidade. Ele não foi dado somente para os islâmicos ou para os árabes, mas para o mundo inteiro. Além disso, o Corão é visto como a Palavra de Deus, a mais importante escritura sagrada do Islã, a revelação definitiva de Deus.

Assim, diferentemente do hinduísmo e do budismo, em que os escritos sagrados são vastos e dificilmente definidos, embora similares às tradições judaico-cristãs, o Islã tem um cânon claramente definido. Também diferentemente das tradições judaico-cristãs da Bíblia, em que a linguagem divina sempre vem em formas humanas, usando figuras de linguagem através dos profetas e apóstolos, no Corão islâmico

não há nenhuma noção de inspiração vinda de Deus, que é, então, vestida e articulada nas melhores palavras que uma mente humana pode criar. No Corão, Maomé recebe uma revelação direta e plenamente composta de Deus, que é o que ele recita para outros.<sup>181</sup>

De vários modos, os cristãos conservadores que têm uma visão da Bíblia como infalível se assemelham à visão que os muçulmanos têm do Corão. Entretanto, existe a visão de que, teologicamente, os cristãos mais liberais se apartam do conceito de inspiração e são muito mais diferentes dos muçulmanos do que os conservadores cristãos.

### **b) Os hindus possuem livros sagrados**

Os hindus possuem várias escrituras sagradas, dentre as quais as mais importantes são Itihas, Puranas, Upanishads e Vedas.

- *Itihas – [Épicos]*

Há dois épicos, a saber, o Ramayana e o Mahabharata. Este último contém a história de Krishna. O Bhagavad Gita é o mais popular e mais conhecido

entre todas as escrituras hindus, e é parte do épico Mahabharata. Ambos os épicos são conhecidos pela maioria dos hindus.

- *Puranas*

Os Puranas são os escritos sagrados mais amplamente lidos. A palavra Puranas significa “antigo”. Eles contêm a estória da criação do universo e de muitas deidades dos hindus. De acordo com os hindus, os Puranas são livros simultaneamente revelados com os Vedas ou em um tempo próximo aos Vedas.

- *Upanishads*

A palavra “Upanishad” significa aquele se senta junto do mestre. Grupos de alunos se assentam junto a ele para aprender a respeito das doutrinas sagradas. Essa palavra também significa “conhecimento de Brahma”, pelo qual a ignorância é solta ou destruída. Alguns hindus consideram os Upanishads como superiores aos Vedas.

- *Vedas*

A palavra “Vedas” significa conhecimento por excelência ou sabedoria sagrada. Há quatro divisões principais entre os muitos Vedas (1.131 – apenas 12 estão disponíveis). São elas: Rig Veda;<sup>182</sup> Yajur Veda;<sup>183</sup> Sam Veda;<sup>184</sup> Atarva Veda.<sup>185</sup> Não existe opinião unânime entre os hindus sobre a data de compilação ou revelação dos quatro Vedas. A disparidade de opiniões é muito grande.<sup>186</sup> No entanto, há uma crença muito comum entre os hindus de que os Vedas são as mais autênticas escrituras do hinduísmo. Nenhuma outra escritura hindu prevalece sobre os Vedas.

### **c) Os mórmons possuem livros sagrados**

#### ***i) Os livros sagrados são considerados Escritura***

Na Teologia mórmon, *há dois princípios fundamentais que fazem com que algum documento seja considerado Escritura:*

Primeiro princípio – Uma pessoa sabe se outra está falando com a autoridade do Espírito Santo somente pela influência do Espírito Santo. Assim, na análise final, o

fardo de prova do *status* de escritura é colocado sobre o leitor e o ouvinte (cf. Brigham Young, JD 7:2).

Segundo princípio – O presidente da igreja e os associados a ele, como profetas, videntes e reveladores, *têm recebido capacitação especial e jurisdição*. O presidente somente fala ou escreve para a Igreja e para a Igreja como um todo. Outros podem funcionar de forma semelhante, mas somente dentro de seus próprios ofícios e chamados (...). Somente o presidente da igreja tem a responsabilidade e o fardo de exercer todas as chamadas da apresentação e a declaração de escritura.

Esses dois princípios e práticas são estabelecidos para salvaguardar a santidade e vitalizar a aplicação das falas e dos escritos inspirados, tanto do passado como do presente.<sup>187</sup>

*É impressionante o poder concedido ao presidente da igreja para definir matérias de caráter revelacional, e não apenas teológico. Sua autoridade é determinante para definir o que é e o que não é normativo para a igreja. “Acima da autoridade do registro escrito, permanece a autoridade do profeta vivo e, além dele, a suprema autoridade do próprio Senhor.”*<sup>188</sup>

***ii) Os livros sagrados não constituem uma revelação fechada***

Os mórmons não possuem uma fonte de autoridade que seja única nem que seja absolutamente definitiva, pois o conceito de revelação continuada permanece aberto.

A definição básica de escritura dentro do cânon mórmon é que aquilo que é falado ou escrito, quando movido pelo Espírito Santo. Em conjunção com a crença mórmon na revelação contínua, essa ampla definição de escritura conduz ao princípio de um cânon aberto; escritura nunca é final ou completa.<sup>189</sup>

A doutrina da revelação continuada é um dos preceitos fundamentais da igreja mórmon. Joseph Smith disse: “Nós cremos em tudo o que Deus revelou, tudo que ele agora revela, e cremos que ele ainda revelará muitas coisas grandes e importantes pertencentes ao reino de Deus”.<sup>190</sup>

***iii) Os documentos sagrados são quatro***

Todavia, mesmo não considerando a revelação fechada neste presente tempo, os mórmons dão grande ênfase a alguns textos que consideram muito importantes, por serem tidos como divinamente inspirados e tomados como escrituras normativas. Na verdade, há quatro documentos importantes para os mórmons. Essas obras são reconhecidas como “standard works” (obras-padrão).<sup>191</sup>

1) Curiosamente, eles leem a *Bíblia* cristã (especialmente a versão King James); 2) e o *Livro de Mórmon*, que foi dado a Joseph Smith em tabletes de ouro. Esse livro é outro testamento revelado de Jesus Cristo, publicado em 1830. Ele reflete as crenças mórmons sobre Jesus Cristo e contém um registro da obra de Deus e do aparecimento de Cristo entre os nativos da América do Norte.<sup>192</sup> Além desses dois documentos, existe, em terceiro lugar, *The Doctrine and Covenants* (A doutrina e os pactos), que é uma coleção de revelações e declarações inspiradas, compostas de 138 revelações de Deus, em sua maioria dadas a Joseph Smith e registradas por ele. Essas são as revelações mais importantes e tidas como normativas pelos mórmons na atualidade. Em quarto lugar, está a obra sagrada chamada *The Pearl of Great Price* (A pérola de grande preço), na qual estão registrados dois livros perdidos da Bíblia: O Livro de Moisés e o Livro de Abraão, uma tradução do Evangelho de Mateus, a história de Joseph Smith e os 13 artigos de fé dos mórmons.<sup>193</sup> Esses quatro documentos “constituem o *corpus* normativo e canonizado dos escritos revelados por intermédio do qual tudo o mais é medido”.<sup>194</sup>

Na verdade, todas as religiões possuem livros sagrados, pois a ideia de escritura sagrada faz com que a fé seja continuada e perpetuada pelas gerações. Uma religião sem autoridade escrita logo perde a força no decorrer dos anos na mente dos fiéis.

#### **4. TODAS AS RELIGIÕES POSSUEM ORÁCULOS E MILAGRES**

As religiões, em sua integralidade, alegam que não surgem pela mera criatividade dos seres humanos, afirmando sua origem na divindade. Bavinck, citando a opinião de Chantepie de la Saussaye, menciona que “os Vedas da Índia, que contêm as santas leis, não são de origem humana, mas repousam sobre revelação e são, no senso mais estrito, surgidos da palavra de origem divina”.<sup>195</sup> Perante um hindu, nenhum cristão tem o direito de afirmar que só o cristianismo é uma religião revelada, porque eles vão alegar que toda a base de sua crença tem fundamento em seres divinos. Não se esqueça de que o objetivo deste capítulo não é discutir se somente o Deus do cristianismo é verdadeiro, mas se apenas o cristianismo é uma religião que possui uma revelação.

## **5. TODAS AS RELIGIÕES POSSUEM UMA ESPÉCIE DE REVELAÇÃO PROPOSICIONAL**

É verdade que nem todas possuem uma doutrina bem elaborada sobre a revelação proposicional, mas todas as grandes religiões que possuem profetas e livros também contam com uma visão de que a divindade se revela em proposições.

### **Islamismo**

“De forma semelhante ao cristianismo, o islamismo aceita uma revelação proposicional. Em outras palavras, o conteúdo da revelação tem sido perfeitamente registrado em afirmações de verdades escritas na língua árabe” (Sura 39:28; 43:3-4). “Os muçulmanos creem que todas as palavras contidas naquela revelação foram registradas num tablete celestial desde antes de o mundo ter sido criado.”<sup>196</sup> Entretanto, diferentemente do islamismo, o cristianismo não crê na existência de um tablete celestial no qual a revelação já estava escrita antes da fundação do mundo, porque os homens participaram ativamente do registro dessa revelação na história.

Os muçulmanos consideram o Corão o discurso eterno de Deus.<sup>197</sup> A visão que o Corão tem de escritura é, de forma compreensível, fortemente

proposicional, pois ela até parece possuir uma espécie de natureza “sacramental”, quando usamos um vocabulário cristão. A tradição islâmica até faz exegese dos textos do Corão porque crê que o Corão tem o fundamento que regula todos os aspectos da vida e da sociedade, da mesma forma que no cristianismo quanto à Bíblia.<sup>198</sup> Mas é possível dizer abertamente que a revelação para os islâmicos é verbal e, por conseguinte, proposicional. Como cristãos, portanto, não temos o direito de alegar que somente o cristianismo crê numa revelação verbal e proposicional.

### **Mormonismo**

Não é difícil ver traços da doutrina da revelação verbal proposicional dentro do mormonismo, pois possuem livros sagrados que expressam a revelação vinda da divindade. Eles creem nas coisas escritas em seus livros, que seus antigos profetas receberam. Um escritor mórmon disse:

(...) a maioria dos líderes da fé tende a representar as escrituras dos Santos dos Últimos Dias como sinônimo de revelação divina (...). Por revelação proposicional, quero dizer a revelação divina de certo conhecimento ou informação a respeito de Deus e da igreja, usualmente na forma de proposições ou doutrinas.<sup>199</sup>

Todavia, parece não haver unanimidade entre os mórmons acerca dessa doutrina. Um segmento do mormonismo contemporâneo (a chamada Reorganized Church of Jesus Christ of Latter Day Saints – RLDS) parece distanciar-se dessa tentativa de aceitar uma espécie de revelação proposicional, apelando para outro tipo de revelação, mais parecido com o tipo defendido dentro da Teologia da neo-ortodoxia.

Vogel diz que os líderes dessa igreja “estão se movendo em direção à doutrina da revelação como um *encontro*, e se distanciando da revelação proposicional”.<sup>200</sup> A razão pela qual esse grupo está se distanciando da noção de revelação proposicional são os movimentos acontecidos dentro da igreja

cristã, o que altera a perspectiva sobre o foco da revelação. Nesses movimentos que acabaram influenciando o pensamento mórmon,

alterando o locus da revelação da literatura para a história, e dos entendimentos proposicionais a respeito de Deus para a experiência pessoal com ele. O que tem acontecido é que o próprio Jesus Cristo é, em si mesmo, a Palavra de Deus, e nada pode tomar seu lugar como centro da revelação, nem mesmo a Bíblia.<sup>201</sup>

De qualquer forma, historicamente, a tendência mórmon é a aceitação de alguma espécie de revelação proposicional, o que reforça a afirmação deste capítulo, de que o cristianismo não é a única corrente teológica que defende uma revelação proposicional.

### **Budismo**

Entretanto, diferentemente do cristianismo, do islamismo, do mormonismo e das grandes religiões, juntamente com o hinduísmo, o budismo também não dá importância à revelação proposicional.

A grande importância deles está fincada na experiência religiosa, que tem traços não proposicionais. Nessa experiência religiosa, existe a percepção da divindade em um período de reflexão que é conhecido como meditação. Essas experiências são produto de um esforço dos seres humanos que meditam, concentrando fortemente sua mente em um ser superior ou em uma parte da natureza. Essa meditação exige forte disciplina para que seu objetivo seja alcançado.

Os budistas não possuem um Deus como o cristianismo, mas se esforçam para que neles aconteça alguma espécie de iluminação por meio de esforço físico e mental de concentração na meditação. O próprio Buda, no fim da meditação, disse que, após seis anos de luta, havia alcançado iluminação e percebido que havia alguma coisa além da morte.<sup>202</sup>

Os budistas possuem escrituras sagradas, mas elas são produto de uma iluminação provinda da meditação de pessoas que gastaram muita energia

física e espiritual para chegar a conclusões espirituais. As escrituras não são produto da revelação proposicional de Deus, ou de um contato direto com ele, mas do esforço humano de meditação. Portanto, não podemos dizer do budismo o que já dissemos do cristianismo, do islamismo e do mormonismo sobre a revelação proposicional porque, no budismo, o conceito de revelação não tem caráter proposicional.

### **Hinduísmo**

No hinduísmo, alguns Vedas são considerados “composições não humanas”, sendo uma revelação diretamente trazida. Por essa razão, são chamadas de *sruti*, “o que é ouvido”.<sup>203</sup>

Entretanto, “as escrituras hindus não são textos de revelação divina proposicional. Essas escrituras compreendem a experiência mística coletiva dos antigos hindus, todos testificando sobre a doutrina básica de que tudo é sem distinção (monismo) e que tudo é deus (panteísmo)”.<sup>204</sup> Além disso, Tennent diz que “tradicionalmente, os teólogos hindus... não ficam confortáveis com afirmações proposicionais da verdade positivamente expressas”.<sup>205</sup> Portanto, não podemos dizer do hinduísmo o que dissemos do islamismo sobre a revelação proposicional, porque nessa religião o conceito de revelação é muito diluído nas experiências místicas.

### **CONCLUSÃO**

É essencial afirmar, a esta altura do livro, que, aqui, não se tem o intento de equiparar o conteúdo da revelação proposicional do cristianismo ao de outras religiões. Longe disso! A intenção é simplesmente mostrar que essas religiões admitem uma espécie de revelação proposicional (fato que não podemos discutir), ainda que não creiamos na veracidade de seus escritos.

- 
152. Avery Dulles, “Revelation and the Religions”, encontrado no site <http://universalistfriends.org/dulles.html>. Acesso em julho de 2015.
153. Idem, *ibid.*
154. Idem, *ibid.*
155. Victor Gunasekara, “Buddhism and Revelation – Refutation of a Theory”, artigo encontrado no site <http://www.vgweb.org/bsq/revelation.htm>. Acesso em junho de 2015.
156. Victor Gunasekara, “Buddhism and Revelation – Refutation of a Theory”, citação feita no artigo encontrado no site <http://www.vgweb.org/bsq/revelation.htm>. Acesso em junho de 2015.
157. Citação de Guide to Buddhism from A to Z, um pequeno artigo encontrado no site <http://www.buddhisma2z.com/content.php?id=341>. Acesso em junho de 2015.
158. *Ibid.*
159. Citação de Buda feita por Narada Thera, em “Buddhism in a Nutshell”, artigo encontrado no site <http://www.buddhanet.net/nutshell03.htm>. Acesso em junho de 2015.
160. Idem, *ibid.*
161. Idem, *ibid.*
162. Idem, *ibid.*
163. Informação retirada do site <http://www.muslim.org/sa-case/evidence/s04.htm>. Acesso em agosto de 2015.
164. Victor Gunasekara, “Buddhism and Revelation – Refutation of a Theory”, artigo encontrado no site <http://www.vgweb.org/bsq/revelation.htm>. Acesso em junho de 2015.
165. Ver artigo em <http://www.islamandhinduism.com/ih/prophethood.html>.
166. Idem, *ibid.*
167. Idem, *ibid.*
168. Idem, *ibid.*
169. Citação feita no artigo Concept of Revelation in Hinduism and in Islam, encontrado no site <http://www.islamandhinduism.com/ih/prophethood.html>. Acesso em junho de 2015.
170. Idem, *ibid.*
171. Os avatares são mencionados na Bhagawata Purana: “Onde quer que haja deterioração na justiça e aumento da pecaminosidade, o glorioso senhor se encarna” (Bhagawata Purana 9:24:56).
172. Onde quer que haja uma queda de justiça, o Bharata, e um surgimento de injustiça, então Eu me manifesto. Para a proteção do bem, para a destruição do ímpio e para o estabelecimento da justiça, eu sou nascido em cada época (Bhagavad Geeta 4:7-8).

173. Citação feita no artigo “Concept of Revelation in Hinduism and in Islam”, encontrado no site <http://www.islamandhinduism.com/ih/prophethood.html>. Acesso em junho de 2015.
174. Passagem encontrada no site <http://www.islamandhinduism.com/ih/prophethood.html>. Acesso em junho de 2015.
175. Informações encontradas no site <http://www.islamandhinduism.com/ih/prophethood.html>. Acesso em junho de 2015.
176. Informação encontrada no site <http://www.mormon.org/faq/present-day-prophet>. Acesso em junho de 2015.
177. Idem, *ibid*.
178. Corão, 13:38.
179. Na terminologia islâmica, o termo Wahi significa uma mensagem divina trazida pelo profeta, que é um escolhido de Deus.
180. Informações encontradas no artigo Concept of Revelation in Hinduism and in Islam, encontrado no site <http://www.islamandhinduism.com/ih/prophethood.html>. Acesso em junho de 2015.
181. Citação encontrada no artigo “The Qur’an and Bible”, no site <https://matskut.helsinki.fi/.../Christian%20Theology>. Acesso em julho de 2015.
182. O Rig Veda é o mais antigo dos Vedas e foi compilado em três longos períodos. É composto principalmente de cântico de louvor.
183. O Yajur Veda trata principalmente das fórmulas sacrificiais.
184. O Sam Veda diz respeito a melodias.
185. O Atarva Veda tem um grande número de fórmulas mágicas.
186. De acordo com Swami Dayanand, que foi o fundador do Arya Samaj, os Vedas foram revelados cerca de 1.310 milhões de anos atrás e, de acordo com outros eruditos, eles não possuem mais de 4 mil anos. Todas essas informações são do site <http://www.islamandhinduism.com/ih/Concept%20of%20Revelation.html>. Acesso em junho de 2015.
187. W. D. Davies e Truman G. Madsen, no artigo Scriptures: Scriptures, encontrado no site <http://eom.byu.edu/index.php/Scriptures>.
188. *Ibid*.
189. Definição encontrada no site <http://www.patheos.com/Library/Mormonism/Origins/Scriptures?offset=1&max=1>. Acesso em junho de 2015.
190. Informação encontrada no artigo Scriptures: Authority of the Scripture, no site <http://eom.byu.edu/index.php/Scriptures>, acessado em junho de 2015.
191. Informação encontrada no site <http://www.religionfacts.com/mormonism/texts>, acessado em junho de 2015.
192. *Ibid*.
193. *Ibid*.

194. KENT P. JACKSON, *Scriptures: Authority of Scripture*, artigo encontrado no site <http://eom.byu.edu/index.php/Scriptures>, acessado em junho de 2015.
195. Herman Bavinck, *Dogmática reformada*, v. 1 (São Paulo: Cultura Cristã, 2012), p. 284.
196. Ibid.
197. Ver essa citação no site <https://matskut.helsinki.fi/.../Christian%20Theology>, acessado em agosto de 2015.
198. Ver essas ideias no artigo *The Qur'an and Bible*, encontrado no site <https://matskut.helsinki.fi/.../Christian%20Theology>. Acesso em agosto de 2015.
199. Dan Vogel (ed.). *The Word of God* (Salt Lake City, Signature Books, Inc., 1990). O capítulo relacionado à revelação proposicional é escrito por Richard P. Howard e pode ser encontrado no site <http://signaturebookslibrary.org/826/>. Acesso em agosto de 2015.
200. Ibid.
201. Ibid.
202. Ideia encontrada no artigo “Religious Experience”, sem menção de autor, no site <http://filestore.aqa.org.uk/subjects/AQA-2060-W-TRB-U4RST4A-CEXWT3CA.PDF>. Acesso em agosto de 2015.
203. Informações encontradas no verbete Revelation, no site <https://en.wikipedia.org/wiki/Revelation>, acessado em agosto de 2015.
204. Kenneth Boa. *Cults, World Religions and the Occult* (SP Communications, Inc., 1990), p. 252.
205. Timothy Tennent, em seu artigo “I Believe in God”, encontrado no site <http://www.karma2grace.org/page.asp?pg=73>. Acesso em agosto de 2015.

# O REGISTRO DA REVELAÇÃO VERBAL

A revelação especial de Deus ao homem veio por meio de manifestação externa (teofania), sugestão interna (profecia), operação concursiva (inspiração) e do Filho Encarnado.

Alguns livros, ou partes da Escritura, são seleções da revelação especial original, por meio de teofanias, profecias, inspiração e da vida e obra de Jesus Cristo. Alguns livros da Escritura são idênticos à revelação especial original, exatamente como foram produzidos pelo Espírito Santo. No entanto, antes de considerarmos as categorias da relação entre a revelação especial original e a Escritura, é necessário notar que houve, pelo menos em alguns exemplos, um fator intermediário de tradição escrita ou oral na revelação.

## 1. FATORES INTERMEDIÁRIOS ENTRE A REVELAÇÃO ESPECIAL ORIGINAL E AS ESCRITURAS

### a) Transmissão oral

A transmissão oral pela qual a Revelação Original de Deus foi passada adiante de uma pessoa para outra (corrompida ou não) diz respeito à revelação de Deus, que veio oralmente, de vários modos e por meio dos eventos reveladores que foram apresentados.

A transmissão oral pode ter desempenhado papel relevante antes do uso da escrita; mesmo após o uso comum da escrita, a tradição oral passou de pai

para filho.

A fim de evitar enganos, temos de distinguir entre *tradição oral* e *transmissão oral*. O termo *tradição* implica uma crença ou prática dentro do protestantismo que, necessariamente, não conecta qualquer fato ou evidência da verdade. Assim, em vez de empregar a expressão “tradição oral”, usa-se a expressão “transmissão oral”, porque ela diz respeito a um *método* de comunicar informação.

Por isso, é preferível dizer que algumas partes da Bíblia chegaram a ser registradas por causa da “transmissão” oral, e não como resultado da “tradição” oral.<sup>206</sup> Entretanto, se entendermos a palavra “tradição” como procedente do latim *tradio*, então poderemos usá-la sem medo de cometer maiores enganos. Essa palavra latina *tradio* significa alguma coisa sendo transmitida, passada adiante no decorrer dos anos. Portanto, se a Palavra de Deus é transmitida pelo processo oral (ou mesmo via escrita), ela pode ser crida como uma *tradio*. Em alguns casos, claramente, as informações que estão registradas nas Escrituras primeiramente vieram pela transmissão oral.

**i) A tradição oral era muito útil antes do aparecimento da escrita**

Não sabemos, com exatidão, quando houve o início da escrita, nem quem começou. É possível encontrar escritos muito antigos, mas que não vão além de 3000 a.C.

*Segundo os dados atuais, a escrita teria sido inventada de forma independente em três regiões. Ela surge pela primeira vez entre os sumérios, por volta de 3.000 a.C. (5.000 ap.) na Mesopotâmia. Posteriormente, em torno de 1.500 a.C., há o surgimento da escrita na China (...).<sup>207</sup>*

Essa escrita pictográfica surgida na Mesopotâmia, onde os sumérios, por volta de 3000 a.C., desenvolveram uma escrita silábica para representar a língua suméria falada, foi o método adotado também pelos acádios e que levou à criação dos alfabetos.<sup>208</sup> Essa escrita

foi reduzida a formas angulares mais convenientes para imprimir nas tabuinhas de argila úmida, com o auxílio de um pequeno junco. A escrita cuneiforme, como denominada, foi desenvolvida originariamente para escrever a língua suméria, sendo, porém, adotada por outros povos, como acadianos, eblaítas, elamitas, hititas etc.<sup>209</sup>

Esses povos mencionados são aqueles dos tempos bíblicos do Antigo Testamento.

Antes do aparecimento da escrita, o único meio de preservar uma mensagem, verdadeira ou falsa, era pela transmissão oral. Por essa razão, a transmissão oral não deve ser desprezada quando estudamos a preservação da verdade de Deus antes do aparecimento da escrita cuneiforme.

*ii) O costume dos mais velhos na transmissão de histórias aos mais novos*

As crianças dos primórdios da civilização não tinham as diversões que as nossas têm hoje. Uma de suas principais preocupações era sentar-se aos pés dos mais velhos e ouvir histórias dos ancestrais.

Muitas coisas eram transmitidas oralmente porque boa parte dos antigos não dominava a escrita. Além disso, dependendo da época em que viveram, ainda não havia a linguagem em forma escrita. A escrita apareceu, segundo alguns, apenas alguns poucos milhares de anos antes de Cristo.

Qualquer coisa que Adão tenha conhecido diretamente de Deus ou de sua experiência pré-Queda da criação do mundo, e dos tratados reveladores de Deus com ele, poderia ter sido transmitida a seus filhos por meios orais. Eventos como a Queda, a expulsão do Jardim, entre outros, igualmente teriam sido transmitidos por Adão e Eva para a posteridade.

O dilúvio e a advertência miraculosa de Deus salvando Noé e sua família, igualmente, teriam sido transmitidos às gerações subsequentes. Igualmente, a confusão de línguas em Babel e os outros eventos, como a destruição de Jericó, do Êxodo etc., todos esses eventos podem ter sido passados (de forma corrompida ou não) às gerações subsequentes.

Um caso notável é o de Ismael, filho de Abraão. Decerto, ele ouviu muitas coisas de seu pai no que diz respeito à aliança de Deus e passou à posteridade. A ilustração de Ismael, sua relação com os povos árabes e sua ligação com Maomé e o Islamismo são questões dignas de consideração. A possível ligação de outras religiões não cristãs ao cristianismo por meio de tradição oral ou escrita é algo que deve ser levado em conta. A possível conexão de uma tradição oral da aurora da história pode ter chegado a muitos povos: na mitologia desses povos, há noções da criação, do dilúvio etc.

É evidente que nossa preocupação aqui é registrar que uma tradição oral, ao menos em alguns exemplos, é paralela e está logo atrás do registro da revelação especial.

Cumprir observar, todavia, que a mente dos hebreus, desde há muito, foi educada no sentido de memorizar muitas informações. Um exemplo bem típico dessa memorização era o fato de não haver letras vogais na linguagem escrita. A vocalização de todas as palavras era memorizada, de modo que o hebreu aprendia a ler as consoantes em sua língua e sabia, de memória, toda a vocalização das muitas palavras de sua língua. Isso aponta para o fato de que os hebreus tinham uma capacidade de memória extraordinária, a qual foi treinada para guardar fatos e eventos, a fim de transmiti-los às gerações vindouras.

A instrução religiosa em Israel foi, em si mesma, um meio de levar ao conhecimento do povo, à lembrança do povo, a revelação que ainda não estava em sua forma escrita.

### *iii) A longevidade dos patriarcas*

A longevidade dos patriarcas antediluvianos foi um fator importante na questão da transmissão oral. Vejamos apenas dois exemplos que nos ajudam a compreender esse fator:

- Adão foi capaz de narrar a seus descendentes os eventos desde o começo do Jardim, da criação de Eva, da queda, da expulsão do Jardim de Deus etc. Àquela altura, ainda não havia escrita, e todas as informações da

revelação teofânica de Deus foram comunicadas pelo recipiente da revelação, que foi Adão. Não se esqueça de que ele viveu 930 anos e, nesse longo tempo, sobreviveu a várias de suas gerações, transmitindo-lhes fielmente o que havia acontecido.

- Noé foi capaz de transmitir à sua progênie tudo o que Deus lhe disse sobre a construção da arca, do dilúvio e do período subsequente. Cabia sempre aos mais velhos a comunicação de histórias aos mais novos. Certamente, Noé gastou muitas de suas tardes rememorando os atos ordinários e extraordinários realizados por Deus. Não se esqueça de que ele viveu 950 anos. Ele teve tempo suficiente para ser um bom contador de histórias.

Quando Moisés entrou em cena, as coisas que ele escreveu tiveram como fonte de informação não apenas os encontros pessoais e teofânicos com Deus, mas também seu conhecimento acerca da revelação passada, que se deu através da tradição oral que ele havia recebido de seus pais, desde a tenra infância. Não podemos nos esquecer de que a tradição oral desempenhou papel muito importante para o registro inspirado das palavras e dos atos de Deus.

A primeira pergunta que surge ao leitor da Escritura é a seguinte: “Como Moisés soube de todas as coisas que escreveu no Pentateuco?” Já estudamos que ele recebeu muitas dessas coisas diretamente de Deus, que lhe apareceu teofanicamente. Entretanto, sabemos que nem tudo o que ele escreveu provém desse modo de revelação. Por exemplo, os textos que tratam da criação não foram necessariamente revelados por teofania. A pergunta que se deve fazer é esta: “Qual é a razão para não crermos que Moisés consultou fontes orais para conhecer aquilo em que os antepassados criam sobre a origem do mundo, sobre Babel, sobre o dilúvio, sobre os patriarcas etc.?”

Em vez de crer no fato de Deus ter anunciado face a face todos os dados ou de ter passado uma espécie de “vídeo” de tudo que aconteceu nas origens, pensa-se na ação providencial de Deus, fazendo com que suas verdades

fossem passadas oralmente, de pai para filho, ainda que sem corrupção, por obra de sua perfeita superintendência.

É perfeitamente possível que Anrão e Joquebede, pais de Moisés, lhe tivessem contado, ainda que em sua tenra infância, sobre essas origens. Aquilo em que os mais antigos criam foi passado adiante, até que chegou o tempo de Moisés, que registrou coisas que ouvira de seus antepassados. Portanto, a tradição oral teve papel importantíssimo para o registro das verdades mais antigas, em uma época na qual a maioria das pessoas não sabia ler ou escrever. Deus se serviu da longevidade e da memória treinada dos homens da época para fazer com que sua mensagem fosse transmitida oralmente, até que o tempo da escrita chegasse.

Todavia, não podemos nos esquecer de que a tradição escrita, da qual vamos tratar adiante, apresenta certa vantagem sobre a tradição oral, porque pode ser mais facilmente preservada, em virtude de ficar gravada em documentos. Pensando apenas em termos humanos, teoricamente, existe menos risco de corrupção na tradição escrita do que na tradição oral. Todavia, se pensarmos na ação providencial de Deus, não temos o direito de fazer essa comparação, porque a obra divina de preservação é penetrante e evita todo possível erro comum nos livros meramente humanos, os quais foram transmitidos por via oral ou escrita.

#### *iv) O perigo da transmissão oral*

Toda transmissão oral corre o risco de sofrer corrupção no decorrer de sua transmissão. Até mesmo os mais hábeis contadores de histórias dos tempos antigos estavam sujeitos a enganos, esquecendo-se de algum detalhe importante. Essa é uma realidade que decorre da condição humana de fraqueza e de imperfeição.

No entanto, nós, os reformados, cremos na ação penetrante de Deus, que fez com que sua verdade se perpetuasse, mesmo através da transmissão oral feita por homens pecadores. Tudo o que Deus queria que fosse transmitido pelas gerações sem conta foi fielmente transmitido, através de sua ação

penetrante na vida, até que as histórias chegaram a ser registradas e vieram a ser consideradas normativas para todos os cristãos.

### **b) Tradição escrita**

Assim como houve uma transmissão oral, também houve uma tradição escrita da revelação de Deus. Muitas coisas que encontramos na Escritura foram sacadas dos livros da tradição escrita, que eram tidos em alta conta no tempo em que os livros da Bíblia estavam sendo escritos.

Há vários exemplos de livros que haviam sido escritos antes de os livros do Cânon serem escritos. Eles serviram como fonte de informação e pesquisa para os autores bíblicos, os quais se serviram deles:

#### **i) O livro da Genealogia de Adão**

Este é o livro da genealogia de Adão. No dia em que Deus criou o homem, à semelhança de Deus o fez; (Gn 5.1)

Obviamente, não foi Adão, mas outro personagem que escreveu um livro sobre a progênie de Adão. Essa citação feita pelo escritor de Gênesis sugere que houve um estudo mais acurado sobre a progênie de Adão, provavelmente realizado na mesma época em que a escrita apareceu, e do qual o escritor de Gênesis se serviu para dar uma sequência genealógica, que está registrada em Gênesis 5.3-32. Obviamente, o livro não continha apenas essas informações. No entanto, o escritor de Gênesis se serviu do que foi necessário.

Há exemplos similares de livros sobre genealogia escritos a respeito da descendência dos reis do Egito e da Mesopotâmia,<sup>210</sup> sendo que todos foram escritos antes de Moisés escrever o Pentateuco. Moisés usou esse livro da tradição escrita da *Genealogia de Adão* como sua fonte de pesquisa.

#### **ii) O Livro da Aliança**

E tomou o livro da aliança e o leu ao povo; e eles disseram: Tudo o que falou o SENHOR faremos e obedeceremos. (Ex 24.7)

Certamente, esse livro não era nenhum dos livros do Pentateuco. Moisés havia registrado não somente as palavras de Deus, mas também os atos de Deus, e passou a lê-los ao povo. E o povo entendia tanto a autoridade como a confiabilidade desse livro ao ouvir o que nele havia escrito. Provavelmente, uma grande porção dessa fonte escrita foi anexada ao texto sagrado. Afinal de contas, era o Livro do Pacto, um livro altamente reverenciado pelo povo, do qual Moisés se serviu para o registro do Pentateuco.

### *iii) Livro das Guerras do Senhor*

Pelo que se diz no Livro das Guerras do SENHOR: Vaebe em Sufa, e os vales do Arnom (...). (Nm 21.14)

Moisés cita algumas passagens do *Livro das Guerras do Senhor* como fonte de pesquisa da tradição escrita, incorporando-as no livro de Números. Concluímos, pois, que Moisés recebeu a revelação divina de forma teofânica, e que também as muitas palavras que escreveu em seus livros foram tanto da tradição oral como da escrita.

- É interessante observar que um texto registrado no Pentateuco, no tempo de Moisés, aponta para uma realidade inegável: a de haver documentos formais escritos na época.

Se um homem tomar uma mulher e se casar com ela, e se ela não for agradável aos seus olhos, por ter ele achado coisa indecente nela, e se ele lhe lavrar um termo de divórcio, e lho der na mão, e a despedir de casa; 2 e se ela, saindo de sua casa, for e se casar com outro homem; 3 e se este a aborrecer, e lhe lavrar termo de divórcio, e lho der na mão, e a despedir da sua casa ou se este último homem, que a tomou para si por mulher, vier a morrer (...). (Dt. 24.1-3)

Portanto, não podemos ignorar a capacidade de escrever que *algumas pessoas tinham* nos tempos de Moisés. Essa habilidade é claramente vista em um documento que poderia ser chamado de “Carta de Divórcio”, que uma

mulher recebia ao se tornar separada de seu marido. Esse documento, certamente, era escrito.

*iv) O Livro dos Justos*

E o sol se deteve, e a lua parou até que o povo se vingou de seus inimigos. Não está isto escrito no Livro dos Justos? O sol, pois, se deteve no meio do céu e não se apressou a se pôr, quase um dia inteiro. Não houve dia semelhante a este, nem antes nem depois dele, tendo o SENHOR, assim, atendido à voz de um homem; porque o SENHOR pelejava por Israel. (Js 10.13-14)

O autor de Josué não recebeu essa informação sobre a detença do sol diretamente da parte de Deus, como numa teofania, por exemplo. Essa informação surgiu de um livro que já era corrente no seu tempo. Posteriormente (na verdade, séculos depois!), o autor de Samuel também cita esse livro, mencionando um hino antigo que o povo aprendeu a cantar. Esse livro serviu para sua fonte escrita de pesquisa (Cf . 2Sm 1.18).

*v) O Livro das Crônicas de Samuel*

Os atos, pois, do rei Davi, tanto os primeiros como os últimos, eis que estão escritos nas crônicas, registrados por Samuel, o vidente, nas crônicas do profeta Natã e nas crônicas de Gade, o vidente (...). (1Cr 29.29)

Certamente, esse livro não é o livro inspirado de 1 e 2 Samuel. O próprio Samuel (e certamente outro que o sucedeu, pois Samuel morreu antes dos últimos atos de Davi), que foi contemporâneo de Davi, havia registrado uma porção de fatos de que o autor de Crônicas se serviu para a escritura de suas próprias crônicas. O narrador desse fato aponta ainda para outros dois livros existentes na época: *As crônicas do profeta Natã* e *o Livro das crônicas do profeta Gade*.

*vi) O Livro da História de Natã*

Quanto aos mais atos de Salomão, tanto os primeiros como os últimos, porventura não estão escritos no Livro da História de Natã, o profeta, e na Profecia de Aías, o silonita, e nas Visões de Ido, o vidente, acerca de Jeroboão, filho de Nebate? (2Cr 9.29)

O autor de 2 Crônicas, ao escrever sobre os atos de Salomão, se serve de literatura já existente para aprontar seu livro. Ele menciona dois outros livros: o *Livro da Profecia de Aías* e o *Livro das Visões de Ido*. Perceba que a tradição escrita já era abundante e serviu de fonte de consulta para o escritor de 2 Crônicas.

Vários profetas escreveram sobre suas profecias e outros relatos que nunca entraram no cânon judaico. No entanto, eram literatura confiável a ponto de servir de base para informações registradas no livro canônico de 2 Crônicas.

#### **vii) O Livro da História do rei Davi**

Joabe, filho de Zerua, tinha começado a contar o povo, porém não acabou, porquanto viera por isso grande ira sobre Israel; pelo que o número não se registrou na história do rei Davi. (1Cr 27.24)

A forma como a narrativa é feita nos dá indício de que havia um fato que não entrou na conta das anotações já feitas em outra obra, *A história do rei Davi*. Não sabemos, obviamente, quem teria sido o autor, mas sabemos que o autor de crônicas tinha consciência bem clara das informações detalhadas contidas nesse livro. Portanto, não há exagero em afirmar que o autor sacro fez uso desse livro para suas próprias anotações.

#### **viii) O Livro da História de Salomão**

Quanto aos mais atos de Salomão, a tudo quanto fez e à sua sabedoria, porventura não estão escritos no Livro da História de Salomão? (1Rs 11.41)

O autor dos livros de Reis faz referência a um livro que contém informações adicionais sobre atos de Salomão que não estão registrados nos

livros canônicos, especialmente informações abundantes no que diz respeito a seu conhecimento científico, do qual o texto sagrado só faz pequenas mas significativas referências. Todavia, o autor do Livro de Reis se serviu de literatura disponível como fonte de informação para sua obra.

*ix) O Livro da História de Semaías*

Quanto aos mais atos de Roboão, tanto os primeiros como os últimos, porventura não estão escritos no Livro da História de Semaías, o profeta, e no de Ido, o vidente, no registro das genealogias? Houve guerras entre Roboão e Jeroboão todos os seus dias. (2 Cr 12.15)

Semaías foi um profeta que não escreveu nenhum livro de sua profecia, mas outros escreveram sobre o que ele disse a respeito do rei Roboão, no *Livro da História de Semaías*. Novamente, o escritor registra a existência de um livro escrito pelo profeta Ido, que também não faz parte do cânon. A tradição escrita teve grande importância nessa época, e o escritor de Crônicas fez uso dessa literatura para escrever seus livros.

*x) O Livro das Crônicas de Jeú*

Quanto aos mais atos de Josafá, tanto os primeiros como os últimos, eis que estão escritos nas Crônicas registradas por Jeú, filho de Hanani, que as inseriu na História dos Reis de Israel. (2Cr 20.34)

Perceba que a maioria dos livros que compõem a tradição escrita pertence ao tempo da monarquia de Israel e de Judá. Foi um período muito importante e profícuo na disseminação da capacidade literária, para grande proveito de futuros pesquisadores, dentre os quais se encontram alguns dos profetas canônicos.

*xi) O Livro da História dos Reis de Israel*

Quanto aos mais atos de Josafá, tanto os primeiros como os últimos, eis que estão escritos nas Crônicas registradas por Jeú, filho de Hanani, que as inseriu na História

dos Reis de Israel. (2Cr 20.34)

O autor de Crônicas se refere a um livro que deveria ser um apanhado resumido do desempenho da monarquia de Israel, mas um livro suficiente para servir de informação para os escritores canônicos. Esse tipo de livro era muito útil como expressão da tradição escrita de Israel. Certamente, a capacidade de escrever não pertencia a muitos, como acontece hoje, mas essas pessoas deixaram documentos suficientes para pesquisa posterior.

### *xii) O Livro dos Atos de Uzias*

Quanto aos mais Atos de Uzias, tanto os primeiros como os últimos, o profeta Isaías, filho de Amoz, os escreveu. (2Cr 26.22)

Parece-me que o profeta Isaías deve ter escrito algum outro livro além do livro canônico que leva seu nome. O texto em questão aponta para o registro de muitas informações a respeito dos Atos de Uzias. Em seu livro profético, só há uma referência a Uzias “no ano de sua morte” (Is 6.1). Então, é possível pensarmos na possibilidade de Isaías ter escrito outro livro que não entrou no cânon, mas que é mencionado por um livro canônico.

### *xiii) O Livro da História dos Videntes*

A sua oração e como Deus se tornou favorável para com ele, todo o seu pecado, a sua transgressão e os lugares onde edificou altos e colocou postes-ídolos e imagens de escultura, antes que se humilhasse, eis que tudo está na História dos Videntes. (2Cr 33.19)

Não se esqueça de que a palavra *videntes* é sinônimo de *profetas* no Antigo Testamento. Houve a elaboração de um livro que deve ter sido um apanhado de todo o ministério profético da antiga dispensação e que serviu de informação para os que escreveram livros que vieram a se tornar parte do cânon. Mais do que imaginamos, a literatura religiosa extrabíblica foi razoavelmente abundante e útil para a produção dos livros canônicos.

#### xiv) *O Livro das Lamentações de Jeremias*

Jeremias compôs uma lamentação sobre Josias; e todos os cantores e cantoras, nas suas lamentações, se têm referido a Josias, até ao dia de hoje; porque as deram por prática em Israel, e estão escritas no Livro de Lamentações. Quanto aos atos de Josias e às suas beneficências, segundo está escrito na Lei do SENHOR, e aos mais atos, tanto os primeiros como os últimos, eis que estão escritos no Livro da História dos Reis de Israel e de Judá. (2Cr 35.25-27)

Jeremias deve ter escrito mais de um livro intitulado *Lamentações de Jeremias*. No livro canônico com esse nome, não há referência de lamentação a respeito do rei Josias; apenas lamentações após a invasão dos babilônios, castigando a cidade de Jerusalém. O rei Josias viveu antes desse período, e as referências de Jeremias a ele devem ter sido anteriores às suas referências lamuriosas a Jerusalém. Além disso, o escritor de 2 Crônicas se refere a outro livro que era fonte de pesquisa para ele, *O Livro da História dos Reis de Israel e de Judá*.

- Nenhum desses livros faz parte do cânon judaico, mas eram narrativas significativamente importantes a ponto de serem citadas literalmente em alguns lugares da Escritura como informações confiáveis.

A pesquisa no Novo Testamento não é diferente, ainda que a menção de livros não canônicos seja muito menor do que a lista de livros de pesquisa para os escritores do período mais antigo. No entanto, a prática de usar a tradição escrita ainda vigorava nos tempos do Novo Testamento.

Visto que muitos houve que empreenderam uma narração coordenada dos fatos que entre nós se realizaram [fontes escritas], 2 conforme nos transmitiram os que desde o princípio foram deles testemunhas oculares e ministros da palavra [fontes orais], 3 igualmente a mim me pareceu bem, depois de acurada investigação de tudo desde a sua origem, dar-te por escrito, excelentíssimo Teófilo, uma exposição em ordem, 4 para que tenhas plena certeza das verdades em que foste instruído. (Lc 1.1-4)

Esse prólogo de Lucas aponta para as duas formas de pesquisa existentes na época: fontes orais e fontes escritas. O texto inspirado de Lucas é produto dessas tradições orais e escritas. Portanto, a consideração de uma tradição escrita que subjaz ou é paralela à Escritura está evidente nesse trecho.

O fato de que há uma tradição escrita ou oral, em alguns exemplos, aponta para o fato de haver um intervalo entre a revelação original e seu registro – a Escritura – que não pode ser negado.

## **2. A ESCRITURA SAGRADA É UMA COMPOSIÇÃO DE UM MATERIAL MAIOR QUE FOI SELECIONADO**

Alguns Livros da Escritura são a seleção de uma revelação especial original mais volumosa. Em outras palavras, houve muito mais revelação do que temos registrado para consulta, hoje.

Considerando essa categoria de seleção, que é a mais importante e abrangente, distinguiremos entre os livros históricos e proféticos, assim como as epístolas canônicas.

### **a) Houve uma seleção de material relacionada aos livros históricos**

Na verdade, fez Jesus diante dos discípulos muitos outros sinais que não estão escritos neste livro. Estes, porém, foram registrados para que creiais que Jesus é o Cristo, o Filho de Deus, e para que, crendo, tenhais vida em seu nome. (Jo 20.30,31)

Os milagres são reveladores do poder de Deus. Jesus fez e disse muitas coisas que não foram registradas pelos apóstolos. No entanto, nesses versos, João nos fala de uma seleção que ele fez em seu evangelho a fim de dar o suficiente de Cristo para a fé salvadora.

Há, porém, ainda muitas outras coisas que Jesus fez. Se todas elas fossem relatadas uma por uma, creio eu que nem no mundo inteiro caberiam os livros que seriam escritos. (Jo 21.55)

João diz que, se toda a revelação feita por Cristo fosse registrada, no “mundo inteiro não caberiam os livros” se tudo o que Jesus disse e fez fosse escrito. O registro de tudo era impossível. Portanto, posso, com justeza, afirmar que houve uma seleção do material revelado por Jesus Cristo.

## **b) Houve uma seleção de material relacionada aos livros poéticos**

### **i) Ilustração ligada a Provérbios**

Os provérbios de Salomão nos dão um exemplo típico de como houve uma grande seleção de material revelado que é maior do que o que temos na Escritura Sagrada.

### **Análise de Texto**

1Rs 4.29-34 – 29 Deu também Deus a Salomão sabedoria, grandíssimo entendimento e larga inteligência como a areia que está na praia do mar. 30 Era a sabedoria de Salomão maior do que a de todos os do Oriente e do que toda a sabedoria dos egípcios. 31 Era mais sábio do que todos os homens, mais sábio do que Etã, ezraíta, e do que Hemã, Calcol e Darda, filhos de Maol; e correu a sua fama por todas as nações em redor.32 Compôs três mil provérbios, e foram os seus cânticos mil e cinco.33 Discorreu sobre todas as plantas, desde o cedro que está no Líbano até ao hissopo que brota do muro; também falou dos animais e das aves, dos répteis e dos peixes.34 De todos os povos, vinha gente a ouvir a sabedoria de Salomão, e também enviados de todos os reis da terra que tinham ouvido de sua sabedoria.

#### **• A sabedoria de Salomão foi dada por Deus**

Deu também Deus a Salomão sabedoria, grandíssimo entendimento e larga inteligência como a areia que está na praia do mar. (1Rs 4.29)

O autor bíblico usou três expressões para exaltar a grande virtude do rei Salomão: sabedoria, grandíssimo entendimento e larga inteligência. São expressões diferentes para expressar a mesma coisa. Salomão era um homem

altamente privilegiado por Deus e foi usado para escrever boa parte do que ficou conhecido como Palavra de Deus. É a sabedoria divina que dá autoridade aos escritos de Salomão. Deus operou *em, com e através da* totalidade da personalidade de Salomão, que produziu grande literatura para a edificação do povo de Deus em todas as gerações futuras.

- *A sabedoria de Salomão era maior que a de outros sábios*

Era a sabedoria de Salomão maior do que a de todos os do Oriente e do que toda a sabedoria dos egípcios. Era mais sábio do que todos os homens, mais sábio do que Etã, ezraíta, e do que Hemã, Calcol e Darda, filhos de Maol; e correu a sua fama por todas as nações em redor. (1Rs 4.30-31)

Todo ser humano que não tem sabedoria pode pedi-la a Deus, que a dá liberalmente (Tg 1.5). Portanto, todo aquele que é sábio o é porque recebeu a sabedoria de Deus. No entanto, parece-nos que Salomão foi mais altamente privilegiado por Deus nesse quesito do que outros seres humanos.

O escritor de Crônicas menciona os homens mais sábios da época de todas as nações, dos reinos poderosos da época, mas ninguém foi achado tão sábio quanto Salomão. Sua sabedoria excedia a sabedoria de todos os outros homens. Deus deu mais a Salomão do que a outros!

- *A sabedoria de Salomão o fez compor muitas obras*

Compôs três mil provérbios, e foram os seus cânticos mil e cinco. (1Rs 4.32)

É importante que você saiba que, no livro de *Provérbios*, temos registrados cerca de seiscentos provérbios apenas. Onde estão os outros 2.400 provérbios? Que autoridade possuíam os 3 mil provérbios? Alguns poderiam dizer: “Os outros 2.400 provérbios não eram revelação. Por quê? O autor não é o mesmo e a sabedoria divina com que ele escreveu não é a mesma?” Creio

que é mais justo dizer que, com base nessa informação de Crônicas, a revelação divina é muito maior do que aquela que está nas Escrituras. Deus fez uma seleção de material de revelação suficiente para a redenção e a edificação do povo de Deus nas gerações posteriores.

Além disso, o texto nos informa que Salomão escreveu 1.005 cânticos. No entanto, nós conhecemos somente um deles, que é o Livro de Cantares ou “Cântico dos Cânticos”. Onde estão os outros? Se eles fossem encontrados, seriam considerados Palavra de Deus? Creio que seria muito mais justo entender que a revelação divina é mais ampla do que aquela que temos registrada na Escritura. Deus fez uma seleção do material revelado. É melhor pensar assim do que dizer que os outros 1.004 cânticos não possuem qualquer autoridade sobre o povo de Deus. Afinal de contas, o autor é o mesmo e a sabedoria divina para escrever é a mesma.

- *A sabedoria de Salomão o fez especialista em muitas áreas*

Discorreu sobre todas as plantas, desde o cedro que está no Líbano até ao hissopo que brota do muro; também falou dos animais e das aves, dos répteis e dos peixes. (1Rs 4.33)

A sabedoria de Salomão não se limitava aos conselhos comportamentais, estendendo-se também a outras ciências. Se houvesse na época, ele seria diretor de vários institutos de fauna e flora, porque entendia tanto de um como de outro. Salomão era um especialista em história natural antes mesmo de haver esse tipo de ciência. Muitos comentaristas da Bíblia tentam espiritualizar esse tipo de conhecimento, mas Deus não quis que soubéssemos lá no passado o resultado desse seu conhecimento. Deus fez com que seu conhecimento cheio de sabedoria com relação ao comportamental fosse altamente seletivo. Por razões que desconhecemos, ele não permitiu que Salomão nos deixasse de herança seus conhecimentos da fauna e da flora.

- *Não tenha medo de conhecer coisas das ciências naturais porque Deus é que instrui os homens.* A sabedoria dos homens procede de Deus. O que precisamos mostrar é que as ciências naturais, como Botânica, Zootecnia, Astronomia, Geologia etc., são produto da sabedoria divina entregue aos homens. Não devemos temer essas ciências quando elas entram em choque com o cristianismo porque, naquilo que se chocam com ele, é resultado de uma pesquisa que não é feita devidamente. Em geral, muitos cientistas são conduzidos por preconceitos contra o Deus da sabedoria e contra a Teologia cristã. Eles não entendem que a sabedoria suprema e infalível procede de Deus.
- *Não se torne absorvido com as ciências naturais a ponto de esquecer o Deus que está por trás de toda a real sabedoria humana.* Mergulhe no estudo científico, mas entre nesse campo com consciência de quem seu Deus é! Esteja sempre sedento de fome e sede de justiça, ou seja, das coisas que são certas! Sirva-se do conhecimento das coisas naturais para mostrar ao mundo a sabedoria do Deus Criador!
- *Não seja negligente da obra criadora e sabiamente maravilhosa de Deus ao estudar as ciências naturais.* Muitos cientistas estariam na frente de outros se pesquisassem com a cosmovisão correta, se tivessem Deus como autor de toda a riqueza de fauna e flora que existe em nosso mundo! Seja um cientista da vida vegetal ou animal, mas não se esqueça de que você precisa da sabedoria de Deus para desenvolver toda a sua pesquisa. Criatura, não despreze o Criador!

- *A sabedoria de Salomão era apreciada pelos reis da terra*

De todos os povos, vinha gente a ouvir a sabedoria de Salomão, e também enviados de todos os reis da terra que tinham ouvido da sua sabedoria. (1Rs 4.34)

Os seres humanos de todas as terras se encantam com pessoas que têm a sabedoria de Deus, porque a sabedoria dele é maior que a dos homens. Ela

não é produto simplesmente de pesquisa, mas de uma cosmovisão que o faz enxergar o mundo criado de uma perspectiva diferente! Precisamos de homens e mulheres que tenham sabedoria divina para interpretar corretamente o mundo a seu redor. Este mundo está cheio de homens inteligentes, mas não de sábios. Seja um sábio e busque sabedoria no lugar certo – em Deus!

São também estes provérbios de Salomão, os quais transcreveram os homens de Ezequias, rei de Judá. (Pv 25.1)

- *Os homens de Ezequias, que viveram bem depois de Salomão, ao verem o enorme material composto pelo rei Salomão, fizeram uma seleção. Não sabemos os critérios que adotaram para a seleção do material, mas somente algumas das obras de Salomão foram transcritas. Certamente, a soberania de Deus está por trás dessa seleção, mas é melhor pensar que a soberania estava ligada à seleção do que ao conteúdo do material. Afinal de contas, tudo o que Salomão escreveu foi com a sabedoria de Deus.*

Não é prudente pensar que uns livros mostram mais sabedoria, enquanto outros revelam menos sabedoria. Não é prudente pensar que os provérbios transcritos pelos homens de Ezequias são mais verdadeiros do que os outros. Não é prudente pensar que os outros provérbios escritos por Salomão não tinham nenhum valor para a vida do povo de Deus. Por uma questão de sensatez lógica, é preferível falar na sabedoria de todos, e falar da soberania divina em selecionar apenas alguns deles.

Quanto aos mais atos de Salomão, a tudo quanto fez e à sua sabedoria, porventura não estão escritos no Livro da História de Salomão? (1Rs 11.41)

O livro de Provérbios contém apenas seiscentos provérbios (25.1), mas Salomão compôs mais de 3 mil (1Rs 4.32). Obviamente, houve uma seleção nos provérbios de Salomão. Em vez de pensarmos que os demais provérbios

não foram inspirados por Deus, é mais próprio dizer que, à semelhança de outros livros históricos, procedeu-se a uma seleção normativa de tal modo que Deus fez com que somente alguns entrassem no registro da Escritura Sagrada. Não podemos dizer que os outros provérbios não eram revelação de Deus, mas, sim, que ele não quis colocá-los entre os registrados na Escritura Sagrada. Houve, de fato, uma seleção de material. Não há como negar esse fato.

Não sabemos os detalhes desse assunto, nem mesmo estamos certos dessas considerações, mas ao menos estamos cômnicos dessas possibilidades, como os exemplos supracitados mostram.

Observação: Os livros poéticos têm uma natureza pouco diferente, nessa comparação, dos livros históricos, visto que aqueles provérbios foram falados ou escritos originalmente, enquanto estes foram antes dos atos (ou eventos) e das palavras que, posteriormente, foram registrados.

#### *ii) Ilustração ligada aos Salmos*

O livro de Salmos é dividido em cinco partes: 1-41; 42-72; 73-89; 90-106; 107-150. Há salmos de Davi, Salomão, Asafe, dos filhos de Coré. A autoria de alguns salmos é questionada, enquanto a de outros é desconhecida.

É plenamente possível que muitos outros salmos tenham sido escritos debaixo da inspiração do Espírito de Deus do que aqueles que estão registrados no Livro de Salmos (1Rs 4.32ss). Pode ser que aqueles salmos tenham tido importância singular para determinada situação histórica, mas não era o propósito de Deus que todos eles estivessem na Escritura para toda a igreja no mundo ao longo da história.

De qualquer modo, parece ter havido uma seleção de salmos, à semelhança dos livros históricos da Bíblia, embora uma seleção de natureza diferente. A maioria dos salmos inspirados foi primeiramente falada e, então, subsequentemente registrada, ou salmos que foram originalmente escritos. Falados ou escritos diretamente, eles formam a seleção de uma literatura

maior de salmos havida na época. Nesse caso dos Salmos, a seleção se assemelha àquela feita com os Provérbios.

Essa seleção é ligeiramente diferente da dos livros históricos, nos quais a revelação original era de atos e palavras, discursos, parábolas, sermões etc., dos quais a seleção foi feita.

### **c) Seleção nos livros proféticos**

*i) De alguns profetas anteriores, não temos coisa escrita durante o tempo de vida deles.* Elias e Eliseu, por exemplo, falaram e fizeram muitas coisas como órgãos da revelação divina, mas boa parte do que falaram e fizeram não está registrada na Escritura. A seleção, obviamente, aconteceu. O Espírito Santo incorporou o necessário para nós na Escritura Sagrada.

*ii) Há indicação na Escritura de que houve outros profetas de Jeová que foram enviados por Deus com palavras dadas por ele (Nm 11.26-29). Ver Micaías (1Rs 22.5-28, cf 2Cr 18.3-27).* Considere outros profetas que têm aparecido nas Escrituras somente por um momento e outros que são mencionados apenas como parte de um grupo maior de profetas. Não se pode negar que Deus selecionou o que era mais necessário para nós entre tudo aquilo que aqueles profetas fizeram.

*iii) Há uma complexa relação entre as palavras do profeta que, em primeiro lugar, são faladas e subsequentemente escritas.*

No quarto ano de Jeoaquim, filho de Josias, rei de Judá, veio esta palavra do SENHOR a Jeremias, dizendo: Toma um rolo, um livro, e escreve nele todas as palavras que te falei contra Israel, contra Judá e contra todas as nações, desde o dia em que te falei, desde os dias de Josias até hoje. Talvez ouçam os da casa de Judá todo o mal que intento fazer-lhes e venham a se converter cada um de seu mau caminho, e eu lhes perdoe a iniquidade e o pecado. (Jr 36.1-3)

Jeremias chama Baruque, seu escrivão, que registra as palavras de que Jeremias se recorda, de suas profecias anteriores. O rolo resultante, contendo as profecias previamente ditas, é lido perante o rei, que, com um canivete,

corta as partes do rolo que falam do julgamento e da punição, queimando-as no fogo por completo (36.23).

Então, veio a Jeremias a palavra do SENHOR, depois que o rei queimara o rolo com as palavras que Baruque escrevera ditadas por Jeremias, dizendo: Toma outro rolo e escreve nele todas as palavras que estavam no original, que Jeoaquim, rei de Judá, queimou. (Jr 36.27-28)

Jeremias recebe a ordem de Deus para reescrever o rolo. É evidente que o segundo rolo continha mais coisas que o primeiro, visto que esse incidente da ordem de Yehovah de escrever pela segunda vez está agora incluído, o que não aconteceu no primeiro rolo.

Observação: É bem provável que o rolo do qual Jeremias fala não seja o livro das Profecias de Jeremias, que conhecemos como “Jeremias”, mas outro livro que Deus não quis que tivéssemos para nossa época. Houve, certamente, uma seleção do material revelado por Deus a Jeremias.

#### **d) Seleção em relação às epístolas desaparecidas**

Pode-se acrescentar que há algum outro tipo de seleção envolvida também na literatura do NT. A literatura epistolar deve ter sido maior que a contida no cânon do NT. As seguintes passagens mostram essa possibilidade:

Já em carta vos escrevi que não vos associásseis com os impuros; refiro-me, com isto, não propriamente aos impuros deste mundo, ou aos avaros, ou roubadores, ou idólatras; pois, neste caso, teríeis de sair do mundo. Mas, agora, vos escrevo que não vos associeis com alguém que, dizendo-se irmão, for impuro, ou avaro, ou idólatra, ou maldizente, ou beberrão, ou roubador; com esse tal, nem ainda comais. Pois com que direito haveria eu de julgar os de fora? Não julgais vós os de dentro? Os de fora, porém, Deus os julgará. Expulsai, pois, de entre vós o malfeitor. (1Co 5.9-13)

Onde está a epístola referida em 1 Co 5.9? Alguns pensam que Paulo se refere à segunda carta, mas isso não é provável. Pode ser que Paulo tenha

escrito uma epístola anterior aos Coríntios. É possível que essa carta tenha tido um tom altamente pessoal em seu caráter e tenha tratado especialmente do problema da fornicação. Tendo ou não havido outra epístola, o fato é que há uma literatura epistolar mais abrangente e que nem tudo que foi escrito veio a fazer parte do cânon do NT.

E, uma vez lida esta epístola perante vós, providenciai por que seja também lida na igreja dos laodicenses; e a dos de Laodiceia, lede-a igualmente perante vós. (Cl 4.16)

Tem havido muita discussão a respeito dessa referência. Qual é a epístola de Paulo a Laodiceia? Ou seria a carta de Laodiceia possivelmente a epístola na Escritura conhecida como a Epístola aos Efésios? De qualquer forma, Paulo foi muito explícito para considerar a Epístola aos Efésios como a mesma escrita aos de Laodiceia.

No Apocalipse de João, nenhuma coisa boa é falada de Laodiceia. É possível que Paulo tenha escrito a essa igreja falando-lhe de seus problemas de maneira séria, e isso não era para ser do conhecimento de toda a igreja no mundo.

Nada se pode afirmar, com certeza, acerca dessa epístola, mas, se houve uma epístola de Paulo a Laodiceia, essa é uma clara indicação de que houve uma seleção de material epistolar.

---

206. Ver no artigo “How much of the Bible was transmitted by oral tradition?”, encontrado no site <http://www.gotquestions.org/Bible-oral-tradition.html>. Acesso em agosto de 2015.

207. Informação colhida no site <http://www.infoescola.com/comunicacao/o-surgimento-da-escrita/>. Acesso em setembro de 2015.

208. Artigo sobre a história da escrita, encontrado no site [https://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria\\_da\\_escrita](https://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria_da_escrita). Acesso em setembro de 2015.

209. Informação colhida no site [http://www.passeiweb.com/saiba\\_mais/fatos\\_historicos/geral/surgimento\\_da\\_escrita](http://www.passeiweb.com/saiba_mais/fatos_historicos/geral/surgimento_da_escrita). Acesso em setembro de 2015.

210. Informação retirada do artigo de Walter D. Huyck Jr. Encontrado no site [http://www.thischristianjourney.com/thischristianjourney/generalpages/Literacy\\_in\\_the\\_old\\_testiment.h](http://www.thischristianjourney.com/thischristianjourney/generalpages/Literacy_in_the_old_testiment.h). Acesso em dezembro de 2015.

## PARTE 4

# A DOCTRINA DA INSPIRAÇÃO DA REVELAÇÃO VERBAL

**E**m vez de falar da inspiração das Escrituras, abordo o registro da revelação verbal de Deus, a fim de que os recipientes finais da revelação pudessem ter, na forma escrita, documentalmente, o que Deus havia falado através da teofania, da profecia e de Jesus Cristo.

Na verdade, a inspiração das Escrituras pode ser um termo redundante. A inspiração, que tem a ver com o registro da verdade de Deus, acabou resultando no que conhecemos como Escrituras. Portanto, o registro é o da revelação divina, e não da Escritura. Esta é o resultado natural da inspiração. É por essa razão que a Escritura possui autoridade: é a revelação de Deus registrada e constitui fonte de autoridade para nós.

A matéria da inspiração é analisada do Capítulo 12 ao Capítulo 17. A inspiração é outra parte dos prolegômenos a que dedico mais espaço, por ter importância crucial para a fé cristã.

# DEFINIÇÃO TEOLÓGICA DE INSPIRAÇÃO

**N**ão há como traçar uma definição completa e abrangente de inspiração sem que a vejamos de três ângulos.

## 1. COM RELAÇÃO AO INSPIRADOR

O Deus triúno é o causador da inspiração. Nenhuma palavra veio aos escritores da Bíblia sem que tenha vindo de Deus (2 Pe 1.21). Deus *moveu* o espírito dos profetas, e estes *falaram* da parte de Deus. Deus *revelou-se* a eles, que *registraram* sua Palavra. A causalidade da revelação e da inspiração está em Deus. O homem é, ao mesmo tempo, o *recipiente* da revelação e o *instrumento* da inspiração. Deus se revela ao homem, o qual, por sua vez, registra a revelação divina.

## 2. COM RELAÇÃO AO AGENTE DA INSPIRAÇÃO

Os profetas ou outros autores sempre desempenharam papel importante e ativo no processo da inspiração. Eles foram os meios através dos quais Deus falou ao povo daquele tempo, e através de quem Deus falou aos povos de outras épocas, pelo registro que fizeram da verdade revelada de Deus. Deus usou pessoas para comunicar sua revelação. Warfield disse:

Os escritores bíblicos não conceberam as Escrituras como um produto humano soprado pelo Espírito Santo e, assim, elevado em suas qualidades e capacitado com

novas qualidades, mas como um produto divino produzido através da instrumentalidade dos homens. Eles não pensaram destes homens, por cuja instrumentalidade a Escritura foi produzida, como trabalhando por sua própria iniciativa, embora energizados por Deus para um esforço maior e para uma realização mais alta, mas como homens movidos pela iniciativa divina e gerados pelo poder irresistível do Espírito de Deus (...).<sup>211</sup>

Warfield é extremamente feliz numa ilustração que usa para mostrar que o elemento divino na Escritura não é anulado pelo humano, mas que ambos são produto de uma ação divina que é chamada inspiração.

Como a luz que passa através dos vidros coloridos da janela de uma catedral, é-nos dito, ser luz do céu, mas tingida pelas cores dos vidros através do qual ela passa; assim, qualquer Palavra de Deus que é passada através da mente e da alma de um homem deve sair descolorida pela personalidade através da qual ela é dada, e justo ao grau em que ela cessa de ser a pura Palavra de Deus. Mas e se esta personalidade tem sido formada por Deus para ser precisamente a personalidade que é, para expressar o propósito de comunicar a palavra dada através dela justamente com a cor que ela lhe dá? E se as cores dos vidros da janela têm sido projetadas pelo arquiteto para expressar o propósito de dar à luz que invade a catedral o tom e a qualidade que ela recebe deles? E se a Palavra de Deus que vem para seu povo é emoldurada por ele, em palavra dele que ela é, exatamente por meio das qualidades dos homens formados por ele para o propósito através do qual a Palavra é dada? Quando pensamos de Deus, o Senhor, dando por seu Espírito a Escritura normativa ao seu povo, devemos lembrar que ele é o Deus da providência e da graça, assim como da revelação e da inspiração, e que ele sustenta todas as linhas de preparação tão plenamente debaixo de sua direção quanto ele faz a operação específica que nós chamamos tecnicamente, no sentido mais estrito, pelo nome de “inspiração”.<sup>212</sup>

Na inspiração, portanto, “Deus é a causa eficiente, enquanto o homem é a causa instrumental”.<sup>213</sup>

### **3. COM RELAÇÃO AO PRODUTO FINAL DA INSPIRAÇÃO**

Quando existem causalidade eficiente em Deus e agência humana, o produto final é a Palavra de Deus confiável e cheia de autoridade. O fato de haver um agente humano não diminui a autoridade dos escritos sagrados. Os antigos sempre se curvavam diante da frase: “Assim diz a palavra do Senhor” ou “Está escrito”. A Palavra de Deus é a palavra final naquilo de que trata. Não há nenhuma autoridade maior do que a Palavra de Deus, pelo simples fato de ela ser “inspirada por Deus” e, portanto, é “util para o ensino, para a repreensão, para a correção, para a educação na justiça, a fim de que todo o homem de Deus seja perfeito e perfeitamente habilitado para toda boa obra” (2 Tm 3.16-17).

---

211. B. B. Warfield, "The Inspiration and Authority of the Bible" (The Presbyterian & Reformed Publishing Company, 1948), p. 153.

212. Ibid., pp. 155-56.

213. Norman Geisler e William Nix, "A General Introduction to the Bible" (Moody Press, 1980), p. 29.

# O SIGNIFICADO DA INSPIRAÇÃO VERBAL

A segunda parte do trajeto da verdade de Deus, depois da revelação, é sua inspiração, ou seja, o registro daquilo que foi revelado. É muito importante que os leitores compreendam que o significado do termo “inspiração” na esfera teológica difere muito de outras acepções nas outras esferas da vida.

## 1. O USO COMUM DO TERMO “INSPIRAÇÃO”

A palavra “inspiração” tem conotações distintas dependendo do lugar e da situação em que é usada. Isso mostra que Deus fez nossas mentes muito ricas de pensamentos, de modo que não temos palavras específicas para expressar todos os nossos conceitos. É por essa razão que sempre procuramos novos vocábulos para descrever pensamentos ou novas palavras para novos significados que encontramos para os antigos conceitos.

Em nossa língua, temos uma porção de ideias diferentes que são expressas pela mesma palavra “inspiração”.

Regularmente, em *círculos não necessariamente cristãos*, as pessoas usam a palavra “inspiração” para descrever uma sensibilidade muito profunda que conduz a uma expressão ou a uma grande percepção de algo. Por exemplo, algumas vezes, os escritores ou compositores musicais são vistos como “inspirados” pela beleza de sua escrita ou de sua composição musical. É

nesse sentido geral que dizemos que um poema ou uma música é “inspirada” ou ainda que alguém, ao interpretar uma música, nos “inspira”. Aqui, o sentido de “inspirar” é o mesmo que “enlevar”.

Regularmente, *nos círculos cristãos* as pessoas usam a palavra “inspiração” com o significado de uma percepção profunda que um pregador tem na interpretação de um texto, de modo que arranca dos ouvintes a seguinte exclamação: “Ele estava inspirado!”. O mesmo se diz quando uma pessoa faz uma oração que “toca” as pessoas à sua volta. Nesse caso, usam-se dois termos que, para essas pessoas, são sinônimos: inspirado e ungido.

Todavia, nenhum dos sentidos acima reflete o significado de que vamos tratar aqui. O sentido teológico de “inspiração” é bem diferente.

Regularmente, *nos círculos teológicos conservadores*, o termo “inspiração” tem um sentido bem diferente, dizendo respeito ao *registro* da revelação, de forma que Deus superintende toda a ação humana de escrever aquilo que o homem recebeu em revelação, sendo o resultado final um registro normativo para a vida dos homens. Falaremos disso a seguir.

## **2. O SENTIDO TEOLÓGICO DE “INSPIRAÇÃO”**

Cumprido o primeiro passo, Deus trabalha para que o segundo passo se estabeleça. Em outras palavras, para que os homens conhecessem a verdade revelada, Deus fez com que essa verdade fosse registrada, para que se tornasse descritiva e normativa na vida dos homens. A transformação da revelação especial de Deus para uma forma escrita é um processo que, tecnicamente, chamamos de “inspiração”.

O registro da revelação normativa continua a ser útil para as pessoas, ainda que muito tempo depois de a revelação ter acontecido para o recipiente direto da revelação. Esse processo de registro da revelação é sobrenatural porque Deus age na mente dos escritores, fazendo com que registrem exatamente aquilo que receberam de Deus dos mais variados modos, os quais serão estudados posteriormente. Esse processo é denominado inspiração.

### 3. O USO DO TERMO “INSPIRAÇÃO” NA ESCRITURA

O registro da revelação da verdade de Deus certamente é um ato sobrenatural. Trata-se de mais do que simplesmente uma orientação divina do escritor humano; é uma ação especial do Espírito Santo, que penetra em todos os atos do escritor que faz o registro da revelação.

A doutrina reformada da “inspiração orgânica” elimina o elemento falível nos escritores da Bíblia. Deus livrou os escritores de escreverem suas próprias ideias à parte das ideias de Deus, ideias ou especulações simplesmente humanas. Por isso cremos que a Bíblia não contém erros. Esse é o nosso grande pressuposto. A Escritura nos autoriza a pensar dessa forma. Observe alguns textos em que a palavra aparece:

2Tm 3.15-16 – E que desde a infância sabes as *sagradas letras*, que podem tornar-te sábio para a salvação pela fé em Cristo Jesus. Toda a *Escritura é inspirada* por Deus e útil para o ensino, para a repreensão, para a correção, para a educação na justiça.

Esse texto apresenta o fundamento do ensino bíblico a respeito de inspiração. Nele, aparece a palavra “*Escritura*”, que é a tradução do termo grego *γραφῆ* (*graphe*), no verso 16. No verso 15, há um sinônimo de Escrituras, que é “*sagradas letras*” (*ἱερὰ γράμματα*). Essas expressões se referem, basicamente, aos livros do Antigo Testamento que já eram considerados normativos entre os cristãos no primeiro século. Esses livros eram conhecidos de Timóteo desde a tenra infância. Também eram termos comumente adotados pelos rabinos para fazer referência ao Cânon do Antigo Testamento.

A expressão “é inspirada por Deus” (*θεόπνευστος*) significa, literalmente, “*soprada por Deus*” e aponta para o fato de que Paulo cria que a totalidade dos livros do Antigo Testamento fora soprada por Deus. Pelo fato de virem da boca de Deus, todos os livros eram normativos para a vida do povo.

O outro texto usado para tratar da inspiração no Novo Testamento é o de Pedro.

## **Análise de Texto**

Temos, assim, tanto mais confirmada a palavra profética, e fazeis bem em atendê-la, como a uma candeia que brilha em lugar tenebroso, até que o dia clareie e a estrela da alva nasça em vosso coração, sabendo, primeiramente, isto: que nenhuma profecia da Escritura provém de particular elucidação; porque nunca jamais qualquer profecia foi dada por vontade humana; entretanto, homens [santos] falaram da parte de Deus, movidos pelo Espírito Santo. (2Pe 1.19-21)

Não se esqueça de que Pedro está escrevendo para pessoas como alguém que foi testemunha ocular dos fatos do Evangelho e da pessoa do Redentor. Pedro ouvira o testemunho do Pai a respeito do Filho amado (1Pe 1.16-18). Ele havia testemunhado pessoalmente todos os eventos relacionados a Cristo. Todavia, sem a operação do Espírito Santo, esse seu testemunho seria sujeito a uma interpretação humana falível. O testemunho de Pedro não teria crédito se não fosse o registro “inspirado” pelo Espírito.

### **a) Pedro fala da confirmação da Palavra Profética**

Temos, assim, tanto mais confirmada a palavra profética (2Pe 1.19a)

Ao olhar para a Escritura, Pedro vê nela sua autoridade, a ponto de chamá-la de “palavra profética”. Uma palavra profética provocava grande respeito por parte dos verdadeiros israelitas, que tinham em alta conta a palavra vinda de Deus por intermédio dos profetas. A palavra profética era normativa para a vida deles. Eles a recebiam como a única maneira de Deus se comunicar com eles. Então, ao observar a Escritura, Pedro vê confirmada sua autoridade, a fim de que ele próprio, assim como seus irmãos, se sujeitassem à *norma normans* (regra que regula), e vivessem de acordo com ela.

### **b) Pedro insta que se obedeça à Palavra Profética**

*e fazeis bem em atendê-la*, como a uma candeia que brilha em lugar tenebroso, até que o dia clareie e a estrela da alva nasça em vosso coração (2Pe 1.19b)

Pedro insta seus leitores a darem ouvidos à pregação profética. Se os recipientes últimos da “palavra profética” criam que ela era “confirmada” pelo que produzia no coração dos crentes, eles deveriam obedecer. A expressão “fazeis bem em atendê-la” aponta para a utilidade e a eficácia da pregação da revelação registrada.

A expressão “até que o dia clareie e a estrela da alva nasça em vossos corações” pode ser equivalente à expressão de Paulo “até que Cristo seja formado em vós”. Isso significa que a Palavra Profética será pregada ao povo de Deus até que o povo de Deus seja amadurecido. Nunca o povo de Deus poderá deixar de dar atenção ao que Deus tem deixado escrito para sua edificação!

### **c) Pedro elimina a interpretação humana da Palavra Profética**

porque, sabendo primeiramente que nenhuma profecia da Escritura provém de particular elucidação (2Pe 1.20)

A Escritura Sagrada que temos conosco não é o resultado de nenhuma interpretação ou especulação humana; é produto da ação do Espírito de Deus sobre seus autores. Eles não tomaram sua própria ideia para interpretar a revelação divina, mas tomaram a revelação divina e, sob a ação do Espírito, registraram o que receberam.

Pedro diz que “nenhuma profecia da Escritura provém de particular elucidação”. Literalmente, essa expressão significa: “toda profecia da Escritura não veio à existência por sua própria interpretação”. O verbo grego usado é *γίνεται* (ginetai), que significa primariamente “vir à existência” ou “tornar-se”.

É comum entre os reformados a máxima de que os indivíduos sob a ação iluminadora do Espírito Santo podem entender a Escritura e de que a própria Escritura interpreta-se a si mesma (o princípio da *analogia Fidei* ou *analogia Scripturae*). Todavia, o pensamento católico romano é contrário a essas ideias. A igreja católica diz que somente a igreja deve interpretar a Escritura e que ela não pode ser interpretada por indivíduos particulares. Burridge cita um livreto escrito por um romanista que comenta esses versos de Pedro da seguinte forma: “São Pedro dá a razão para derrubar a nossa interpretação particular e reconhece somente a interpretação oficial como guia seguro”.<sup>214</sup> Então, Burridge comenta que

essa visão da igreja de Roma ignora o impacto do verbo que Pedro usa. Ele muda a descrição do apóstolo de como as Escrituras “vieram à existência” para um mandamento sobre o que devemos fazer “com” a Escritura. Isso não é, obviamente, aquilo de que o apóstolo está tratando.<sup>215</sup>

Devemos desprezar totalmente a visão romanista da interpretação da revelação divina. Na verdade, o texto está tratando da interpretação da revelação divina que o profeta tinha em sonho e visão, e não da interpretação do texto já registrado. Deus livrou os apóstolos e profetas de um “entendimento particular”, ou seja, de um entendimento carregado de imprecisões humanas, quando eles registraram a revelação recebida.

#### **d) Pedro reconhece a autoridade da Palavra Profética**

porque nunca jamais qualquer profecia foi dada por vontade humana (2Pe 1.21a)

É muito comum haver entre os homens aqueles que anelam ser porta-vozes de Deus, mas sempre falam aquilo que lhes vai no coração. Uma profecia resultante da “vontade humana”. A vontade humana aqui significa não simplesmente por determinação humana, mas segundo o raciocínio exclusivo dos homens.

Nessa parte do verso, o apóstolo está falando da autoridade da Palavra profética porque ela não é produto da vontade humana, mas da vontade divina. Ela veio ao profeta ou ao apóstolo em tons rigorosamente normativos porque foi trazida pelo Espírito de Deus.

### **e) Pedro fala da fonte divina da Palavra Profética**

(...) entretanto, homens [santos] falaram da parte de Deus, movidos pelo Espírito Santo. (2Pe 1. 21b)

A Palavra profética registrada é aquilo que Pedro chama de Escritura. A Escritura tem origem em um ato sobrenatural do Espírito Santo, que trabalha nos escritores de modo que o produto final daquilo que fazem seja igual à Palavra de Deus, que é infalível e inerrante. A Escritura é mais que um testemunho falível de homens falíveis; é o testemunho de homens falíveis que produziram um testemunho infalível porque trabalharam no registro da Escritura “movidos pelo Espírito Santo”.

A palavra “*movidos*” vem do verbo grego *φέρω* (no texto, é *φερομενοι*), que significa “portar [como se levasse um fardo]” ou “arrastar”. Todavia, o melhor significado depende do contexto. Nosso texto fala de pessoas que foram “carregadas” pelo Espírito Santo enquanto estavam escrevendo seus livros. Essas pessoas, portanto, falaram “da parte de Deus”. Os profetas foram movidos por Deus não somente no anúncio daquilo que haviam visto e ouvido, mas também no registro dessas coisas.

---

214. A citação é de um livreto chamado “The Bible é Not our Sole Guide”, publicado pelos Knights de Columbus, p. 26. Ver em Burrige, Knowing the Truth, no site <http://www.monergism.com/thethreshold/articles/topic/bible.htm>. Acesso em maio de 2004.

215. Idem, *ibid.*

# VERDADES SOBRE A INSPIRAÇÃO

## 1. INSPIRAÇÃO NÃO SIGNIFICA UNIFORMIDADE NO REGISTRO

Deus diz a mesma coisa de formas diferentes, sem que isso altere o ensino básico. Embora a mente de Deus esteja por trás de tudo o que foi registrado na Escritura, não podemos esquecer-nos de que Deus se serviu de vários homens para o registro de sua revelação. Na verdade, Deus se dá a conhecer por meio da instrumentalidade de homens com personalidades diferentes, variadas culturas, formações acadêmicas distintas (sendo uns cultos e outros incultos).

Deus se serviu de homens que viveram em épocas e culturas diferentes e, por isso, não existe uniformidade no uso de expressões. Na realidade, Deus é o autor último, mas se serve de homens para registrar sua verdade de modo superintendente, sem eliminar as características pessoais de cada um dos escritores. Deus usa uma variedade de expressões para dizer, basicamente, a mesma coisa. Inspiração não exclui a diversidade de expressões.

Veja alguns exemplos: observe três narrações distintas sobre a confissão de Pedro (Mt 16.16; Mc 8.29; Lc 9.20); a Escritura diz que o Decálogo foi literalmente escrito pelo “dedo de Deus” (Dt 9.10), mas nós vemos diferença nos registros das mesmas verdades (cf. Ex 20.8-11 e Dt 5.12-15), o que não altera o sentido básico do registro da revelação de Deus. A verdade de Deus pode ser afirmada de várias maneiras.

## **2. INSPIRAÇÃO NÃO EXCLUI PARTICIPAÇÃO HUMANA**

Embora o elemento causador seja Deus, deduz-se claramente do produto final que há uma participação humana, o que não diminui a autoridade do registro da verdade divina. Os estilos literários mostram claramente que a Bíblia foi produzida por homens de tempo, culturas e personalidades diferentes, que registraram a revelação divina. O estilo de realeza e majestade de Isaías não se pode comparar com o estilo de lamentação e sofrimento de Jeremias; são muito distintos os estilos dos quatro evangelistas, cada qual com uma formação diferente, com propósitos distintos e escrevendo para destinatários diferentes.

Os escritores bíblicos têm as mais diferentes formações: um é músico (Davi); outro, rei (Salomão); outro, general (Josué); outro, boieiro (Amós); outro, médico (Lucas); outro, coletor de impostos (Mateus); outro, pescador (Pedro); outro, erudito (Paulo) etc. Todos são diferentes e usados das mais variadas formas pelo Espírito de Deus para registrar suas verdades.

## **3. INSPIRAÇÃO INCLUI O USO DE OUTRAS FONTES**

Outros documentos humanos foram usados para a composição final dos livros que compõem o que chamamos de Bíblia. Não se deve considerar unicamente inspirado o que Deus pessoalmente disse através dos modos de revelação, mas todas as coisas que estão registradas para nosso deleite e orientação de vida. Deus usou palavras de homens, palavras ditas por Satanás e outros anjos, palavras de homens tolos, mas todas foram registradas para que conhecêssemos o que ele queria que soubéssemos. Deus orientou e trabalhou no espírito dos escritores para que usassem devidamente outras fontes de informação de natureza oral e escrita (Lc 1.1-4; Js 10.13; At 17.28; Judas citou um livro apócrifo sobre a profecia de Enoque no v.14), como já estudamos.

## **4. INSPIRAÇÃO NÃO INCLUI O USO CIENTÍFICO DE LINGUAGEM**

O fato de a Bíblia ser inspirada por Deus não exige que ela seja precisa no uso de terminologia científica. A Bíblia não usa linguagem técnica quando fala de Geografia, Astronomia, História ou outra ciência qualquer. Ela foi escrita para o homem comum das gerações em que os escritores viveram. Isso não significa que haja imprecisão nos dados ou que a Escritura não seja científica naquilo que diz. Há que se lembrar que ela foi escrita em tempos antigos, quando ainda não havia linguagem científica para descrever fatos e conceitos, conforme temos hoje, em uma era eminentemente tecnológica, mas cheia de preconceitos contra o cristianismo. Daí a tentativa de várias correntes teológicas tentarem eliminar o caráter sobrenatural e normativo das Escrituras Sagradas.

# A EXTENSÃO DA INSPIRAÇÃO

**E**m que grau a Bíblia é inspirada? Todas as partes são igualmente inspiradas? A inspiração diz respeito a assuntos espirituais apenas ou incluem dados sobre as ciências? Há alguns aspectos a serem considerados neste capítulo para um entendimento correto do que significa inspiração. Geisler nos dá uma explicação iluminadora sobre a extensão da inspiração que nos ajuda a entender o que significa:

Nem tudo o que a Bíblia *contém* é verdadeiro; somente o que a Bíblia *ensina* é verdadeiro. O registro de todas as palavras está debaixo da *inspiração* de Deus, mas somente o que é ensinado é *revelação*. A Bíblia ensina somente a *verdade* (Jo 17.17), mas contém algumas *mentiras*, como, por exemplo, a mentira de Satanás (Gn 3.4) e a de Raabe (Js 2.4). A inspiração cobre a Bíblia plenamente, no sentido em que registra, fiel e verazmente, até mesmo as mentiras e os erros dos seres pecadores. A verdade da Escritura não é encontrada no que a Bíblia *diz*, mas no que *quer dizer*, ou seja, no que *revela*, e não no que *registra*.<sup>216</sup>

O estudante da Escritura precisa aprender que a *revelação* não diz respeito a tudo que o escritor registrou, nem mesmo a quem fez referência, mas aquilo que *ele atentamente quis nos ensinar* com seus conselhos. A *inspiração*, contudo, diz respeito a tudo que os escritores sacros registraram. Em outras palavras, nem tudo que temos escrito na Bíblia é revelação divina, mas tudo que está escrito é inspirado por Deus para nosso ensino!

Para responder às perguntas feitas no início deste capítulo, analisaremos alguns aspectos relacionados à extensão da inspiração:

## 1) INSPIRAÇÃO PLENA X INSPIRAÇÃO PARCIAL

A inspiração se estende a todas as partes da Escritura, e não somente a algumas, como querem alguns liberais. Não temos o direito de dizer que uma parte da Bíblia é inspirada e outra não.

Quais critérios seriam adotados para se determinar qual parte é inspirada ou não? Desde os tempos antigos, a Igreja sempre considerou a inspiração da Bíblia uma totalidade. Essa é a reivindicação de 2 Timóteo 3.16: “Toda Escritura é inspirada por Deus”. Aqui o texto se refere ao Velho Testamento, que é inspirado em toda a sua inteireza, em todas as suas partes e em suas palavras verdadeiras. Com o passar dos anos, todos os registros do Novo Testamento vieram a ter a mesma autoridade dos livros do Antigo Testamento. Deduz-se essa inspiração dos vários lugares na Bíblia, tanto no AT como no NT, em que as expressões “Está escrito” ou “Assim diz a Escritura” aparecem com frequência.

## 2) INSPIRAÇÃO VERBAL X INSPIRAÇÃO DE IDEIAS

Esse termo enfatiza que a inspiração é plenária, estendendo-se inclusive às palavras pelas quais os pensamentos da revelação de Deus são expressos. A inspiração de Deus em relação aos escritores da Escritura não se limita aos pensamentos; ela inclui as palavras (verbal) pelas quais esses pensamentos são expressos.

Deus deu uma expressão plenária (total) de seu pensamento nas palavras do registro bíblico. Ele guiou a verdadeira escolha das palavras usadas dentro da personalidade e do complexo cultural dos escritores, de tal forma que, de alguma maneira inescrutável, a Bíblia é a Palavra de Deus ao mesmo tempo que é a palavra de homem.<sup>217</sup>

A chamada *inspiração verbal* exige o elemento linguístico e o do testemunho da própria Bíblia:

a) Linguisticamente, as palavras são necessárias para a plena expressão de um pensamento. As palavras são a roupa das ideias, sem as quais estas ficariam nuas. Uma ideia sem um símbolo é totalmente vazia e não há possibilidade de comunicá-la. Não é possível falar de inspiração da Bíblia sem que suas palavras sejam inspiradas.

b) Biblicamente, diz-se sempre que Deus falou “palavras” e que os homens ouviram essas palavras de Deus. Deus fala palavras, e não ideias. Por isso, muitas vezes diz-se que o Senhor “falou” (Ex 4.12; 20.1; Ez 2.7; 1 Co 2.13).

Naturalmente, reconhece-se que um pensamento pode ser expresso e, com frequência, o é, de modos e com palavras diferentes. Também se reconhece que a natureza da inspiração foi orgânica, e não um ditado mecânico. Os termos “inspiração orgânica” e “inspiração verbal” contrastam com “inspiração mecânica” e “inspiração dinâmica”.

A inspiração verbal não deve ser entendida no sentido absurdo de palavras fora do contexto. Ao contrário, significa que a inspiração estende-se “às palavras que, estando em relação relevante e significativa entre si, são o meio de expressão e comunicação”.<sup>218</sup> Há algumas evidências da inspiração verbal na Escritura: Jo 10.34; Mt 5.17,18; Jr 1.9; Dt 18.18; 1 Co 2.13; 1 Ts 2.13.

### 3) INSPIRAÇÃO INFALÍVEL X INSPIRAÇÃO FALÍVEL

A infalibilidade da Escritura pode ser expressa de três formas distintas e, ao mesmo tempo, bem próximas:

- A Bíblia não se engana
- A Bíblia não falha
- A Bíblia não erra

Concluimos, dessas três assertivas, que a Bíblia é absolutamente *confiável* e *verdadeira* em tudo que fala. Cremos que a Escritura é *inerrante* naquilo

que ensina – e, como naquilo que ensina é infalível, dizemos que a Escritura é regra infalível de “fé e prática”.<sup>219</sup>

#### **a) A Escritura é confiável em assuntos de História e Geografia?**

Se olharmos os conceitos e a terminologia da ciência moderna, a resposta é não. Mas todos os eventos e pessoas dos quais ela trata estão conectados com nossa história e têm implicações históricas.

Como resultado, deve haver um reconhecimento de que o histórico e o factual não estão somente implicitamente contidos nos ensinamentos espirituais e doutrinários, mas, com frequência, estão também *intrinsecamente conectados* com eles.<sup>220</sup>

Há vários argumentos que provam a confiabilidade da Bíblia nos assuntos de História: a Arqueologia tem sido um grande suporte para comprovar a veracidade dos dados bíblicos e para reafirmar sua credibilidade. Em outras palavras, a confirmação da credibilidade das Escrituras é uma confirmação, mesmo que indireta, de sua inspiração. Nenhuma escavação arqueológica desacreditou os eventos e as personagens mostrados na Escritura. Um arqueólogo judeu citado por Geisler disse: “Pode-se afirmar, categoricamente, que nenhuma descoberta arqueológica jamais controverteu a referência bíblica”,<sup>221</sup> o que comprova a veracidade das informações contidas na Escritura. No entanto, nem todas as informações históricas da Escritura podem ser averiguadas, como, por exemplo, a narrativa do Éden e a ressurreição de Jesus, que são uma questão de pura fé na Palavra de Deus, mas há muitas confirmadas como absolutamente verdadeiras, historicamente comprovadas.

Muitos personagens considerados fictícios pela crítica histórica foram confirmados por Jesus Cristo, que existe desde sempre, como Adão (Mt 19.4), Abel (Lc 11.51), Noé (Lc 17.26), Ló (Lc 17.28) e o próprio Jonas (Mt 12.40). A integridade de Jesus significa que ele falou de pessoas que

realmente existiram e confirmou a veracidade dos eventos em que essas pessoas estavam envolvidas.

### **b) A Escritura é confiável nos assuntos de Astronomia?**

A Escritura não é um livro com o propósito de ensinar tecnicamente sobre o nascimento do sol ou sobre seu ocaso (Js 1.15; 10.12, 13). Muitos cientistas tentam encontrar inexatidão em algumas referências de Astronomia, alegando “erro científico”. Ocorre que a linguagem que a Escritura usa é a da experiência do homem de cada dia, uma espécie de linguagem ainda empregada pelas pessoas sem formação acadêmica. A linguagem usada pela Escritura ainda é significativa hoje, como foi nos tempos em que foi usada. Esse tipo de linguagem não pode ser considerado não científico ou portador de erros, visto que não há nenhuma informação mentirosa sobre um fato, embora os eruditos científicos encontrem certa inadequação na linguagem utilizada.

## **DEFESA BÍBLICA E TEOLÓGICA DA INSPIRAÇÃO**

Nesta seção, apresentaremos uma defesa bíblica e teológica da inspiração. Na defesa bíblica, ouviremos o testemunho dos escritores sagrados e do próprio Jesus Cristo; na defesa teológica, analisaremos a doutrina do testemunho interno do Espírito Santo, ensinada por João Calvino.

### **1) Testemunho dos escritores bíblicos**

O primeiro argumento em defesa da inspiração da Bíblia deve vir de seus autores. Aquilo que eles dizem sobre a autoridade e a confiabilidade da Escritura não deve ser desprezado.

A maioria dos escritores da Bíblia não foram homens de erudição, mas homens simples, trabalhadores comuns de seu tempo. Eles viveram em um contexto histórico, teológico e social muito distinto. Cerca de quarenta autores levaram, em média, 1.500 anos para escrever o que conhecemos como Bíblia. Contudo, não vacilaram em dizer que aquilo que escreveram era

a Palavra de Deus. Eles nunca duvidaram de que haviam escrito exatamente o que Deus queria que escrevessem. Tinham uma convicção inamovível de que seus escritos eram palavras confiáveis inspiradas por Deus. Centenas de vezes, os escritores afirmaram, de um modo ou se outro, que seus escritos eram a Palavra normativa de Deus.

*a) Testemunho dos escritores do AT sobre a inspiração do AT*

MacArthur argumenta<sup>222</sup> que os escritores do AT falaram 3.308 vezes, das mais diversas maneiras, que estavam escrevendo a Palavra de Deus. Esse número é bastante significativo para se crer na veracidade dos Escritos do AT.

Moisés foi o primeiro a reivindicar autoridade em relação às palavras da Lei, afirmando-as procedentes de Deus: “Nada acrescentareis à palavra que vos mando, nem diminuireis dela, para que guardéis os mandamentos do Senhor vosso Deus, que eu vos mando” (Dt 4.2). Há muitos outros textos em Moisés que falam da autoridade de seus livros pelo simples fato de o Senhor falar através dele, de viva voz, face a face.

Todos os profetas falaram sob a autoridade direta do Espírito Santo, e testemunharam isso. Amós afirmou de forma categórica: “Certamente o Senhor não fará coisa alguma sem primeiro revelar seu segredo a seus servos, os profetas” (Am 3.7). Praticamente sem exceção, todos os profetas do AT proferem esta frase: “Assim diz o Senhor”, ou “veio a mim a Palavra do Senhor, dizendo...”. Com isso, eles tentam mostrar aos leitores a autoridade da Palavra profética.

*b) Testemunho dos escritores do NT sobre a inspiração do AT*

Os escritores do NT sempre tiveram o AT em alta consideração, considerando-o Palavra infalível de Deus. Cada vez que o NT usa as seguintes expressões: “Assim diz a Escritura” ou “Está escrito”, “para

confirmar a Escritura”, está tratando da autoridade do AT, sem que se possa questionar o peso de suas afirmações.

### *i) O testemunho de Paulo*

*Toda Escritura é inspirada por Deus e útil para o ensino, para a repreensão, para a correção, para a educação na justiça, a fim de que o homem de Deus seja perfeito e perfeitamente habilitado para toda boa obra. (2 Tm 3.16-17)*

Paulo cria piamente na autoridade dos escritos do AT, pois entendeu que tudo que lá estava escrito era produto do trabalho do Espírito. Como Pedro, ele creu que os homens santos falaram movidos pelo Espírito Santo. Eis essa crença claramente expressa na narrativa de Lucas:

E, havendo discordância entre eles, despediram-se, dizendo Paulo estas palavras: *Bem falou o Espírito Santo a vossos pais, por intermédio do profeta Isaías, quando disse: Vai a este povo e dize-lhe: de ouvido, ouvireis e não entenderéis; vendo, vereis e não percebereis... (At 28.25-26)*

A crença de Paulo na confiabilidade dos escritos do AT está uma vez mais afirmada, de forma patente, no texto a seguir:

Ora, tendo a *Escritura previsto* que Deus justificaria pela fé os gentios, preanunciou o evangelho a Abraão: Em ti serão abençoados todos os povos. (Gl 3.8)

Aqui, Paulo está aplicando o texto de Gn 12.1-3 e mostrando que a Escritura não falha. Falando aos gentios da Galácia, ele dá evidências de que, quando Deus fala no AT, sua Palavra é a verdade indiscutível, absolutamente confiável. É como se Paulo houvesse dito: “O que a Escritura diz é o que Deus diz. Quando abrimos as páginas do AT, encontramos a Palavra de Deus”. Por isso Paulo diz que toda Escritura é inspirada por Deus.

### *ii) O testemunho de Pedro*

Tendo assim tanto mais confirmada a Palavra profética, e fazeis bem em atendê-la, como a uma candeia que brilha em lugar tenebroso, até que o dia clareie e a estrela da alva nasça em vossos corações; sabendo, primeiramente, isto, que nenhuma profecia da Escritura provém de particular elucidação; porque nunca jamais qualquer profecia foi dada por vontade humana, *entretanto homens (santos) falaram da parte de Deus movidos pelo Espírito Santo.* (2 Pe 1.19-21)

Pedro fala com absoluta certeza que os profetas falaram sob a inspiração do Espírito Santo. Todas as profecias registradas no AT são produto da ação do Espírito na vida dos profetas. Eles nunca falaram o que lhes era próprio, mas apenas o que vinha de Deus. Isso lhes dava autoridade absoluta.

A eles (os profetas), foi revelado que, não para si mesmos, mas para vós outros, ministravam as cousas que agora vos foram anunciadas por aqueles que, *pelo Espírito Santo enviado do céu, vos pregaram o evangelho*, cousas essas que os anjos anelam perscrutar. (1 Pe 1.12)

Aqui, Pedro fala da confiabilidade da palavra dos profetas do AT, que falavam pelo Espírito Santo, quando do anúncio da verdade redentora de Deus, o que Pedro chama de “evangelho”.

### *iii) O testemunho de Lucas*

Foi Moisés quem disse aos filhos de Israel: Deus vos suscitará dentre vossos irmãos um profeta semelhante a mim. É este Moisés quem esteve na congregação no deserto, como o Anjo que lhe falava no monte Sinai, e com nossos pais; aquele que recebeu palavras vivas para no-las transmitir. (At 7.37-38)

Lucas, que registrou essas palavras de Estevão, cria na autenticidade e na autoridade das palavras de Moisés porque ele falou as palavras que o Anjo (Senhor) lhe havia falado, chamando-as de “palavras vivas” porque eram palavras de Deus. É curioso observar que Deus deu a Lei a Moisés, e Estevão entendeu que as palavras da Lei eram “palavras vivas”, que davam vida aos homens, quando obedecidas. Eram palavras normativas de Deus.

#### *iv) O testemunho do escritor da Carta aos Hebreus*

Havendo Deus, outrora, falado muitas vezes, e de muitas maneiras, aos pais, pelos profetas... (Hb 1.1)

O escritor de Hebreus tinha absoluta convicção da autoridade do AT, porque aos pais Deus havia falado pelos profetas. A palavra dos profetas, portanto, era a palavra de Deus.

#### *v) O testemunho de Tiago*

Ou supondes que em vão afirma a Escritura: é com ciúme que por nós anseia o Espírito, que ele fez habitar em nós? (Tg 4.5)

O autor de Tiago – provavelmente o irmão de Jesus – estava certo da confiabilidade dos escritos do AT, pois citava a Escritura e a tinha em alta conta. Em outras palavras, Tiago fala: “É melhor que você creia nas palavras do AT, pois a Escritura diz...”.

Esses exemplos são apenas uma pequena amostra de que os escritores do NT criam que as palavras registradas pelos escritores do AT eram a palavra inspirada de Deus e, portanto, algo plenamente confiável.

#### *c) Testemunho dos escritores do NT sobre a inspiração do NT*

##### *i) O testemunho de Paulo a respeito dos próprios escritos*

Veja como Paulo tinha plena consciência da autoridade de seus escritos:

Outra razão ainda temos para incessantemente dar graças a Deus: é que, tendo vós recebido a palavra que de nós ouvistes, *que é de Deus*, acolhestes não como palavra de homens, e sim como, em verdade é, *a palavra de Deus*, a qual, com efeito, está operando eficazmente em vós, os que credes. (1 Ts 2.13)

Paulo tinha um conceito bem elevado sobre a autoridade de seus escritos, mencionando seus efeitos benéficos na vida da igreja. Alguém pode achar

estranho Paulo falar de seus próprios escritos, mas ele tinha convicção de que seus ensinamentos provinham de Deus e eram considerados “palavra de Deus” onde ele pregava, em virtude dos maravilhosos resultados alcançados no meio daqueles que criam.

Se alguém se considera profeta, ou espiritual, *reconheça ser mandamento do Senhor o que vos escrevo.* (1 Co 14.37)

Ainda que, em alguns casos, Paulo não tivesse recebido nenhuma palavra da parte de Deus, ele tinha convicção de que aquilo que ele escrevia contava com o selo da autoridade divina. A palavra de Paulo era considerada por ele “mandamento do Senhor”. Parece presunção, mas não é, porque o Senhor havia aparecido a ele, e o evangelho que ele pregava fora diretamente recebido do Senhor Jesus. Ele não se jacta disso, mas apenas afirma a veracidade e a autoridade de seus escritos. Compare os versos anteriormente transcritos com os seguintes:

Ora, aos casados, *ordeno, não eu, mas o Senhor*, que a mulher não se separe do marido. (1Co 7.10)

Sobre essa matéria, o assunto é pacífico, pois a Escritura já havia preceituado que a mulher não se separasse de seu marido. Nada há a ser acrescentado a essa verdade. O casamento era para durar a vida inteira. Provavelmente o que Paulo tem em vista são as mulheres cristãs casadas com maridos não crentes. O reverso é verdadeiro no verso a seguir.

Aos mais, *digo eu, não o Senhor*: se algum irmão tem mulher incrédula, e esta consente em morar com ele, não a abandone. (1Co 7.12)

O Senhor não lhe dissera nada a respeito de um irmão viver com uma mulher incrédula. Provavelmente houve conversão daquele “irmão” depois

do casamento com a incrédula. Nesse caso, ela deveria ser consultada sobre seu desejo de viver com um crente. A responsabilidade da vida em conjunto era decidida pela incrédula, pois o marido é que havia mudado de fé. A essa altura, ainda não havia nenhum mandamento na Escritura sobre essa matéria. Usando seu aguçado bom senso, Paulo traz uma solução justa e sábia. Esse é um ponto de vista assumido por Paulo e que devia ser praticado numa igreja em que muitos novos convertidos apareciam e tinham esposas ainda não cristãs.

Ande cada um segundo o Senhor Ihe tem distribuído, cada qual conforme Deus o tem chamado. É assim que *eu ordeno* em todas as igrejas. (1 Co 7.17)

Paulo exerce sua autoridade apostólica afirmando a autoridade de seus escritos. O que Paulo dizia à igreja podia ser visto como mandamento de Deus. Por essa razão, ele diz: “Ordeno [que seja assim] em todas as igrejas”.

Todavia, será mais feliz se permanecer viúva, *segundo a minha opinião*; e penso que também tenho o Espírito de Deus. (1 Co 7.40)

A preferência de Paulo nessa matéria de casamento é que uma virgem poderia casar-se, mas seria melhor que não o fizesse (v. 38). Uma mulher não podia separar-se do marido. Ao tempo de Paulo, já havia revelação sobre uma mulher poder casar-se se o marido morresse, ainda que houvesse a restrição de se casar somente no Senhor (v. 39). Provavelmente, Paulo queria que a viúva se dedicasse mais ao Senhor, em vez de gastar seu tempo agradando ao marido. Sobre esse último ponto, Paulo não tinha um mandamento específico do Senhor. Por isso, emitiu sua opinião, apelando para a ação do Espírito Santo, que agia dentro dele.

... visto que buscais prova de que *em mim Cristo fala*, o qual não é fraco para convosco, antes é poderoso em vós. (2 Co 13.3)

Paulo apela para a autoridade de Cristo em suas próprias palavras. Os crentes de Corinto viviam tentando reunir provas da autoridade de Cristo através de Paulo porque ele era constantemente questionado em sua autoridade apostólica. Sua defesa foi ter estado com Cristo e ter ouvido suas palavras. A apelação de Paulo é também para a própria experiência de seus leitores, como se dissesse: “Veja se ele não é poderoso dentro de vocês. Se o é, por que não pode ter sido poderoso em mim?”.

E, para que não me ensoberbecesse com a grandeza das *revelações*, foi-me posto um espinho na carne... (2 Co 12.7)

Paulo dá testemunho dos sofrimentos que Deus lhe impôs, por intermédio do próprio Satanás, por causa da grandeza das revelações. Elas eram grandes demais para que pudessem ser comunicadas. Para que ele não tivesse vanglória, ou soberba, Deus lhe causou forte incômodo, que ele chamou de “espinho na carne”. As revelações de Deus para ele foram muitas, e ele estava proibido de revelá-las. Para ficar calado, foi-lhe imposto muito sofrimento.

Mas, ainda que nós ou mesmo um anjo vindo do céu vos pregue um evangelho que vá além do que *vos temos pregado*, seja anátema. Assim como já dissemos, e agora repito, se alguém vos prega evangelho que vá além daquele que recebestes, seja anátema. (Gl 1.8-9)

Paulo confiava tanto nas verdades que havia ensinado que levantou a hipótese de rejeição de um evangelho que fosse além do que ele pregava, até mesmo de um evangelho pregado por anjos vindos do céu. Ele estava tão seguro de seus ensinamentos que prometeu maldição (*anátema*) sobre aqueles que ensinassem coisas que ultrapassassem o que ele havia ensinado. A

autoridade paulina é vista com muito clareza nas afirmações do próprio autor das cartas.

*ii) O testemunho de Paulo a respeito dos escritos de outros*

Pois a Escritura declara: “Não amordaces o boi quando pisa o grão”. E ainda: “O trabalhador é digno de seu salário” (1 Tm 5.18).

Convém observar que a primeira dessas afirmações é extraída de Deuteronômio 25.4, no Velho Testamento, a parte já devidamente considerada Escritura. A segunda está conforme o registro de Lucas 10.7b. É possível que Paulo esteja citando Lucas de forma livre. Contudo, a designação dessas palavras como “Escrituras” é indicativa de que Paulo considerava que os escritos de Lucas tinham autoridade normativa.

*iii) O testemunho de Pedro a respeito dos escritos de outros*

Paulo (...) ao falar acerca desses assuntos, como de fato costuma fazer em todas as suas epístolas, nas quais há certas coisas difíceis de entender, que os ignorantes e instáveis deturpam, *como também deturpam as demais Escrituras*, para a própria destruição deles (2 Pe 3.16).

Os escritos de Paulo foram considerados por Pedro no mesmo patamar das “demais Escrituras”. À luz dessa asserção, está claro que a asserção de Pedro em 2 Pedro 1.21, se corretamente interpretada, aplica-se a toda a Escritura, e não apenas aos elementos de vaticínio do Velho Testamento, o que inclui os escritos de Paulo.

*iv) O testemunho de João a respeito dos próprios escritos*

Veja como João também tem consciência da autoridade de seus escritos:

Na verdade, fez Jesus diante dos discípulos muitos outros sinais que não estão escritos neste livro. Estes, porém, foram registrados para que creais que Jesus é o Cristo, o Filho de Deus, e para que, crendo, tenhais vida em seu nome. (Jo 20.30-31)

Este é o discípulo que dá testemunho a respeito destas cousas, e que as escreveu; e sabemos que o seu testemunho é verdadeiro. Há, porém, ainda muitas outras cousas que Jesus fez. Se todas elas fossem relatadas uma a uma, creio que nem no mundo inteiro caberiam os livros que seriam escritos. (Jo 21.24-25)

Amados, não deis crédito a qualquer espírito: antes, provai os espíritos se procedem de Deus, porque muitos falsos profetas têm saído pelo mundo fora... Nós somos de Deus; aquele que conhece a Deus nos ouve; aquele que não é da parte de Deus não nos ouve. Nisso reconhecemos o espírito da verdade e o espírito do erro. (1 Jo 4.1, 6)

Eu, a todo aquele que ouve as palavras da profecia deste livro, testifico: Se alguém lhes fizer qualquer acréscimo, Deus lhe acrescentará os flagelos escritos neste livro; e se alguém tirar qualquer coisa das palavras do livro desta profecia, Deus tirará a sua parte da árvore da vida, da cidade santa e das cousas que se acham escritas neste livro. (Ap 22.18-19)

## 2. Testemunho de Jesus Cristo

O testemunho de Jesus Cristo, por si só, já seria bastante para cremos na autoridade das Escrituras do AT e do NT. Podemos dizer que seu testemunho é válido porque, como Deus, ele é o autor último das Santas Escrituras. Ele é o Anjo de Deus de quem os profetas ouviram. Se ele creu nas Escrituras como fonte confiável de autoridade, por que haveríamos nós, os cristãos, de duvidar? Veja o que Pedro diz a respeito do trabalho de Cristo no ministério profético:

Foi a respeito desta salvação que os profetas indagaram e inquiriram, os quais profetizaram acerca da graça a vós outros destinada, investigando atentamente qual a ocasião ou quais as *circunstâncias oportunas indicadas pelo Espírito de Cristo que neles estava*, ao dar de antemão testemunho sobre os sofrimentos referentes a Cristo, e sobre as glórias que se seguiriam. (1 Pe 1.10-11)

### a) Testemunho de Jesus Cristo sobre a inspiração do AT

Não penseis que vim revogar a lei ou os profetas; não vim para revogar, vim para cumprir. Porque, em verdade, vos digo: Até que o céu e a terra passem, nem um *i* ou um *til* jamais passará da lei, até que tudo se cumpra. Aquele, pois, que violar um destes mandamentos, posto que dos menores, e assim ensinar aos homens, será considerado mínimo no reino dos céus; aquele, porém, que os observar e ensinar, esse será considerado grande no reino dos céus. Porque vos digo que, se a vossa justiça não exceder em muito a dos escribas e fariseus, jamais entrareis no reino dos céus. (Mt 5.17-20)

Responderam-lhe os judeus: não é por obra boa que te apedreamos, e, sim, por causa da blasfêmia, pois, sendo tu homem, te fazes Deus a ti mesmo. Replicou-lhes Jesus: Não está escrito na vossa lei: “Eu disse: Sois deuses?” Se ele chamou deuses àqueles a quem foi dirigida a palavra de Deus, e a *Escritura não pode falhar*, então, daquele a quem o Pai santificou e enviou ao mundo, dizeis: Tu blasfemas, porque declarei: Sou Filho de Deus. (Jo 10.33-36)

## *b) Testemunho de Jesus Cristo sobre a inspiração do NT*

### *i) A promessa de Cristo aos apóstolos*

E, quando vos entregarem, não cuideis em como ou o que haveis de falar, porque naquela hora vos será concedido o que haveis de dizer: visto que não sois vós os que falais, mas o *Espírito de vosso Pai é quem fala em vós*. (MT 10.19-20 –Vejam-se os textos paralelos em Lc 12.12; 21.14-15.)

Mas eu vos digo a verdade: convém-vos que eu vá, porque, se eu não for, o Consolador não virá para vós outros; se, porém, eu for, eu vo-lo enviarei... quando vier, porém, o Espírito da verdade, ele vos guiará a toda a verdade; porque não falará por si mesmo, mas dirá tudo o que tiver ouvido, e vos anunciará as cousas que hão de vir. (Jo 16.7,13)

---

216. Geisler, op. cit., p. 57.

217. Geisler, op. cit., p. 46.

218. RES apud Klooster, p. 128.

219. Confissão de Fé de Westminster, I, 2, 5.

220. Geisler, op. cit., p. 59.

221. Geisler, op. cit., p. 123 (nota de rodapé 19).

222. John MacArthur Jr, *Is the Bible Reliable?* (Panorama City, CA: Word of Grace Communications, 1982, p. 53.)

# A DOCTRINA DA INSPIRAÇÃO NO PROTESTANTISMO

## 1. A DOCTRINA DA INSPIRAÇÃO NA REFORMA PROTESTANTE DO SÉCULO XVI

**N**ão havia matéria de discordância entre católicos e protestantes no que diz respeito à natureza da Escritura, nem quanto à revelação de Deus ou à infalibilidade da Escritura. Essa não era a contenda da Reforma.

Católicos e protestantes, mesmo no período ácido da Reforma, tinham um pensamento semelhante quanto à doutrina da inspiração, desde os períodos patrístico e medieval. No entanto, os reformadores deram uma ênfase muito diferente, concedendo primazia ao princípio da *sola Scriptura* para sustentar os outros princípios decorrentes, ou seja, os da *sola gratia*, *sola fide* e *solus Christus*. A Bíblia era a única fonte de autoridade para os cristãos. Essa era a matéria de disputa da Reforma no que diz respeito à Escritura.

Os reformadores também romperam com a igreja de Roma em outro aspecto muito importante. Packer diz que os reformadores “entronizaram o Espírito no lugar da igreja como o autenticador e intérprete da Escritura”.<sup>223</sup> A igreja de Roma sustentava para si mesma o direito de interpretar, de modo infalível, a Escritura, sendo a única depositária de toda a verdade. Contra isso, os reformadores se insurgiram. Não era a igreja que autenticava os livros da Escritura como inspirados. Não era o *testimonium ecclesiae*, mas o

testemunho do Espírito que passou a ter primazia no protestantismo da Reforma. O Espírito passou a ter seu lugar devido, não só como originador, mas também como intérprete infalível da Escritura, na Teologia protestante. A prova dessa ênfase está no surgimento da doutrina do Testemunho Interno do Espírito Santo,<sup>224</sup> levantada, desenvolvida e proclamada por Calvino.

A Reforma trouxe, portanto, muitas mudanças e uma melhora sensível quanto ao papel do Espírito Santo e ao lugar da Escritura na Teologia, os quais resultaram na melhor formulação da doutrina da inspiração em comparação com a doutrina elaborada no catolicismo romano, embora não houvesse diferença fundamental entre ambas as tradições em relação à inspiração em si mesma. A diferença dizia mais respeito à interpretação e à autoridade. Comentando sobre a atitude dos reformadores quanto à interpretação da Escritura, Bromiley afirma:

Todos os reformadores têm um vívido senso de que, embora o significado da Bíblia seja, em sua maior parte, claro e simples em si mesmo, sua mensagem não pode ser recebida meramente pela leitura, erudição ou pesquisa histórica. Há necessidade, na vida do leitor, da obra do mesmo Espírito que deu os escritos. Esse é um dos pontos mais larga e firmemente atestados de todos os pontos levantados pelos reformadores, pois teve importância crucial em seu ataque à doutrina medieval e mostrou total resistência à concepção tradicional de autoridade.<sup>225</sup>

A reverência e a importância das Escrituras ganharam lugar de destaque na Teologia dos reformadores, em contraste com a ênfase na tradição e no magistério da igreja, sustentados pela Teologia de Roma. Calvino chegou a insinuar que devemos reverência à Escritura como devemos a Deus, pois “ela emanou de Deus somente, não se misturando com nada que seja humano”.<sup>226</sup> Ou seja, na Escritura não há erro porque ela é plenamente divina, embora Calvino não tenha descartado os traços de humanidade (não falha) dos autores humanos.

Outra ênfase da Reforma foi a autossuficiência da Escritura. Os reformadores reconheceram que a Escritura, em si e por si mesma, era uma

fonte de autoridade que vinha da parte de Deus, independentemente do reconhecimento da igreja. Embora não seja a igreja que autentique a autoridade da Escritura, deve subordinação e obediência a ela, pois dela foi gerada.

A cristocentricidade teológica foi outra mudança sensível na Teologia da Escritura sustentada pelos reformadores. Os reformadores rejeitaram o tipo de interpretação alegórica empregado por Orígenes, assim como o sistema exegético aplicado pela igreja medieval. Em verdade, os reformadores aplicaram o método da exegese histórico-gramatical. Por essa razão, os comentários dos reformadores, especialmente de Calvino, ainda apresentam grande relevância hoje.

## **2. A DOCTRINA DA INSPIRAÇÃO NA ORTODOXIA E NO PIETISMO**

Por “ortodoxia protestante” (em alguns segmentos, tanto na igreja reformada como na luterana, essa expressão ficou conhecida como escolasticismo protestante), entendemos o período que se seguiu ao da Reforma, em que se destacaram os reformadores de terceira e quarta gerações, até o final do século XVIII.

Por pietismo, entendemos o movimento que se seguiu ao da ortodoxia protestante, como uma reação ao movimento anterior, embora sem a mesma preocupação doutrinária, no qual a ênfase foi a vida de piedade pessoal, um movimento que teve origem na Alemanha.

### **a) A inspiração na ortodoxia protestante**

Na tentativa de defender a inspiração e a inerrância da Escritura, a ortodoxia protestante apelou para a exatidão da Escritura em matéria de ciência e história. Segundo os seguidores da ortodoxia protestante, não houve nenhum erro de caráter histórico ou científico na Bíblia, pois, a essa altura, a Escritura estava sendo atacada pelos intelectuais da época, especialmente no século XVII, com as críticas de Baruch Spinoza. Lambert Daneau, por sua

vez, que fora aluno de Calvino, foi um dos que afirmaram a inerrância total da Escritura, empregando-a como uma fonte crível para a ciência natural.<sup>227</sup>

Segundo Bloesh, “a preocupação dos reformadores havia sido com a primazia e a autoridade da Escritura, e não com sua inerrância. A ortodoxia protestante continuou a prestar atenção à primazia da Bíblia, mas, a partir desse momento, a ênfase era depositada na demonstração da infalibilidade. A razão foi elevada como uma autoridade junto com a Escritura (especialmente na ortodoxia posterior)”.<sup>228</sup> A tentativa era demonstrar racionalmente a inerrância da Bíblia, algo que não esteve presente nos reformadores de primeira geração, que estavam mais preocupados com a autoridade da Bíblia em relação às outras fontes de autoridade aceitas por Roma.

Embora, na ortodoxia protestante, tenha havido grande ênfase na doutrina da inspiração, como uma reação aos ataques racionalistas à Escritura, houve certos deslocamentos na ênfase que vieram a prejudicar o entendimento da doutrina da inspiração nos círculos protestantes. Alguns segmentos da ortodoxia protestante penderam para uma espécie de escolasticismo, que se tornou conhecido como “escolasticismo protestante”. Eles lutaram contra os inimigos da fé, mas, ao fazê-lo, recorreram a argumentos que, posteriormente, não se mostraram sadios para a vida da igreja. Bromiley<sup>229</sup> nos oferece uma síntese dessas mudanças de ênfase, as quais, embora leves, trouxeram sérias consequências históricas.

**i)** Houve excessiva sobrenaturalização da revelação e da inspiração, minimizando, assim, a instrumentalidade humana na produção das Escrituras.

A ênfase na divindade das Escrituras não deve ser exagerada a ponto de anular a tarefa humana, que está evidente na produção dos livros canônicos. A maioria dos eruditos concorda que os autores bíblicos escreveram de forma inteligente e voluntária, deixando transparecer claramente as características básicas de suas personalidades e os traços de sua formação cultural e acadêmica. Por causa dessa ênfase exagerada na sobrenaturalidade da Bíblia,

muitos protestantes foram acusados de crer na doutrina da inspiração mecânica, segundo a qual Deus ditava, de forma absoluta, todas as palavras.

**ii)** Houve tendência a se enfatizar, ao extremo, a verdadeira doutrina da inspiração verbal. Francis Turretin (1623-1687) cria que a autoridade da Bíblia era o assunto mais importante da Teologia. Segundo ele, os autores humanos da Bíblia foram “inspirados pelo Espírito Santo, tanto nas coisas em si mesmas como nas palavras, e foram guardados livres de todo erro”.<sup>230</sup> Turretin foi ainda mais específico: “Os profetas não cometeram nenhum erro, nem mesmo nos mínimos detalhes. Dizer que eles cometeram tornaria duvidoso o todo da Escritura”.<sup>231</sup>

Um dos documentos produzidos na época do escolasticismo protestante, *A fórmula de consenso helvética*,<sup>232</sup> ficou conhecido por sua insistência no fato de que até mesmo as vogais do hebraico (os sinais massoréticos) deveriam ser considerados inspirados. Veja o texto:

Mas, em particular, o hebraico original do AT, que recebemos e para este dia retemos como produzidos pela igreja judaica, a quem formalmente foram “confiados os oráculos de Deus (Rm 3.2), é, não somente em suas consoantes, mas em suas vogais – inclusive os pontos vogais em si mesmos, ou ao menos o poder dos pontos –, não somente em sua matéria, mas em suas palavras, inspirados de Deus, formando, assim, juntamente com o original do NT, a única e completa regra de nossa fé e vida...”<sup>233</sup>

**iii)** Houve tendência a se dar falsa importância à doutrina da inerrância, como se a inspiração da Escritura fosse finalmente suspensa de sua capacidade de provar a si mesma como correta em cada detalhe.

Para ser exato, a inspiração é, em si mesma, a base da inerrância, e não há nenhuma obrigação de provar esta última. O fato de a Escritura ser inspirada é suficiente. Mas, em face dos ataques sobre a inerrância da Bíblia, seja por aqueles que não a consideram essencial para a inspiração, seja por aqueles que negam ambas as coisas, é muito fácil alguém reverter o relacionamento e vir a pensar que a inerrância é a base da inspiração.

**iv)** Houve tendência a se subordinar o testemunho interno do Espírito Santo, ainda vigorosamente mantido, aos critérios internos e externos de autenticidade e autoridade da Bíblia. Se a certeza final vem somente com o Espírito Santo, os critérios têm muita importância na geração da convicção intelectual e até mesmo no doar da certeza espiritual.

**v)** Houve tendência a se sujeitar, genuinamente, o material da Escritura aos princípios e modos estranhos de representação do aristotelianismo e do cartesianismo, que resultaram em medida de distorção do ponto de vista da verdadeira doutrina da Bíblia e da Reforma, trazendo uma ambiguidade ainda refletida nas contribuições da erudição da época, o que, contrariamente às intenções dos dogmáticos, expôs a doutrina da inspiração a violentas reações do período do Iluminismo e do liberalismo teológico.

Essa ênfase exagerada (e até mesmo, em alguns casos, errônea) na doutrina da inspiração na época do escolasticismo protestante deve ser entendida à luz das dificuldades e da oposição que os protestantes sofriam em sua época.<sup>234</sup> Eles estavam cercados de inimigos por todo lado e sentiram-se na posição de defender a fé, nem sempre com os melhores argumentos.

### **b) A inspiração no pietismo**

O movimento que veio como reação a uma ortodoxia mais rígida e exigente foi o dos pietistas. Eles não mais quiseram aceitar as mesmas formulações acuradas dos credos e confessionais enfatizadas pela ortodoxia protestante, preferindo os movimentos de purificação da vida pessoal à exatidão da doutrina: “Enquanto a ortodoxia substituiu a autoridade do ensino dos eruditos para o magistério da igreja, os pietistas sustentavam que a Bíblia interpreta a si mesma e não depende dos eruditos para sua credibilidade e autoridade”.<sup>235</sup> Portanto, no tempo do pietismo, a inspiração ou a inerrância não foram enfatizadas, nem se tentou prová-las de forma racional.

A ênfase dos pietistas não foi na precisão técnica ou na harmonização dos dados, mas na presença do Espírito nos Escritos Sagrados. Por causa de sua distinção entre

forma e conteúdo, eles foram mais abertos à investigação histórica da Escritura do que os chamados ortodoxos da igreja. Ao mesmo tempo, por permitirem ao Espírito apropriar-se antecipadamente do elemento racional da fé, não foram capazes de reunir os recursos intelectuais necessários para salvaguardar a integridade da fé em um tempo de crescente racionalismo.<sup>236</sup>

Com os pietistas, não houve um critério universal para a verdade. Algumas revelações adicionais do Espírito eram admitidas, pelo fato de o Espírito ter supremacia sobre a Palavra. Os pietistas fixaram-se mais na experiência espiritual que na Palavra, pecando, por isso, contra o espírito levantado na Reforma: “Por elevar o Espírito sobre a Palavra, eles falharam em manter a correlação da Reforma entre Palavra e Espírito. Calvino reivindicara que a Bíblia não é somente o instrumento do testemunho do Espírito, mas também o objeto desse testemunho”.<sup>237</sup>

É fato que, pela negligência do pietismo em relação à precisão doutrinária, facilitou-se a entrada do racionalismo na igreja cristã da Europa e da América. O pietismo abriu a porta para o liberalismo teológico, com sua ênfase racionalista nascida especialmente no Iluminismo alemão. Bloesch disse que “a Universidade de Halle, fundada como uma instituição para o pietismo, tornou-se, em uma geração apenas, baluarte do racionalismo”.<sup>238</sup>

### **3) A DOCTRINA DA INSPIRAÇÃO NO LIBERALISMO**

O liberalismo clássico foi o maior inimigo do cristianismo bíblico nos séculos XIX e XX, causando danos irreparáveis no protestantismo europeu e no norte-americano ao atingir todos os grandes grupos do protestantismo nessas terras.

Especialmente na Europa, qualquer brilho que pudesse haver no protestantismo foi apagado por completo. A igreja evangélica foi aniquilada. O que prevaleceu foi somente uma igreja estatal em vários países. Nada mais! Nunca, nenhum movimento de pensamento humanista e de cosmovisão

secular causou tanto estrago no cristianismo quanto esse movimento, que teve seu nascedouro no Iluminismo alemão e se espalhou pelo mundo pensante.

O liberalismo também é conhecido, nos círculos teológicos, como modernismo, porque foi adotada a cosmovisão secular moderna, adaptando o espírito filosófico da época. No liberalismo, foi feito o possível para erodir os rudimentos evangélicos históricos, a fim de que as pressuposições naturalistas se sobrepujassem às pressuposições eminentemente cristãs. Eles passaram a crer nas habilidades do homem mais que em Deus. O evangelho vertical passou a uma dimensão horizontal. O homem veio a se tornar a medida de todas as coisas. O elemento fundamental do cristianismo liberal não é a Escritura, mas o poder da raça humana.

Assim, a Bíblia passou a ser um livro falível, sem autoridade sobre o homem. Os adeptos do modernismo teológico, em suas pressuposições naturalistas, argumentam que a Bíblia é um livro simplesmente humano, produto de uma cosmovisão de povos que evoluíram do politeísmo para o monoteísmo, e de muitas tribos que se uniram naquilo que é conhecido como “povos de Israel”.

Em consequência, posteriormente surgiram o evolucionismo e o estatismo (no comunismo e no socialismo). Na Teologia, apareceu a Alta Crítica negativa, que, em muitos redutos, fulminou violentamente o estudo da exegese e da Teologia bíblica. Além disso, o modernismo afetou a academia, dando ensejo ao surgimento de outros movimentos de tendência profundamente humanista, como o pós-modernismo, por exemplo.

No que diz respeito à doutrina da inspiração, a avaliação que fazemos do liberalismo teológico é mais radical. O liberalismo clássico nega a revelação divina, minando totalmente a noção de autoridade da Escritura. A noção de inerrância tem sido intenso alvo de zombaria nos círculos teológicos liberais. Assim, no âmbito do liberalismo teológico, foram aceitos alguns pontos que se tornaram lugares-comuns:

1) A Bíblia não é a verdade, mas contém verdade; 2) A Bíblia não é um livro de ciência; logo, o que está em Gênesis não deve ser crido como um registro confiável, especialmente no que tange à criação; 3) O Pentateuco, assim como outros livros históricos, nunca foi escrito para ser uma narrativa literal e histórica; 4) A Bíblia está cheia de contradições; 5) A Bíblia tem erros científicos, erros éticos, preconceitos sociais do tempo em que foi escrita. Em consequência, muitas das leis do AT não são éticas, mas injustas e bárbaras; 6) Os milagres registrados na Bíblia não deveriam ser considerados verdadeiros porque violam as leis da natureza.<sup>239</sup>

Se existe a negação da confiabilidade da Escritura, a doutrina da inspiração fica totalmente sem sentido. É impossível haver uma crença de qualquer espécie na inspiração se a revelação não existe. Essa é a consequência lógica de uma “Teologia” humanista que abomina tudo que é teorreferente.

Se você admitir uma concepção de inspiração no liberalismo, essa ideia de inspiração no liberalismo teológico significa mais iluminação dos homens, o que os leva ao patamar de escrever coisas próprias da divindade. Parece mais uma deificação do humano do que a descida da Palavra divina até os homens. Os escritores da Bíblia receberam um estímulo de seus poderes naturais de discernimento para escrever coisas belas e significativas para a vida dos homens. “A Teologia liberal fala de Deus não como o autor da Escritura, mas como o iluminador das pessoas que escreveram e compilaram o que criam ter valor duradouro.”<sup>240</sup> A esse respeito, C. H. Dodd escreveu:

No sentido literal, a Bíblia consiste de “palavras” de homens — ou antes, de seus símbolos visíveis nos escritos. A Palavra de Deus não tem o mesmo sentido na qual é palavra dos homens... Deus não é o autor da Bíblia, mas da vida que os autores da Bíblia partilharam, e da qual eles nos dizem com tamanha imperfeição humana as palavras que puderam nos ordenar.<sup>241</sup>

Portanto, por algumas razões intimamente interligadas, a ideia da autoridade da Escritura perdeu toda a força no liberalismo teológico:

**a) A autoridade da Escritura perdeu toda a força no liberalismo teológico, por causa do condicionamento cultural dos escritores da Escritura**

A Escritura não passa de um livro falível porque “a Bíblia mostra claramente que homens falíveis a escreveram, editaram, copiaram e traduziram”.<sup>242</sup> Todas as coisas registradas na Escritura são produto da cultura das pessoas que a escreveram, e não da autoridade ou da inspiração de Deus. Quando os liberais abordam a Escritura, estão preocupados com o condicionamento cultural de seus escritores.

Essa é a única maneira, segundo o pensamento liberal, de explicar as contradições e os problemas que a Escritura apresenta, sejam os de natureza histórica, sejam os de cunho religioso.<sup>243</sup> Assim, por causa do condicionamento cultural dos escritores da Bíblia, McKim afirma:

Visto que até mesmo seus registros ou testemunhos mostram as marcas de seu próprio condicionamento cultural, alguns têm visto a Bíblia como nada mais do que escritos religiosos de pessoas antigas, não variando nada em importância em relação a outros escritos antigos. A Escritura teve, assim, somente origem humana.<sup>244</sup>

Todavia, os liberais não aceitam que a Bíblia seja unicamente palavra dos homens. Há certo grau de “inspiração” em algumas partes. Há certo sentido em algumas partes da Bíblia, as quais foram “inspiradas” quando os homens tiveram a capacidade elevada a ponto de a Bíblia ter tanto poder, beleza e dignidade que nos permite afirmar que contém a Palavra de Deus. Esse é o próximo ponto.

**b) A autoridade da Escritura perdeu toda a força no liberalismo teológico porque a Escritura não é a Palavra de Deus em sua totalidade**

Os liberais afirmam que há partes na Escritura que são a Palavra de Deus, mas apenas algumas. Como a Bíblia foi escrita pela pena de autores

humanos, “estritamente falando, em si mesma não é a pura Palavra de Deus”.<sup>245</sup> Portanto, todos os escritos registrados na Bíblia pelos homens

são condicionados e limitados por seu tempo e suas peculiaridades individuais, embora também surjam frequentemente elevados níveis de expressão debaixo da iluminação da presença autorreveladora de Deus. O leitor que pode ouvir a verdadeira palavra de Deus na leitura da Bíblia deve estar preparado para discernir entre a Palavra de Deus e as palavras dos homens.<sup>246</sup>

A grande dificuldade desse raciocínio é a seguinte: quais critérios o leitor deve ter em mente para distinguir os pontos em que Deus fala daqueles em que os homens falam? Em última instância, de acordo com esse raciocínio, o homem é o determinador final da inspiração, e não Deus.

### **c) A autoridade da Escritura perdeu toda a força no liberalismo teológico porque há diferentes níveis de inspiração**

“O nível de verdade varia de forma significativa nas diferentes partes da Bíblia.”<sup>247</sup> Os níveis de inspiração são determinados pelo grau de palavra de Deus nos textos. Algumas partes são mais normativas que outras porque mostram graus diferentes de inspiração divina. O elemento divino é mais forte em algumas passagens, enquanto, em outras, o elemento humano está mais presente. Dessa forma, podemos entender como os liberais fazem, ao dizerem que, como os humanos “foram preparados para estágios progressivos de entendimento, obediência e sensibilidade espiritual humilde, Deus foi capaz de lhes mostrar “crescentes medidas de sua verdade à humanidade”.<sup>248</sup> Por essa razão, De Wolf define “inspiração” da seguinte forma:

A Bíblia como um todo foi feita por um estímulo e uma elevação extraordinários dos poderes de homens que, devotamente, renderam-se à vontade de Deus, procuraram comunicar a verdade útil para a salvação dos homens e das nações, e frequentemente fizeram isso com um sucesso ímpar em toda parte.<sup>249</sup>

Na verdade, essa definição não dá à Bíblia qualquer noção de inspiração, mas apenas uma capacitação elevada dos poderes humanos. É uma espécie de divinização das palavras humanas antes que a Palavra de Deus fosse baixada e tornada conhecida pelos homens.

A concepção de inspiração e autoridade nos círculos liberais é muito distinta daquela dos círculos ortodoxos. O bispo James Pike deixa essa ideia muito clara quando trata do conteúdo da Escritura:

Portanto, nas Escrituras temos uma sacola misturada de verdade, de erro, de ética sadia, de ética não sadia, de mito no melhor sentido da palavra, de lendas, algumas úteis, outras aparentemente não tão úteis assim. A cosmovisão do tempo dos escritos e de um escritor particular influenciou boa parte do que foi dito.<sup>250</sup>

No entanto, não se pode dizer que a Bíblia não seja importante para os liberais. Eles não aceitam essa observação. A Bíblia, como um livro religioso, é muito importante para eles, embora eles não a aceitem da mesma forma que os conservadores. Estes pugnam pela historicidade dos fatos e, em muitos sentidos, pela interpretação literal e não alegórica dos textos, o que não acontece com os liberais. Assim diz o liberal Miller:

O que torna a Bíblia importante não é sua literalidade nem sua historicidade, mas suas figuras, como são representadas numa história e numa parábola, por exemplo, coisas que desafiam a imaginação moral.<sup>251</sup>

Um liberal, se não for devidamente compreendido, pode soar como um conservador ao tratar da importância e da autoridade da Bíblia. De Wolf diz:

a autoridade da Palavra de Deus reside precisamente naqueles ensinamentos através dos quais Deus fala agora para a fé viva do leitor... A leitura de suas páginas (da Bíblia) renova nosso entendimento da fé pela qual vivemos como cristãos. Os ensinamentos da Bíblia, como testados na vida da igreja e no pensamento aberto e crítico de devotos e inumeráveis eruditos, leva-nos de volta aos eventos através dos quais o poder de

Deus veio, de forma singular, à história humana para nossa salvação. Pelo presente estudo da Escritura, corrigimos o entendimento de nossa fé e a renovamos.<sup>252</sup>

Portanto, mesmo não negando a importância da Bíblia para a fé dos crentes, os liberais não a consideram a fonte única, soberana e infalível de autoridade, devido aos pontos assinalados.

#### **4. A DOUTRINA DA INSPIRAÇÃO NO FUNDAMENTALISMO**

Por fundamentalismo, entendemos um movimento dentro do protestantismo evangélico que surgiu no final do século XX e início deste século, como uma reação ao racionalismo abraçado pela Teologia liberal dos séculos XVIII e XIX. Bloesh situa o fundamentalismo da seguinte forma:

O fundamentalismo abarca uma grande variedade de movimentos e preocupações, mas, basicamente, representa um intento de militância bíblicista para extirpar a apostasia de dentro da igreja e contrariar o secularismo que vinha de fora. Em sua preocupação com a santidade pessoal, mostra afinidade com o pietismo, e, em sua preocupação apologética, mostra a continuidade com a ortodoxia protestante.<sup>253</sup>

Um grupo fiel do protestantismo estava desejoso de voltar às raízes mais antigas da fé e queria recuperar as antigas crenças – como, por exemplo, a da inspiração da Escritura – que haviam sido solapadas pelo liberalismo teológico. Eles estavam sob o assalto da Alta Crítica, que atacava a infalibilidade e a autoridade da Bíblia. A pressão do liberalismo e da alta crítica era tanta que Edward Young chegou a expressá-la com as seguintes palavras: “Um homem pode praticar os princípios da crítica ou pode ser crente num cristianismo evangélico. Uma coisa, contudo, está clara: se ele for consistente, é provável que não possa esposar os dois”.<sup>254</sup>

#### **5. A DOUTRINA DA INSPIRAÇÃO NA NEO-ORTODOXIA**

Aparentemente, a neo-ortodoxia voltou à Bíblia. Barth,<sup>255</sup> um de seus maiores expoentes, juntamente com Eduard Thurneysen, encontrou “um

estranho novo mundo dentro da Bíblia”.<sup>256</sup> Eles haviam sido criados e educados na Teologia liberal, debaixo de seus antigos mestres – Adolph von Harnack e Wilhelm Hermann. Ao final da Primeira Guerra Mundial, Barth reagiu violentamente ao liberalismo e tentou voltar à Escritura, mas não chegou a ser ortodoxo. Ele escreveu seu comentário sobre o livro de Romanos em 1918 e, nele, revelou sua agonia acerca da transição de uma posição liberal para outra que crê numa Teologia com base na revelação sobrenatural de Deus.

Em sua reação ao velho liberalismo, Barth luta contra o historicismo, o imanentismo e o psicologismo dos teólogos de seu tempo. Foi uma tentativa de voltar à ortodoxia. Por isso, o movimento em que se envolveu é chamado de neo-ortodoxia.

A questão da autoridade da Escritura é muito complexa na Teologia de Barth, que sempre se expressa de forma dialética. A Escritura, para a neo-ortodoxia, não é inspirada no mesmo sentido em que o é para a ortodoxia evangélica.

Barth fala da Palavra de Deus, mas, via de regra, a Palavra de Deus é Cristo, e não a Bíblia. No entanto, ele se refere à Bíblia dizendo que “é a Palavra de Deus no grau em que Deus a leva a ser sua Palavra, no grau em que ele fala através dela”.<sup>257</sup> A Bíblia não é, mas pode vir a ser, a Palavra normativa de Deus quando Deus resolve revelar-se ao homem na experiência que Barth chama de “Cristo-evento”.

Assim, referindo-se a esse Cristo-evento na leitura da Bíblia, Barth diz: “O próprio Deus diz agora o que o texto diz. A obra de Deus é feita através desse texto. O milagre de Deus acontece nesse texto formado de palavras humanas”.<sup>258</sup> No entanto, as palavras registradas na Bíblia não são, em si mesmas, consideradas Palavra de Deus, porque esta é somente o Cristo revelado. Portanto, não seria injustiça dizer que Barth tem dificuldade de entender e crer no conceito reformado de inspiração.

Barth reluta em aceitar a teoria da inspiração como os reformados a entendem, embora use o termo “inspiração” algumas vezes. Para ele, a inspiração não está realmente ligada aos escritores da Escritura, nem ao texto, tendo mais a ver com seus leitores. Quando acontece o que Barth chama de “evento da revelação”, juntamente com a leitura da Bíblia, então é possível dizer que houve inspiração. É bom lembrar que a Bíblia não é a Palavra de Deus, mas torna-se. Quando a Bíblia se torna a Palavra de Deus no evento da revelação, então ocorre a inspiração. Bloesh, ao tratar do conceito de inspiração na neo-ortodoxia, referindo-se a Barth, diz:

Parece que o que Barth quer dizer é que cada palavra ou proposição na Bíblia, quando tomada em si e de si mesma, e quando divorciada da verdade de Deus, está aberta ao erro. Ao mesmo tempo, quando unida com a Palavra divina, o centro vivo e transcendente da Bíblia, é portadora do transcendente. Cada texto carrega a marca da imperfeição humana, mas também carrega o potencial de ser um veículo da graça divina.<sup>259</sup>

Se Bloesh está correto em sua interpretação de Barth, podemos afirmar, categoricamente, que há uma separação entre as palavras registradas na Bíblia e a Palavra de Deus, pois, se as proposições ou as palavras da Bíblia podem vir separadas ou divorciadas da verdade de Deus, a Bíblia, em si e de si mesma, não é a Palavra de Deus, embora possa vir a ser quando a Palavra de Deus (a revelação do Cristo-evento) acontece na experiência de um leitor fortuito. Quando a graça divina vem, as palavras da Bíblia podem causar a revelação, mas elas mesmas não são a revelação inspirada ou registrada. Se as palavras da Bíblia não se fazem acompanhar da presença divina (esta é a revelação), não podem ser a Palavra de Deus, portanto não são inspiradas.

---

223. . I. Packer, “Contemporary Views of Revelation”, em *Revelation and the Bible*, editado por C. F. H. Henry, p. 91.

224. Nas *Institutas*, I, vii, 4, Calvino fala a respeito do *testemonium Spiritus Sancti internum*: “Porque, como Deus somente pode dar testemunho de suas próprias palavras, assim, essas palavras não obterão crédito pleno no coração dos homens, até que sejam seladas por um testemunho interno do Espírito. O mesmo Espírito, contudo, que falou pela boca dos profetas, deve penetrar nossos corações a fim de nos convencer de que entregaram fielmente a mensagem que lhes foi divinamente confiada”.

225. G. W. Bromiley, “The Church Doctrine of Inspiration”, em *Revelation and the Bible*, editado por C. F. H. Henry, p. 211.

226. Ver *Institutes* I, vi, vii, viii, ix, xviii; comentários aos Romanos xv.4; II Tm 3.16 etc. Algumas vezes, a visão de Escritura encontrada em Calvino é distorcida por seus adversários, pois frequentemente ele usa o termo “ditado” para expressar a ideia de que a Bíblia é a Palavra infalível vinda de Deus apenas. Ele crê, com todas as suas forças, na inspiração divina da Escritura.

227. Veja Timothy Ross Phillips, Francis Turretin’s “Idea of Theology and Its Bearing upon His Doctrine of Scripture” (Ann Arbor, Mich: University Microfilms International, 1986), pp. 80-82. Diferente foi a posição do outro teólogo da ortodoxia, Francis Turretin, que admitia algumas inexatidões na Bíblia, conquanto não envolvessem engano.

228. Donald Bloesh, *Holy Scripture* (Illinois: Intervarsity Press, 1994), p. 91.

229. G. W. Bromiley, “The Church Doctrine of Inspiration”, em *Revelation and the Bible*, editado por C. F. H. Henry, pp. 212-213.

230. Leon McDill Allison, “The Doctrine of Scripture in the Theology of John Calvin and Francis Turretin” (Th. M. Thesis, Princeton Theological Seminary, 1958), pp. 59-60.

231. Allison, op. cit., p. 60.

232. Escrita em 1675 por John Henry Heidegger, de Zurich, a pedido da Dieta Suíça. O consenso trata especialmente da Teologia da Escola de Saumur, que esposa um calvinismo liberalizado.

233. “Fórmula de Consensus Helvética”, cânone II, como afirmado em *Creeds of the Churches*, editado por John H. Leith (Atlanta: John Knox Press, 1982), p. 310.

234. A ortodoxia protestante da pós-Reforma enfrentava sérios desafios. Bromiley enumera alguns: “Além de tudo, eles tiveram de enfrentar dificuldades concretas: a exigência dos romanistas de que deveriam produzir uma autoridade tão evidente quanto a da igreja e do papado; os ataques dos socinianos sobre a confiabilidade histórica da Escritura; o desejo dos arminianos de se comprometer nessa matéria; o montanismo revivido dos sectários, com seu apelo às iluminações interiores do Espírito, à parte da letra da Bíblia” (p. 214).

235. Bloesh, op. cit., p. 92.

236. Idem, *ibidem*.

237. Bloesh, op. cit., pp. 92-93.
238. Bloesh, op. cit., p. 93.
239. Ver no artigo de Brian M. Schwertley, no artigo “Modernism and Biblical Inerrancy”, <http://www.reformed.com/pub/modernism.htm>. Acesso em março de 2016.
240. Bloesh, Holy Scripture, p. 103.
241. C. H. Dodd, The Authority of the Bible (London: James Nisbet, 1928), pp. 16-17.
242. L. Harold De Wolf, The Case for Theology in Liberal Perspective (Philadelphia: Westminster Press, 1959), p. 47.
243. Paul J. Achtemeier, The Inspiration of Escripiture Problems and Proposals (Philadelphia: Westminster Press, 1980), p. 42.
244. Donald McKim, What Christians Believe About the Bible (New York: Thomas Nelson Publishers, 1985), p. 47.
245. De Wolf, Case, p. 17.
246. De Wolf, Case, p. 48.
247. Idem, ibidem.
248. L. Harold De Wolf, A Theology of the Living Church, rev. ed. (New York; Harper & Brothers, 1960), p. 75.
249. De Wolf, A Theology, p. 76.
250. Spectrum of Protestant Beliefs, editado por por Robert Campbell (Milwaukee: Bruce Publishing Co., 1968), p. 34.
251. Donald E. Miller, The Case for Liberal Christianity (San Francisco: Harper & Row, 1981), p. 75.
252. De Wolf, Case, pp. 56-57.
253. Bloesh, Holy Scripture, p. 94.
254. Edward J. Young, Thy Word is Truth (Grand Rapids, Mich: Eerdmans, 1957), p. 219.
255. 1886-1968. Outros importantes teólogos também são associados à neo-ortodoxia, como Brunner (1889-1966), Eduard Thurneysen (1888-1974), Friedrich Gogarten (1887-1967) e Rudolf Bultmann (1884-1976).
256. Karl Barth, The Word of God and the Word of Man (New York: Harper & Brothers Publishers), p. 28.
257. Church Dogmatics I/1, p. 109.
258. Church Dogmatics I/2, p. 532.
259. Bloesh, Holy Scripture, p. 101.

# AS TEORIAS DA INSPIRAÇÃO DA BÍBLIA

**O**s vários conceitos de inspiração surgidos na história da igreja refletem, de certa forma, os pressupostos teológicos.

Basicamente, há três teorias da inspiração que se sustentam, de uma forma ou de outra, em maior ou menor grau, pelos teólogos de tradição cristã: 1) Teoria da inspiração mecânica, defendida, em geral, por ultraconservadores evangélicos; 2) Teoria da inspiração dinâmica, defendida pelos vários segmentos do neoevangelicalismo e do liberalismo; 3) Teoria da inspiração orgânica, defendida pelos reformados.

## 1) A TEORIA DA INSPIRAÇÃO MECÂNICA

Essa teoria também é chamada de “teoria do ditado”. Segundo ela, a Bíblia teria sido escrita por uma superintendência mecânica sobre o escritor humano, de modo que este reproduziu exatamente as palavras de Deus. Assim, as palavras da Escritura não são palavras de homens, mas palavras divinas que o escritor bíblico registrou por ditado divino. Berkhof vê a inspiração mecânica da seguinte forma:

Segundo a ideia da inspiração mecânica, Deus ditou o que os autores secundários escreveram, de tal forma que estes últimos foram meros amanuenses, meros canais através dos quais as palavras do Espírito Santo fluíram. Isso implica que a própria vida mental deles estava num estado de repouso, eles não contribuíram em nada para

o conteúdo ou a forma de seus escritos e até mesmo o estilo da Escritura é aqueles do Espírito Santo.<sup>260</sup>

Embora pareça maravilhoso afirmar que as palavras vieram diretamente de Deus, isso é perigoso porque nega totalmente a participação humana no processo de inspiração.

#### **a) Quem sustenta a teoria da inspiração mecânica**

Curiosamente, há poucos hoje que sustentam a teoria da inspiração mecânica. Talvez alguns teólogos fundamentalistas mais fechados tenham certa preferência por ela, mas, na prática, muitos crentes comuns a sustentam de forma inconsciente, por ignorarem suas consequências e desejarem dar à Escritura uma autoridade divina.

Há uma acusação dos adversários da fé reformada de que os reformados sustentam essa teoria pelo simples fato de aparecer, em Calvino e em algumas Confissões Reformadas, a frase “ditado pelo Espírito Santo”.<sup>261</sup> Obviamente, essas referências não implicam uma crença na teoria da inspiração mecânica.

#### **b) Consequências danosas de se aceitar a teoria da inspiração mecânica**

Essa teoria não corresponde ao ensino geral da Escritura sobre o assunto. Vários escritores da Bíblia usaram outras fontes humanas para obter as informações de que necessitavam. Eles não funcionaram como gravadores ou meros microfones através dos quais simplesmente as palavras de Deus foram passadas. Todo o teor da mensagem dos escritores bíblicos passou pelo processo mental deles, em que as impressões de suas personalidades foram indelevelmente marcadas.

A teoria da inspiração mecânica, portanto, traz algumas consequências sérias que precisam ser levadas em consideração:

i) Essa teoria “despersonaliza os escritores bíblicos e, de fato, despersonaliza o próprio Deus, visto que ele não mais age como uma pessoa tratando com pessoas, mas como um operário usando ferramentas”.<sup>262</sup> Essa teoria, portanto, conduz a uma falsa visão do relacionamento de Deus com os homens.

ii) Essa teoria retira todos os elementos humanos da Bíblia, tornando-a tão somente um livro divino. Por exemplo, Lucas, um médico, usou termos médicos técnicos para registrar a revelação divina. João usou um vocabulário que, com frequência, reflete sua função de pescador. Todavia, a teoria do ditado (ou da inspiração mecânica) reduz a Bíblia, no dizer de Marshall, a uma espécie “telegrama celestial”,<sup>263</sup>

iii) O homem torna-se mero repetidor daquilo que Deus diz. Isso pode ser parcialmente verdadeiro no que diz respeito ao modo como os profetas receberam a mensagem de Deus, mas não se pode afirmar que todos os escritores bíblicos tenham recebido a mensagem dessa forma.

iv) Essa teoria conduziria a uma conclusão de que a Bíblia tem o estilo literário uniforme do Espírito Santo, pois foi ele quem ditou todas as partes, mas não é isso que acontece. Mesmo entre os escritos dos profetas, a quem Deus falou em sonhos e visões, o estilo varia de forma significativa.

Essa teoria *deifica* o aspecto humano da Bíblia, apresentando uma espécie de docetismo bibliológico<sup>264</sup> e dependurando a Escritura no céu, sob a afirmação de que não tem relação com o que é humano.

## 2) A TEORIA DA INSPIRAÇÃO DINÂMICA

Essa teoria é exatamente oposta à da inspiração mecânica, mas há duas abordagens envolvidas:

### **a) A primeira abordagem é sustentada pelos ortodoxos e neoevangélicos**

Temendo os riscos da teoria da inspiração mecânica, alguns evangélicos procuraram outra saída para sua ideia de inspiração. Alguns escritores

neoevangélicos “têm sugerido que *não foram as palavras*, mas os *pensamentos ou as ideias* que Deus inspirou. Para eles, Deus deu o pensamento, e o profeta era ‘livre’ para registrá-lo *em suas próprias palavras*”.<sup>265</sup> Essa foi a maneira que encontraram para explicar as diferenças de personalidade e estilo nos livros das Escrituras, mantendo, assim, a doutrina de que a Bíblia é a Palavra de Deus porque tanto a mensagem como as ideias provêm de Deus. Isso é o que chamam de “inspiração dinâmica”.

A inspiração dinâmica, portanto, é a inspiração das ideias, dos conceitos, mas não das palavras. Geisler diz que essa teoria “explica a humanidade da Bíblia, mas, ao fazê-lo, enfraquece sua divindade”.<sup>266</sup> Ela é concessiva demais para ser considerada uma teoria de ortodoxia teológica.

Enquanto a teoria do ditado *deifica* o que é humano na Bíblia, a teoria da inspiração dinâmica *humaniza* o que é divino. É uma espécie de ebionismo bibliológico.<sup>267</sup> Segundo Geisler, essa teoria é “linguisticamente impossível”,<sup>268</sup> pois como alguém pode expressar suas ideias ou conceitos inspirados por meio de palavras não inspiradas? Deus inspirou “pensamentos puros”, mas como esses pensamentos puros teriam de ser expressos? As palavras são a roupa dos conceitos, e os conceitos ou ideias sem palavras são como que “noções nuas”, desprovidas de expressão. Segundo Geisler, de acordo com essa teoria,

Deus limitou-se em sua revelação a meras cognições, conceitos e cultura do agente a quem e através de quem ele estava comunicando. Deus deu a ideia, mas ela foi passada *segundo as palavras dos homens*. Inicialmente, a ideia foi dada ao homem em nível mental e, após, graficamente.<sup>269</sup>

### **b) A segunda abordagem é sustentada pelos liberais**

Algumas correntes teológicas não apresentam a Bíblia como um livro infalível nem inerrante. Eles falam de inspiração, que nada mais é que uma sensibilidade especial que Deus deu quando os livros da Escritura foram

escritos. Os escritores tiveram um lampejo de “inspiração”, no sentido em que escritores ou compositores normalmente têm, mas essa inspiração nada tem a ver com a ideia de conferir autoridade de infalibilidade à Escritura.

Segundo essa abordagem, a Escritura é o produto de *insights* religiosos que os escritores tiveram, nascidos em sua própria consciência religiosa. Isso é muito comum nos escritos dos liberais clássicos, como Schleiermacher, por exemplo. Nesse contexto, não há lugar para os atos reveladores de Deus, mas apenas para a expressão da consciência religiosa do homem.

A inspiração dos escritores bíblicos é similar à dos escritores de outras obras importantes da literatura mundial. Na inspiração dinâmica, “as Escrituras são nada mais do que a obra de homens com *insights* notadamente religiosos, com a capacidade de expressá-los em linguagem eloquente”.<sup>270</sup> Berkhof diz que “essa teoria renuncia à ideia de uma operação direta do Espírito Santo na produção dos livros da Bíblia, substituindo-a pela inspiração geral dos escritores”.<sup>271</sup>

Essa teoria reduz a “inspiração” a um nível estético, concebendo os escritores bíblicos como inspirados somente ao grau em que qualquer autor humano é inspirado na composição de uma poesia ou de uma novela, ou como qualquer artista é inspirado na produção de sua obra de arte. H. Marshall aponta que, de acordo com essa teoria, o escritor bíblico “mostra as mesmas qualidades que encontramos nos grandes poetas e romancistas, bem como nos artistas em suas palavras, capazes de reconhecer profundas verdades e de expressá-las de maneira memorável e impressionante”.<sup>272</sup>

É óbvio que esses elementos de capacidade de expressão estão presentes nos escritores bíblicos, pois a Bíblia está entre as grandes obras literárias do mundo, mas comparar a inspiração dos escritores da Bíblia com a dos poetas e escritores em geral é um disparate: trata-se, aqui, de negar a autoridade divina da Escritura, de nivelar a Escritura a qualquer outra obra importante.

Essa abordagem liberal da inspiração dinâmica é *antropocêntrica* e *racionalista*, fazendo com que a razão humana ou o sentimento humano

sejam os juízes sobre o que é divino e o que é humano na Bíblia. Ela nega o que a Bíblia diz de si mesma no que diz respeito à inspiração.

### 3) A TEORIA DA INSPIRAÇÃO ORGÂNICA

A concepção reformada de inspiração é designada *inspiração orgânica*. Esse nome serve para distingui-la da *teoria da inspiração mecânica* e da *teoria da inspiração dinâmica*, frequentemente defendida pelos liberais quando tratam da analogia com uma poesia ou uma inspiração artística.

A posição reformada é a opção, pois evita os extremos das duas outras posições e faz justiça ao ensino geral das Escrituras sobre a inspiração.

Alguns oponentes da fé reformada acusam os calvinistas de serem defensores da “inspiração mecânica”. Assim, para se livrarem dessa acusação, os teólogos reformados se viram na obrigação de formular e designar sua teoria da inspiração como “inspiração orgânica”. Essa expressão foi usada pelos teólogos holandeses Abraham Kuyper, Herman Bavinck e G. C. Berkouwer, e a teoria da inspiração orgânica também é defendida pelos Padrões de Westminster e pelos teólogos da antiga Princeton, como Charles Hodge, A. A. Hodge, B. B. Warfield. Nessa defesa, incluem-se outros reformados do século XIX, como, por exemplo, W. G. T. Shedd, além de alguns mais recentes, como Louis Berkhof e Van Til. Também vêm em sua defesa fora dos círculos reformados eruditos como L. S. Chafer e H. C. Thiessen.

A seguir, tem-se a descrição de “inspiração orgânica”, como formulada pelo *Sínodo Ecumênico Reformado*, em 1958, num documento sobre a infalibilidade e a inspiração das Escrituras:

Essa doutrina da inspiração pode ser propriamente designada como *inspiração orgânica*. O propósito do uso do termo “orgânica” é tornar óbvia qualquer noção de inspiração puramente mecânica, segundo a qual os escritores da Bíblia seriam concebidos como meros estenógrafos. A doutrina reformada da inspiração dá o devido reconhecimento ao aspecto humano da Santa Escritura, sustentando que o

Espírito Santo inspirou os profetas e os apóstolos. O Espírito não suprime suas personalidades nem exclui qualquer atividade da parte deles. A necessidade de eles pesquisarem e refletirem não foi eliminada, e os aspectos característicos de estilo e linguagem não foram suprimidos; eles escreveram de acordo com suas próprias peculiaridades. Enquanto isso, o Espírito, soberanamente, preparou, controlou e dirigiu esses homens imperfeitos e falíveis de modo inescrutável. Assim, as palavras que eles escreveram foram inspiradas por Deus, palavras que comunicaram infalibilidade à autorrevelação de Deus à raça. Embora as Escrituras tenham vindo a nós pela instrumentalidade de homens que eram sujeitos a erros, não nos foram apresentadas como uma mistura de verdade e erro. O autor real da Bíblia é o Espírito Santo, que empregou os profetas e os apóstolos como seus órgãos, e, como a ação do Espírito Santo na inspiração foi penetrante, a Bíblia é totalmente divina em todas as suas partes e em todos os seus elementos, em suas formas de expressão, assim como no conteúdo de seus ensinamentos. Em resumo, a Bíblia é a palavra normativa e absolutamente confiável do Deus Altíssimo.

A *inspiração orgânica* expressa o fato de que o Espírito Santo usou homens como organismos vivos e ativos, e não como meras máquinas. O Espírito Santo operou *em* e *através* deles. A Escritura é produzida pela instrumentalidade de seus autores humanos, que, organicamente, foram inspirados pelo Espírito Santo. Isso significa que a obra de inspiração do Espírito Santo não é para ser vista simplesmente em conexão com seus escritos ou como qualificando o escrito. A atividade do Espírito é para ser vista de forma muito mais abrangente e orgânica. É preciso ver os seguintes fatores como passíveis de expressar as implicações da inspiração orgânica:

- O nascimento dos escritores da Escritura em determinados tempo e lugar;
- A concessão de capacitações específicas a eles
- O equipamento com uma formação definida de várias formas
- A experiência deles na história, preparando-os para essa tarefa
- A inspiração do Espírito em lhes lembrar os eventos e as experiências, bem como o entendimento e a interpretação desses eventos

- A inspiração do Espírito no uso que fizeram das fontes orais e escritas
- A direção do Espírito para escreverem (Kuyper chama isso de *inspiração gráfica*)
- A inspiração do Espírito estende-se a tudo que eles escreveram (*inspiração plenária*)
- A inspiração do Espírito envolve todas as palavras que eles escreveram (*inspiração verbal*)
- A inspiração do Espírito, todavia, não anula as capacidades e as características pessoais dos escritores e nunca nega o que eles próprios foram

A esse respeito, Calvino escreveu:

Mas não importa se você vai ler Davi, Isaías ou outros cuja linguagem flui doce e agradável, ou se você vai ler Amós, o boieiro, Jeremias ou Zacarias, cujo estilo mais rigoroso dá um sabor de rudeza, o fato é que aquela majestade do Espírito sobre a qual tenho falado estará evidente em toda parte.<sup>273</sup>

Essa teoria da inspiração orgânica faz jus ao elemento divino e ao elemento humano na Bíblia.

**a)** Faz plena justiça ao *elemento divino* porque ensina que Deus “coopera” em todos os atos humanos de registro daquilo que foi revelado. Faz justiça à reivindicação de 2 Timóteo 3.16, que diz que “toda Escritura é inspirada por Deus”. O que ela assevera é a atividade de Deus durante todo o processo, de tal forma que, em última instância, a totalidade do produto vem de Deus.

**b)** Faz plena justiça ao *elemento humano* porque tira a ideia do ditado mecânico, em que a personalidade dos escritores é eliminada, dando aos estudiosos um grande elemento que explica as diferenças de estilo nos livros da Escritura.

---

260. Louis Berkhof, *Introduction to Theology*, p. 15.

261. Algumas vezes, Calvino usou a palavra “ditado” ou “ditou” para expressar a maneira como Deus falava aos profetas: no quarto livro sobre os escritos de Jeremias, ao comentar Jr 35.12-15, Calvino diz: “God then here declares that He required nothing but what nature itself dictated, even that the Jews should repent and form their life according to the rule of obedience” (Jeremiah IV, p. 318); comentando Jr 36.4-6, Calvino ainda diz: “Therefore the greater part of so many words must have escaped the Prophet, had not God dictated them again to him. Jeremiah then stood, as it were, between God and Baruch; for God, by His Spirit, presided over and guided the mind and tongue of the Prophet. Now the Prophet, the Spirit being his guide and teacher, recited what God had commanded” (Jeremiah IV, p. 329). Em sua tese sobre Calvino, publicada pela Universidade de Harvard, Kenneth Kantzer diz: “This dictation is not necessarily to be taken as the divine repetition of audible words. That Calvin uses the Latin *dictare* in slightly figurative sense is proved by its frequent references to the ‘dictation’ by nature” (citado por Klooster, *Introduction to Systematic Theology*, apostila usada no Calvin Theological Seminary, p. 125). Fica evidente que Calvino não cria em uma teoria da inspiração mecânica, pois, na mesma página, ao comentar a relação entre Jeremias, Baruque e Deus, Calvino diz: “Jeremiah repeats again that nothing came from himself. We hence see that he did not dictate, according to his own will, what came to his mind, but that God suggested whatever he wished to be written by Baruch” (Jeremiah, IV, p. 329).

262. I. Howard Marshall, *Biblical Inspiration* (Eerdmans, 1983), p. 33.

263. Marshall, *op. cit.*, p. 33.

264. Norman L. Geisler e William E. Nix (orgs.), *A General Introduction to the Bible* (Chicago: Moody Press, 1980, p. 45). Docetismo é uma heresia dos primeiros séculos que cria que Jesus Cristo era realmente Deus, mas que sua humanidade era somente aparente. Na verdade, docetismo é todo movimento teológico em que, de algum modo, fica evidente a negação da plena humanidade de Jesus.

265. Geisler, *op. cit.*, p. 44. Geisler, *Introduction...*, p. 45.

266. Geisler, *Introduction...*, p. 45.

267. *Idem*, *ibid.* O ebionismo era um movimento do séc. III que negava a realidade e a plenitude da divindade de Jesus Cristo, afirmando sua humanidade.

268. Geisler, *op. cit.*, p. 45.

269. Geisler, *op. cit.*, p. 46.

270. Marshall, *op. cit.*, p. 34.

271. Berkhof, *Introduction to Theology*, p. 152.

272. Marshall, *op. cit.*, p. 34.

273. *Institutes*, I, viii, 2.

## PARTE 5

# A DOCTRINA DA INERRÂNCIA DAS ESCRITURAS

**J**untamente com a doutrina da inspiração, dedico um espaço relativamente grande à doutrina da inerrância, do Capítulo 18 ao Capítulo 21. Sem uma boa visão de inspiração e inerrância, os crentes podem vacilar em sua crença na confiabilidade, veracidade e normatividade da Bíblia. Sem uma boa doutrina da inspiração e da inerrância, os crentes ficam vulneráveis aos ataques dos teólogos liberais e daqueles mais ligados ao misticismo de outras religiões.

A questão da autoridade da Escritura tem sido matéria essencial em todas as épocas da vida da igreja, mas a confiabilidade da Escritura nunca foi tão questionada como nos tempos modernos, com o surgimento da crítica histórica no cenário teológico. É nesse contexto que muitos estudiosos conservadores levantaram novamente a bandeira da inerrância bíblica nestas últimas décadas.

A *inerrância* é um assunto bastante controverso nos meios teológicos, inclusive entre os conservadores. A controvérsia costuma surgir especialmente por causa da falta de concordância sobre a terminologia e seu respectivo significado.

Antes de tudo, é necessário definir “inerrância”. Um dos grandes problemas de nosso tempo é a falta de entendimento de um assunto pela falta de uma definição clara dos *termos* usados. Sem a definição exata de inerrância, jamais responderemos com precisão se a Escritura é inerrante ou não.

Dentro dos círculos evangélicos, tem havido muitos debates, com posições contrárias sobre a questão da inerrância. A grande dificuldade está na precisão dos conceitos e termos. Sabiamente, Paul D. Feinberg comenta que é útil “distinguir entre a doutrina teológica da inerrância e a definição do termo *inerrância*. Em conexão com a doutrina, existem as questões de como a doutrina é *construída* e de como é *justificada*. No coração deste assunto, está o dado exegético do qual a doutrina surge e contra o qual é testada. Se, de fato, a Escritura ensina tal doutrina, há o assunto da definição ou do estabelecimento do significado preciso do termo *inerrância*”.<sup>274</sup>

---

274. “The Meaning of Inerrancy”, *Inerrancy*, editado por Norman Geisler, Zondervan, 1979), p. 468, nota de rodapé 1.

# SINÔNIMOS USADOS PARA INERRÂNCIA

**L**iteralmente, o termo significa aquilo que é “sem erros”, “livre de erros”. Conceitualmente, podemos dizer que

aqueles que defendem a “inerrância da Bíblia” geralmente querem dizer por essa palavra que a Bíblia não contém nenhum erro de qualquer espécie, seja histórico, religioso, geográfico, geológico, numérico ou de qualquer outra categoria. O termo não é apropriado porque, ao negar uma ideia negativa, não deixa lugar para o oposto correto.<sup>275</sup>

Obviamente, muitos evangélicos não apreciam o termo *inerrância* por algumas razões: LaSor não aceita o termo porque é essencialmente uma negação de um conceito negativo<sup>276</sup> e porque vê vários problemas na Escritura: alguns problemas textuais e algumas inconsistências, embora não os chame propriamente “erros”.<sup>277</sup> Ridderbos também não gosta do termo *inerrância* porque não é bíblico. Para ele, inerrância é um conceito teológico.<sup>278</sup> Pinnock, antigo defensor da inerrância da Bíblia, que posteriormente mudou de opinião, passou a olhar o termo *inerrância* com algumas críticas, sustentando que deveríamos encontrar uma palavra melhor, razão pela qual o termo deve ser evitado tanto quanto possível. O assunto da inerrância é matéria dos autógrafos, e não das traduções que normalmente usamos.<sup>279</sup> Ele ainda diz:

Parece-me, em razão das sérias desvantagens que o termo inerrância apresenta, que deveríamos suspendê-lo da lista da terminologia preferida ao afirmar a doutrina evangélica da Escritura, e deixá-lo aparecer somente no meio do trabalho com os detalhes. Para nós, é suficiente, em nossas afirmações públicas, sustentar a inspiração divina e a autoridade final da Bíblia.<sup>280</sup>

Vários termos têm sido usados ou sugeridos na recente história da igreja para descrever a ideia de inerrância. Vejamos.

### 1. INSPIRAÇÃO

Para Charles Hodge e Benjamin Warfield, inspiração é sinônimo de inerrância.

A inspiração pode não ter nenhum significado se o cristianismo não é verdadeiro, mas o cristianismo é verdadeiro e divino — e, sendo assim, Deus nos dá, em adição à sua revelação de verdade salvífica, um registro infalível daquela revelação sem erro por meio da inspiração.<sup>281</sup>

Mais tarde, os eruditos tenderam a abandonar a identificação de inspiração com inerrância por trazer algum tipo de confusão, procurando um termo melhor. Posteriormente, outros termos surgiram na história da Teologia.

### 2. INDEFECTIBILIDADE

A Igreja Católica usa o termo *indefectibilidade* de maneira diferente em seus concílios, referindo-se ao fato de que a igreja nunca se apartará da doutrina.

Entre as muitas confusões terminológicas, está a falha em distinguir entre “infallibilidade” e “indefectibilidade”. Sucintamente afirmada, a infalibilidade se refere à assistência divina dada por Cristo à igreja para ensinar doutrinas específicas sem erro; a indefectibilidade se refere à assistência divina dada à igreja para permanecer fundamentalmente fiel aos ensinamentos de Cristo.<sup>282</sup>

Para a igreja de Roma, a indefectibilidade significa, em outras palavras, a capacidade que a *ecclesia docens* (e não a *ecclesia audiens*) tem em seus ensinamentos sobre Cristo ao longo da história. *Mutatis mutandi* é a indefectibilidade no que diz respeito à docência da igreja, que se resume, em última instância, aos editos papais. Trata-se da conhecida infalibilidade papal.

Entretanto, o termo foi usado pelo teólogo católico Hans Küng com relação à Escritura. Indefectibilidade significa permanecer, continuar ou manter-se na verdade, a despeito dos erros que tocam mesmo a doutrina. A indefectibilidade não está nas palavras isoladas da Escritura, mas em seu conjunto, que não falha. No entanto, esse termo não “pegou” e a insatisfação continuou, procurando-se um termo melhor.

Warfield também defende o uso de *indefectibilidade* como sinônimo para inspiração.<sup>283</sup> No entanto, ele usa muito raramente o termo, preferindo o vocábulo mais comum – inspiração.

### **3. INFALIBILIDADE**

Esse termo já é mais antigo no uso da história da igreja. Existem alguns grupos evangélicos que rejeitam o termo *inerrância*, mas aceitam o termo *infalibilidade*. Se analisarmos o sentido do termo, será difícil distingui-lo de inerrância.

Dentro da Igreja Católica, contudo, é mais fácil estabelecer a distinção entre inerrância e infalibilidade. Quando se fala de *inerrância*, faz-se referência à Bíblia, e quando se fala de *infalibilidade*, aos decretos oficiais do magistério da igreja. No protestantismo, porém, não se faz a mesma distinção. Tanto um como outro se referem às Escrituras. Como é difícil distinguir *infalibilidade* de *inerrância*, alguns teólogos evangélicos partiram em busca de outro termo.

### **4. INDECEIVABILITY**

Esse termo em inglês, sem equivalente em português, diz respeito à qualidade do texto de não estar enganado ou algo que não é passível de engano. Embora esse termo não seja comum, vários autores reconhecidamente evangélicos o usaram, principalmente nos Estados Unidos.<sup>284</sup> Aqueles que o usaram

afirmam que a Bíblia é desprovida de erro no sentido sugerido pelo termo. Esses teólogos são evangélicos em sua Teologia e nutrem real amor e respeito pelas Escrituras; mas eles pensam que a Bíblia contém várias espécies de incorreções e, assim, não gostam do termo inerrância.<sup>285</sup>

Parece que essa palavra é mais suave para eles do que *inerrância*, o que justifica sua preferência. Esse termo tem conquistado terreno nos círculos evangélicos dos Estados Unidos, em detrimento da palavra *inerrância*, por várias razões: os teólogos preferem falar da autoridade da Bíblia, ou mesmo de sua infalibilidade. Eles conseguem conviver com um termo usado pelo Pacto de Lausanne, que afirma que a Bíblia é “sem erro em tudo que afirma”, porém é importante compreender o que esses teólogos entendem por “erro”. Por exemplo, para Berkouwer, “sem erro” significa “livre de mentira e fraude”.

Para Rogers, “erro” significa “fraude voluntária”. Dessa forma, o erro está associado 1) à intencionalidade do escritor ou texto e 2) à vontade de Deus, particularmente quando tem a ver com a verdade espiritual ou religiosa.<sup>286</sup>

Nesse sentido, todos eles creem que a Escritura é “sem erros” ou que não é passível de estar enganada. Esses teólogos evangélicos atribuem certa inerrância à Escritura e temos de reconhecer que eles trabalham seriamente com os dados fornecidos pela própria Escritura.

## CONCLUSÃO

Como se pode notar, muitos eruditos evangélicos tentam escapar do termo *inerrância*, pelas dificuldades que ele pode apresentar. Tendo em vista que, até agora, não dispomos de um termo melhor, é preciso definir mais

corretamente o que se entende por *inerrância* bíblica. Feinberg define-a da seguinte forma:

Inerrância significa que, quando todos os fatos são conhecidos, as Escrituras, em seus autógrafos originais e propriamente interpretados, serão mostrados ser totalmente verdadeiros e tudo o que eles afirmam, seja aquilo que tem a ver com doutrina, moralidade ou com as ciências da vida, social ou física.<sup>287</sup>

A Escritura é a Palavra da verdade e nela não há falha. É o que vários versos da Bíblia mostram: Sl 119.142, 160; Pv 30.5,6; Jo 17.17. A ideia de inerrância é extraída desses versos, e sua base teológica será estudada posteriormente.

- 
275. William Sanford LaSor, "Life under Tension", Fuller Theological Seminary, e "The Battle for the Bible", *Theology, News and Notes, Special Issue, Fuller Theological Seminary*, 1976), p. 23.
276. William Sanford LaSor, "Life under Tension", Fuller Theological Seminary, e "The Battle for the Bible", *Theology, News and Notes, Special Issue, Fuller Theological Seminary*, 1976, p. 23.
277. *Ibid.*, pp. 23-25.
278. Herman Ridderbos, "An Attempt at the Theological Definition of Inerrancy, Infallibility, and Authority", *International Reformed Bulletin*, 32 e 33, 11<sup>th</sup> year (January-April, 1968).
279. Clark Pinnock, "Inspiration and Authority: A Truce Proposal", *The Other Side* (May-June, 1976), p. 4.
280. *Ibid.*, p. 4.
281. Archibald A. Hodge e B. B. Warfield, "Inspiration" (Grand Rapids: Baker, 1979), pp. 8-9. (itálico acrescido.)
282. Observação feita no site <http://www.thefreelibrary.com/Infallibility--terminology%2C+textual+analysis%2C+and+theological+...-a0326349333>. Acesso em abril de 2016.
283. Kern Robert Trembath, "Evangelical Theories of Biblical Inspiration" (Oxford: Oxford University Press, 1987), p. 49.
284. Charles Briggs, em Bible, "Church and Reason", pp. 91-95; Donald Bloesch, "Essentials of Evangelical Theology", pp. 67-70; G. C. Berkouwer em "Holy Scripture" (Grand Rapids: Eerdmans), 1955; Jack Rogers, "The Church Doctrine of Authority", *Biblical Authority*, editado por Jack Rogers (Waco: Word, 1977).
285. Paul D. Feinberg, "The Meaning of Inerrancy", *Inerrancy*, editado por Norman Geisler, Zondervan, 1979, p. 288.
286. Feinberg, *op. cit.*, p. 289.
287. Feinberg, *op. cit.*, p. 294.

# NÍVEIS DE INERRÂNCIA

**H**á vários conceitos e níveis de inerrância aceitos pelos teólogos contemporâneos, reformados ou evangélicos. O termo “inerrância” é usado de forma imprecisa entre eles. Vejamos, portanto, os diversos *níveis* de inerrância defendidos pelos teólogos:

1) A inerrância no sentido mais estrito e rígido indica que o texto bíblico é imutável, absoluto e infalível, ou seja, Deus quis que suas Palavras fossem tão perfeitamente usadas que não admitissem nenhum tipo de modificação ou desenvolvimento. As palavras dos autores não são outras que as próprias palavras de Deus, independentemente do tempo. Outras palavras não poderiam expressar melhor a autorrevelação de Deus.<sup>288</sup>

De acordo com esse conceito de inerrância, estão inclusos todos os assuntos, e não simplesmente as matérias de fé e salvação. A Escritura é inerrante em qualquer matéria de que trata, seja em assuntos históricos, científicos ou em qualquer outra coisa que diga respeito à salvação do homem.

**Crítica:** Os defensores dessa definição estão na difícil posição de demonstrar como os escritores bíblicos, que são limitados pelo desenvolvimento da linguagem e pela conceituação humana de seu tempo particular, poderiam expressar tão perfeitamente as verdades de Deus que nenhum desenvolvimento ou refinamento posteriores seriam possíveis.<sup>289</sup>

Outro ponto difícil de demonstrar é que todas as coisas da Escritura são necessárias à nossa salvação.

2) “A inerrância que a maioria dos evangélicos subscreveria é uma posição mediana, baseada no conceito de inspiração verbal. Por terem sido inspirados e superintendidos pelo Espírito Santo, os autores da Escritura foram, assim, guiados a escrever aquelas palavras necessárias para expressar de forma suficiente (mas não necessária e definitiva) a verdade que Deus desejou.”<sup>290</sup>

Uma crítica comum a tal posição é que, visto que esta definição de inerrância insiste na imutabilidade das “palavras primárias” e dos “conceitos básicos” apenas, o fardo da evidência não é muito pesado. Tolera-se – ou até mesmo espera-se – algum grau de desenvolvimento em ambos, dentro do testemunho bíblico e após a sua finalização como cânon. O que deve ser testado, portanto, é a completa adequação das verdades básicas e sua formulação verbal. Certamente, a posição da suficiência e da confiabilidade bíblica é muito mais defensável que a da total imutabilidade bíblica.<sup>291</sup>

3) “Proponentes de um terceiro entendimento de inerrância prefeririam uma palavra diferente, como, por exemplo, “indefectibilidade”.<sup>292</sup>

A inerrância e a inspiração não dependem das palavras individuais da Escritura, mas da total confiabilidade na verdade unificada apresentada pela Escritura. A inteireza da fé cristã não depende dos conceitos inalteráveis e das proposições imutáveis, mas de uma continuidade de desenvolvimento que a protege da dissolução do compromisso cristão. A inspiração não está limitada ao passado, desempenhando papel fundamental no processo contínuo de garantir a integridade essencial do cristianismo.<sup>293</sup>

Este terceiro conceito de inerrância carrega consigo outro conjunto de dificuldades. A forma como a inspiração é entendida, como um processo contínuo, dentro da igreja universal ou no âmbito do intérprete individual, o problema não é como avaliar o desenvolvimento, mas como manter a

autoridade da Escritura nesse desenvolvimento. Como, para aqueles de nós que têm sentido a admissão de qualquer forma de desenvolvimento, isso destruiria a base objetiva para julgar a heresia, teríamos muito a aprender com os eruditos católico-romanos, que estão lutando com esse problema por outro ângulo.<sup>294</sup>

### INERRÂNCIA LIMITADA?

Houve, contudo, aqueles que, desde o século passado, creram numa inerrância ou numa inspiração limitada:<sup>295</sup> Henry P. Smith, erudito do Antigo Testamento, no século passado, defendeu a “fórmula limitante de que a Escritura é infalível somente em matéria de fé e prática”.<sup>296</sup> Somente nas coisas concernentes à salvação, a Escritura é inerrante e infalível. Benjamin Warfield, contudo, se insurgiria contra essa ideia, dizendo que, se concordássemos com Smith, nos acharíamos numa posição perigosa de separação não bíblica entre as matérias espiritual e secular.<sup>297</sup> Se Smith está certo nesse ponto de vista, estas seriam algumas das consequências danosas:

**a)** A base objetiva da salvação histórica seria minada.

**b)** Perderíamos a confiança nas matérias de maior peso se a veracidade dos escritores bíblicos fosse posta em dúvida no que diz respeito aos detalhes menores. A verdade é que a Escritura não dá nenhuma evidência de que sua inspiração seja limitada. Se limitarmos a inerrância apenas às matérias de fé e prática, estaremos divorciando a fé da história, porque a Escritura é plena de informações históricas.

A grande e perene dificuldade daqueles que creem numa inerrância limitada, e Coleman reconhece isso, “é que ela requer um princípio hermenêutico para estabelecer a distinção entre o que é necessário para a salvação e o que é incidental”.<sup>298</sup> Quem pode dizer, em sã consciência, que o aspecto histórico não é relevante para a salvação? Se não o é, nossa salvação seria algo simplesmente docético. Se a Bíblia pode vir a apresentar uma falha histórica, então essa falha prejudicaria as raízes históricas de nossa salvação.

De alguma forma, essa “inerrância limitada” é crida pelo Concílio Vaticano II, quando afirma em um de seus Cânones:

Portanto, como tudo que é asseverado pelos autores inspirados ou pelos autores sacros deve ser sustentado como asseverado pelo Espírito Santo, segue-se que os livros da Escritura devem ser reconhecidos como ensinando firme e fielmente, sem erro, aquela verdade que Deus queria colocar nos escritos sagrados para nossa salvação. Portanto, “toda Escritura é inspirada por Deus e útil para o ensino...”.<sup>299</sup>

Comentando essa citação do *Dei Verbum*, Coleman diz que, ao evitar o uso de termos negativos, como “imune de todo erro”, “inerrância” ou “uma Bíblia infalível”, o Concílio falou positiva e especificamente da verdade que Deus desejou colocar lá para nossa salvação. A inerrância não é mais vista como um efeito automático, que resulta apenas do fato de a Igreja ter decidido canonizar certos livros.<sup>300</sup>

Essa posição de inerrância limitada também encontra acolhida entre alguns estudiosos do mundo protestante evangélico, de linha razoavelmente conservadora. Muitos tendem a não fazer concessões na área da inerrância, com o justo temor de não ferir de morte a doutrina da inspiração. Coleman levanta uma teoria que ele chama de “conclusão lógica e viável” de que “a Escritura é inspirada em sua totalidade, mas é inerrante somente naqueles assuntos necessários à nossa salvação”.<sup>301</sup>

Alguns que creem na inerrância limitada defendem a ideia de que a Escritura é inspirada por Deus, em seu conjunto, mas que nem tudo o que está escrito serve como regra de vida para nós, ou que devemos obedecer à sua integralidade, ou ainda que nem tudo que está escrito é o que Deus nos ensina. Há coisas na Escritura que mostram as intenções de Satanás ou de homens maus, como é o caso da mulher ou dos amigos de Jó. Essas coisas não são úteis à nossa salvação.

Assim, embora esses ensinamentos façam parte da Escritura, que é inspirada por Deus, não podem ser considerados inerrantes. Nesse caso, a

exegese tem de ser de grande ajuda para o intérprete, porque vai ajudá-lo a discernir se o texto está trazendo um ensino aprovado por Deus ou apenas relatando a opinião dos homens ou de Satanás.

Em outras palavras, a exegese tem papel legítimo quando distingue entre o que a Escritura *tenciona* (ou *pretende*) ensinar como revelação e aquilo que meramente relata ou transmite. Assim, no que diz respeito à usual afirmação “Qualquer coisa que a Bíblia ensina é verdadeiro e sem erro”, eu somente desejaria acrescentar que as Escrituras são verdadeiras e sem erro naquilo em que *tencionam* (pretendem) ensinar.<sup>302</sup>

Nesse caso, se o que Deus *tenciona* ensinar nas Escrituras é relativo à nossa salvação, então isso é inerrante. Se há coisas narradas na Escritura que não são a intenção de Deus ensinar para nossa vida, então essas coisas não devem, necessariamente, ser inerrantes. Os defensores da inerrância limitada sustentam que a Bíblia só é inerrante em seu escopo específico.

O escopo da inspiração bíblica é muito mais amplo e variado do que o escopo da inerrância bíblica. Esta está amarrada como um resultado do propósito específico do autor em escrever o que escreveu... Em outras palavras, a inerrância é um caso particular de inspiração, mas não é nem o fim nem a única consequência da inspiração. A inspiração plenária e a inerrância limitada, quando vistas desse modo, não são logicamente inconsistentes, como muitos asseverariam.<sup>303</sup>

Raciocinando desse modo, aquele que crê na inerrância limitada pode asseverar a crença na inspiração total das Escrituras e, ao mesmo tempo, afirmar, sem medo de errar, que a Escritura não erra naquilo em que *tenciona* ensinar.<sup>304</sup>

A concepção de inerrância limitada está vinculada, em algum sentido, ao conceito de revelação progressiva, o que não torna a revelação progressiva algo negativo. Coleman diz que é

legítimo dizer, com os reformadores, que, enquanto a Escritura é igualmente inspirada, não é igualmente proveitosa. Tudo na Escritura foi necessário no plano de

Deus para a salvação, mas, como aquele plano progrediu e alcançou seu ápice em Cristo, algumas matérias, eventos históricos ou descrições tornaram-se menos essenciais. O Código de Santidade não é menos inspirado do que o Evangelho de João, mas, se tivéssemos de escolher entre ambos, não teríamos muita dificuldade em decidir o que é mais importante.<sup>305</sup>

Segundo os que creem na inerrância limitada, nem tudo o que está escrito na Escritura foi intenção de Deus nos ensinar para a nossa salvação, e nem tudo tem o mesmo proveito e valor para nós, embora tudo tenha sido igualmente inspirado por Deus. Inspiração plenária não é sinônimo de inerrância, e não são inseparáveis. A inspiração plenária não assegura a automática inerrância de todas as palavras. É perfeitamente possível crer na inspiração plena e evitar o termo *inerrância* para muitos textos em que Deus não pretende que aprendamos, pois não revelam sua mente.

Os advogados da *inerrância limitada* afirmam que a Escritura é inerrante apenas nas matérias de fé e prática, como já vimos, e não em áreas da História ou de qualquer outra ciência. Há, contudo, algumas críticas sérias que precisam ser feitas a esse posicionamento:

**a)** O primeiro problema a ser analisado é hermenêutico: quem vai determinar o que é matéria de fé? Quem vai dizer o que é ou não normativo na Escritura? Se alguém consegue fazer isso, esse alguém vai trabalhar com uma espécie de *cânon reduzido*. Se reduzirmos o cânon apenas ao que é matéria de fé, vamos cair no mesmo princípio hermenêutico de Bultmann. Ele “pensa que devemos limpar a casca do que é pré-científico e histórico da Escritura para alcançar o cerne viável da ‘fé’”.<sup>306</sup> O perigo da redução do cânon é perfeitamente visível naqueles que sustentam uma inerrância limitada. Embora os evangélicos que defendem a inerrância limitada não devam ser chamados de “bultmanianos”, porque isso não lhes faz justiça, sua metodologia “não conta com nenhuma proteção inerente de uma delimitação arbitrária do escopo do cânon bíblico”.<sup>307</sup>

**b)** O segundo problema a ser analisado também é hermenêutico: a relação entre fé e história. Se limitarmos a noção de inerrância às matérias de fé e salvação, como propõem os adeptos da inerrância limitada, o que faremos com a história bíblica? Se a nossa fé for dissociada dos elementos históricos, onde ficarão suas raízes? Será apenas uma fé docética? Não! O elemento das informações históricas não pode ser negociável. É verdade que a Escritura não é um livro da história comum, mas trata das intervenções sobrenaturais de Deus em *nossa* história. Se os dados históricos não forem confiáveis, então a matéria de fé também não o será, porque a fé cristã está enraizada, indelevelmente, em nossa história. Sproul pergunta: “Se excluirmos a esfera da história da categoria da inspiração ou da inerrância, seja no todo ou em parte, inevitavelmente não perderemos o evangelho?”<sup>308</sup>

**c)** O terceiro problema tem um toque apologético. Quando limitamos a inerrância à matéria de fé e prática, estamos tentando escapar e tornar nossa fé imune aos dardos do criticismo histórico. Ao agirmos assim, o evangelho fica preservado e as matérias de fé e prática ficam intactas, enquanto admitimos erros em matéria de História e Cosmologia.<sup>309</sup> Isso pode ser muito digno, mas o grande problema dessa escapada da crítica histórica é: como poderemos dar suporte à ideia de que a Bíblia é superintendida pelo Espírito Santo? Qual parte deve ser considerada inspirada? Somente o que é matéria de fé? E a fé não está vinculada à História? Seria possível dissociá-la da História? Se as coisas são assim, não mais poderemos provar a razão de nossa fé, e ela não mais será racionalmente defensável.

- 
288. Richard J. Coleman, "Reconsidering Limited Inerrancy", *Journal of the Evangelical Theological Society*, v. 17, 1974, p. 212.
289. Coleman, op. cit., pp. 212-13.
290. Coleman, op. cit., p. 212.
291. Coleman, op. cit., p. 213.
292. Coleman observa que, "embora essa posição tenha sido sustentada por longo tempo pelos protestantes liberais, rapidamente se está tornando identificada com um número proeminente de eruditos católico-romanos, como Hans Kung, Edward Schillebeeckx, Karl Rahner, Leslie Dewart, Gregory Baum, John McKenzie e Avery Dulles (obviamente, existem diferenças entre eles)" (Ibid., p. 212, nota de rodapé 17).
293. Coleman, op. cit. p. 212.
294. Coleman, op. cit. p. 213.
295. Sempre houve aqueles que usaram "inspiração limitada" como sinônimo para inerrância limitada. Em 1884, em seu artigo "On the Inspiration of the Scripture", na revista *The Nineteenth Century*, John H. Newman insistiu na crença da inspiração plena da Escritura, rejeitando, porém, a doutrina da inerrância plena da Bíblia. Coleman, que dá suporte a uma espécie de "inerrância limitada", entretanto, crê numa "inspiração plena". Criticando a posição enfraquecida de Smith, ele diz: "Teria sido muito melhor se Smith tivesse falado de uma 'inerrância limitada' do que de uma 'inspiração limitada'" (p. 208).
296. Coleman, op. cit., p. 208.
297. B. B. Warfield, "Limited Inspiration", *Biblical and Theological Studies* (Grand Rapids: Baker, 1961).
298. Coleman, op. cit., p. 209.
299. *Dei Verbum*, art. 11.
300. Coleman, op. cit. p. 209.
301. Coleman, op. cit., p. 211.
302. Coleman, op. cit., p. 210.
303. Coleman, op. cit., p. 211.
304. Idem, *ibid.*
305. Idem, *ibid.*
306. R. C. Sproul, "Sola Scriptura: Crucial to Evangelicalism", *The Foundation of Biblical Authority*, editado por John Montgomery Boyce, Zondervan, 1978, p. 115.
307. Idem, *ibidem.*
308. Sproul, op. cit., p. 116.

309. Idem, ibidem.

# O FUNDAMENTO BÍBLICO DA DOCTRINA DA INERRÂNCIA<sup>310</sup>

## 1. O ENSINO BÍBLICO SOBRE A INSPIRAÇÃO

**P**ara alguns teólogos, falar de inerrância é falar de inspiração. Negar a primeira significa negar a segunda. A principal passagem sobre o tema é 2 Tm 3.16. Há algumas questões que precisam ser definidas para que se entenda a doutrina da inspiração que dá fundamentação à doutrina da inerrância.

### a) O significado de “toda escritura” (πᾶσα γραφή)

Essas duas palavras referem-se a todo o corpo de verdades do Antigo Testamento.<sup>311</sup> Uma das dificuldades está em traduzir corretamente o termo πᾶσα nessa passagem, que significa “inteira”, “totalidade” ou “cada”. Aqui, a Escritura deve ser vista coletiva ou distributivamente? Em nossas versões, a tradução é *toda*, dando preferência à totalidade. Há, contudo, aqueles que preferem a ideia do particular da Escritura, dando a entender que *cada* parte da Escritura está em questão aqui. Com mais facilidade ainda, estes provariam sua inerrância.

A palavra γραφή simplesmente significa “escrito” e é usada mais de cinquenta vezes no NT. E, sempre que isso ocorre, refere-se aos “escritos sagrados”. Essa palavra é uma espécie de *terminus technicus* para os escritos sagrados.

### **b) O significado de “inspirada” (θεόπνευστος)**

Esse significado é decisivo para o assunto. A palavra “inspiração” pode ter conotação de certa forma confusa nesse matéria. O termo traz consigo a ideia do sopro de Deus sendo infundido na Palavra, ou seja, Deus energizando-a. É verdade que Deus energiza sua Palavra, mas esse não é o ponto aqui. Feinberg diz que Warfield, após analisar exaustivamente 86 palavras terminadas com *toij* e compostas com *qeoj* (os chamados adjetivos verbais), conclui que *θεόπνευστος* (*Theopneustos*) “nada tem a ver com *inspirar*, estando relacionado à produção da Escritura sacra e normativa. As Escrituras são o sopro *expirado* de Deus. Por essa razão, Paulo pode afirmar que as Escrituras são o discurso de Deus (Gl 3.8,22; Rm 9.17). Deus é o autor daquilo que está registrado (At 13.32-35), e a totalidade da Escritura é o oráculo de Deus (Rm 3.2)”.<sup>312</sup>

### **c) É importante estabelecer a relação entre *γραφή* e *θεόπνευστος*.**

Nosso texto diz, formalmente, que as Escrituras são inspiradas, e não os escritores. Isso ajuda bastante na concepção de inerrância. A força do argumento está no fato de que ninguém pode fazer da falibilidade dos escritores um argumento contra a inerrância, pois o que se diz é que o texto da Escritura é inspirado. Homens como Pedro, por exemplo (Gl 2.11 ss), podem errar, mas não é o caso das Escrituras. Tudo que foi registrado recebeu a ação do sopro de Deus.

Algumas conclusões dessa breve análise:

**a)** A inspiração é alguma coisa que tem a ver com o texto da Escritura, mas certamente não com a interioridade subjetiva do escritor.

**b)** As Escrituras *são* o verdadeiro sopro expirado de Deus. Isso anula a ideia neo-ortodoxa de a Escritura vir a ser, ou tornar-se, Palavra de Deus para mim.

**c)** A doutrina da inspiração aplica-se ao *todo* e a *cada parte* da Escritura. Ou seja, a Escritura é, em seu todo e em cada uma de suas partes, a Palavra normativa de Deus. Observe que, com esse pensamento, anula-se a distinção

entre aquilo que é necessário para a salvação e o que é científico, histórico etc., argumentos que sustentam a inerrância limitada.<sup>313</sup> Contra os proponentes da inerrância limitada, devemos dizer que é impossível separar o que é histórico do que é teológico, pois são aspectos que se interpenetram. Se negarmos a inerrância plena das Escrituras porque temos dificuldade de asseverar a historicidade de algum fato, teremos o grande fardo de provar a historicidade da ressurreição, por exemplo, um evento fundamental para nossa fé. Sem a sua historicidade, a ressurreição perde seu valor. Nossa fé está enraizada em fatos e eventos históricos. Ao divorciar o histórico do teológico, estou desistoricizando minha fé. E fé sem raízes históricas é uma fé docética, dependurada no nada. Não precisamos de uma comprovação histórica para crer, mas não podemos crer em algo que não teve um acontecimento.

## **2. O ENSINO BÍBLICO A RESPEITO DO CRÉDITO DA MENSAGEM E DO MENSAGEIRO DE DEUS**

Há um bom paralelo entre o profeta e a Escritura. Com o profeta, a comunicação é oral, embora a mensagem possa ter sido escrita antes de ser pregada. Com relação à Escritura, a comunicação é escrita. Em ambos os casos, a comunicação tem um elemento humano essencial.

Há duas passagens em Deuteronômio que tratam do crédito da mensagem e do profeta. Na primeira, a mensagem deveria ser “checada” (Dt 18.20); na segunda, o profeta não deveria conduzir a outros deuses (Dt 13.1-5). Ora, tanto a mensagem como o mensageiro devem ser reconhecidos como *provindos* de Deus e *confiáveis* no que dizem. A inerrância da Escritura se baseia na fidelidade do profeta na transmissão da mensagem, mas sua força está no elemento divino da Palavra que foi enunciada.

## **3. O ENSINO BÍBLICO SOBRE SUA PRÓPRIA AUTORIDADE**

Com frequência, muitos textos são citados para provar a autoridade que a Escritura dá a si mesma,<sup>314</sup> por sua veracidade nas afirmações. Aqui, vamos

analisar apenas dois textos que considero importantes nesse assunto.

Em Mateus 5.17-20, Jesus fala da natureza normativa e contínua da lei como um padrão de comportamento. Ele não veio para destruí-la, mas para cumpri-la. Tudo acaba, mas não a lei, até que tudo se cumpra. A autoridade da Escritura ainda é vigente.

Em João 10.34-35, Jesus afirma, categoricamente, no v. 35, que a “a Escritura não pode falhar”. Mais uma vez, a autoridade da Escritura está em pauta.

Embora esses dois textos não estejam tratando diretamente da inerrância, ambos abordam diretamente a autoridade da Escritura. Como é possível dissociar *autoridade* de *inerrância*? Como a autoridade se manifesta? Como alguém pode sustentar a *plena* autoridade da Escritura e, ao mesmo tempo, negar sua inerrância, a confiabilidade de seus relatos?

#### **4. O ENSINO BÍBLICO SOBRE O CARÁTER DE DEUS**

Em mais de um lugar, a Escritura diz que Deus não pode mentir (Nm 23.19; 1Sm 15.29; Tt 1.2; Hb 6.18). Ele é absolutamente confiável no que fala, porque, inquestionavelmente, tudo que ele disse foi cumprido. Por isso, Paulo diz que Deus é verdadeiro e todo homem mentiroso (Rm 3.4), e Jesus diz que sua Palavra é a verdade (Jo 17.17). Se a Escritura é a Palavra de Deus, seu caráter está revelado nela e, portanto, parece-nos claro que, por causa disso, a Escritura não pode errar.

#### **5. O PRINCÍPIO SOLA SCRIPTURA DA REFORMA**

Paul Althaus, teólogo luterano, vê o princípio da *Sola Scriptura* de Lutero surgindo como um corolário da inerrância da Escritura.<sup>315</sup> Esse princípio fundamental da Reforma do século XVI indica que somente a Escritura é fonte de autoridade. Como a Bíblia poderia ser fonte de autoridade se não fosse um livro absolutamente confiável em suas afirmações? Como a Bíblia seria confiável se permitisse erro em suas narrativas? Por essa razão, entende-

se que, desde a Reforma Protestante, creu-se no princípio da inerrância das Escrituras. Sproul diz:

Para Lutero, o *Sola* do princípio *Sola Scriptura* estava inseparavelmente relacionado com a inerrância singular das Escrituras. Era porque os papas podiam errar e erravam, e porque os concílios podiam errar e erravam, que Lutero veio a perceber a supremacia das Escrituras. Lutero não desprezou a autoridade da igreja nem repudiou os concílios da igreja como algo desprovido de valor. Seu louvor ao concílio de Niceia é digno de nota. Lutero e os reformadores não quiseram dizer, pelo princípio da *Sola Scriptura*, que a Bíblia é a autoridade única na igreja. Ao contrário, eles entenderam que a Bíblia é a única autoridade infalível na igreja.<sup>316</sup>

O princípio da *Sola Scriptura* indicava, portanto, não somente que a Escritura estava em primeiro lugar, ou seja, *primus inter pares* (“o primeiro entre os iguais”), como fonte de autoridade em comparação com a autoridade do concílio e da igreja, ou do papa e do colégio de bispos, mas também que era a única fonte de autoridade absolutamente confiável, em virtude de sua inerrância. Por essa razão, é normativa para os cristãos, representando o padrão de comportamento e de fé.

Um documento só pode ser *normativo* quando é fidedigno em suas afirmações. Foi dessa forma que os reformadores e as Confissões do século XVI viram a Escritura. A *normatividade* da Escritura está patente nos seguintes textos:

- *Confissão de Genebra* (1536), que afirma:

Primeiro afirmamos que desejamos seguir a Escritura somente como uma regra de fé e religião, sem misturá-la com quaisquer outras coisas que possam ser imaginadas pela opinião dos homens à parte da Palavra de Deus, e sem desejar aceitar, para nosso governo espiritual, qualquer outra doutrina além daquela que é trazida a nós pela mesma Palavra sem adição ou diminuição, segundo a ordem de nosso Senhor (sec. I).<sup>317</sup>

- *Confissão de Fé Francesa* (1559), que afirma:

Creemos que a Palavra contida nestes livros tem procedido de Deus, e recebe sua autoridade dele somente, e não dos homens. E, como ela é a regra de toda a verdade, contendo tudo que é necessário para o serviço de Deus e para nossa salvação, não é legítimo para os homens, nem mesmo para os anjos, acrescentar qualquer coisa a ela, tirar algo dela ou alterá-la. Por isso, segue-se que nenhuma autoridade, seja de antiguidade, ou costume, ou números ou sabedoria humana, ou julgamentos, ou proclamações, ou éditos, ou decretos, ou concílios, ou visões, ou milagres, deveriam ser opostos a estas Santas Escrituras, mas, ao contrário, todas as coisas deveriam ser examinadas, reguladas e reformadas segundo elas (art. V).<sup>318</sup>

- A *Confissão Belga* (1561), depois de tratar dos livros da Bíblia como canônicos e regra, fundamento e confirmação da fé (art. V), diz no final do art. VII:

Portanto, rejeitamos com todo o nosso coração tudo quanto não concorda com esta regra infalível que os apóstolos nos têm ensinado.<sup>319</sup>

Por essas afirmações confessionais do século XVI, posso dizer que os reformadores creram absolutamente na infalibilidade ou na inerrância das Escrituras por considerarem sua normatividade inquestionável. Assim, posteriormente, os formuladores da *Confissão de Fé de Westminster* afirmaram que as Escrituras eram a única “regra de fé e prática”, reiterando, ainda, “sua *infalível* verdade”.<sup>320</sup>

### INSPIRAÇÃO VERBAL OU INERRÂNCIA?

Michaels prefere dizer que “*inspiração verbal* é um termo mais adequado para expressar uma doutrina viável da Escritura do que o termo *inerrância*”.<sup>321</sup> Há muitos evangélicos que rejeitam a expressão *inspiração verbal* porque temem ser colocados entre aqueles que creem numa teoria mecânica do ditado.

De fato, é inapropriado dizer que as palavras que os autores bíblicos usaram vieram diretamente de Deus, mas os que creem numa inspiração verbal aceitam o fato de que, embora as palavras tenham sido usadas por

homens, foram usadas pelo simples fato de que Deus quis que estivessem lá. Roger Nicole assinala:

Se Deus não guiou os escritores sagrados na escolha do material que decidiram incorporar ao seu próprio texto, então seria para sempre impossível distinguir entre o que é verdadeiramente Palavra de Deus e aquilo que pode ser simplesmente o registro acurado de uma fonte falível. No mesmo nível que material aparece endossado pelo escritor sagrado, deve ser visto como endossado por Deus também.<sup>322</sup>

Os autores bíblicos agiram sob a “inspiração do Espírito Santo”, que fez com que registrassem exatamente o que Deus queria que eles registrassem. E as palavras usadas pelos escritores não é matéria de indiferença. Embora seja correto dizer da Palavra de Deus em palavras de seres humanos, essas palavras humanas são as palavras que Deus *escolheu*. Precisamente desse modo, e não de outro, Deus disse o que quis dizer. E, em qualquer caso, seria incorreto chamar a Bíblia de “livro de *ideias* inspiradas”. Ela é um livro de palavras, e não apenas de conceitos ou ideias... Falar de ideias inspiradas implica tornar a Bíblia alguma coisa diferente do que é e menos do que realmente é. Inspiração deve ser inspiração verbal.<sup>323</sup>

Se Deus *escolheu* as palavras que os escritores usaram, podemos dizer, junto com os defensores da inerrância, que é desprovida de erros, porque Deus não erra naquilo que faz. Portanto, não há vantagem em usar o termo *inerrância* (que apresenta certas inconveniências), já que a inspiração verbal recobre todo o sentido atribuído pelos defensores da inerrância.

Inerrância, portanto, significa simplesmente que a Bíblia é a Palavra, ou as palavras de Deus. O que a Bíblia diz é o que Deus diz. Nesse sentido, inerrância realmente não acrescenta nada ao conceito de inspiração verbal. *Chamar a Bíblia “Palavra de Deus” e chamá-la “inerrante” não são duas assertivas, mas uma só.*<sup>324</sup> Portanto, visto por esse prisma, não há necessidade de se dizer que se crê na inspiração verbal e na inerrância.

Não há, contudo, nenhuma objeção ao termo *inerrância*, contanto que seja usado simplesmente como sinônimo para *inspiração verbal*. No entanto, quando ele se torna (como acontece com muitos evangélicos modernos) uma espécie de *segunda* “mais alta” caracterização, ou uma caracterização mais ortodoxa da Bíblia, seu valor se torna questionável”. Imagine alguém dizer:

Primeiro, a Bíblia é a revelação de Deus verbalmente inspirada e, segundo, é de fato exata e sem erro — como se Deus fosse agradecido por ter nosso selo de aprovação de sua obra! Quando fizemos a primeira afirmação, dissemos tudo o que tinha de ser dito. A segunda assertiva, porém, não é somente anticlimática, como é algo que está além de nosso poder determinar com absoluta certeza, devido às limitadas ferramentas de que dispomos.<sup>325</sup>

Não há justificativa, portanto, para o uso dos dois termos dentro de uma ortodoxia evangélica. Seria redundância. Se a Escritura é a Palavra de Deus, ou seja, se cremos em sua inspiração verbal, então deve ser inerrante. Se não é inerrante, então não poderemos considerá-la inspirada ou com plena de autoridade. “A vantagem do termo *inspiração verbal* é que ele aponta para Deus, afirmando que, em sua totalidade e em todas as suas partes, a Bíblia vem de Deus e expressa, palavra por palavra, o que Deus tenciona dizer.”<sup>326</sup>

- 
310. Os quatro primeiros argumentos principais desta parte são sacados do artigo de Paul D. Feinberg, "The Meaning of Inerrancy", *Inerrancy*, editado por Norman Geisler, Zondervan, 1979, pp. 277-286.
311. Gálatas 3.8 menciona o termo Escritura referindo-se ao Antigo Testamento como um todo, ou ao livro de Gênesis especificamente? Se comparado com Atos 8.35, podemos identificar a Escritura como sendo todo o Antigo Testamento.
312. Feinberg, op. cit., p. 278.
313. Martin Lloyd-Jones argumenta contra essa inerrância limitada em termos bem corretos e elucidativos: "Quem decide o que é verdadeiro? Quem decide o que tem valor? Como você pode diferenciar entre os grandes fatos que são verdadeiros e aqueles que são falsos? Como diferenciar entre os fatos e o ensino? Como separar a mensagem essencial da Bíblia do background no qual foi apresentada? Além disso, certamente não há divisão ou distinção reconhecida na própria Escritura. Toda a Bíblia vem a nós e oferece-se a nós exatamente do mesmo modo, e como um todo. Não há nenhuma sugestão, nenhuma suspeita de que partes dela sejam importantes e outras não. Tudo vem a nós da mesma forma" (*Authority*, Chicago: Inter-Varsity, 1958), p. 35.
314. At 1.16; 3.24-25; Rm 9.17; Gl 3.8, entre outros.
315. Ver R. C. Sproul, "Sola Scriptura: Crucial do Evangelicalism", *The Foundation of Biblical Authority*, editado por James Montgomery Boice, Zondervan, 1978, p. 105.
316. Sproul, op. cit., p. 104.
317. Sproul, op. cit., p. 105.
318. Sproul, op. cit., pp. 105-106.
319. Phillip Schaff (ed.). *The Creeds of Christendom*, v. II (Grand Rapids: Baker, 1990), pp. 388-389.
320. CFW, capítulo I, v.
321. J. Ramsey Michaels, "Inerrancy or Verbal Inspiration? An Evangelical Dilemma", *Inerrancy and Common Sense*, editado por Roger Nicole e J. Ramsey Michaels, Baker, 1980), pp. 53-54.
322. Roger Nicole, "The Nature of Inerrancy", *Inerrancy and Common Sense*, editado por Roger Nicole e J. Ramsey Michaels, Baker, 1980), p. 89. Aqui, Roger Nicole está tratando das citações que os escritores sacros fazem de autores não sacros, como o poeta Arato em At 16, e de outros homens, como os amigos de Jó, Faraó, Sambalá etc. Nem todas as coisas que eles disseram são aprovadas por Deus, mas Deus inspirou os autores bíblicos para que registrassem tudo aquilo para nosso conhecimento e edificação. Então, Nicole completa: "Nestes casos, a inerrância da Escritura significa que os escritores da Santa Escritura foram guiados por Deus para registrar, de um modo adequadamente perfeito, aquilo que as pessoas disseram ou escreveram. Ao longo de toda a história, este ponto sempre foi claro na mente dos sábios advogados da inerrância" (*Ibid.*, pp. 88-89).
323. Michaels, op. cit., pp. 56-57.
324. Michaels, op. cit., p. 60.

325. Michaels, *op. cit.*, pp. 67-68.

326. Michaels, *op. cit.*, pp. 67.

# ENGANOS NO QUE DIZ RESPEITO À INERRÂNCIA<sup>327</sup>

Muitas objeções feitas à doutrina da inerrância decorrem das concepções a seu respeito. Os inimigos da inerrância querem reunir objeções que destruam o caráter infalível da Escritura Sagrada. Por essa razão, é importante trazer algumas observações:

## 1) A INERRÂNCIA NÃO EXIGE ESTRITA ADESÃO ÀS REGRAS DA GRAMÁTICA

Uma das vantagens de se definir inerrância em termos de verdade e de se definir verdade como uma propriedade de sentença está na seguinte questão: Um erro gramatical pode anular a inerrância da Escritura? A resposta óbvia é: “Não!”. Até mesmo nos melhores escritos dos melhores autores permitem-se erros gramaticais em nome da comunicação. Assim, por que não se permitem aos escritores bíblicos tais privilégios? Além disso, com frequência, os erros gramaticais aparecem mais nas traduções do que nas cópias que temos dos livros nas línguas originais.

## 2) A INERRÂNCIA NÃO EXCLUI O USO DE FIGURAS DE LINGUAGEM NEM DE GÊNEROS LITERÁRIOS

É notório que a Escritura emprega figuras de linguagem, como, por exemplo, *hipérbole*<sup>328</sup> (Mt 2.3), *sinédoque*<sup>329</sup> (Gl 1.16) e *metonímia*<sup>330</sup> (Rm 3.30). As figuras de linguagem são comuns a todas as línguas, e não se pode dizer que

ensinem alguma coisa falsamente porque não têm expressão literal. É verdade que, às vezes, é difícil distinguir entre o figurativo e o literal, mas isso não anula a necessidade e a utilidade das figuras de linguagem.

Além disso, os gêneros literários são comuns a todas as línguas: narrativa, poesia, drama e literatura apocalíptica, entre outros. A verdade de Deus nada tem a ver com a veracidade ou com a falsidade de uma mensagem. Quando se entende o gênero literário, entendem-se melhor o conteúdo e o significado da mensagem. Essa compreensão, por sua vez, auxilia muito na hermenêutica e na identificação de um gênero literário.

### **3) A INERRÂNCIA NÃO EXIGE PRECISÃO HISTÓRICA OU SEMÂNTICA**

Com frequência, afirma-se que a doutrina da inerrância não pode ser aceita porque a Bíblia não é composta de cânones que tenham precisão histórica e linguística reconhecida e requerida no mundo moderno. O termo *precisão* aparece, com muita constância, no debate entre os defensores e os opositores da inerrância. Para alguns, o termo *imprecisão* pode significar erro, mas nem sempre é assim. *Imprecisão* pode significar uma informação que não está completa, o que não implica, necessariamente, a existência de erro. Há muitas informações, na ciência da Historiografia, que não estão completas, mas que, nem por isso, são consideradas erradas. A informação é errada quando é falsa, e não quando deixar de reunir todos os detalhes. Se a informação é verdadeira, os detalhes faltantes não a invalidam.

### **4) A INERRÂNCIA NÃO EXIGE A LINGUAGEM TÉCNICA DA CIÊNCIA MODERNA**

Ninguém pode exigir uma linguagem técnica moderna dos escritores bíblicos que viveram em um tempo muito distante da “multiplicação da ciência”. Há alguns pontos a serem considerados: a) Não era intenção deles proporcionar uma explicação científica para todas as coisas; b) Ainda hoje, uma linguagem popular é usada pelos homens comuns e até mesmo os cientistas ainda a empregam em certos contextos. Assim, no século XXI, costumamos dizer

que o sol “se põe” e que o sol “se deita” no horizonte. Isso não é científico, mas é perfeitamente inteligível, e esse uso não torna o enunciado não científico ou inapropriado.

Nesse sentido, a linguagem não científica da Escritura não a desautoriza. A inerrância não pode ser negada pela falta de uso de termos científicos.

#### **5) A INERRÂNCIA NÃO EXIGE EXATIDÃO VERBAL NAS CITAÇÕES DO AT E DO NT**

É importante lembrar que as citações do Antigo Testamento sempre envolviam tradução para o grego. Nem sempre os escritores do Novo Testamento tiveram a LXX à sua frente, fazendo suas traduções sem material lexicográfico disponível. A prática de uma citação era frequente e, às vezes, o escritor citava aquilo que lembrava em relação ao texto em questão. Essa atitude dos escritores não desautoriza a verdade nem a contradiz, razão pela qual não representa um argumento contrário à ideia de inerrância.

#### **6) A INERRÂNCIA NÃO EXIGE QUE A LOGIA JESU (OS DITOS DE JESUS) CONTENHA AS *IPSISSIMA VERBA* (PALAVRAS EXATAS) DE JESUS, MAS SOMENTE A *IPSISSIMA VOX* (VOZ EXATA)**

Quando um escritor do Novo Testamento cita os dizeres de Jesus, não é necessário que repita suas exatas palavras, pois não dispunha, à época, de um gravador para registrá-las. É verdade que o “Espírito Santo os guiou a toda a verdade”, mas eles registraram exatamente o que Jesus *quis dizer* com suas palavras. Muitos dos ditos de Jesus foram em aramaico, e eles os traduziram para o grego, com uma mentalidade ainda hebraica.

Os escritores também não contavam com todas as nossas regras modernas de Linguística, e não dispunham dos mesmos recursos que nós. Por isso alguns discursos de Jesus são registrados na forma indireta, e não direta. Além disso, alguns têm uma conotação mais livre na tradução e no registro do que outros. O certo é que essa questão não pode ameaçar a doutrina da inerrância da Escritura, pois os escritores foram guiados pelo Espírito e não

falharam no conteúdo da mensagem, embora nem sempre tenham registrado literalmente as palavras ditas.

### **FRAQUEZAS DA DOCTRINA DA INERRÂNCIA**

Michaels admite certa fraqueza na doutrina da inerrância, em relação à qual não podemos fechar os olhos.

A fraqueza mais óbvia do termo *inerrância* é que ela nubla a distinção entre erro e falsidade. Um erro é um engano. Quando um escritor comete um erro, de algum modo, falha em perceber sua intenção. Mas, em geral, um mentiroso diz exatamente o que pretende dizer; ele percebe sua intenção, embora essa intenção seja imoral. Se ele comete um erro, até certo ponto é um pobre mentiroso. Assim, um livro inerrante, tecnicamente falando, pode ser cheio de mentiras. Essa objeção não é tão pedante quanto parece ser, porque, para aqueles que insistem na inerrância, o ponto básico é frequentemente o slogan de que Deus não mente.<sup>331</sup>

Por essa razão, os defensores da inerrância juntam os dois termos “*sem erro* ou *falsidade*”, para fazer alusão aos exatos dados em História ou Ciência, juntamente com o entendimento cristão daquilo que é falso ou herético em matéria doutrinária.

---

327. Ver Feinberg, “The Meaning of Inerrancy”, *Inerrancy*, editado por Norman Geisler, Zondervan, 1979, pp. 298-302.

328. Hipérbole é uma figura de linguagem pela qual se usa um exagero para enfatizar a verdade a ser ensinada. No caso de Mt 2.3, “toda Jerusalém”, indicando que muita gente representativa ficou alarmada com a notícia.

329. Sinédoque é uma figura de linguagem pela qual “se diz muito em pouco, ou pelo qual se toma a espécie pelo gênero, a parte pelo todo, a matéria pela forma, o singular pelo plural, o concreto pelo abstrato; ou vice-versa, o gênero pela espécie, o todo pela parte” (Dicionário Caldas Aulete). No caso de Gl 1.16, “carne e sangue” significam a “vontade do homem”.

330. Metonímia é a figura de linguagem em que um nome substitui o outro. No caso de Romanos 3.30, “circunciso” é substitutivo de judeus, enquanto o termo “incircunciso” é substitutivo de gentios.

331. Michaels, *op. cit.*, p. 57.

## PARTE 6

# A DOCTRINA DO CÂNON DAS ESCRITURAS

**N**a sexta parte deste livro, que só possui um capítulo, abordo a formação da Escritura, que tem a ver com a doutrina do cânon da Escritura, tanto do Antigo como do Novo Testamento.

Aqui, eu explico de modo introdutório os termos hebraico e grego que são traduzidos como cânon, seu significado e importância. Além disso, apresento o aspecto da aceitação do cânon e a posição das várias tradições cristãs nas mais variadas épocas da história do cristianismo. Destaco os critérios falsos acerca de canonicidade que devem ser evitados, assim como os critérios corretos que devem ser acolhidos.

Esperamos em Deus que as informações referentes a esta parte dos prolegômenos à Teologia sejam introdução suficiente para dar uma ideia da extensão e da importância dos debates sobre a “única regra de fé e prática”, que é a Escritura.

# O CÂNON DAS ESCRITURAS SAGRADAS

**S**empre surgem várias perguntas com relação ao cânon das Escrituras na mente dos cristãos: “Quais livros pertencem ao cânon das Escrituras?”, “Quais são os critérios adotados para se determinar canonicidade?”, “Quando a igreja cristã definiu quais eram os livros canônicos?”, “O cânon está fechado ou há possibilidade de novos livros serem acrescentados a ele?”. Esse assunto dividiu muitos cristãos, especialmente depois da Reforma do século XVI.

## 1. O LUGAR DA CANÔNICA NA TEOLOGIA

Segundo meu entendimento, o primeiro assunto a ser abordado quando se estudam as Escrituras é a doutrina da revelação, que trata de sua origem divina. Logo em seguida, vêm as coisas relacionadas à inspiração. Isso porque a inspiração trata da autoridade e da credibilidade das Escrituras. E, após, vêm os aspectos relacionados à canonicidade das Escrituras. Esta última parte trata da aceitação das Escrituras pela igreja.

A canonização das Escrituras, portanto, diz respeito ao reconhecimento e à aceitação por parte da igreja daquilo que Deus revelou e que fez com que fosse registrado por homens sob a inspiração do Espírito Santo. Por essa razão, as Escrituras são livros cheios de autoridade, cridos e amados.

## 2. O SIGNIFICADO DE CÂNON

Há alguns critérios que se podem adotar na definição de cânon ou de canonicidade das Escrituras.

#### a) Significado literal de cânon

Obviamente, o termo cânon vem do grego κανων, que, em linhas gerais, significa “medida”, “regra”, “norma”, “padrão” ou “lista estabelecida”. É provável que essa palavra grega derive da palavra hebraica (קנה) *keneh* (cana, vara de medir), que aparece em Ezequiel 40.3 e 42.16.

#### b) Significado metafórico de cânon

O conceito literal proporcionado pela palavra hebraica e, especialmente, pela grega é “norma” ou “padrão”. No período grego pré-cristão, a palavra grega κανων já tinha significado metafórico. O Novo Testamento usa essa palavra grega com tal sentido. Veja como, em 2 Co 10.13-16, a palavra aparece com o sentido de “esfera de ação” ou de “influência”.

Nós, porém, não nos gloriaremos sem medida, mas respeitamos o limite da *esfera de ação* (κανόνος) que Deus nos demarcou e que se estende até vós. Porque não ultrapassamos nossos limites como se não devêssemos chegar até vós, visto que já chegamos até vós com o evangelho de Cristo: não nos gloriando fora de medida nos trabalhos alheios, e tendo esperança de que, crescendo a vossa fé, seremos sobremaneira engrandecidos entre vós, dentro de nossa *esfera de ação* (κανόνα), a fim de anunciar o evangelho para além das vossas fronteiras, sem, com isso, nos gloriarmos de cousas já realizadas *em campo alheio* (ἀλλοτρίῳ κανόνι).

Quanto ao texto acima, Kittel afirma:

Paulo defende sua autoridade apostólica em Corinto contra aqueles que vieram posteriormente para aquela comunidade já florescente tentando derrubá-lo da liderança, produzindo cartas de recomendação, talvez da parte de Jerusalém. Paulo descreve a reivindicação deles como irregular e de autocongratulação, enquanto ele próprio julga a si mesmo “de acordo com a medida determinada pela norma” (v.13). Dessa forma, ele tem um cânon ou padrão para sua obra e para a reivindicação associada de validade apostólica, que ele não havia conferido a si próprio, mas havia

recebido de Deus... A medida (ou o padrão) dada a Paulo não é, portanto, uma esfera demarcada num espaço no qual ele sozinho trabalha. É a orientação colocada sobre ele pela graça que lhe foi concedida (Gl 2.9) e pela bênção que Deus lhe dera em sua atividade missionária.<sup>332</sup>

Outro texto de Paulo está em Gl 6.16. Nele, a palavra grega vem com o sentido de regra, norma ou padrão. No verso a seguir, Paulo não somente sumariza o conteúdo da epístola, mas também o todo da doutrina, que deve ser o parâmetro para o comportamento dos crentes. Para o cristão, há somente um cânon, ou seja, uma regra de fé e prática, um só padrão referencial, que é a Escritura.

E a todos quantos andarem em conformidade com esta *regra* (*κανόνι*), paz e misericórdia sejam sobre e sobre o Israel de Deus.

### **c) Significado teológico de cânon**

Além do sentido literal e metafórico da palavra “cânon” na história da igreja, há um significado teológico. Nos primeiros séculos da igreja cristã, essa palavra veio a ter a conotação de “regra de fé”, de “escritos normativos” ou de “normativos”.

Na história da igreja, a palavra “cânon” é usada nos sentidos mais variados para denotar aquilo que é eclesiasticamente normativo, seja com referência à totalidade da fé cristã, seja no que diz respeito à esfera individual da vida cristã.

Muito cedo na igreja cristã, começou uma disputa sobre o que era genuinamente cristão. Portanto, a igreja era forçada constantemente a estabelecer normas para a aceitação da Escritura, para a doutrina, para a adoração e para a vida pessoal. Sentiu-se, então, a necessidade de contar com uma palavra que, inconfundivelmente, denotasse aquilo que era válido e normativo na igreja. Posteriormente, os termos gregos *κανν* e *κανονικός* foram latinizados (cânon e canônico) e encontraram abrigo fácil na vida da igreja para esse propósito.<sup>333</sup>

Na igreja antiga, a palavra *κανων* têm três conotações muito importantes para a vida da comunidade cristã:

O *κανων τη αληθεια* – a regra da verdade (*regula veritatis*)

O *κανων τη πιστεω* – a regra de fé (*regula fidei*)

O *κανων τη εκκλησια* – a regra da igreja (*regula ecclesiae*)

Kittel sumariza a ideia de Jülicher da seguinte forma:

O cânon é a norma pela qual tudo é dirigido na igreja; canonizar significa reconhecer que é parte dessa norma. Para o cristão do ano 400 AD, a palavra “canônico” denotava mais ou menos o mesmo que hoje quando dizemos que algo é divino, sacro, infalível ou incondicionalmente normativo.<sup>334</sup>

Kittel acrescenta que, na metade do séc. IV, o termo *cânon* veio a ser usado para a coleção dos escritos sagrados do Antigo Testamento, que haviam sido recebidos da Sinagoga, e dos do Novo Testamento, que haviam tomado sua forma essencial por volta do ano 200 AD. Orígenes já havia usado o termo “cânon” nesse sentido. Logo após o ano 350, Atanásio afirmou que o livro de Hermas não era *εκ το κανονος* (do cânon), o que indica que, nessa época, já havia definição do que era considerado a norma da igreja.

O Concílio de Laodiceia, na Frígia (360 AD), no cânon 59, fala “do cânon do Velho e do Novo Testamentos”. Posteriormente, os latinos vieram a equalizar o cânon à Bíblia, atitude que foi determinada pelo próprio conceito de norma inerente ao termo.<sup>335</sup>

### **3. RECONHECIMENTO DO CÂNON DA IGREJA**

#### **a) Reconhecimento do cânon do Antigo Testamento**

O AT dá algumas indicações de que seus escritos são considerados cheios de autoridade. Eles eram considerados sacros e, por sua preciosidade, eram guardados na Arca da Aliança (cf Dt 31.24-26). Com a construção do templo, ali os livros foram guardados (cf. 2 Rs 22.8).

“De acordo com a lenda contada no livro apócrifo de IV Esdras e preservada no Pirque Aboth,<sup>336</sup> o cânon hebraico foi fechado pela ‘Grande Sinagoga’,<sup>337</sup> a começar com Esdras, após o retorno do exílio.”<sup>338</sup> No entanto, “alguns eruditos modernos concordam que ele foi formado gradualmente no último período e, provavelmente, fechado na última parte do primeiro século da era cristã”.<sup>339</sup>

De nossa parte, cremos que houve um processo crescente no desenvolvimento do cânon do AT, mas cremos sobretudo que, no tempo de Jesus Cristo e dos apóstolos, os livros do AT como os temos hoje já eram totalmente reconhecidos como canônicos.

No AT, somente os livros hebraicos foram considerados canônicos, e não os de origem grega. Somente os livros escritos de Moisés a Malaquias foram considerados canônicos.

#### **b) Reconhecimento do cânon do Novo Testamento**

A formação do cânon do NT também teve suas vicissitudes. Seu cerne – os quatro Evangelhos e as treze epístolas de Paulo – veio a ser aceito por volta de 130 AD, sendo colocados no mesmo patamar do AT entre 170 e 220. Somente mais tarde é que os outros escritos do NT foram recepcionados.

Algumas dúvidas persistiram, especialmente no caso de Hebreus, Judas, 2 Pedro, 2 e 3 João e Apocalipse, por causa de uma lista esboçada por Eusébio. Por outro lado, certos escritos, como as Epístolas de Barnabé ou o “Pastor” de Hermas, foram admitidos por igrejas individuais, embora tenham sido rejeitados pela maioria.

Santo Atanásio, em sua *Festal Ep.*, de 369, é a testemunha antiga mais exata do presente cânon do NT. Um concílio realizado em Roma, em 382, sob St. Damásius, traçou uma lista completa dos livros canônicos, tanto do AT como do NT (também conhecido como “Decreto Gelasiano”, porque foi reproduzido por Gelásio em 495), idêntica à lista apresentada em Trento.

Em estágios anteriores dessa longa história, uma parte importante foi exercida pela controvérsia com Marcion, cujo cânon consistiu de um

evangelho de Lucas mutilado e de dez epístolas de Paulo (também modificadas para se enquadrar em sua Teologia). Outras listas antigas e notáveis das Escrituras do NT foram o Fragmento Muratoriano e o cânone 60 do Concílio de Laodiceia (séc. IV).<sup>340</sup>

Para a definição do cânon, foi importante a controvérsia com Montano, bem como o subsequente montanismo, que reivindicou a revelação direta do Espírito. Em 397 AD, o Concílio de Cartago também é mencionado em conexão com o reconhecimento do cânon. É importante assinalar que houve algum tipo de incerteza quanto à canonização de algumas epístolas católicas (Judas, 2 Pedro, 2 e 3 João), com sua exclusão continuada na Igreja Síria.

#### 4. CRITÉRIOS FALSOS DE CANONICIDADE

##### a) A idade determina a canonicidade

O critério de idade do livro tem sido um dos mais alegados por alguns estudiosos. No entanto, há sérias objeções a que a antiguidade possa determinar a canonicidade:

— Há livros muito mais antigos que os do AT que não integram o cânon. Os escritores de alguns livros canônicos basearam-se em outros livros anteriormente escritos sobre a matéria para escrever os seus próprios. A Escritura mostra vários exemplos dessa natureza: o *Livro dos Justos* (Js 10.13; 2 Sm 1.18); o *Livro das Guerras de Yehovah* (Nm 21.14); o *Livro das Crônicas* de Samuel, o vidente; o *Livro das Crônicas* de Ido, o vidente (2 Cr 12.15); o *Livro da História de Salomão* (1 Rs 11.41); e o *Livro da História de Semaías* (2 Cr 12.15). Embora fossem livros mais antigos, nunca vieram a integrar o cânon hebraico.

— Outros livros bem mais recentes vieram a integrar o cânon. Vários foram considerados canônicos tão logo vieram a ser escritos. O exemplo típico está nos escritos de Moisés, que foram reconhecidos como canônicos enquanto ele ainda vivia (Dt 31.24-26). Daniel foi contemporâneo de

Jeremias, no tempo do cativo, e Jeremias teve seus escritos reconhecidos como cheios de autoridade ainda no tempo de Daniel (Dn 9.2).

A idade do livro, portanto, não pode ser considerada critério determinante para o reconhecimento da canonicidade.

### **b) A língua hebraica determina a canonicidade**

Para ser canônico, o livro tem de ser escrito em hebraico, que era a “língua sagrada” dos judeus. Portanto, quando escrito em hebraico, tinha de ser considerado cheio de autoridade. Esse argumento apresenta duas falhas básicas:

— Muitos livros em língua hebraica não estão no cânon, inclusive aqueles escritos por profetas que serviram de base de informação para outros livros do cânon, já mencionados. Outros livros escritos em hebraico, por escritores hebreus, como o *Eclesiasticus* e outros livros apócrifos, nunca fizeram parte do cânon hebraico, não sendo reconhecidos como normativos pelos próprios judeus.

— Vários livros do AT têm porções escritas em outra língua que não o hebraico. O aramaico foi bastante usado nos tempos antigos, e algumas porções dos livros canônicos vêm escritas em aramaico. Aos estudiosos interessados nesse assunto, recomendamos a leitura dos originais em Daniel 2.4b-7.28; Esdras 4.8-6.18 e 7.12-26. Portanto, esse critério de língua hebraica para determinar canonicidade também fica prejudicado.

### **c) A concordância com a *Torah* determina a canonicidade**

A *Torah* (a lei de Moisés) era de extrema importância para os judeus, que a consideravam o critério definitivo que julgava todas as coisas. Esse critério também recebe uma crítica séria:

— Há outras publicações judaicas que, embora não discordem da *Torah*, nunca fizeram parte do cânon. Elias profetizou por muito tempo e escreveu algumas coisas que certamente concordavam com a *Torah*, mas nada disso foi considerado parte do cânon (2 Cr 21.12). O mesmo aconteceu com outros

profetas que pregaram e escreveram, como Semaías e Eliseu, entre outros, mas seus escritos, que estavam em consonância com a Palavra de Deus, nunca integraram o cânon.

Obviamente, nenhum livro que viesse a fazer parte de cânon poderia estar em desacordo com a *Torah*. Isso seria uma contradição inaceitável para qualquer judeu, porque a Palavra de Deus não pode ser contraditória. Se a *Torah* é Palavra normativa de Deus, nada contrário a ela pode ser aceita como canônico.

O critério da mera concordância com a *Torah*, portanto, não é suficiente para considerar um escrito parte do cânon. Alguns outros escritos, aos quais os judeus davam grande importância, como o *Midrash* e o *Talmud*, que, aos olhos dos judeus, sempre concordaram com a *Torah*, igualmente nunca fizeram parte dos escritos canônicos dos judeus.

## **5. CRITÉRIOS CORRETOS PARA SE ESTABELEECER A CANONICIDADE**

### **a) A inspiração determina a canonicidade**

Um livro é canônico porque é inspirado. Esse critério é absolutamente indispensável na concepção de canonicidade. Não é a igreja ou a conformidade com outros escritos que determinam a canonicidade, e, sim, se a autoridade vem do próprio Deus quando da inspiração do livro. Somente os 66 livros contidos na Bíblia possuem o selo da autoridade divina. Defendendo esse critério, Edward Young diz:

Quando a Palavra de Deus foi escrita, tornou-se Escritura e, como ela foi falada por Deus, possuía autoridade absoluta. Porque era Palavra de Deus, era canônica. O que determina a canonicidade de um livro, portanto, é o fato de ser inspirado por Deus.<sup>341</sup>

Esse critério é tanto válido para o AT quanto para o NT. A autoridade dada por Deus é que faz com que o livro seja canônico.

### **b) O valor do livro não determina sua canonicidade**

Um livro não é tornado canônico por causa de seu valor, mas tem valor porque é canônico. Em outras palavras, um livro não é inspirado porque é inspirador, mas é inspirador porque é inspirado por Deus. É Deus quem determina a canonicidade de um livro.

### **c) A autoridade de Jesus determina a canonicidade**

Mesmo entre os de seu tempo, Jesus Cristo era reconhecido como alguém que falava com autoridade. Sua palavra era reconhecida e aceita pelos homens como vinda de quem tem poder. Até mesmo seus adversários reconheciam esse fato. Portanto, é fundamental que levemos em conta a autoridade de Deus quando se trata da canonicidade dos textos da Bíblia. Jesus Cristo aceitava plenamente a canonicidade dos livros do AT porque os reconhecia como inspirados. Ele ensinava que Deus era o Autor e o Originador de todo o cânon do AT.

Jesus Cristo fez referência, em suas argumentações éticas e teológicas, a mais de 22 livros do cânon hebraico. Ele argumentou com a Lei, com os Salmos e com os Profetas (Lc 24.27,44). Jesus usou várias fórmulas em seus ditos a respeito da Escritura, como: “Está escrito”, “Foi dito aos antigos” ou “Ouvistes o que foi dito”, entre outras, o que indica que havia uma série de livros que ele reconhecia como fonte de autoridade para os judeus. Pierre Marcel, erudito reformado francês, afirmou:

Essas designações são muito importantes, porque se referem *sempre* às Escrituras canônicas. Embora não descrevam o limite do cânon, supõem a existência de uma coleção completa e sacra dos escritos judaicos que, como separados e fixos, são distintos de toda a literatura.<sup>342</sup>

Jesus reconhecia a autoridade do AT como uma totalidade. Quando ele se referiu à Escritura como um livro que não pode falhar (Jo 10.35), tinha em mente todo o cânon hebraico, do Gênesis a 2 Crônicas, o que equivale a dizer

de Gênesis a Malaquias em nossas traduções comuns. Se Jesus, como a maior autoridade em matéria de fé e prática, considerou o AT canônico, temos de levar em conta seu testemunho e acatar toda a Escritura como infalível regra de fé e prática.

## 6. DISTINÇÕES IMPORTANTES EM CANÔNICA

### a) A canonicidade é *determinada* por Deus

A canonicidade de um livro está vinculada à sua inspiração, como já vimos. Portanto, um livro é canônico porque Deus o inspirou. A canonicidade é determinada pela autoridade, e a autoridade de um livro é determinada por sua inspiração.<sup>343</sup>

A canonicidade, como já vimos, não é determinada pela antiguidade do livro, por ser escrito em hebraico ou por concordar com a *Torah*, mas por ser inspirado por Deus. A canonicidade de um livro é o resultado direto de sua autoridade, por ser obra de Deus.

### b) A canonicidade é *reconhecida* pelos homens

A inspiração determina a canonicidade. À igreja, cabe a tarefa de simplesmente reconhecer a autoridade de um livro. Quem concede autoridade a um livro é Deus, mas quem a reconhece são os homens.

Indaga-se: O reconhecimento é de homens individualmente ou de concílios? Essa questão é altamente polêmica. Há casos em que certos livros foram formalmente reconhecidos por concílios, enquanto outros foram reconhecidos pela igreja porque haviam sido aceitos por homens de Deus no passado.

De qualquer forma, podemos dizer que o reconhecimento da autoridade dos livros da Escritura foram um processo progressivo e que, antes do ano 100 a.C., os judeus já consideravam todos os livros do AT canônicos. Josephus e Jesus Cristo, em seu tempo, fizeram alusão às três divisões do AT: Lei, Profetas e Escritos, o que indica que o reconhecimento do cânon, a essa altura, já era definitivo.

## 7) O RECONHECIMENTO DO PENTATEUCO

No Pentateuco, somente o livro de Gênesis não diz que Moisés foi seu autor. Mas é generalizada a ideia, nos próprios livros do AT, de que Moisés é também o autor do Pentateuco. Moisés é o símbolo da autoridade dentro da tradição judaica, pois, com ele, Deus falou “face a face” e, a ele, o Senhor deu ordens diretas e inequívocas. Todo o povo de Israel considera o Pentateuco canônico pelo fato de ser atribuído a Moisés, com quem Deus falou no Sinai. O que aconteceu no Sinai não é questionado pelos judeus. A esse respeito, Harris diz

que os teólogos judeus tentam distinguir o que é normativo daquilo que é meramente aconselhável por chamar os primeiros ensinamentos aqueles que são *Mi Sini* – do Sinai. Moisés, o grande profeta, foi privilegiado ao falar com Deus face a face. O que ele disse e o que foi preservado dele nos escritos têm caráter normativo. Era a Palavra de Deus.<sup>344</sup>

Josué, por várias vezes, referiu-se a Moisés como o servo de Deus, a quem Deus deu os mandamentos. Ele menciona a “lei de Moisés” (1.7; 8.32-35) e o livro da lei de Moisés (8.31; 23.6), atribuindo, assim, esses escritos a Moisés. Davi, o cantor de Israel, atribuiu os escritos do Pentateuco a Moisés quando ordenou a seu filho Salomão que guardasse a lei do Senhor (1 Rs 2.1-3). O rei Amazias teve a mesma apreciação pela “lei de Moisés” (2 Rs 14.6). O rei Ezequias, por sua vez, guardou “os mandamentos que o Senhor ordenara a Moisés” (2 Rs 18.6). Vários outros profetas do AT adotaram o mesmo procedimento com relação a Moisés.

Como Moisés foi o porta-voz de Deus, seus escritos são considerados canônicos. Harris diz que o Pentateuco

não foi canonizado por causa de sua antiguidade, pelo fenômeno linguístico, pelo estilo belo, por causa da imposição real ou por decisão eclesiástica. O princípio para canonizar o Pentateuco que norteou o antigo Israel, tanto quanto temos evidência

dele, não foi por causa do grande porta-voz de Deus, Moisés? O autor humano, admitido por todos como o porta-voz do Autor divino, garantiu o escrito.<sup>345</sup>

## 8) O RECONHECIMENTO DA CANONICIDADE DOS LIVROS PROFÉTICOS

Essa é a segunda divisão natural do AT, que seguia os escritos da Lei, e vinha em segundo lugar na ordem de importância para todos os judeus, até mesmo na concepção de Jesus Cristo (Mt 5.17; 7.12).

Os profetas foram contemporâneos dos reis de Israel e Judá, sendo testemunhas de grande parte da história sagrada do período veterotestamentário. Embora tenham sido escritos em épocas e circunstâncias históricas bem distintas, os livros proféticos são considerados, do ponto de vista canônico, uma unidade.

É possível que os “livros” a que Daniel se refere (Dn 9.2) sejam os escritos de Jeremias e outros livros proféticos anteriormente escritos.

O fim do período profético vem com a profecia de Malaquias,<sup>346</sup> por volta de 400 a.C. No período intertestamentário, não houve profecia da parte de Deus. Até os livros escritos nesse período, como o de Macabeus, por exemplo, mostram que todos esperavam o surgimento de um profeta que haveria de vir (1 Mac 4.45; 9.27; 14.41). O *manual de disciplina* da comunidade de Qumran, que viveu no período intertestamentário, também anelava pela “vinda de um profeta”.

Josephus, o grande escritor judeu, testemunhou sobre o fim do período profético,<sup>347</sup> assim como o Talmud, que diz: “Após os últimos profetas, Ageu, Zacarias e Malaquias, o Espírito Santo se apartou de Israel”.<sup>348</sup> Resumindo esse período profético, Harris diz:

A cadeia dos profetas evidentemente registrou uma cadeia de história do Gênesis até Neemias, e os escritos desses profetas foram aceitos, um a um, ao longo dos séculos. Até o Espírito de profecia se apartar de Israel, o cânon estava completo.<sup>349</sup>

## 9) O RECONHECIMENTO DA CANONICIDADE DOS ESCRITOS

Junto com a lei e os profetas, mais uma divisão é acrescida no conjunto das Escrituras do AT. São os Escritos. O NT faz apenas uma referência aos três juntos (Lc 24.44). A menção mais antiga que conhecemos acerca da terceira divisão do Antigo Testamento foi feita no prólogo do livro de *Ecclesiasticus*, por volta de 132 a.C., embora sem a enumeração dos livros. Josephus é ainda mais explícito em sua informação ao afirmar que havia apenas quatro livros na terceira divisão, ou seja, Jó, Salmos, Provérbios e Eclesiastes.<sup>350</sup> A respeito de uma lista dos livros do Antigo Testamento conhecida em seu tempo, Josephus escreveu:

Porque não temos uma multidão inumerável de livros entre nós discordando e se contradizendo entre si (como os gregos têm), mas somente 22 livros, que contêm os registros de todos os tempos passados, que são justamente cridos como divinos. E, destes, cinco pertencem a Moisés, com suas leis e a tradição da raça até a sua morte. Esse intervalo foi um pouco menor que 3 mil anos. Mas, ao tempo da morte de Moisés até o reinado de Artaxerxes, rei da Pérsia, que reinou após Xerxes, os profetas, que vieram depois de Moisés, escreveram o que foi feito em seus tempos em 13 livros. Os quatro remanescentes contêm os hinos a Deus e preceitos para a conduta da vida humana.<sup>351</sup>

Harris diz que todos os eruditos “concordam que os 22 livros de Josephus são os 39 do Antigo Testamento, contados de maneira diferente. Observe que, em vez de colocar 11 livros nos Escritos, Josephus inclui apenas quatro. Segundo essa descrição dos livros na terceira divisão, é óbvio que Daniel estava entre os profetas, a segunda divisão, em seus dias.<sup>352</sup> Citando a opinião do grande *scholar* do Antigo Testamento Edward Young, a quem ele, de certa forma, critica no que tange à canonicidade da terceira divisão, os Escritos, Harris diz:

Com relação aos livros da terceira divisão, contudo, ele não reivindica saber o que os levou a serem canonizados ou quem os colecionou. Eles foram escritos por

homens inspirados que não sustentaram o ofício profético. Alguns deles, como Davi e Daniel, tinham o dom de profecia, mas não o ofício. Nenhum concílio coletou esses livros, na providência de Deus. Seu povo os reconheceu como sua Palavra e tornou a coleção de escritos inspirados em nosso Cânon do Velho Testamento.<sup>353</sup>

Contrariamente à tese de Young, Harris crê que vários livros dos Escritos, ou algumas partes desses livros, foram escritos pelos profetas, pois foram eles que testemunharam toda a história dos reis de Judá e Israel. Ele crê que os livros de Samuel e Reis foram escritos por Samuel e por outros profetas subsequentes. Isso daria autoridade canônica a eles.<sup>354</sup>

Aquilo que não vinha com autoridade profética não era aceito como canônico, como podemos deduzir dos escritos de 1Macabeus 4.46, que indicava a falha dos escritos. Quando o Espírito de profecia cessou, cessaram também os escritos sagrados. Portanto, segundo Harris, a canonicidade dos Escritos estava vinculada, de alguma forma, à autoria dos profetas, que, parcial ou totalmente, escreveram alguns desses livros.

Segundo a opinião de Harris, as Escrituras do AT, em última instância, tecnicamente tinham duas partes, e não três, já que a terceira teria sido escrita pelos profetas, embora, às vezes, pareça trabalhar com a ideia também da terceira divisão.

## **10) CRITÉRIOS PARA SE DESCOBRIR A CANONICIDADE**

Como os cristãos souberam quais livros deveriam ser considerados canônicos? Quais princípios guiaram os pais da igreja para que reconhecessem os livros como canônicos? Quais eram as marcas que tornavam um livro inspirado e, portanto, canônico?

No estudo do processo de canonização dos livros, foram considerados cinco princípios importantes, apresentados em forma de perguntas.<sup>355</sup>

- a) É normativo?
- b) É profético?

- c) É autêntico?
- d) É dinâmico?
- e) É recebido?

## 11) POSIÇÕES SOBRE O CÂNON NA HISTÓRIA DA IGREJA

As perguntas que vêm à mente dos crentes comuns são: Em que base a igreja aceitou os livros contidos na Bíblia como canônicos? Quem pode garantir que esses livros são cheios de autoridade? Qual é a base para alguém considerar certos livros canônicos e outros não?

Essas questões têm diferentes respostas nos dois maiores redutos do cristianismo ocidental: catolicismo e protestantismo.

### a) Posição da Igreja Católica Romana

Nos círculos da Igreja Católica Romana, há uma distinção entre o cânon como *visto em si mesmo (quoad se)* e o cânon *no que diz respeito a nós (quoad nos)*.

Quando o cânon é visto em si mesmo, há uma pequena diferença entre Roma e os protestantes. A Escritura tem autoridade indubitável porque vem de Deus. Deus torna um livro canônico e toda a Escritura normativa e canônica. Dessa forma, a autoridade inerente à autoridade canônica vem de Deus. Mas, para o reconhecimento dessa canonicidade, Roma faz com que o papel da igreja seja decisivo.

O cânon no que respeita a nós depende do julgamento da igreja. Como autoridade doutrinária infalível, a Igreja garante a seus membros a autoridade do cânon da Escritura. Roma reivindica que a Igreja estabeleceu e fixou os limites do cânon. Assim, a Igreja também permanece por trás do cânon, e a autoridade da Igreja torna-se definitiva para o corpo de crentes. No Concílio de Trento, em 1546, a igreja de Roma impôs a aceitação da lista de livros declarados canônicos como matéria *de fide* para todos os católicos romanos. Essa decisão foi confirmada pelo Vaticano I, em 1870, e em nada foi alterada pelo Concílio Vaticano II, nos anos 1960.<sup>356</sup>

A posição católica romana dá a entender que um crente, individualmente, deve aceitar o cânon da Escritura porque a Igreja o declara canônico. O fiel não questiona a decisão da Igreja. Sua única função é saber qual é a determinação da Igreja. Portanto, a determinação e o reconhecimento da canonicidade dos livros vêm da autoridade da Igreja, e não da própria autoridade dos livros. É a Igreja que, em última instância, decide quais livros devem ser considerados canônicos. Aqui, por Igreja, devemos entender a *ecclesia docens*, ou seja, o lado magisterial e hierárquico, decisório e votante, e não a *ecclesia audiens*, ou seja, o povo, os que ouvem e acatam todas os ensinamentos e decisões.

### **b) Posição da Reforma**

Na Reforma protestante do séc. XVI, a ênfase sobre a canonicidade contrariou um pouco a posição romana. A autoridade e a canonicidade dos livros da Escritura procedem do próprio Deus, pois foram escritos sob a inspiração do Espírito Santo e deixados para a instrução e a prática da igreja.

A diferença essencial entre protestantes e católicos está na Eclesiologia. Os protestantes, diferentemente dos católicos, não aceitam a infalibilidade dos decretos da Igreja e não reconhecem a autoridade infalível da Igreja. Por essa razão, eles não fazem qualquer apelo à decisão conciliar para justificar a canonicidade dos livros da Escritura, do modo como Roma procede.

Nesse sentido, para os protestantes, a aceitação da autoridade dos livros vem dos próprios livros inspirados pelo Espírito Santo, e não do entendimento da igreja. Eles próprios se fazem aceitos na Igreja. Não é a Igreja quem decide o que será ou não canônico. A igreja apenas reconhece os livros como canônicos com base na própria autoridade e infalibilidade de seus escritos. De modo especial, devemos enfatizar que a Reforma Protestante levantou a doutrina do testemunho interno do Espírito Santo, que dá testemunho da Escritura e de sua própria autoridade. Esse testemunho interno do Espírito Santo é assim afirmado nas Confissões Reformadas:

### • **Confissão Belga**

Recebemos todos esses livros, e esses somente, como santos e canônicos, para regra, fundamento e confirmação da fé; crendo sem qualquer dúvida em todas as coisas contidas neles, *não tanto porque a Igreja os recebe e os aprova como tal, porém, mais especialmente, porque o Santo Espírito testemunha em nossos corações que eles vêm de Deus, e também porque carregam a evidência disso em si mesmos*. Até mesmo os mais cegos são capazes de perceber que as coisas preditas neles estão sendo cumpridas (art. V).

### • **Confissão de Fé de Westminster**

Pelo testemunho da Igreja, podemos ser movidos e incitados a um alto e reverente apreço à Escritura Sagrada; a suprema excelência de seu conteúdo, a eficácia de sua doutrina, a majestade de seu estilo, a harmonia de todas as suas partes, o escopo de seu todo (que é dar a Deus toda a glória), a plena revelação que faz do único meio de se salvar o homem, suas muitas outras excelências incomparáveis e completa perfeição, todos são argumentos pelos quais abundantemente se evidencia ser ela a Palavra de Deus; *contudo, nossa plena persuasão e a certeza de sua infalível verdade e divina autoridade provêm da operação interna do Espírito Santo, que, pela Palavra e com a Palavra, testifica em nossos corações* (Cap. I, 5).

Portanto, no protestantismo, a convicção da autoridade e da canonicidade dos livros da Escritura não procede da decisão da Igreja, mas também não é recebida à parte da Igreja e da influência da comunidade cristã. A Igreja não é alijada desse reconhecimento. A CFW diz que, “pelo testemunho da igreja, podemos ser movidos e incitados a um alto e reverente apreço à Escritura Sagrada”. É importante observar que, na Eclesiologia protestante, não há distinção entre *ecclesia docens* e *ecclesia audiens*, ou seja, entre a hierarquia docente e o laicato. O crente individual é, em si mesmo, uma parte da igreja confessante e um membro votante na Igreja, em relação às suas decisões doutrinárias.

### c) **Posição do Iluminismo**

O Iluminismo atacou violentamente a posição tradicional do cristianismo com relação à autoridade e à canonicidade da Bíblia, embora ela ainda

continuasse a ser motivo de estudo e preocupação dentro do chamado “liberalismo teológico”.

Assim, embora nunca tenha havido unidade de pensamento quanto à autoridade e à canonicidade entre os iluministas, é consenso entre todos que o papel da Bíblia mudou entre os liberais por causa de sua ênfase na capacidade do homem de julgar cientificamente os escritos das Escrituras. A autonomia da razão humana exerceu grande influência na conceituação de canonicidade.

Um proponente contemporâneo da Teologia liberal afirma, de maneira inequívoca, a respeito da autonomia humana, que julga o que é e o que não é canônico:

Quando as Escrituras são entendidas como um documento humano, elas então, são suscetíveis a todos os cânones da análise literária e histórica moderna. Para o teólogo liberal, há considerável diferença entre ver a Bíblia primariamente pelos olhos da fé e ser igualmente aberto às perspectivas histórica e cultural.<sup>357</sup>

Aprioristicamente, a Escritura não é um livro com autoridade divina, mas um documento simplesmente humano. E, como tal, deve ser examinado e sujeito à crítica do historicismo moderno, sendo a avaliação de sua autoridade determinada pelo próprio método científico adotado, assim como pela consciência religiosa do homem individual. Se alguém vê a Escritura com os olhos da fé, ela pode significar uma coisa; se com os olhos da análise histórica-literária, ela vem a significar outra coisa. Por essa razão, alguns eventos importantíssimos para a fé cristã são analisados pelo espírito iluminista da seguinte forma:

Historicamente, a ressurreição de Jesus e o nascimento virginal são, na melhor das hipóteses, ambíguos como ocorrências concretas. Sob a perspectiva da fé, contudo, eles podem ter importância totalmente diferente. Mas ninguém deveria concluir que as Escrituras não são importantes para o cristão liberal. De forma totalmente oposta, elas são centrais para a fé cristã.

O fato é que se dispensa mais atenção a elas como um documento simbólico do que histórico, e isso não distorce sua importância.<sup>358</sup>

Essa atitude do pensamento liberal retira toda a base histórica do fundamento da fé cristã, e retira da Escritura sua própria autoridade. Todos os fatos históricos ali mencionados são tidos como simbólicos e, portanto, destituídos, em si mesmos, de importância histórica. A autonomia da razão humana determina o valor dos eventos narrados na Escritura.

Tomando outro exemplar do pensamento iluminista, citamos Johann Salomo Semler, que publicou, em 1771-1775, o *Abhandlung von freier Untersuchung des Kanons*, obra em que desprezou o “*a priori*” da autoridade do cânon. Segundo ele, ninguém deveria considerar os livros da Bíblia aprioristicamente normativos; antes, o valor dos livros do NT deveria ser criticamente investigado. Acrescenta que, com frequência, o cânon repousado nas decisões humanas não poderia passar pelo teste da crítica. Assim, somente os elementos que podem resistir ao teste da crítica e que dão evidências de um verdadeiro conhecimento religioso é que têm autoridade sobre nós. Dessa forma, a consciência religiosa do homem iluminado é o juiz final em matéria de fé e vida. O crítico-teólogo é, assim, quem determina o que é canônico para ele, com base em sua consciência religiosa e em seu julgamento crítico. A autoridade da Bíblia é transplantada da própria Escritura para a capacidade religiosa e crítica do homem. O cânon, portanto, é determinado pela autonomia humana em matéria religiosa, caindo num julgamento altamente subjetivo.<sup>359</sup>

<b>IDEIA INCORRETA DE CANONICIDADE</b>	<b>IDEIA CORRETA DE CANONICIDADE</b>
<b>A IGREJA É</b>	<b>A IGREJA É</b>
Determinadora do cânon Mãe do cânon Magistrado do cânon Reguladora do cânon Juiz do cânon Mestra do cânon	Descobridora do cânon Filha do cânon Ministra do cânon Reconhedora do cânon Testemunha do cânon Serva do cânon

## **12) SOBRE O FECHAMENTO DO CÂNON**

As questões que enfrentamos hoje são: “O cânon está fechado?”, “Deus não se revela mais hoje?”, “Não há mais a possibilidade de novas revelações para o homem contemporâneo?”, “O homem contemporâneo está preso às revelações passadas?”

É difícil analisar teologicamente essas questões. Precisamos enfatizar que o homem moderno continua a ter um cânon. Ele não está sem revelação hoje. Ele não está desamparado, sem a Palavra normativa de Deus! Contudo, a revelação que o homem moderno tem é a mesma que o homem de tempos passados tinha. O Deus é o mesmo e sua revelação não muda.

Aqueles de nós que cremos num cânon fechado, ainda esperamos o cumprimento de todas as coisas que foram reveladas no passado. Nem tudo que foi revelado a nossos antepassados é uma realidade passada. Há muitas coisas por serem cumpridas. Ainda vivemos na esperança da revelação plena de todas essas coisas! Portanto, o homem contemporâneo e o do futuro sempre esperarão pelo completamento da revelação divina no que diz respeito à redenção humana!

A revelação do “já” faz-nos esperançosamente esperar pelo “não ainda” do *eschaton* maravilhosamente programado por Deus. No entanto, toda a

revelação que ainda esperamos já foi inspiradamente registrada pelos apóstolos e profetas. Apenas esperamos o cumprimento dos vaticínios. O cumprimento de coisas reveladas ainda está por acontecer, mas o registro da revelação canônica já está fechado.

Dessa forma, todos os reformados creem que o cânon já está fechado e que Deus não mais se revelará. A CFW diz:

... Por isso foi o Senhor servido, em diversos tempos e diferentes modos, revelar-se e declarar à sua Igreja aquela sua vontade; e, depois, *para melhor preservação e propagação da verdade, para o mais seguro estabelecimento e conforto da Igreja contra a corrupção da carne e a malícia de Satanás e do mundo, foi igualmente servido fazê-la escrever toda. Isso torna indispensável a Escritura Sagrada, tendo cessado aqueles antigos modos de revelar Deus sua vontade a seu povo* (I, 1).

A melhor explicação e o modo mais satisfatório de responder a essas perguntas sobre o cânon estão no caráter progressivo da revelação de Deus, que atingiu seu clímax, ou *telos*, em Cristo Jesus e no derramamento do Espírito no Pentecoste. Depois de Jesus Cristo, não houve mais revelação de Deus, pois ele é o máximo que podemos saber de Deus. Todas as cartas escritas pelos apóstolos, depois da primeira vinda, contêm revelações de Jesus Cristo a eles. A própria Escritura indica que, entre o Pentecoste e a segunda vinda de Cristo, nenhum outro ato redentivo de Deus deve ser esperado.

Assim, quando alguém reconhece a inter-relação orgânica entre evento redentivo e palavras redentivas, como estão registrados nas Escrituras, entende que não mais há necessidade de Deus se revelar redentivamente. O único propósito da revelação de Deus após a queda foi a redenção. Como todas as coisas acerca dela já foram reveladas, não há mais necessidade de qualquer revelação ao homem. Não havendo mais necessidade de qualquer revelação redentiva ao homem, o cânon, portanto, para todos os efeitos, está fechado.

---

332. Kittel, “Theological Dictionary of the New Testament”. Traduzido por Geoffrey W. Bromiley, v. III (Grand Rapids: Eerdmans Publishing Company, 1989), p. 599.

333. Kittel, v. III, p. 600.

334. Kittel, v. III, p. 601.

335. Ibid.

336. Essa palavra, literalmente, significa “ditos dos pais”. Era um conjunto de aforismos sobre a sabedoria, similar ao de Ecclesiasticus. Eles foram atribuídos a cerca de sessenta diferentes doutores e preservados no Mishnah, como um tratado separado. Esses aforismos continham ensinamentos morais. Essa coleção parece ser datada de 70-170 AD. Há diversos pontos de contato com os ditos dos Evangelhos (Oxford Dictionary of Christian Church), p. 1.074.

337. A chamada “Grande Sinagoga” (por volta de 400 AC em diante) era composta por eruditos judeus (do séc. V ao séc.III a.C.) que seguiram Esdras na exposição da Lei (ver Ne 9-10), sendo conhecidos como os responsáveis pelo reconhecimento e pela preservação do cânon do Velho Testamento.

338. Oxford Dictionary of Christian Church (London: Oxford University Press, 1958), p. 229.

339. Ibid.

340. Informações retiradas do Oxford Dictionary of Christian Church, p. 229.

341. Edward Young, “The Canon of the Old Testament”, Revelation and the Bible, editado por Carl F. Henry (Grand Rapids: Baker Book House, 1958), p. 156.

342. Pierre Ch. Marcel, “Our Lord’s Use of Scripture”, Revelation and the Bible, editado por C. F. Henry, p. 121.

343. O dr. Laird Harris tem certas reservas com relação a esse raciocínio, pois o argumento protestante de que o fator determinante da canonicidade é o da inspiração apenas adia o problema, pois qual é o texto da inspiração? (Laird Harris, Inspiration and Canonicity of the Bible (Grand Rapids: Zondervan, 1982), p. 155.

344. Ibid., p. 156.

345. Harris, op. cit., p. 159.

346. Ml 4.5 fala do profeta Elias vindo antes do grande e terrível dia do Senhor. Desde o tempo do profeta Malaquias, não houve profeta em Israel, até que João Batista, o Elias, apareceu, preparando o caminho do Senhor. Os verdadeiros profetas de Deus não mais apareceram (Zc 13.2-5) depois daquele período.

347. Em sua obra Against Apion, I:8, ele escreveu algo que denota que o profetismo havia sofrido solução de continuidade: “É verdadeiro que nossa história tem sido escrita desde Artaxerxes muito particularmente, mas não tem sido estimada como de igual autoridade à anterior por nossos antepassados, porque não houve uma sucessão exata dos profetas desde aquele tempo” (citado por Harris, Inspiration and Canonicity of the Bible, p. 169).

348. Michael L. Rodkinson, Tractate “Sanhedrim”, Babilonian Talmud, VII-VIII, 24 (citado por Harris, Inspiration and Canonicity of the Bible, p. 169).
349. Harris, Inspiration and Canonicity..., pp. 168-169.
350. Citado por Norman Geisler, A General Introduction to the Bible, p. 155.
351. Idem, ibidem.
352. Harris, op. cit., p. 141.
353. Harris, op. cit., p. 170. A crítica de Harris a Young é apresentada nas páginas 170-171, afirmando não haver distinção entre o dom profético e o ofício profético no AT. Para ele, tanto Davi como Daniel foram considerados profetas pelo NT (Mt 24.15; At 2.30).
354. Harris, op. cit., pp. 173-174.
355. Veja-os claramente expostos em Geisler, op. cit., pp. 138-147.
356. Dados fornecidos por Fred H. Klooster em sua apostila não publicada, Introduction to Systematic Theology, feita para os alunos do Calvin Theological Seminary (Grand Rapids Michigan, 1982).
357. Donald E. Miller, The Case for Liberal Christianity (San Francisco: Harper & Row, 1981), p. 36.
358. Ibid.
359. Dados retirados de Klooster, op. cit., p. 111.

## PARTE 7

# A DOCTRINA DO TESTEMUNHO INTERNO DO ESPÍRITO SANTO

A última parte deste livro também possui apenas um capítulo e é dedicada a uma matéria que tem sido deixada de lado em várias tradições evangélicas: a doutrina sobre o testemunho interno do Espírito Santo. Essa doutrina é quase característica da fé reformada, tendo sido levantada e proclamada por João Calvino e seus seguidores.

Em nossos tempos, quando, em algum grau, a confiabilidade da Escritura tem sido questionada, mais uma vez o estudo dessa matéria se torna vitalmente importante. Infelizmente, contudo, essa doutrina não tem sido estudada nos tempos mais recentes. Tem-se dispensado a devida atenção à doutrina da revelação e da inspiração, mas, como o testemunho interno do Espírito Santo é um assunto eminentemente reformado, há poucas publicações a esse respeito.

É minha oração que a igreja de Cristo tenha profunda convicção da autoridade da Escritura, a fim de caminhar incólume diante dos ataques das teologias, com os fortes tons humanistas de nosso tempo.

# TESTEMUNHO INTERNO DO ESPÍRITO SANTO

A doutrina do testemunho Interno do Espírito Santo foi levantada no período da Reforma Protestante, quando teve início o problema da autoridade suprema da Escritura na controvérsia com o catolicismo. Essa matéria integra a relação entre o Espírito e a Palavra. Assim, algumas outras doutrinas estão intimamente relacionadas com o Espírito e a Palavra. São elas: inspiração, iluminação e aplicação:

- A *inspiração* diz respeito ao papel do Espírito Santo na supervisão do registro da verdade que foi revelada;
- A *iluminação* diz respeito ao papel do Espírito Santo na assistência ao leitor para o entendimento da revelação da Palavra de Deus que foi registrada;
- A *aplicação* diz respeito à obra do Espírito, que aplica o conteúdo da revelação registrada ao coração daquele que a lê, trazendo o pecador à consciência de seus pecados e da verdade da Palavra de Deus.

O *testemunho* diz respeito à obra do Espírito que comunica a certeza ao crente de que a Bíblia é a Palavra normativa de Deus.

Em todas essas atividades, o Espírito Santo está ligado à Palavra de Deus. Sproul diz que “o Espírito trabalha *com* a Palavra (*cum verbo*), *através* da Palavra (*per verbum*), mas não *sem* a Palavra (*sine verbo*).<sup>360</sup>

A Palavra é extremamente fundamental para criar, edificar e consolidar a Igreja. É possível abordar a doutrina do testemunho interno do Espírito Santo de duas maneiras:

1. O testemunho interno com relação à autoridade da Escritura;
2. O testemunho interno com relação à fé individual e à certeza da salvação.

### **1. O TESTEMUNHO DO ESPÍRITO SANTO COM RELAÇÃO À AUTORIDADE DA ESCRITURA**

No tempo da Reforma, era crença romana que a autoridade da Bíblia era decidida pela tradição da Igreja. Roma insistia que ninguém podia saber que a Escritura é normativa exceto pelo testemunho da Igreja.

Dessa forma, a tradição (o testemunho da Igreja) veio a ser mais importante que a própria Escritura, pois era a Igreja quem decidia sobre a autoridade da Bíblia. A grande arma usada pelos reformadores para combater essa crença foi a doutrina do testemunho interno do Espírito Santo. Os reformadores negaram essa doutrina afirmando que a autoridade bíblica não vinha da tradição humana, mas do testemunho do próprio Espírito de Deus dentro de nós.

#### **a) A doutrina do testemunho interno do Espírito na Reforma e na Pós-Reforma**

##### **i) O testemunho interno do Espírito em Lutero**

Lutero apresentou indícios de crença nessa doutrina. Quando emitiu seu pensamento sobre a autoridade da Escritura, Lutero teve um vislumbre da doutrina do testemunho interno do Espírito Santo, embora não tenha usado esse termo. Eis as suas palavras:

Como podemos saber o que é a Palavra de Deus, e o que é certo ou errado? (...) Você deve determinar esse assunto por si mesmo porque sua vida depende disso. Entretanto, Deus precisa falar ao seu coração.<sup>361</sup>

Lutero ainda disse: “Somente a obra interna do Espírito Santo nos faz depositar nossa confiança nesta Palavra de Deus...”<sup>362</sup> Nos círculos luteranos posteriores, também houve essa crença no testemunho interno do Espírito Santo. Hollaz, um dos dogmáticos luteranos, escreveu:

O testemunho do Espírito Santo é um ato sobrenatural do Espírito Santo por meio da Palavra de Deus atentamente lido ou ouvido (seu próprio poder divino comunicado às Escrituras), pelo qual o coração do homem é movido, aberto, iluminado, voltado para a obediência da fé, de tal forma que o homem iluminado nesses movimentos espirituais internos verdadeiramente percebe a Palavra que é proposta a ele, como tendo procedido de Deus, e dá a ela, portanto, uma aprovação inabalável.<sup>363</sup>

## ii) O testemunho interno do Espírito em Calvino

Todavia, foi Calvino quem a desenvolveu mais acuradamente em suas *Institutas*.<sup>364</sup> Ele nega, com veemência, “que a eterna e inviolável verdade de Deus tenha dependido da decisão dos homens”.<sup>365</sup> Ao contrário, a Igreja está construída “sobre o fundamento dos apóstolos e profetas”. Para Calvino, a igreja não deu origem às Escrituras; foram as Escrituras que geraram a Igreja.

Assim, embora Calvino pudesse ver muitas provas da autoridade da Escritura, ensinou que “a persuasão deve ser procurada numa fonte mais alta do que as razões, os julgamentos, ou as conjecturas humanas, ou seja, aquela que vem do testemunho secreto do Espírito”.<sup>366</sup>

Calvino negou que esse tipo de doutrina fosse um tipo daquilo que chamamos modernamente de “subjetivismo”. Ele próprio combateu os “entusiastas” ou os “fanáticos”, que apelavam para novas revelações do Espírito. “Deus sozinho é o testemunho suficiente de si mesmo na sua própria Palavra. Assim também a Palavra nunca ganhará crédito nos corações dos homens até que seja confirmada pelo testemunho interno do Espírito”.<sup>367</sup>

A Bíblia não é somente o instrumento do testemunho do Espírito, mas também o objeto do testemunho do Espírito. É sobre ela que o Espírito

testemunha. O Espírito não confirma nem credencia nada além das Santas Escrituras. Nesse sentido, a doutrina do testemunho interno do Espírito não está isolada em Calvino, pois os calvinistas que vieram depois também deram ênfase a ela.

**iii)** O testemunho interno do Espírito nos símbolos de Westminster  
*A Confissão de Fé de Westminster* sustenta a seguinte posição:

... contudo, nossa plena persuasão e certeza de sua (Escritura) infalível verdade e divina autoridade provêm da operação interna do Espírito Santo, que, pela palavra e com a palavra, testifica em nossos corações (CFW, I.5).

A Confissão de Fé de Westminster é o último documento importante da fé reformada a tratar, ainda que brevemente, do testemunho interno do Espírito Santo. Assim, ao abordar a doutrina do testemunho interno do Espírito, ressalta quatro verdades:

– A Escritura é uma verdade divina infalível

... contudo, nossa plena persuasão e certeza de sua (Escritura) infalível verdade...

A infalibilidade da Escritura é uma doutrina que os reformados defendem com unhas e dentes. Se a Escritura não é infalível, perde toda a sua autoridade. É a infalibilidade que dá credibilidade à verdade. E, se é verdade, não pode ser falível. Por isso, os escritores da CFW insistiram nesse elemento supremamente importante.

No entanto, hoje existem muitos teólogos que tentam anular a ideia de infalibilidade, dizendo que o texto da Escritura contém muitos erros e deixando a Escritura totalmente à mercê de suas pressuposições humanistas e incrédulas.

– A Escritura é uma verdade que tem autoridade divina

... contudo, nossa plena persuasão e certeza de sua (Escritura) infalível verdade e divina autoridade

Deus como o revelador e inspirador da Escritura concede infalibilidade a ela. Obviamente, a infalibilidade da Escritura deriva da autoridade divina.

Calvino e outros reformadores não formularam sua doutrina sobre a autoridade da Escritura com base na autoridade humana, nem com base na tradição de Roma, mas unicamente na autoridade da ação do Espírito Santo na Palavra.

– A Escritura é uma verdade testemunhada ao coração humano

... contudo, nossa plena persuasão e certeza de sua (Escritura) infalível verdade e divina autoridade *provêm da operação interna do Espírito Santo*

Nossa convicção de que a Escritura é infalível e divina não decorre do fato de sermos espertos ou inteligentes. Ninguém chega a essa conclusão por meios humanos ou por qualquer tipo de investigação científica.

Quando Deus quer que uma pessoa reconheça a infalibilidade e a divindade da Escritura, ele o faz por uma comunicação secreta, de Espírito divino para espírito humano. Essa ação é conhecida como testemunho interno do Espírito Santo.

– A Escritura é uma verdade que não está desassociada da pregação da Palavra

provêm da operação interna do Espírito Santo, que, pela palavra e com a palavra, testifica em nossos corações

Ainda que a operação interna seja de Espírito divino para espírito humano, no coração do homem, Deus, via de regra, faz essa obra mediatamente, ou seja, associada à pregação de sua Palavra. A maioria esmagadora de suas bênçãos espirituais sempre foi feita mediatamente (com o uso de meios), através da Escritura. Deus honra sua Palavra e dá a seus filhos a convicção da infalibilidade e da divindade daquilo que está registrado na Escritura.

### **b) O testemunho interno do Espírito na Teologia moderna**

Na Teologia moderna, especialmente na de Barth,

o testemunho do Espírito não é somente essencial para nossa aceitação da autoridade bíblica; é o único fator que torna a Escritura normativa. Sem o testemunho da Escritura (e, portanto, sem nossa resposta fiel), a Escritura não tem mais autoridade do que os melhores livros da sabedoria humana. Segundo essa concepção, a Escritura perde a autoridade até que nós creiamos nela... Assim, na Teologia moderna o testemunho interno substitui o conceito tradicional de inspiração. Foi o testemunho interno, e não a inspiração, que motivou o escrito original das Escrituras, e é o testemunho interno (ocorrendo presentemente enquanto lemos e ouvimos), e não a inspiração, que dá a base para nossa fé na Escritura. A Bíblia não é inspirada se, por “inspiração”, queremos dizer uma ação divina singular feita no passado que garante a verdade do texto em todos os tempos e para todos os leitores. Se a palavra “inspiração” é para ser usada, deve ser usada como sinônimo de testemunho interno, de tal forma que hoje sejamos “inspirados” como o foram os escritores bíblicos, embora nossa inspiração possa ser, em alguns aspectos, dependente da deles.<sup>368</sup>

Essa formulação é bem coerente com os três conceitos familiares da neo-ortodoxia: (1) A Escritura “se torna” a Palavra de Deus quando o Espírito a usa para alcançar nossos corações; (2) Nossa resposta à Palavra de Deus é uma parte da revelação, de tal forma que não há revelação sem uma resposta positiva nossa; (3) A verdade ou o erro do texto bíblico em si mesmo não são relevantes para a fé, porque o Espírito pode alcançar o coração inclusive por meio de um conteúdo errôneo.

Essas noções são cridas como essenciais para a liberdade ou a soberania de Deus no testemunho do Espírito. Deus é livre para usar ou não qualquer texto de sua Palavra, seja ele verdadeiro ou falso. No conceito ortodoxo, pensa o bartiano, Deus é forçado a honrar a palavra falada no passado. Ele não é livre para contradizer os textos canônicos. Dessa forma, aqueles de nós que “temos” os textos canônicos temos Deus debaixo de controle.<sup>369</sup>

### **c) O testemunho interno do Espírito na ortodoxia**

**i)** Contrariamente à neo-ortodoxia, há o conceito de um texto inspirado. Deus chama seu povo não para ouvir “os mandamentos” interiores e subjetivos, mas para ouvir seus “decretos, mandamentos e leis” objetivos evidentes na Escritura (Dt 6.1). Deus torna seu povo responsável para que obedeça à sua lei escrita.

**ii)** O Espírito e a Palavra de Deus seguem juntos. Essa é a ênfase principal de Lutero e Calvino contra a Igreja de Roma de um lado, e contra os “entusiastas” de outro. O Espírito testemunha em concordância com a Palavra, e não contra ela, ou em adição a ela, como a formulação neo-ortodoxa sugere. A Escritura sempre apresenta o testemunho do Espírito do seguinte modo: o Espírito nos chama para ouvir o que Deus diz (Jo 14.26; 15.26; 16.13; 1Tm 1.5; 2.13).

**iii)** A Palavra em si mesma é normativa. É a autoridade última do crente, portanto sua base definitiva, até mesmo para sua própria autoridade. Não podemos testar a Escritura por outra coisa mais normativa do que ela própria. A Palavra escrita de Deus é, de fato, o meio de testar os espíritos (ICo 4.37; IJo 4.1-3). Ninguém, portanto, pode atrever-se a pôr qualquer ensino do Espírito contra a Palavra de Deus.

**iv)** Qual é, então, a base da autoridade bíblica? Ela deve ser encontrada na inspiração ou no testemunho do Espírito? Há algum tipo de ambiguidade no uso do termo “autoridade” aqui. O termo pode ser usado em sentido objetivo ou subjetivo. Objetivamente, por exemplo, uma lei civil tem autoridade sobre mim, sabendo eu ou não sobre ela. Subjetivamente, contudo, essa lei não me

governará (no sentido de influenciar minha conduta para a obediência) a menos que eu a conheça e a receba positivamente.

De modo similar, a Escritura tem autoridade objetiva sobre nós em virtude de sua inspiração, e, com base nisso, temos a responsabilidade de obedecer a ela, havendo o testemunho do Espírito ou não em nosso coração. Se desobedecermos à Escritura, estaremos sujeitos ao julgamento divino, a menos que Deus nos perdoe por intermédio de Cristo. A autoridade subjetiva da Escritura, contudo, vem através do testemunho do Espírito. Não podemos obedecer com o coração até – ou a menos que – o Espírito testifique *em* nosso coração.

v) Assim, a soberania e a liberdade de Deus no testemunho do Espírito são vistas não na capacidade de Deus contradizer, modificar ou acrescentar algo à sua Palavra, mas em sua capacidade de encaminhá-la ao coração humano, que é indisposto a ela, convencendo-o de sua verdade normativa.

#### **d) O testemunho do Espírito é uma obra soberana**

A neo-ortodoxia, com Karl Barth, acusou a ortodoxia de não dar o devido lugar ao senhorio do Espírito em seu testemunho. Os neo-ortodoxos creem que a Escritura deve ser vista como um documento humano que pode vir a ser a Palavra de Deus, ou vir a se tornar a Palavra de Deus para nós, de acordo com a soberania do Espírito. Frame, por sua vez, considera que

uma das coisas mais entusiasmantes a respeito do testemunho do Espírito é que há relação “direta” entre nós e Deus. Ouvir a Escritura não é meramente uma transação entre nós e um livro, mesmo sendo um livro muito extraordinário; antes, na Escritura, encontramos-nos com o “próprio” Deus. Para os protestantes (pelo menos para aqueles que estão fora dos círculos “carismáticos”), nenhuma experiência oferece tão profunda proximidade com Deus. É esse sentido da presença divina que penetra a análise barthiana do testemunho do Espírito.<sup>370</sup>

Dentro dos círculos reformados, a ideia de que Deus está presente e encontra-se conosco através da Escritura é muito comum. Frame reconhece

que o assunto do testemunho do Espírito é algo “que não podemos descrever adequadamente sem correr alguns riscos teológicos”.<sup>371</sup>

Nem todos aqueles que ouvem a pregação da Palavra creem na autoridade e na infalibilidade da Escritura. Não é uma matéria de inteligência ou de perspicácia; essa crença resulta de uma obra soberana de Deus no interior daqueles que ouvem a verdade de Deus. Deus se reserva o direito de dar a quem quer o testemunho do Espírito. Como todas as coisas relacionadas à Soteriologia são expressão da soberania divina, a ação do testemunho interno do Espírito também o é, já que, por esse testemunho, podemos ter confiança na Palavra de Deus e, então, a fé é gerada em nossos corações.

### **e) Relação entre Palavra e Espírito em Calvino**

Calvino, seguindo a tradição de Agostinho, evitou os dois extremos de seu tempo quanto à Palavra e ao Espírito. De um lado, ele rejeitou o Escolasticismo racionalista, que exigia provas anteriores à fé na Escritura. Antes que se cresse na Escritura, havia a necessidade de se apresentarem provas racionais de sua autoridade. Por outro lado, ele rejeitou com a mesma firmeza os sectários espiritualistas que reivindicavam as conduções do Espírito à parte da Escritura.

Em Calvino, a Palavra não poderia estar separada do Espírito.<sup>372</sup> Do contrário, seria ineficaz. Para que haja reconhecimento da autoridade da Escritura e da efetivação da revelação divina no coração do homem, é preciso haver um fator objetivo, que é a Palavra, e um fator subjetivo, que é proporcionado pelo Espírito. Warfield diz que

somente na união dos dois fatores, objetivo e subjetivo, que se alcança o resultado. A total revelação objetiva de Deus descansa, assim, na Palavra. Mas a capacitação total subjetiva para a recepção da revelação descansa na vontade do Espírito.<sup>373</sup>

Nenhum dos dois – Palavra e Espírito – pode trabalhar só. Se a Palavra trabalhar só, não haverá internalização da verdade de Deus. Se o Espírito não

usar a Palavra, não haverá a objetivação dos conceitos. A mente humana não pode apreender nada sem que haja verdades objetivamente reveladas. Há, portanto, a necessidade de ambos os fatores operarem juntos.

Calvino disse que ambos, Palavra e Espírito, estão juntos em prol do entendimento, da aceitação e do reconhecimento da autoridade da Palavra de Deus:

Porque, por uma espécie de laço mútuo, o Senhor tem juntado ambas as coisas, a certeza de Sua Palavra e do Seu Espírito, de tal forma que a religião perfeita da Palavra possa habitar em nossas mentes quando o Espírito, que causa em nós contemplar a face de Deus, brilha; e que nós possamos abraçar o Espírito sem nenhum temor de sermos enganados, quando o reconhecermos em sua própria imagem, ou seja, na Palavra.<sup>374</sup>

Depois de Calvino, na ortodoxia protestante e nos puritanos, ainda houve grande ênfase na relação entre Palavra e Espírito. Todos afirmaram sua indissociabilidade.

John Owen disse: “Separe o Espírito do Evangelho e você terá uma letra morta”.<sup>375</sup> Não há como dispensar o Espírito no que concerne à Palavra. Assim, não haverá qualquer entendimento ou aplicação da Palavra sem a preciosa obra do Espírito Santo.

Jonathan Edwards disse que o entendimento espiritual “não consiste em qualquer... novo conhecimento doutrinário”, mas que esse “entendimento sobrenatural das coisas divinas é peculiar aos santos, e aqueles que não são santos não têm nada dele”.<sup>376</sup> Somente aqueles que são parte do povo de Deus é que podem ter as duas coisas juntas. Qualquer pessoa, cristã ou não, pode possuir a Palavra, mas, sem a obra do Espírito, não há entendimento espiritual. É esse Espírito que nos dá certeza de que a Palavra escrita é de Deus e, portanto, cheia de autoridade no que fala.

#### **f) Calvino, o catolicismo e a autoridade da Palavra**

A ideia exposta no tópico anterior era combatida pelo romanismo, que cria que a autoridade da Bíblia vinha da Igreja. Calvino, junto com outros reformadores, lutaram contra esse pensamento católico. Para Calvino, o postulado romano de que a igreja é que dá autoridade à Palavra é uma afronta ao Espírito Santo. Em suas palavras,

o erro pernicioso que prevalece grandemente é o de que a Escritura só tem muito peso quando é dado a ela pelo consentimento da Igreja. É como se a verdade inviolável e eterna de Deus dependesse da decisão dos homens! Porque eles zombam do Espírito quando perguntam: Quem pode assegurar-nos que a Escritura tem descido em sua totalidade e intacta mesmo em nossos dias? Quem pode persuadir-nos para receber um livro com reverência apenas para excluir outro, a menos que a Igreja prescreva uma regra certa para todos esses assuntos?<sup>377</sup>

Calvino combateu a tese de que a Bíblia era originada pela Igreja, e que sua autoridade vinha da Igreja. Ao contrário, a Escritura é que deu origem à igreja, porque a fé vem pelo ouvir da Palavra. A Palavra tem primazia sobre a Igreja. Diz ele que, “se o ensino dos apóstolos e profetas é o fundamento, este deve ter tido autoridade antes de a igreja começar a existir”.<sup>378</sup> Seu raciocínio continua com fundamento nos apóstolos e profetas:

Porque, se a Igreja cristã foi, desde o começo, fundada nos escritos dos profetas e na pregação dos apóstolos, onde quer que essa doutrina seja encontrada, sua aceitação — sem a qual ela, em si mesma, nunca teria existido — deve certamente ter precedido a Igreja.<sup>379</sup>

Calvino ensina que o julgamento universal da Igreja para o reconhecimento da autoridade da Escritura é muito importante, mas a Igreja não empresta sua autoridade à Bíblia, nem estabelece sua origem divina. Não é a Igreja que determina se a Bíblia é fonte de autoridade; é ela própria que se autoautentica. E a convicção de toda a sua autoridade e, portanto, de sua confiabilidade vem do testemunho interno do Espírito Santo.

Calvino nega veementemente que “a eterna e inviolável verdade de Deus tenha dependido da decisão dos homens”.<sup>380</sup> Ao contrário, a igreja está construída “sobre o fundamento dos apóstolos e profetas”.<sup>381</sup> Para ele, portanto, a Igreja não deu origem às Escrituras – as Escrituras é que geraram a Igreja. Assim, embora Calvino pudesse ver muitas provas da autoridade da Escritura, ensinou que “a persuasão deve ser procurada numa fonte mais alta do que as razões, os julgamentos ou as conjecturas humanas, ou seja, naquilo que vem do testemunho secreto do Espírito”.<sup>382</sup>

No tempo da Reforma, era crença romana que a autoridade da Bíblia era decidida pela tradição da Igreja. Roma insistia que ninguém podia saber que a Escritura é normativa exceto pelo testemunho da Igreja. Dessa forma, a tradição veio a ser mais importante que a própria Escritura, pois era ela que decidia sobre a autoridade da Bíblia. Assim, a grande arma usada pelos reformadores para combater essa crença foi a doutrina do testemunho interno do Espírito Santo. Os reformadores disseram “não” à tese de Roma, afirmando que a autoridade bíblica não vinha da tradição humana, mas do testemunho do próprio Espírito de Deus dentro de nós.

## **2. O TESTEMUNHO DO ESPÍRITO SANTO COM RELAÇÃO À FÉ INDIVIDUAL E À CERTEZA DA SALVAÇÃO**

### ***Na Confissão de Fé de Westminster***

O assunto da certeza de fé e da salvação, conforme a CFW, é tratado da seguinte maneira:

Ela é fundada na divina verdade das promessas de Deus; na evidência interna dessas graças a que são feitas essas promessas; e no testemunho do Espírito de Adoção, que testifica com nossos espíritos, pelo fato de sermos filhos de Deus (CFW 18.2).<sup>383</sup>

### **O que é a segurança da salvação?**

A segurança da salvação é uma convicção dada pelo Espírito, a indicar que o crente permanece na graça divina. Essa convicção fica indelevelmente marcada no coração do crente, do mesmo modo que as verdades do Evangelho estão dentro de seu coração. É o reflexo de um ato gracioso de Deus na alma do crente. É um sentimento de absoluta confiança de que se está em Cristo, que isso não é algo enganoso. É o produto de uma atuação sobrenatural do Espírito sobre o espírito do homem. É um resultado que não pode ser obtido até que a graça comunique essa verdade ao crente. Um crente não tem certeza absoluta de sua filiação certa até que o Espírito comunique essa graça a seu espírito. Essa comunicação do Espírito Santo é inconfundível!

### **Como o Espírito dá essa segurança?**

O próprio Espírito testifica com o nosso espírito que somos filhos de Deus. (Rm 8.16)

Essa é a resposta que a Escritura dá a essa pergunta. Entretanto, a certeza da salvação e de nossa filiação divina não é concedida no mesmo grau a todos. A alguns, Deus concede, de uma só vez, a plenitude de convicção da fé. Outras vezes, Deus comunica essa certeza paulatinamente. Deus é soberano na comunicação dessa certeza de filiação de Deus.

Esse testemunho é comunicado de imediato, ou seja, diretamente, sem o uso de meios? Pessoalmente, creio que a comunicação do testemunho interno do Espírito é feita de Espírito divino para espírito humano, mas não à parte da pregação da Palavra.

Os puritanos e teólogos reformados estão divididos a esse respeito.<sup>384</sup> Com razão, alguns teólogos temem que uma comunicação direta do Espírito com o espírito do homem provoque uma debandada para o lado daqueles que desprezam a Escritura. Esses afirmariam que o Espírito ainda fala

diretamente aos homens, numa voz interior, sugestão ou revelação. Esse fanatismo deve ser evitado.

Pink tenta estabelecer uma preciosa distinção de palavras que podem ajudar na compreensão do texto de Romanos 8.16. Ele diz:

Notemos cuidadosamente que este verso não diz que o Espírito testemunha ao nosso espírito, mas com o nosso espírito. É profundamente importante notar essa distinção: o testemunho do Espírito não é uma revelação feita ao nosso espírito, considerado o recipiente do testemunho, mas uma *confirmação* em ou com meu espírito, considerado cooperante no testemunho. Não é que meu espírito testemunhe que eu sou um filho de Deus, e que então o Espírito de Deus entra por um processo distinto com um testemunho separado, para dizer amém à minha certeza; mas que há um simples testemunho que tem uma origem conjunta.<sup>385</sup>

O testemunho do Espírito não é uma voz misteriosa que me informa que eu sou filho de Deus. O fato de eu ser filho de Deus está afirmado na Escritura quando eu creio (Jo 1.12). Portanto, o testemunho do Espírito está vinculado a uma verdade da Palavra de Deus. O testemunho do Espírito da verdade objetiva do Evangelho é fator fundamental para a fé pessoal, e a segurança plena do entendimento do evangelho que o Espírito dá é pré-requisito para a certeza pessoal de salvação.

### **Para quem Deus dá essa certeza de salvação?**

Packer se aventura na seguinte resposta:

Segurança plena é uma bênção rara, mesmo entre os adultos; é um grande e precioso privilégio, que não é concedido indiscriminadamente. A segurança é uma misericórdia boa demais para a maioria dos corações dos homens... Deus somente a dará a seus melhores e mais caros amigos. A segurança é a beleza e o topo da glória do cristão nesta vida.<sup>386</sup>

Nem todos os convertidos têm essa segurança da salvação. É muito comum no evangelismo moderno as pessoas serem ensinadas que

imediatamente podem ter a certeza dessa comunicação do Espírito (aplicam Jo 1.12 e perguntam ao evangelizando: “Você recebeu Jesus?” Então, você pode ter a certeza imediata de sua filiação a Deus. Os puritanos, em geral, creem que as profissões de fé devem ser feitas após um teste da fé, e não alguns minutos depois de uma “decisão”).

O “decisionismo”, filho da pregação de Finney, tem trazido uma ideia fraca de fé, como um mero assentimento intelectual de concordância com a verdade. Em geral, os “decididos” confessam imediatamente sua fé nos testemunhos que dão nas reuniões. Via de regra, muitos deles abandonam o Evangelho algum tempo depois.

### **Quando essa certeza de salvação vem?**

Quando os crentes buscam diligentemente por ela após um período de teste. “A segurança não é desfrutada normalmente, exceto por aqueles que tem trabalhado e procurado por ela, e por aqueles que têm servido a Deus fiel e pacientemente e, por algum tempo, passaram sem ela.”<sup>387</sup>

A segurança de salvação é uma espécie de recompensa para a fé. A fé de um homem deve lutar primeiro, deve ser testada primeiro, e, só então, o Espírito comunica a certeza de vida ao crente. Romanos 8 mostra que a certeza da vitória vem sempre após a luta contra os mais sérios inimigos.

### **3. A NECESSIDADE DO TESTEMUNHO INTERNO DO ESPÍRITO SANTO**

Qual é a necessidade do testemunho interno? Por que haveria o Espírito de testemunhar sobre a veracidade e a confiabilidade das Escrituras? Calvino responde que é por causa da depravação do homem. Mais do que ninguém Calvino enfatizou as incapacidades espirituais e morais do homem com relação às verdades da Palavra de Deus.

O pecado havia trazido enormes estragos para a vida interior de todos os seres humanos, inclusive para seu intelecto, afetando noeticamente o homem. É verdade que o problema maior do homem não é intelectual, mas moral. Contudo, quando afeta o ser moral, também afeta o intelecto, porque este

reflete as poluições do ser mais interior do homem, que é o coração. Segundo a Escritura, por causa do coração do homem, ele tem sua mente obscurecida.

Portanto, para que o ser humano venha a crer na autoridade das Escrituras, necessariamente tem de receber o testemunho interno do Espírito Santo. Somente pela simples leitura dela, o ser humano não tem a convicção da confiabilidade do registro divino.

#### **4. A FINALIDADE DO TESTEMUNHO INTERNO DO ESPÍRITO SANTO**

A finalidade do testemunho interno não é credenciar a Bíblia, porque ela mesma é autoridade, mas dar-nos a certeza de sua autoridade. O testemunho interno do Espírito Santo diz respeito à credibilidade da Escritura. Nesta doutrina, Calvino está particularmente interessado no aspecto da credibilidade das Escrituras.

A credibilidade da doutrina não é estabelecida até que sejamos persuadidos além da dúvida de que Deus é seu Autor. Assim, a prova mais alta da Escritura deriva, em geral, do fato de que Deus, pessoalmente, fala nela.<sup>388</sup>

Quem poderá convencer-nos de que a Bíblia é a Palavra confiável de Deus? Essa pergunta, para Calvino, soava como se estivéssemos zombando de Deus.<sup>389</sup> Calvino responde que

aqueles a quem o Espírito Santo tem ensinado interiormente descansam verdadeiramente sobre a Escritura, e a Escritura é de fato autoautenticada. Portanto, não é correto sujeitá-la à prova e ao raciocínio. E a certeza de que ela merece estar conosco vem pelo Espírito Santo. Mesmo que ela ganhe reverência por si mesma, por sua própria majestade, afeta-nos seriamente somente quando é selada em nossos corações através do Espírito Santo.<sup>390</sup>

#### **5. O TESTEMUNHO INTERNO DO ESPÍRITO SANTO É SECRETO**

Não há qualquer evidência externa que indique que alguém recebeu esse testemunho. João diz que o Espírito “sopra onde quer, não sabe de onde vem nem para onde vai. Assim é aquele que é nascido do Espírito”.<sup>391</sup>

A regeneração é uma obra secreta porque ninguém pode ver Deus fazendo. O mesmo ocorre com a santificação. Portanto, como todas as outras obras do Espírito, a do testemunho interno também é secreta. Ao falar sobre a autoridade das Escrituras, Calvino disse que “devemos procurar nossa convicção num lugar mais alto que nas razões humanas, nos julgamentos ou conjecturas, ou seja, no testemunho *secreto* do Espírito”.<sup>392</sup>

Alguém pode acusar os reformados de subjetivismo, mas isso não é verdade. O Espírito não aponta para alguma coisa dentro de nós; ele sempre aponta para a Palavra, para algo extremamente objetivo, fora de nós. Somente aquele que secretamente recebeu o testemunho do Espírito tem a capacidade de crer na confiabilidade e na autoridade das Escrituras.

## **6. AS RELAÇÕES DO TESTEMUNHO INTERNO DO ESPÍRITO SANTO**

### **a) O testemunho interno do Espírito Santo está relacionado com a aceitação da Palavra**

O testemunho do Espírito é mais excelente do que toda a razão. Porque, como Deus somente é o testemunho idôneo de si mesmo em sua Palavra, assim a Palavra não encontrará aceitação nos corações dos homens até que seja selada pelo testemunho interno do Espírito Santo.<sup>393</sup>

Nenhum processo de raciocínio pode levar alguém a crer na autoridade das Escrituras. Não há provas que possam convencer alguém de que a Bíblia é a Palavra normativa de Deus. É por isso que Calvino diz que “o testemunho do Espírito é mais excelente do que toda a razão”. Todos que recebem o testemunho interno do Espírito a respeito da confiabilidade da Palavra acabam, inapelavelmente, por crer nos ensinamentos das Escrituras Sagradas.

### **b) O testemunho interno do Espírito Santo está relacionado com a fé do homem**

“Saibamos que a única fé verdadeira é aquela que o Espírito Santo sela em nossos corações”,<sup>394</sup> e esse é um privilégio que Deus concede somente aos eleitos, a quem ele distingue da raça humana. Em outras palavras, o privilégio do entendimento da Escritura e de sua aceitação como verdade de Deus não é concedido a todos, mas somente aos de Deus. Somente a alguns é dado o privilégio de conhecer os mistérios de Deus.<sup>395</sup>

## CONCLUSÃO

A questão de uma ação testemunhal do Espírito Santo dentro do nosso coração, como já vimos, é eminentemente escriturística:

Pois todos os que são guiados pelo Espírito de Deus são filhos de Deus. Porque não recebestes o espírito de escravidão para viverdes, outra vez, atemorizados, mas recebestes o espírito de adoção, com base no qual clamamos: Aba, Pai. O próprio Espírito testifica com nosso espírito que somos filhos de Deus. (Rm 8.14-16)

É verdade que esse texto de Paulo está tratando de um testemunho interno de caráter soteriológico. Seu assunto não é sobre a Escritura. Entretanto, sabemos que Paulo tem uma grande preocupação com a verdade de Deus e com sua autoridade entre os crentes.

Pessoalmente, não posso convencer ninguém de que a Escritura é a Palavra infalível de Deus. No entanto, todos os crentes sinceros admitem a crença na infalibilidade das Escrituras. A pergunta que deve ser formulada é: “Como as pessoas cristãs chegam a essa conclusão?” Só pode ser por meio da ação penetrante do Espírito de Deus, que nos convence da veracidade e da autoridade de sua Palavra.

Essa é uma argumentação de nossa subjetividade? Os islamitas e mórmons também poderiam apelar a esse argumento da subjetividade e nós teríamos de aceitar o que dizem sobre seus livros sagrados. Essa é uma luta que temos pela frente e não devemos recuar enfrentar essas críticas. Aliás, estamos

sendo atacados novamente por um racionalismo que pode trazer estrago à nossa visão da Escritura.

Pessoalmente, não tenho como negar que essa matéria tem um caráter altamente subjetivo. Afinal de contas, eu creio que o Espírito atua secreta e internamente em nós, convencendo-nos não somente de nossos pecados, mas também de nossa participação na família de Deus. Se o Espírito Santo internamente nos convence dessas coisas, é certo que também nos convence internamente de que sua Palavra é uma verdade normativa, por meio de uma ação interna em nós.

Pessoalmente, também creio que não há nada externo que possa convencer os homens da autoridade da Escritura, a não ser uma ação interna e eficaz que muda nossa maneira de enxergar os escritos da Bíblia.

Essa é uma matéria muito importante, que precisa ser trazida à tona em nossos dias, pois, na verdade, tem sido negligenciada, não sendo motivo de preocupação em muitas escolas teológicas, especialmente no Brasil. Algumas delas, inclusive, nunca ouviram falar dessa doutrina, especialmente aquelas de origem pentecostal. Esse fato é lamentável, pois a força de um grupo cristão está na medida em que se firma em sua confiança na confiabilidade, na credibilidade e, conseqüentemente, na autoridade das Escrituras. É disso que o testemunho interno do Espírito Santo trata.

- 
360. R. C. Sproul, "The Internal Testimony of the Holy Spirit", *Inerrancy*, editado por Norman Geisler (Grand Rapids: Zondervan, 1979), p. 338.
361. Citado em Hugh Tompson Kerr Jr., editor de "A Compend of Luther's Theology" (Philadelphia: Westminster Press, 1943), p. 11.
362. Citado por Willem Jan Kooiman, "Luther and the Bible" (Philadelphia: Muhlenberg Press, 1961, p. 237).
363. Citado por Warfield, "Calvin and Calvinism" (Baker, 1991), p. 77, nota de rodapé 55.
364. "Institutes of the Christian Religion", 2 vols. (Philadelphia: Westminster, 1960), 1.7.
365. *Ibid.*, 1.7.1.
366. *Ibid.*, 1.7.4.
367. *Idem*, *ibidem*.
368. *Ibid.*, pp. 222-23. Ver Karl Barth, "The Holy Spirit and the Christian Life" (London: Muller, 1938), p. 23.
369. *Ibid.*, p. 223.
370. John Frame, "The Spirit and the Scriptures", em *Hermeneutics, Authority, and Canon*, editado por D. A. Carson, Academie Books, Zondervan (Grand Rapids, 1986, p. 221).
371. *Ibid.*, p. 222.
372. *Institutes*, I, ix, p. 3.
373. Warfield, *op. cit.*, pp. 82-83.
374. *Institutes*, I, ix, p. 3.
375. "The Holy Spirit: His Gifts and Power" (Grand Rapids, Mich: Kregel Publications, 1967), p. 23.
376. "Religious Affections", editado por John E. Smith (New Have, Conn: Yale University Press, 1969), 3.4, pp. 278, 270.
377. *Institutes*, I, vii, 1.
378. *Ibid.*, I, vii, 2.
379. *Idem*, *ibid.*
380. *Ibid.*, 1.7.1.
381. *Ibid.*, 1.7.2.
382. *Ibid.*, 1.7.4.
383. Ver artigo de Joel R. Beeke, "Personal Assurance of Faith: the Puritans and Chapter 18:2 of the Westminster Confession", *Westminster Theological Journal*, v. 55, n. 1, pp. 1-30.
384. Ver artigo de Beeke, *ibid.*
385. A. W. Pink. "The Holy Spirit" (Grand Rapids: Baker, 1975), p. 128.

386. Citado por J. I. Packer, "The Witness of the Spirit in Puritan Thought", A Quest for Godliness (Illinois: Crossway Books, 1990), p. 181.

387. Ibid, p. 181.

388. Institutes, I, vii, 4.

389. Institutes, I, vii, 1.

390. Institutes, I, vii, 5.

391. Jo, 3.8.

392. Institutes, I, vii, 4.

393. Ibid.

394. Institutes, I, vii, 5.

395. Institutes, I, vii, 5.

# PEQUENA BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

BERKOUWER, G. C., *Holy Scripture*. Grand Rapids Mich.: Eerdmans Publishing House, 1975.

DEYOUNG, Kevin. *Levando Deus a sério: por que a Bíblia é compreensível, necessária e suficiente, e o que isso significa para você*: São José dos Campos, SP: Editora Fiel, 2015

HARRIS, R. Laird. *Inspiration and Canonicity of the Bible*. Grand Rapids: Zondervan, 1982.

HENRY, Carl F. H. *God, Revelation and Authority*, (6 volumes). Wheaton, Il: Crossway, 1999.

HODGE, Archibald A. e WALFIELD, Benjamin B. *Inspiration*. Grand Rapids: Baker Book House, 1979.

LINDSELL, Harold. *The Battle for the Bible*. Grand Rapids: Zondervan, 1976.

MARSHALL, I. Howard. *Biblical Inspiration*. Grand Rapids: Eerdmans, 1982.

MCKIM, Donald K. (ed.). *The Authoritative Word - Essays on the Nature of Scripture*. Grand Rapids: Eerdmans, 1983.

MONTGOMERY, John Warwick. *Crisis in Lutheran Theology*. Minneapolis, Minn: Bethany Fellowship, Inc., 1973.

MORRIS, Leon. *I Believe in Revelation*. Grand Rapids: Eerdmans, 1977.

PACKER, J. I. *God Has Spoken*. Downers Grove, Ill: Intervarsity Press, 1979.

PIPER, John. *Uma Glória Peculiar: como a Bíblia se revela completamente verdadeira*. São José dos Campos, SP: Editora Fiel, 2017



O Ministério Fiel visa apoiar a igreja de Deus, fornecendo conteúdo fiel às Escrituras através de conferências, cursos teológicos, literatura, ministério Adote um Pastor e conteúdo online gratuito.

Disponibilizamos em nosso site centenas de recursos, como vídeos de pregações e conferências, artigos, e-books, audiolivros, blog e muito mais. Lá também é possível assinar nosso informativo e se tornar parte da comunidade Fiel, recebendo acesso a esses e outros materiais, além de promoções exclusivas.

Visite nosso website

**[www.ministeriofiel.com.br](http://www.ministeriofiel.com.br)**